

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Câmpus de Presidente Prudente**

**O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO GEOECONÔMICO
DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVISTA
NA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE**

WILSON ANTONIO TEIXEIRA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Câmpus de Presidente Prudente**

**O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO GEOECONÔMICO
DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVISTA
NA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE**

Wilson Antônio Teixeira

Orientador : Prof. Dr. Dalton Áureo Moro

Tese de doutorado elaborada junto ao Curso de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração : Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental, para a obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Presidente Prudente
2002

T27p

Teixeira, Wilson Antônio.

O processo de desenvolvimento do complexo agroindustrial cooperativista na mesorregião Norte Central Paranaense / Wilson Antonio Teixeira. - Presidente Prudente: [s.n], 2002.
p. : il.; 29 cm.

Tese (doutorado). - UNESP, Faculdade de Ciências Tecnologia, Presidente Prudente, 2002.

Orientador: Prof. Dr. Dalton Áureo Moro

1. Cooperativas agroindustriais. 2. Planejamento regional. 3. Multicooperativa - Mesorregião Norte Central Paranaense. I. Título.

CDD (18ª ed.) 338.10981

Para:

**Maria José, minha esposa,
Iverson, Iverlei e Ivelise, meus filhos,
Tadeu e Irene, meus pais.**

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Dalton Áureo Moro, orientador eficiente e amigo, pelo estímulo, confiança e paciência durante a construção deste trabalho.

Aos professores e Coordenadores do Curso de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente e do Departamento de Geografia e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, pelas contribuições científicas e apoio prestado.

Aos funcionários, pela presteza e dedicação.

Ao Prof. Dr. Elpídio Serra e ao Prof. Dr. Antônio Nivaldo Hespanhol, que no Exame de Qualificação contribuíram com sugestões valiosas para a realização deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Marcos Alegre, que nos incentivou a fazer o curso de doutorado e contribuiu com sugestões para elaboração do trabalho.

Ao Prof. Dr. Antônio Thomaz Júnior, pelas sugestões e indicações bibliográficas específicas.

Ao Luiz Otávio Sgarioni Nacamura, pelo apoio dado na área de informática.

Ao Iverlei de Toledo Marcondes Teixeira e à Viviane M. Lippi, pela elaboração do *abstract.*; ao Prof. Francisco Dantas, pela colaboração nas tarefas cartográficas e; à Prof.^a Alethea Braga Ribeiro M. César e ao Prof. Raul Pimenta, pela verificação ortográfica e gramatical dos capítulos.

SUMÁRIO

Índice	vi
Índice de tabelas	ix
Índice de figuras	xi
Lista de siglas e abreviaturas	xiii
Resumo	xvii
Abstract	xviii
Introdução	01
CAPÍTULO 1. O COMPLEXO RURAL E A CONSTITUIÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVISTA PARANAENSE.....	14
CAPÍTULO 2. O NORTE CENTRAL PARANAENSE NO PROCESSO GEOECONÔMICO DA REGIÃO NORTE DO PARANÁ – A REGIÃO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	98
CAPÍTULO 3. O PAPEL DO ESTADO NA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E AGROINDUSTRIAL REGIONAL PARANAENSE.....	136
CAPÍTULO 4. A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A CONSTITUIÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS: AS NOVAS FUNÇÕES E CARACTERÍSTICAS DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS COM A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO.....	177
CAPÍTULO 5. MULTICOOPERATIVA: A MORFOLOGIA EMPRESARIAL DE UM NOVO ESTILO FUNCIONAL NO COOPERATIVISMO AGROINDUSTRIAL DO NORTE CENTRAL PARANAENSE	213
CAPÍTULO 6. A DINÂMICA DO CAI E AS RECENTES ALTERAÇÕES NO SETOR DAS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS DA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE .	244
Considerações Finais	312
Referências Bibliográficas	326
Anexos	341

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1. O COMPLEXO RURAL E A CONSTITUIÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVISTA PARANAENSE	14
1.1. O complexo rural brasileiro e a formação agroindustrial paranaense	14
1.2. Do Complexo Rural à Formação do Complexo Cafeeiro Paranaense: Contexto da Formação das Primeiras Cooperativas de Cafeicultores do Paraná	47
1.3. Os Reflexos da crise cafeeira nacional no complexo cafeeiro do Estado do Paraná	62
1.4. O complexo cafeeiro no contexto da ocupação populacional e econômica do Norte Central Paranaense: da crise da cafeicultura e substituição de culturas às mudanças no setor cooperativista	69
1.5. Da crise da cafeicultura à organização do setor cooperativista no Norte Central Paranaense	82
1.5.1. A Lei que regulamenta as cooperativas e a assimilação do poder de autogestão pelo setor	82
1.5.2. A organização do setor cooperativista agrícola passa pela crise da cafeicultura paranaense	83
CAPÍTULO 2. O NORTE CENTRAL PARANAENSE NO PROCESSO GEOECONÔMICO DA REGIÃO NORTE DO PARANÁ – A REGIÃO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	98
2.1. A delimitação da Região Norte Central Paranaense como área de estudo: da definição regional ao conceito de desenvolvimento regional	99
2.2. O Norte Central Paranaense no processo geoeconômico do Norte do Paraná: da colonização e expansão capitalista moderna pós-1930 à crise da cafeicultura e a modernização agrícola paranaense	103
2.3. A região e o desenvolvimento regional na organização geoeconômica das cooperativas agroindustriais	112
2.3.1. A Região	112
2.3.2. Região e desenvolvimento regional	114
CAPÍTULO 3. O PAPEL DO ESTADO NA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E	

AGROINDUSTRIAL REGIONAL PARANAENSE	135
3.1. O Papel do Estado e as políticas agrícolas	135
3.2. A modernização agrícola	149
3.3. A modernização agrícola e a agroindustrialização paranaense	152
3.4. A modernização agrícola e as alterações nas cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná. As novas funções das cooperativas agroindustriais	163
3.4.1. As novas organizações e funções das agroindústrias: os novos padrões de agregação de valores	164
3.5. A Dinâmica, característica do complexo agroindustrial	168
CAPÍTULO 4. A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A CONSTITUIÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS: AS NOVAS FUNÇÕES E CARACTERÍSTICAS DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS COM A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO	177
4.1. A Política industrial na internalidade da modernização agrícola	177
4.2. A atuação da cooperativas agrícolas no Norte Central Paranaense no contexto da modernização e da agroindustrialização	199
4.3. A agroindustrialização no processo geoeconômico paranaense: A Região Norte e a Mesorregião Norte Central Paranaense	207
CAPÍTULO 5. MULTICOOPERATIVA: A MORFOLOGIA EMPRESARIAL DE UM NOVO ESTILO FUNCIONAL NO COOPERATIVISMO AGROINDUSTRIAL DO NORTE CENTRAL PARANAENSE	212
5.1. O duplo caráter do cooperativismo agroindustrial: a cooperativa é uma associação de pessoas ou uma empresa	212
5.2. Do padrão tradicional ao padrão moderno de desenvolvimento agroindustrial no contexto do multicooperativismo paranaense	217
5.3. O novo padrão de desenvolvimento agroindustrial	307
CAPÍTULO 6. A DINÂMICA DO CAI E AS RECENTES ALTERAÇÕES NO SETOR DAS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS DA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE	243
6.1. A Perspectiva de uma Nova Dinâmica no Modelo de Desenvolvimento do CAI	252
6.2. O Contexto Geoeconômico da Cooperativa Agroindustrial COCAMAR ..	274
6.3. O desenvolvimento e a dissolução das cooperativas agropecuárias do Norte Central Paranaense	280
6.4. O Segmento Leite e as Cooperativas Agroindustriais	295

6.5. A organização geoeconômica da cultura da soja no arenito caiuíá: um novo projeto de desenvolvimento regional	306
6.6. A Constante Diversificação dos Investimentos no Agronegócio Paranaense	308
CONSIDERAÇÕES FINAIS	311
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	325
ANEXOS	340

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela Nº 1:	Produção de açúcar nas usinas do Estado do Paraná – 1943/44 a 1950/51 (em toneladas)	34
Tabela Nº 2:	Crescimento da agricultura e da indústria brasileira (médias anuais em percentuais - %)	35
Tabela Nº 3:	Taxa de crescimento do índice de Produto Interno Bruto Brasileiro – 1980 a 2000	44
Tabela Nº 4:	Evolução da ocupação do solo agrícola pelas principais culturas do Paraná – 1976 a 2001	61
Tabela Nº 5:	Produção de álcool das destilarias anexas das usinas Estado do Paraná – milhares de litros	72
Tabela Nº 6:	Crescimento da população brasileira relativa à população paranaense - 1920/2000	74
Tabela Nº 7:	Evolução da população paranaense por mesorregiões geográficas – 1970/2000	75
Tabela Nº 8:	Participação dos estados do Paraná e São Paulo na produção de café brasileiro – Milhões de sacas de 60 kg. 1930/1981	76
Tabela Nº 9:	Participação dos principais estados brasileiros na produção de café – 1976/2000 (em toneladas)	77
Tabela Nº 10:	Quantidade exportável e exportada de café no Brasil – sacas de 60kg no período de 1957 a 1962	78
Tabela Nº 11:	Erradicação de cafeeiros no Brasil - 1961 -1971	79
Tabela Nº 12:	Cooperativas do Projeto Norte de Cooperativismo – NORCOOP, compostas na Mesorregião Norte Central Paranaense – 1984	90
Tabela Nº 13:	Evolução da área e da produção das principais culturas do Paraná – 1972/1985	94
Tabela Nº 14:	Cooperativas singulares da Mesorregião Norte Central Paranaense em 2000 e início da atividade produtiva	95
Tabela Nº 15:	Indicadores da modernização agrícola no Paraná – 1975/80/85	160
Tabela Nº 16:	Vendas de defensivos agrícolas – Brasil. 1984. (em toneladas)	161
Tabela Nº 17:	Principais indústrias subsidiárias de multinacionais no complexo agroindustrial do Norte Paranaense	167
Tabela Nº 18:	Estabelecimentos agropecuários nas mesorregiões geográficas do Paraná – 1970/1985 a 1985/1995	187
Tabela Nº 19:	Evolução das principais formas de uso do solo na agropecuária paranaense e a sua participação sobre o total do Estado, entre 1970 e 2000	196
Tabela Nº 20:	Evolução das taxas de crescimento dos estabelecimentos, das áreas, das lavouras, do pessoal ocupado e de tratores no Paraná – censos de 1920 a 1995	198
Tabela Nº 21:	Cooperativas autorizadas para funcionamento no Estado do Paraná – 1975,1976, 1984	201
Tabela Nº 22:	Destilarias de álcool em atividade no Estado do Paraná – 2000	205

Tabela Nº 23: O crescimento do Produto Interno Bruto e do Produto Interno Bruto <i>per capita</i> Brasileiro de 1971 a 1991	234
Tabela Nº 24: Número de produtores e produção de casulo verde Recebidos pela COCAMAR. Safras 1984/85-1989/90	237
Tabela Nº 25: Demonstrativo das linhas de crédito existentes para o setor agropecuário - custeio e investimento – 2000	247
Tabela Nº 26: Índice de distribuição do crédito rural destinado à atividade agropecuária: relação Brasil / Paraná (%)	248
Tabela Nº 27: Participação dos cinco maiores estabelecimentos agroindustriais do Estado do Paraná no valor adicionado por grupo industrial – 1983	251
Tabela Nº 28: Segmentos agroindustriais no Estado do Paraná e participação das cooperativas instaladas em 1998	257
Tabela Nº 29: Comercialização dos principais produtos agropecuários pelas cooperativas do Paraná – 2000	258
Tabela Nº 30: Produção de milho no Estado do Paraná comparada à do Brasil – safra 1998/1999	259
Tabela Nº 31: Números da posse da terra, do tamanho das propriedades e uso do solo no Paraná – 1996	263
Tabela Nº 32: Comparativo da produção de grãos no Paraná em relação aos outros estados – 1998 / 1999	265
Tabela Nº 33: Produção brasileira de café exportado – 1992 /2000	266
Tabela Nº 34: Evolução da cultura da soja no Estado do Paraná 1980 / 2000	268
Tabela Nº 35: Produção agroindustrial das cooperativas agropecuárias do Norte Central Paranaense em 1997	271
Tabela Nº 36: Participação das cooperativas do Norte Central Paranaense na produção agropecuária – 1997	272
Tabela Nº 37: Participação da COCAMAR em sociedade com outras empresas – 1999	275
Tabela Nº 38: Descrição por empresa no faturamento do Grupo COCAMAR. Anos 1997/98/99 – Em R\$ milhões	276
Tabela Nº 39: Estrutura de beneficiamento e industrialização da COCAMAR – 1999	278
Tabela Nº 40: Cooperativas agroindustriais em atividade no Norte Central Paranaense – 1984 a 1999	288
Tabela Nº 41: Produção de leite, vacas ordenhadas, produtividade e disponibilidade por habitante. Paraná – 1980 a 2000	297
Tabela Nº 42: Produção das cooperativas agroindustriais da Mesorregião Norte Central Paranaense no segmento leite – 1997	298

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura Nº 1:	Taxa de crescimento da produção industrial no Brasil – crescimento sobre o ano anterior em %	45
Figura Nº 2:	Concentração da cultura do café no Estado do Paraná. - 1968	53
Figura Nº 3:	Mapa pedológico do Estado do Paraná – PLADEP: 1961	55
Figura Nº 4:	Processo de ocupação populacional e territorial do Paraná até 1940	57
Figura Nº 5:	Processo de ocupação populacional e territorial do Paraná até 1960	71
Figura Nº 6:	Evolução da área das principais culturas do Paraná. 1972/1973 a 1999/2000	81
Figura Nº 7:	Estado do Paraná: regiões geográficas – mesorregião e microrregião	98
Figura Nº 8:	Estado do Paraná: regiões geográficas – mesorregião e microrregião / IBGE : 1989	100
Figura Nº 9:	Localização das cooperativas agroindustriais em atividade na mesorregião Norte Central Paranaense 1984/2001	102
Figura Nº 10:	Índice de crescimento da população brasileira relativo à população paranaense : 1940 – 2000	109
Figura Nº 11:	Esquema teórico da formação do novo padrão agrícola brasileiro	163
Figura Nº 12:	Evolução das principais formas de uso do solo na agropecuária paranaense e a sua participação sobre o total do Estado, entre 1970 e 2000	197
Figura Nº 13:	Distribuição espacial das agroindústrias agrosucroalcooleiras no Estado do Paraná. Usinas e destilarias – 2001	210
Figura Nº 14:	Taxa de crescimento da produção industrial no Brasil - crescimento sobre o ano anterior em %	230
Figura Nº 15:	Evolução da área e da produção das principais culturas do Paraná – 1972 / 1985	231
Figura Nº 16:	O crescimento do PIB e do PIB <i>per capita</i> brasileiro. - 1971 a 1991	235
Figura Nº 17:	Distribuição espacial da sede e dos entrepostos da cooperativa dos cafeicultores e agropecuaristas de Maringá Ltda. – COCAMAR . 2000	274
Figura Nº 18:	Distribuição espacial da sede e dos entrepostos da Cooperativa Agropecuária do Vale do Tibagi Ltda. – VALCOOP. 2000	282
Figura Nº 19:	Distribuição espacial da sede e dos entrepostos da Cooperativa de Cafeicultores de Mandaguari Ltda. - COCARI . 2000	284
Figura Nº 20:	Distribuição espacial da Sede e dos entrepostos da Cooperativa Agropecuária dos Cafeicultores de Porecatu Ltda. – COFERCATU . 2000	285
Figura Nº 21:	Distribuição espacial da sede e dos entrepostos da Cooperativa Agropecuária de Rolândia Ltda.– COROL. 2000	286
Figura Nº 22:	Distribuição espacial da sede e dos entrepostos da Cooperativa	

	Agropecuária de Produção INTEGRADA Ltda. 2000	292
Figura N° 23:	Distribuição espacial da sede e dos entrepostos da Cooperativa Agroindustrial NOVA PRODUTIVA Ltda. 2000	293
Figura N° 24:	Distribuição e diversificação dos investimentos anunciados para o agronegócio paranaense por mesorregião geográfica. 1995 – 2000	309

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGRÁRIA	– Cooperativa Agrária Entre Rios Ltda.
AGROCERES	– Sementes Agrocere S/A.
ALCOPAR	– Associação dos Produtores de Álcool e Açúcar do Paraná.
ANDEF	– Associação Nacional dos Defensivos Agrícolas.
ANDERSON CLAYTON	– Anderson Clayton & Cia S/A.
APPC	– Associação dos Países Produtores de Café.
BACEN	– Banco Central do Brasil.
BADEP	– Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná S/A.
BATAVO	– Cooperativa Agropecuária Batavo Ltda.
BB	– Banco do Brasil.
ACIM	– Associação Comercial e Industrial de Maringá.
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BRDE	– Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.
CAC	– Cooperativa Agrícola de Cotia
CAFÉ DO PARANÁ	– Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná
CAI	– Complexo agroindustrial.
CAI's	– Complexos agroindustriais.
CAMAS	– Cooperativa Agrícola Mista Alvorada do Sul Ltda.
CANORPA	– Cooperativa Agropecuária Centro Norte do Paraná Ltda.
CARGIL	– Cargil Cooperativa Agrícola S/A.
CASTROLANDA	– Sociedade Cooperativa Castrolanda Ltda.
CASUL	– Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Centenário do Sul Ltda.
CATIVA	– Cooperativa Agropecuária de Londrina Sociedade Rural Ltda.
CCPL	– Cooperativa Central de Produtores de Leite do Rio de Janeiro.
CCLPL	– Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda.
CENAL	– Comissão Executiva Nacional do Álcool.
CENTRALNORTE	– Cooperativa Centralnorte de Laticínios Ltda.
CENTRAL PARANÁ	– Usina Central do Paraná.
CGC	– Cadastro Geral do Contribuinte.
CLT	– Consolidação das Leis do Trabalho.
CMNP	– Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.
CNA/ PR	– Conselho Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo Paranaense
CNAL	– Conselho Nacional do Álcool.
CNPA	– Conselho Nacional de Política Agrária.
COACA	– Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Paranavaí.
COAMO	– Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda.
COAMTO	– Cooperativa Agroindustrial de Produtores de cana de São

	Tomé Ltda.
COANTO	– Cooperativa Agrícola de São Tomé.
COCAFÉ	– Cooperativa Agrícola de Astorga Ltda.
COCAMAR	– Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuarista de Maringá Ltda.
COCAP	– Cooperativa Central Agropecuária do Paraná.
COCARI	– Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari Ltda.
COCEAL	– Cooperativa Central de Algodão.
CODEM	– Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá.
CODEPAR	– Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná.
COFERCATU	– Cooperativa Agropecuária dos Cafeicultores de Porecatu Ltda.
COLARI	– Cooperativa de Laticínios de Mandaguari Ltda.
COLMAR	– Cooperativa de Laticínios de Maringá Ltda.
COLOCA	– Cooperativa Londrinense de Cafeicultores Ltda.
CONAB	– Companhia Nacional de Abastecimento.
CONFEPAR	– Cooperativa Central Agropecuária Ltda.
COOPERFIOS	– Cooperfios S/A - Indústria e Comercio. Fios Algodão. Sócia: Cocamar
COOPEROLA	– Cooperativa Regional de Pérola.
COOPERVAL	– Cooperativa Agrária dos Produtores de Cana Vale do Ivaí Ltda.
COOPERVALE	– Cooperativa de açúcar e álcool Vale do Ivaí S/A.
COPACOL	– Cooperativa Agrícola Consolata Ltda.
COPEL	– Companhia Paranaense de Energia Elétrica.
COPIVA	– Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Ivaiporã Ltda.
COROL	– Cooperativa Agropecuária de Rolândia Ltda.
COTAL	– Cooperativa Agrícola de Produtores de Cana Tapejara Ltda.
COTIA / Norte	– Cooperativa Agrícola de Cotia Norte do Paraná Ltda.
COTREFAL	– Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda.
COTRIGUAÇÚ	– Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda.
COVAPI	– Cooperativa Agrícola de Produtores de Cana do Vale Pirapó.
CTNP	– Companhia de Terras Norte do Paraná.
D 1	– Departamento Produtor de Bens de Capital/Bens da Indústria: máquinas e insumos para agricultura
DAC	– Departamento de Assistência ao Cooperativismo.
DEE	– Departamento Estadual de Estatística.
DENACOOOP	– Departamento Nacional de Cooperativismo e Associativismo Rural.
DERAL	– Departamento de Economia Rural do Paraná.
EMATER / PR	– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná.
EMBRATER	– Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	– Estados Unidos da América.
FECOTRIGO	– Fecotrigo/Cooperativa Central Sul de Produtores Rurais do Rio Grande do Sul.
FEPAR	– Federação Paranaense das Cooperativas de Cafeicultores.
FIBGE	– Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

FIPE	– Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas / Governo Federal.
FMI	– Fundo Monetário Internacional.
FUNAGRI	– Fundo Geral para a Agricultura e Indústria.
GERCA	– Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura.
IAA	– Instituto do Açúcar e do Alcool.
IBC	– Instituto Brasileiro do Café.
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICM	– Imposto sobre Circulação de Mercadorias.
ICMS	– Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
IDR	– Instituto de Desenvolvimento Regional.
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INTEGRADA	– Cooperativa Agropecuária de Produção Integrada do Paraná Ltda.
IPARDES	– Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.
IPCA	– Índice de Preços ao Consumidor Ampliado.
IPI	– Imposto sobre Produtos Industrializados.
IVATE	– Usina e Destilaria de Alcool de Ivaté.
MA	– Ministério da Agricultura e do Abastecimento.
MARA	– Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.
MIC	– Ministério da Indústria e Comércio.
MIRAD	– Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário.
NORCOOP	– Projeto Norte de Cooperativismo do Paraná.
NOVA PRODUTIVA	– Cooperativa Agroindustrial Nova Produtiva Ltda.
OCB	– Organização das Cooperativas do Brasil.
OCEPAR	– Organização das Cooperativas do Paraná.
ONGs	– Organizações não-governamentais.
PIB	– Produto Interno Bruto.
PIC	– Projeto Iguaçu de Cooperativismo / PR.
PIDCOOPS / PR	– Projeto Integrado de Desenvolvimento de Cooperativas do Paraná
PLADEP	– Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná.
PLANALSUCAR	– Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar.
PND	– Plano Nacional de Desenvolvimento.
PNDs	– Planos Nacionais de Desenvolvimento
PO	– Pessoal Ocupado.
PROÁLCOOL	– Programa Nacional de Alcool.
PURINA	– Purina do Brasil Alimentos S/A.
RECOOP	– Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária. Governo Federal
SADIA	– Sadia Concordia S/A.
SANBRA	– Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil.
SANEPAR	– Companhia de Saneamento do Paraná.
SDR	– Secretaria de Desenvolvimento Rural / Governo Federal.
SEAB	– Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

SEAG	– Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná.
SEID	– Secretaria de Estado da Indústria do Paraná.
SENACOOOP	– Secretaria Nacional do Cooperativismo.
SESCOOP / PR	– Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Paraná
SNCR	– Sistema Nacional de Crédito Rural / Governo Federal.
SUDAM	– Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.
SUDCOOP	– Cooperativa Central Sudoeste Ltda.
SUDECO	– Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.
SUDENE	– Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.
SUDESUL	– Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
SUL BRASIL	– Cooperativa Agrícola Sul Brasil Ltda. Londrina/Maringá.
SULCOOP	– Projeto Sul de Cooperativismo / Paraná.
TEXTILPAR	– Textilpar Ltda. / Tecelagem de algodão /sócia: Cocamar.
TRANSCOCAMAR	– Transcocamar Ltda. / Transportadora Cocamar.
UNILEVER	– Indústria Gessy-Lever S/A.
VALCOOP	– Cooperativa Agropecuária Vale do Tibagi Ltda.
VBC	– Valores Básicos de Custeio.
VTI	– Valor de Transformação Industrial.

RESUMO

No contexto dos complexos rural e cafeeiro, do processo de modernização agrícola, das políticas nacionais do crédito rural e do CAI regional, estudamos as mudanças nas cooperativas agropecuárias para a moderna dinâmica funcional e administrativa das cooperativas agroindustriais representativas no desenvolvimento local e regional da espacialidade social e geoeconômica da Mesorregião Norte Central Paranaense. Destacamos a substituição da cultura do café pela agricultura intensiva de capital com o surgimento de novos segmentos produtivos na agropecuária, a exemplo da cultura da soja e do milho e da expansão do setor sucroalcooleiro, relacionados à modernização da agropecuária, à verticalização industrial e aos padrões econômicos de agroindustrialização. O período de co-gestão, antes dominado pelo Estado, e o de autogestão, de política econômica e de funcionalidade liberal administrativa pós-Constituição Brasileira de 1988 registram, juntamente com as políticas de mercado e do crédito rural nacional, momentos de eliminação, fusão ou incorporação de cooperativas. Agentes da organização social e espacial, as cooperativas agroindustriais, enredadas no sistema capitalista, buscam a maximização do lucro e procuram, na agregação de valores à produção e na verticalização industrial, elementos protetores para não sucumbirem à concorrência do capital internacional, principalmente na comercialização, diante de produtos externamente subsidiados e/ou altamente concorrentes. Elas estão mais competitivas no mercado, devido à verticalização industrial e à capacidade administrativa e controladora ao estilo empresarial *multicooperativa*, podendo atuar como uma *holding*, e são percebíveis nos segmentos agroindustriais e nos investimentos do agronegócio regional.

Palavras-chaves: Complexo agroindustrial, cooperativa agroindustrial, incorporações, multicooperativa, autogestão, desenvolvimento regional e local.

ABSTRACT

Through the analysis of Rural and Coffee wide Complex; Agricultural Modernization process, National Credit Policies, and regional CAI, we've studied the structural changes on Agro-Industrial Cooperatives (functional and administrative dynamics), due to their great representation relating to the development of Paraná's northern-central area. Also, we accentuate the economic substitution of coffee culture for intensive capital agriculture with the arrival of new segments, such as oil, corn and alcohol expansion, all related to the upgrade of farming technologies, industrial organization, and agro-industrial economic standards. The period of co-management, previously controlled by the State, and the period of self-management, under economic policies and liberal administration, after 1988's new Brazilian Constitution, illustrated moments of elimination, cohesion and incorporation of cooperatives, jointly with market policies and the national rural credit. Being agents of the social development and the space organization, the Agro-industrial Cooperatives, based on capitalist system, defend the profit maximization and the accumulation of the production value, so they wont surrender to the international competition, specially within the commercialization against the products internationally subsidized or highly competitive. Currently, the Agro-industrial Cooperatives are more competitive in the market due to the industrial production development and its great capacity of control and administration through the *multi-cooperative* style, also being able to act as a *holding*, easily found in the agro-industrial segments and investments within Paraná's northern-central area.

Key Words: Agro-Industrial Complex, Agro-Industrial Cooperatives, Incorporations, Multi-Cooperative, Auto-Management, Local and Regional Development.

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho foi investigar as principais atividades das cooperativas agroindustriais, na internalidade do complexo agroindustrial, analisando características processuais, funções e relações com outros setores, para, com conhecimento desta dinâmica setorial que envolve o processo geoeconômico da mesorregião Norte Central Paranaense, entender na atualidade o comportamento funcional dessas cooperativas modernas e o seu papel no desenvolvimento regional. Para enriquecer as evidências da pesquisa buscou-se nos estudos do complexo rural, inclusive com os momentos de desenvolvimento e crise do complexo cafeeiro e na seqüência da estruturação do CAI, a vinculação e a atuação, inicialmente das cooperativas agropecuárias e depois das cooperativas agroindustriais, neste contexto de desenvolvimento regional e local paranaense.

A abordagem geoistórica, com análise das modificações básicas do processo econômico agropecuário do Paraná, resulta de fundamentações contidas no padrão agrário de acumulação de capital no Brasil, desde a implantação do D1 industrial para a agricultura, quando finaliza a decomposição do complexo rural, e principalmente de meados da década de 1960 em diante, quando da substituição de importações com a imposição industrial dentro do padrão agrário moderno. A abordagem resulta da própria análise da modernização agrícola, campo de investigação para o entendimento da formação e evolução do CAI no Paraná, no qual se insere, objetivamente, a organização moderna das cooperativas agroindustriais. O padrão de acumulação econômica compreendido pela dinâmica do CAI, complexo integrador das atividades agroindustriais, que utiliza a indústria como um veículo modificador processual das atividades produtivas e da organização espacial, incidiu em mudanças estruturais nas cooperativas agropecuárias. Como categorias de estudos, os complexos podem ser entendidos como unidades de análise, estrutura de relação e dinâmica espacial, que indicam as forças produtivas vinculadas às transformações da agropecuária e que reforçam abordagens para o conhecimento da realidade do desenvolvimento social e geoeconômico do setor das cooperativas agroindustriais do Norte Central Paranaense, objeto e área delimitada deste estudo.

Objetivou-se com as análises da dinâmica agrária, na perspectiva

intersectorial agricultura-indústria, inteirar-se das estratégias do CAI, como indicador de um determinado nível de agregação de atividades interdependentes. Nas modificações dos processos econômicos e sociais a dinâmica do CAI está sendo repensada com relação a sua atuação no âmbito da espacialidade local e regional, incluindo-se reflexos de origem globalizante. As espacialidades servem de unidades de análise como instrumentos para o estudo da própria dinâmica do CAI. As teorias de desenvolvimento econômico na perspectiva do CAI, em grande parte relacionadas com a sua funcionalidade, estão voltadas para o desenvolvimento das relações de mercado, orientadas pelo modo de produção capitalista, e foram analisadas neste trabalho para evidenciar as transformações geoeconômicas das cooperativas no contexto da agroindustrialização com internalidades produtivas relacionadas entre si por vínculos econômicos.

O **Capítulo I** trata do processo de estruturação das Cooperativas Agroindustriais. Estudou-se esse processo desde o complexo rural à modernização agrícola, inclusive com a introdução do CAI, para entender o processo de estruturação social e geoeconômica no desenvolvimento regional paranaense. Enfocou-se, na sua estruturação fundiária, o período que vai desde a instalação das primeiras cooperativas agropecuárias até quando a agropecuária vai se organizando para a industrialização, transformando-as em cooperativas agroindustriais. A estruturação das cooperativas do Norte Central Paranaense para a agroindustrialização é fundamentada, também, na inserção das políticas de governo para o setor, assim como, por dispositivos de lei, do período fiscalizador e dependente de gestão, antes da Constituição Brasileira de 1988, ao período liberal de funcionalidade administrativa das cooperativas pós-constituição.

A alteração da divisão social do trabalho, de uma produção rural artesanal e incipiente por outra tecnificada e intensiva de capital e ainda estimulada e dirigida para a verticalização agroindustrial, exigiu do sistema cooperativista agropecuário do Paraná alterações na atividade produtiva e na forma da gestão administrativa, as quais resultaram na eliminação, fusão ou incorporação de cooperativas. Confirma-se a hipótese de que a sobrevivência das cooperativas agropecuárias passa pela modernização, pela industrialização da produção agropecuária e pela capacidade administrativa e gerencial de suas unidades, principalmente no tocante à agregação de valores à produção ou lucro e à evitação do endividamento, para que possam atuar em um mercado altamente concorrencial e exigente, de

relações espaciais econômicas diversas. A hipótese do desenvolvimento das cooperativas agroindustriais para se tornarem multicooperativas ou cooperativas competitivas fundamentou-se nas novas formas de gerenciar suas funcionalidades no modo capitalista da administração empresarial. O comportamento das cooperativas agroindustriais nos remete ao estudo da multicooperativa para entender a estrutura de alto padrão de integração entre empresas e associados, e as suas relações endógenas ou exógenas, diversas e complexas, como veículo de concentração da produção e de capitais da agropecuária.

Tradicionalmente, a relação econômica entre a cooperativa agropecuária e cooperado é a entrega da produção às cooperativas para sua comercialização com vista à maximização do lucro e ou à agregação de valores à produção. A cooperativa passa a ser a alternativa principal de mercado, mesmo ocorrendo desvios, para a produção do associado, num dado momento e, no outro, o da agroindustrialização, para fortalecerem-se no setor e evitar-se a descapitalização de ambos – associado e cooperativa –, ao mesmo tempo em que esta organização capitaliza o local e a região, criando um conjunto fortalecido para não sucumbir à concorrência do capital internacional. Nesta hipótese confirma-se que, à medida que cresce o poder econômico da cooperativa nas atividades agropecuárias - multicooperativa, ou a sua forma de administração empresarial capitalista - empresa cooperativista, no atual mercado capitalista globalizado, aumentam, nesta competição, as possibilidades de agregar valores econômicos à relação produtiva cooperado-cooperativa.

Hipótese justificável é a de que as cooperativas agroindustriais atuam como instrumento para agregação de valores à produção agrícola, não só para o local e região, mas também para os cooperados em particular, no intuito de evitar, principalmente na comercialização, que grandes empresas nacionais ou multinacionais, concorrentes no setor, dominem a economia agropecuária regional. Outra justificativa está no contexto de região, com o privilegiamento do local, e nas relações econômicas que dinamizam o desenvolvimento regional, quando as cooperativas agroindustriais despontam como instrumentos das políticas de governo e agentes da modernização agrícola, e passam a ser, pela relação cooperativa-cooperado, agentes da organização espacial regional, com suas especificidades locais. A aplicação das políticas agrícolas da União revela o grau de interferência do governo na agropecuária e nas cooperativas, favorecendo a compreensão do desenvolvimento destes setores e da dinâmica de mercado na área objeto deste estudo.

Neste contexto econômico globalizante a cooperativa trata de criar novas formas de relação com os associados, as quais se constituem em mais um meio de o setor capitalista monopolista reter o valor excedente da produção agropecuária, na constituição de multiempresa cooperativista.¹

O Norte Central Paranaense, com dinâmica central polarizada por Maringá e Londrina, é envolvido no conceito de desenvolvimento regional como importante e expressiva área ativa da economia do Estado do Paraná, onde se localiza o maior número de suas agroindústrias, contexto de situação das cooperativas estudadas. A proposta de estudar o processo geoeconômico cooperativista agroindustrial, primeiramente marcado pela mercantilização da produção agrícola e depois pela somatória à agroindustrialização, justifica o registro de que a localização desta produção indicava o padrão econômico ajustado ao espaço de locação da agroindústria. Não obstante, a partir da década de 1980, a significância do padrão econômico da localização industrial deu-se principalmente pela determinação da produção através da agroindústria, revelando-se, na atualidade, o padrão econômico que predomina na organização espacial das atividades e da própria dinâmica das cooperativas agroindustriais. Nestes casos, verificou-se a participação significativa da região no processo de industrialização do Paraná.

Para o entendimento da dinâmica de relações e modificações espaciais foi necessário o estudo da ocupação social e expansão geoeconômica regional, associadas aos conceitos de região e desenvolvimento regional. A região “deixa cada vez mais de ser fruto de diferenças naturais e adquire crescentemente o caráter de economicamente desigual”; assim, a controvérsia de que o processo de globalização dos anos de 1990 descaracteriza a região com o poder econômico global não é evidenciada por uma expressiva parcela de estudiosos. Muitos destes acham que esta dinâmica mundializada carece de articulações de base territorial. Para estes, o caráter de resistência desta espacialidade está justamente nos movimentos de base regional, pois, “ao mesmo tempo que o capital globalizado pode se valer da fragmentação para se impor mais facilmente, pode gerar movimento de resistência”². A

¹ Sobre as alternativas apresentadas para os cooperados via cooperativas agropecuárias e sua função como grandes empresas monopolistas vide GRAZIANO DA SILVA *et al* (1980:5), assim como a Nova Dinâmica da Agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1996:32), que trata da reunificação agricultura-indústria, quando a indústria, neste caso vinculando a agroindústria, comanda a agropecuária.

² ALENTEJANO (1998:76-79)

região está associada ao conceito de espaço, como produto e suporte de uma sociedade e de uma economia que, como objeto, serve de apropriação e lugar onde se desenvolvem as estratégias sociais.³ Devido à sua dinâmica e à subjetividade do conceito, a delimitação da região pode ser feita por critérios diferenciados, por exemplo, por delimitação física ou de planejamento regional; entretanto a região não é uma simples área demarcada, e pode estabelecer alianças com outras regiões para atingir os seus objetivos. A integração entre regiões envolve uma espacialidade de relações sociais e geoeconômicas da dinâmica regional, daí fundamentá-las, também, nos conceitos de desenvolvimento regional.

As questões de desenvolvimento regional estão ligadas aos fatores de dinâmica espacial interna e externa e à ocorrência de fenômenos modificadores no tempo que servem para detectar causas e efeitos deste processo. O desenvolvimento de uma região pode ser determinado pela dinâmica das atividades sociais e econômicas que envolvem a organização espacial, como espaço/território de relações locais, regionais e globais, isto é, possibilita a análise de desenvolvimento regional, desde as questões do local até as do global. A região passa por estratégias de desenvolvimento através da sua gestão, as quais promovem com intensidades diferentes o desenvolvimento regional e deixam registros de suas ocorrências. Daí pensar o desenvolvimento, também, como “um processo **localizado** de permuta social sustentado que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela ”⁴, para evidenciar a região e o local que envolve, a área delimitada do Norte Central Paranaense à temática das cooperativas agroindustriais.

As cooperativas agroindustriais, assim como outras empresas modernas, entram no contexto de desenvolvimento regional porque proporcionam condições para a criação e multiplicação de fatores que vão além dos tradicionais. Elas verticalizam produção-produto, desenvolvem segmentos agropecuários especializados, participam de ou criam pólos de crescimento e novos sistemas produtivos, atraem novos investimentos, transformam e impulsionam a dinâmica geoeconômica da região e dão novas formas à paisagem regional.

A região integra-se como palco das relações capitalistas de produção, “à medida em que se especializa e passa a estabelecer fluxos de mercadorias e financeiros com o

³ Conceito de região vista como processo, encontrado em FONTES (1987: 324-327).

⁴ Conceito de desenvolvimento regional de BOISIER (1996:33). O destaque de “localizado” é nosso para chamar atenção para o “local”.

resto do sistema” e é determinada por fatores espaciais de divisão do trabalho, com “a formação de sub-unidades de produção com uma certa especialização, em âmbitos territoriais restritos e diferenciáveis, pertencentes a um sistema de produção social”. Assim, a região é delimitada pela descoberta de seus processos gerais, no entendimento de área com determinadas características de relativa homogeneidade⁵. Portanto, a região, como um espaço das atividades humanas, contém programas de desenvolvimento via planejamento.

No **Capítulo II**, localizamos a área de estudo delimitada pela Mesorregião Norte Central Paranaense em uma relação de desenvolvimento regional ampla que envolve a Região Norte. Figuramos no Norte Central a localização das unidades das cooperativas agroindustriais ativas e desativadas a partir de 1980 até o ano de 2001. Para explicar esta configuração retornamos à colonização empresarial e estatal e à expansão capitalista moderna pós-1930 no Norte do Paraná. Reportamos a crise da cafeicultura e a instalação, desde os anos de 1960, da política de modernização agropecuária, e avançamos até os anos de 1980, quando entra nesta análise, o primeiro padrão de desenvolvimento, com a agroindústria buscando na localização industrial a matéria-prima necessária para as suas atividades, logo seguido pelo segundo padrão. A dinâmica da ocupação espacial – a mobilidade espacial, alterações de ciclos econômicos, estruturação e desestruturação fundiária, dentre outras - são modificações processuais utilizadas para entender e visualizar a distribuição espacial das cooperativas agropecuárias. O objeto de estudo, cooperativas agroindustriais, está delimitado em uma área cujas relações funcionais, estruturais e econômicas extrapolam suas fronteiras e os acontecimentos são evidenciados através da análise do desenvolvimento regional. Daí o porquê de amarrar os conceitos de região e de desenvolvimento regional à dinâmica local e regional do Norte Central paranaense.

Destacamos as cooperativas agroindustriais nas inter-relações do CAI, incluindo as atividades agropecuárias e as políticas de crédito rural do Estado não só como agentes, contribuintes ou produtores e transformadores da matéria-prima da agropecuária, mas também como organizadores deste espaço de relações. Como método, usamos teorias que tratam da formação e estruturação dos complexos rural, cafeeiro, agroindustrial e da modernização agrícola aplicadas às cooperativas agroindustriais do Paraná. Utilizamos ainda, conforme documentação anexa, os seguintes recursos: realização de pesquisa empírica

⁵ Esta referência consiste na fundamentação de ROLIM (1995:50) sobre a dinâmica e subjetividade de região

e prática através da aplicação de questionário com 53 perguntas objetivadas em torno de 198 respostas; entrevistas com diretores das unidades cooperativistas; testemunhos aleatórios de pessoas do setor e de juristas do Tribunal de Alçada do Paraná sobre a vivência das cooperativas agroindustriais; e observações locais da realidade do desenvolvimento regional, acrescido por novas estruturas edificadas e por novos segmentos agropecuários especializados e seus acontecimentos na verticalização industrial.

Para os estudos da ocupação e exploração do solo paranaense, objetivando nas inter-relações do CAI a participação das cooperativas agroindustriais e a forma de exploração da produção agropecuária, mais por razões de processamento agroindustrial da produção do que pela forma de atividade trabalho da população rural que detêm a terra, foi utilizado o instrumental metodológico da análise quantitativa, revelado nos dados estatísticos ou censitários do IBGE, INCRA, BACEN, FIPE, SEAB/PR, DERAL/PR, ALCOPAR, dentre outros, o qual permitiu mensurar as tendências da dinâmica estrutural agrária dos anos de 1970 a 2000.

A abordagem abrangeu desde o complexo rural até a crise do complexo agrocomercial dos anos de 1960 e a instalação do CAI, destacando, dentre outros aspectos, a transformação da estrutura fundiária e as novas formas da estruturação técnica moderna, a substituição de culturas e a criação de novas linhas produtivas por segmentos agropecuários especializados para atender às atividades das cooperativas agroindustriais. Nos anos de 1970 detectaram-se nessas unidades de análise alterações no modo de produzir dos setores da agropecuária paranaense, via modernização agrícola, destinadas a aumentar a produção e a produtividade agropecuária e amenizar o desequilíbrio da balança comercial e as constantes elevações das taxas inflacionárias. O processo social e geoeconômico do Norte Central paranaense, que passou por modificações profundas desde os anos de 1930, voltou a alterar-se na década de 1960 e, com maior intensidade, nos anos de 1970, principalmente pela industrialização moderna da produção agropecuária e o desenvolvimento de novos segmentos exigidos para atender à agroindustrialização. Esta análise metodológica justifica a hipótese de que a expansão das agroindústrias e mais propriamente das cooperativas agroindustriais, além de modificar a produção rural, integrando agricultura e indústria, desenvolveu complexos empresariais que figuram na dinâmica da organização espacial local e regional.

As mudanças na agropecuária paranaense com a modernização agrícola e com a agroindustrialização constituem-se em hipóteses quando suas interferências contribuem para entender às transformações na estrutura fundiária e às modificações no complexo cooperativista agroindustrial. As Cooperativas neste contexto transformam-se em agentes da organização do espaço. As estratégias das cooperativas para a agroindustrialização são incentivadas pelas políticas de crédito rural e de financiamento facilitado ou subsidiado, as quais estimulam a especialização industrial, principalmente no processamento da produção agropecuária, com o intuito de verticalizá-la e ao mesmo tempo possibilitar para o cooperado um veículo de agregação econômica.

No **Capítulo III** estuda-se o papel do Estado e suas principais políticas de crédito aplicadas nas atividades da agropecuária brasileira relativas aos complexos rural e agroindustrial, as quais envolveram os principais órgãos que instrumentalizaram essas políticas, a exemplo dos extintos institutos IAA (1933) e IBC (1952); do plano para o álcool PROÁLCOOL (1975); dos planos de desenvolvimento aplicados nos PNDs (1972 a 1985), como estímulo à produção agrícola para exportação. Cumpre ainda destacar o apoio do SNCR (1966), sistema financeiro responsável pela política de crédito do país via incentivo para a agricultura e indústria, com o órgão FUNAGRI, e as normas VBC na fixação de valores de custeio para os produtos agrícolas. Com a análise da legislação afeta às cooperativas concluímos os períodos de centralismo estatal e de autogestão para o setor delimitado pelo períodos anterior e imediatamente posterior à Constituição de 1988. Cooperativas do Paraná participam da legislação com inovações administrativas, mas foi sob orientação da OCEPAR, em 1991, que se deu a aprovação do programa de autogestão das cooperativas. O RECOOP (1999), formulado no governo FHC, é outro órgão referenciado no papel de reestruturação e capitalização das cooperativas agroindustriais, processo sem o qual ocorreria a desativação de algumas delas. Enfocamos o modelo de modernização agrícola desde a implementação do DI industrial no Paraná para realçar, na dinâmica do CAI paranaense, a convivência das principais indústrias não cooperativas com o setor cooperativista do complexo agroindustrial do Norte do Paraná.

Ao estudarmos as políticas financeiras de crédito aplicadas à agropecuária do Paraná, na inclusão de um novo aparato técnico concentrador de capital, via modernização agrícola, estamos atendendo aos objetivos de conhecer a incidência desse aparato na

constituição do CAI regional e no desenvolvimento das cooperativas agroindustriais, desde o período de funcionamento das primeiras cooperativas agropecuárias do Norte do Paraná, especificamente, do Norte Central paranaense.

Outra abordagem justificativa de hipótese é o tratamento dado à atuação desenvolvida na agropecuária por grupos econômicos e empresas nacionais, multinacionais ou cooperativas, no processo de organização e reprodução das novas formas aplicadas ao desenvolvimento econômico regional paranaense, durante a constituição do setor cooperativista agroindustrial, assim como na aplicação das políticas de crédito rural da União idealizadas como modelo de intervenção estatal desde o governo militar instalado em 1964 até os governos “neoliberais” de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso dos anos de 1990.

A aplicação política do crédito rural antes da Constituição de 1988 inclui-se no período mais acentuado da dominância do Estado na organização da produção agropecuária. O Estado utilizou o SNCR como instrumento para o planejamento e atributo para o desenvolvimento regional. A continuidade aplicativa do modelo na década de 1980, que atingiu a década seguinte, foi considerada crítica não só para o Paraná, mas para a agropecuária nacional, devido à restrição na oferta do crédito rural. Isto porque o subsídio creditício resultava em investimento para a própria modernização das atividades agropecuárias dos produtores e cooperativas, cada vez mais seletiva em produção, área mecanizável e mão-de-obra especializada. A necessidade do crédito comprovava a dependência da agropecuária, e nesta dependência, o poder do Estado sobre ela. Nesta análise teórico-metodológica o processo retrata as relações internas e externas do desenvolvimento geoeconômico das cooperativas agroindustriais, onde se verifica a participação do Estado como co-gestor e a importância do crédito agrícola para a sobrevivência e desenvolvimento do setor agropecuário.

O período pós-Constituição de 1988, envolto nas políticas de livre concorrência e na administração cooperativista de autogestão, é de abertura da precedência empresarial às cooperativas agroindustriais. O Estado, de formas variadas, aplicou na agropecuária suas políticas de crédito, de cotas de participação, de investimentos e custeio e de preço mínimo, esta última ainda em vigor, desde os anos de 1980.

Outro caminho metodológico foi a utilização de registros gerais dos

arquivos cooperativistas, a exemplo dos informativos e boletins internos, documentos contábeis e atas, que revelassem no processo geoeconômico de agroindustrialização modificações básicas indicativas de sua estruturação e a correlação cooperado-cooperativa no CAI. Foi utilizada também a análise de documentos que envolvessem: a legalidade funcional e a filosofia social; a legislação cooperativista: leis, decretos e outros dessa ordem; entrevistas com juízes e levantamento de documentos junto ao Tribunal de Alçada do Estado do Paraná que versassem sobre jurisprudência a respeito do desaparecimento, fusão ou incorporação de cooperativas. E foram ainda analisados os períodos, da fiscalização do INCRA de co-gestão cooperativista e o período liberal de autogestão pós-Constituição Brasileira de 1988.

Nos **Capítulos IV e V**, analisamos o avanço do capital industrial na internalidade das cooperativas e da Região Norte Central Paranaense, destacando a ocupação do setor sucroalcooleiro, iniciador do processo agroindustrial moderno relativo aos avanços das cooperativas nos segmentos da agropecuária quando, ainda nos anos de 1960, estavam vinculadas ao armazenamento e comercialização da produção. Enfatizamos as mudanças na estrutura agrária regional com a modernização agrícola, analisando a crise agrária nacional e a redução de financiamentos e subsídios para a agropecuária na década de 1980, que atingiu o setor agroindustrial. Referendamos as ocorrências utilizando a análise quantitativa de dados censitários comparativos por períodos entre 1970 e 1995, sobre o número de estabelecimentos agropecuários de todas as mesorregiões do Paraná, assim como da evolução tecnológica dos estabelecimentos no período de 1920 a 1995. No período de 1970 a 2000, analisamos e figuramos as formas de uso do solo na relação produto-produção e área ocupada, para mostrar a evolução das principais culturas do Paraná. Por fim, destacamos e figuramos todo o universo das agroindústrias alcooleiras - pois a maioria está vinculada às cooperativas agroindustriais - assim como informamos todos os segmentos cooperativistas em funcionamento no Paraná, por períodos que vão de 1975 a 2000, para revelar, no desaparecimento, fusão, incorporação ou aumento no setor, a dinâmica do cooperativismo no desenvolvimento regional paranaense.

Ainda sobre os **Capítulos IV e V**, a avaliação do comportamento da cooperativa agroindustrial, enquanto representante de uma associação de pessoas, para a funcionalidade regulada em lei ou para o atendimento administrativo na forma da organização

empresarial, envolve a questão do duplo caráter cooperativa-empresa. O indicativo para análise desta questão partiu das referências sobre a *multicooperativa*, para revelar na morfologia empresarial, o novo estilo funcional das cooperativas agroindustriais do Norte Central Paranaense. O embasamento teórico como método de análise foi utilizado para entender o *critério de identidade* das cooperativas, na comparação com a forma de produzir e gerar mercadoria, pois são idênticos os objetivos da *empresa* e do *cliente* associado e a natureza econômica, quando voltada para as atividades capitalistas, onde a maximização do lucro é a oportunidade principal. A administração moderna da cooperativa tem sido a causa principal da manutenção ou não do seu funcionamento, razão da questão, quando se diz que a cooperativa, na vivência do modo capitalista de pensar, não visa lucro; razão para se afirmar que a cooperativa, na atualidade, não é um simples agente de vendas do agricultor, já que ela é uma *multicooperativa*. Estas referências somadas aos padrões econômicos da localização agroindustrial auxiliaram o entendimento do domínio de uma *cadeia produtiva*. Assim percebemos que as cooperativas agroindustriais passam a criar novos perfis ao modo de cooperativas-empresas, a exemplo de uma *holding*.

A agregação administrativa empresarial pelas cooperativas agropecuárias constitui importante objeto de análise na questão do novo comportamento liberal empresarial pós-Constituição Brasileira de 1988, quando as cooperativas participantes do CAI alteram suas atuações de co-gestão administrativa para uma gestão empresarial no modo capitalista de grandes empresas. Essas ocorrências não significaram alterações no modelo econômico do padrão CAI, mas sim, mudanças administrativas nas relações funcionais de sua internalidade, implantadas por empresas modernas, principalmente por cooperativas agroindustriais que o integram. Estas ocorrências respondem, também, à hipótese do surgimento de uma nova fase de expansão do mercado nacional com efeito no setor cooperativista agropecuário. Este teve então que repensar o padrão econômico agrário do CAI, como reflexo inclusive da estagnação econômica dos anos de 1980, estendida por alguns anos de 1990, período marcado por intensa inflação, durante o qual a economia nacional girou, quase que exclusivamente, para o pagamento da dívida externa e para conter a desvalorização da moeda.

O procedimento metodológico de analisar a legislação cooperativista brasileira respondeu em grande parte, à hipótese sobre a estratégia administrativa e o comportamento social da cooperativa agroindustrial. Quanto às análises da legislação

específica, as cooperativas agropecuárias, mesmo atuando estrategicamente como empresas no setor agroindustrial, mantêm especificidades e particularidades em relação a outras empresas, na sua formação social, as quais decorrem principalmente de imposições legais.

Como *objeto de estudo* delimitamos o tema centrando-o nas cooperativas agroindustriais; e para a delimitação da área utilizamos a Mesorregião Norte Central Paranaense, por se encontrar nesta área a mais significativa participação das cooperativas no segmento agroindustrial do Paraná, a qual tem na COCAMAR a mais expressiva agroindústria desta mesorregião. Para caracterizar a administração moderna das cooperativas agroindustriais, envolvemos referências sobre o estilo de cooperativa agrária denominado *multicooperativa*, por tratar-se de “entidade cuja estrutura e dinâmica de crescimento apresenta várias similaridades com a morfologia da empresa controladora de um grupo empresarial”⁶. Para evidenciarmos uma empresa *multicooperativista* e de atuação administrativa *holding*, utilizamos o método do *estudo de caso* envolvendo a COCAMAR, e analisamos sua funcionalidade e participação no desenvolvimento social e geoeconômico local e regional. O capital local pode ser formado por uma ou mais cooperativas, de acordo com as atividades relativas aos outros participantes nessa espacialidade. A análise sobre a COCAMAR, como multicooperativa e administração *holding*, explica a sua participação no capital local e ao mesmo tempo a integra ao capital regional, quando ela se associa, presta serviço ou mantêm fluxos de relações comerciais com cooperativas ou empresas de outras localidades.

No **Capítulo VI** destacamos as recentes alterações no setor cooperativista agroindustrial do Norte Central Paranaense, vinculando principalmente as cooperativas singulares e as de laticínios, e realçamos a sua participação nos segmentos agropecuários, traduzida principalmente: na expressiva produção e exportação de soja e em sua dinâmica na agroindustrialização; no retorno da cafeicultura no *sistema adensado*; na maior produção brasileira de seda; na produção de cana para o setor sucroalcooleiro; na citricultura e em outros setores das atividades agrícolas. A União destacou-se nos anos de 1990 e no ano de 2001, com créditos e incentivos fiscais para o setor agroindustrial dirigidos à verticalização industrial e à revitalização das cooperativas com o programa RECOOP. Constatamos nos anos de 1990, a manifestação de um novo cenário para a dinâmica do CAI, baseado no processo de

⁶ DELGADO (1985:165), discute cooperativa-empresa com o advento da modernização agropecuária.

inovação tecnológica e motivado por alterações na ordem econômica internacional, sem que isso signifique o surgimento de um novo modelo de CAI. Agentes do desenvolvimento regional, as cooperativas agroindustriais do Paraná responderam em 1999, por 55% do PIB agrícola estadual e no ano 2000, por 70% da produção exportada. Foram revistos a estrutura ativa e o contexto geoeconômico da COCAMAR, que foi utilizada também como exemplo de estabelecimento dominador de uma *cadeia produtiva* total ou parcial. Constatamos, como projeto de desenvolvimento regional, nova ocupação parcial agrícola no Norte do Paraná, com a introdução da cultura da soja em áreas do *arenito caiué*. Por fim, foi considerada a diversificação dos investimentos no agronegócio paranaense, configurada nas mesorregiões pela distribuição dos gêneros industriais e pelo índice de participação nos investimentos.

CAPÍTULO 1: O COMPLEXO RURAL E A CONSTITUIÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVISTA PARANAENSE

1.1. O Complexo Rural¹ Brasileiro e a Formação Agroindustrial Paranaense.

Os referenciais teóricos registram a organização da agricultura no espaço com suas estruturas, dinâmicas, relações, tendências, e especializações, marcadas no processo socio-econômico brasileiro por modificações básicas de valorização ou crises. Através de modificações na agricultura para a crescente manutenção da produção de alimentos exigida para o consumo da população; para o armazenamento e conservação da produção e do produto, principalmente por novas e sofisticadas mercadorias, dentre outras, é que a agricultura vai economicamente organizando-se para a industrialização.

O processo da formação agrária brasileira pode ser contado, neste caso, a partir do Brasil Colônia, quando o Reino de Portugal traçou plano de ocupação territorial firmado na colonização e assentado no sistema de capitânicas hereditárias². Coube ao Rei e depois aos primeiros donatários de capitânicas, doarem terras a particulares que se comprometiam povoá-las e cultivá-las, de acordo com o estabelecido por um regime de doação denominado **sesmaria**.³

¹ **Complexo Rural**: Conjunto de atividades agrícolas e manufatureiras vinculadas e internalizadas nas fazendas, com mercado interno quase inexistente, de dinâmica simples determinada fundamentalmente pelas flutuações do comércio exterior (KAGEYAMA et al, 1987:4). Para IGNÁCIO RANGEL (1962), apud GRAZIANO DA SILVA (1996:84), **Complexo Rural** serve para designar “o conjunto das atividades desenvolvidas no interior das fazendas da época da Colônia, assentadas na economia natural com sua incipiente divisão do trabalho.” Para produzir uma mercadoria as fazendas “tinham que produzir elas mesmas todos os bens intermediários e os meios de produção necessários e ainda assegurar a reprodução da própria força de trabalho ocupada nessas atividades. O complexo rural internalizava assim, além da produção de bens de consumo, a produção de meios de produção (insumos, máquinas e equipamentos), mas um ‘Dl assentado em bases artesanais’ (...) com o ferreiro, o carpinteiro, o pedreiro, o mecânico, o domador de animais, o seleiro, etc.”

² **Capitânicas Hereditárias**: Faixas de grandes porções de terras, resultantes da divisão da extensa área litorânea do território brasileiro, que foram doadas aos donatários através da resolução do Rei de Portugal, D. João III, em 1534. Eram lotes que se estendiam do litoral para o oeste e terminavam todos na Linha de Tordesilhas – meridiano de demarcação entre os domínios portugueses e espanhóis. Sobre o assunto leia-se CABRAL (1959:61).

³ **Sesmaria**: Terra inculta ou abandonada que era doada a quem se comprometesse a cultivá-la. Este regime foi transplantado no Brasil e oficialmente extinto em 1812.

A ocupação do território nacional limitou-se à perspectiva colonizadora vinculada à economia açucareira, implantada na grande propriedade monocultural, a partir da terceira década do Século XVI. A economia básica para ocupação das terras brasileiras basear-se-ia na cultura da cana-de-açúcar, principalmente para abastecer o mercado europeu. A agricultura canavieira exigiu vastas extensões de terras e muita mão-de-obra escrava, daí o cultivo da monocultura no sistema de **plantation**. A estrutura da sociedade colonial formava-se na economia dirigida pela metrópole portuguesa com vista ao mercado externo.⁴

A administração e a organização da atividade canavieira eram feitas pelo proprietário ou feitor, que, em decorrência das atividades produtivas do açúcar, denominou-se, senhor de engenho. O engenho era constituído pelas instalações para manipulação e preparo do açúcar. O engenho, com o passar dos tempos, teve outra conotação espacial, a de área onde se localiza não somente o fabrico de açúcar – a fábrica, mas também, toda extensão de terras do proprietário.

No grande estabelecimento rural reuniam-se a produção da cana-de-açúcar, a mão-de-obra e o engenho, realidades do período colonial demonstrada no Nordeste brasileiro. Consideram-se as atividades nas fazendas-engenhos que utilizaram mão-de-obra escrava, as primeiras relações agroindustriais do Brasil ou na produção de açúcar, a primeira atividade agroindustrial.

Enquanto no século XVII o açúcar representava a principal economia brasileira, em pequena escala, outros espaços eram ocupados pela cultura do tabaco. Nesse ínterim, na década de 1670, intensificaram-se as expedições em busca de ouro no território, incentivadas pela metrópole portuguesa. Entretanto, foi a pobreza da agricultura de subsistência nas capitanias hereditárias que impeliu pessoas de participarem das expedições. Durante a fase extrativista mineradora no Brasil Colonial, foram feitos tratados, acordos, regulamentos e transações comerciais com a metrópole. Esteve em vigência o uso de mão-de-obra escrava. Destacaram-se no período as expedições que transpuseram a linha do Tratado de Tordesilha, expandindo através da posse, o território brasileiro. A mineração continuaria em expansão até meados do século XVIII.

⁴ Em "Historia e Desenvolvimento:...", PRADO JÚNIOR (1989), comenta detalhadamente a formação da estrutura socioeconômica brasileira para atender aos interesses mercantis de Portugal.

A mineração e a espontaneidade da pecuária em ocupar as pastagens nativas contribuíram para a penetração populacional na o interior brasileiro, enquanto num contexto maior, a agricultura ia se constituindo num elo de fixação desta população.

Na primeira metade do século XVIII, devido as políticas protecionistas de países concorrentes com Portugal, ocorreram crises na economia agrícola do Brasil, mais propriamente no setor açucareiro, enquanto o avanço da mineração fazia quedar o crescimento da agricultura, que só retornaria entre as décadas finais do século XVIII e as décadas iniciais do século XIX.

No século XVIII, na década de 60, os incentivos à mineração diminuem, pelo esgotamento das áreas ocupadas e pelas precárias técnicas de procura e exploração de novas áreas, entre as principais causas que concorreram para a decadência desta fase. Nesse tempo ressurgiu a economia agrícola brasileira, com a perspectiva de um novo mercado no comércio europeu decorrente principalmente da revolução industrial, estimulando o mercado açucareiro para exportação e junto a este, a cultura do algodão⁵, que em pouco tempo tornar-se-ia uma das principais riquezas da colônia. De outra forma, o ressurgimento da agricultura, mais especificamente, com o retorno da cana-de-açúcar, do algodão e do tabaco, se deve à desarticulação da produção açucareira nas Antilhas e ao aumento do consumo do produto na Europa.

O liberalismo pregado na Revolução Industrial fez a economia brasileira estagnar diante da concorrência melhor aparelhada, obrigando o País a encontrar na agricultura produtos de exportação capazes de vencer a concorrência. Para FURTADO (1977:113), em razão da falta de capital, caberia então ao Brasil explorar o que tinha: a vastidão de seus solos.

A economia do complexo rural brasileiro era determinada pelas flutuações do mercado externo e sustentava-se nos produtos agrícolas açúcar e fumo, direcionados ao mercado exportador. O consumo interno era sustentado por atividades das propriedades rurais, características de uma economia de subsistência. O tabaco foi também utilizado como mercadoria de troca, conhecida comercialmente como escambo, na aquisição de escravos

⁵ A produção do algodão no Brasil iniciou no século XVIII, porém este produto para a exportação destacou-se na segunda metade, estendendo-se até a década de 70 do século XIX (1870).

africanos, na internalidade do complexo rural, até quando a próspera economia do açúcar e do tabaco começa a sofrer, no início do século XIX, com as restrições ao tráfico de escravos.

O Complexo Rural brasileiro, na fase do período colonial, em que a produção brasileira tinha a função de suprir o mercado europeu, possuía outras atividades acessórias que garantiam, segundo CORRÊA (1996:15-16), “...a subsistência da força de trabalho e a reprodução das condições materiais da unidade produtiva. No interior das fazendas produziam-se não só produtos agrícolas para exportação, mas também meios de subsistência, manufaturas e equipamentos simples para a produção, transportes e habitação. O Complexo Rural internalizava, portanto, as atividades primárias e secundárias.” Assim, as “...atividades agrícolas e manufaturas encontravam-se indissolavelmente vinculadas, e a maior parte dos bens só possuía valor de uso para o próprio complexo. O mercado interno praticamente inexistia. Apesar da dinâmica simples das atividades praticadas no Complexo Rural, o Brasil garantiu sua participação no capitalismo mercantil.”

Na primeira fase do sistema colonial que durou até o século XVIII, considerada como a do Capitalismo Comercial, o Brasil atendeu a metrópole como um entreposto comercial para abastecer os comerciantes europeus, que tinham o controle do comércio, ao mesmo tempo em que criaram obstáculos à criação de manufaturas. No século XIX, o sistema correspondeu a fase do Capitalismo Industrial, que objetivou a conquista de novos mercados para os produtos industriais europeus, relativos à Revolução Industrial. A partir daí, para o século seguinte, transita-se para o capitalismo financeiro, principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

Em área do atual Estado do Paraná, enquanto o povoamento limitava-se ao litoral e ao Primeiro Planalto ⁶, a erva-mate, produto extrativista, desde 1750 já despertava interesse comercial, e mais tarde, por um longo ciclo, passaria a ser a principal atração econômica paranaense. A matéria-prima da erva-mate era inicialmente beneficiada de forma rudimentar, e a partir de 1820 passou por novos processos de transformação, com a instalação de engenhos na zona fisiográfica do litoral paranaense. Em meados do século XIX, com o aumento do interesse comercial no mercado externo pelo produto, a extração da erva-mate passou a ser o setor mais rentável da economia paranaense, estendendo o seu ciclo até o início

⁶ A criação da Capitania de Paranaguá deu-se em 1660, e em 1693, o povoado de Curitiba é elevado a Vila. A Vila de Curitiba passou a ser Comarca em 1812, quando deixou de ser administrada por Paranaguá. Em 1853 o

do século XX, quando declinou, cessando na década de 30, substituído por outro ciclo, o do café. (TEIXEIRA, 1988:48).

Nos primórdios da ocupação portuguesa do território paranaense a atividade econômica provinha da mineração. Encerrado esse ciclo, surgia de forma incipiente a pecuária. Até a segunda década do século XIX, conforme PADIS (1981:212), a “...economia paranaense manteve-se extremamente acanhada, desenvolvendo quase exclusivamente atividades de subsistência”; e, a partir daí, “começou a desenvolver-se a extração e beneficiamento do mate, de considerável expansão” até meados do século XIX, próximo da emancipação política do Paraná (1853). Continuou crescente até 1915, quando começou o seu declínio, abalando a economia estadual, razão para afirmar que até a terceira década do século XX, “o Paraná se caracterizou, por várias razões, por uma economia periférica e dependente.”

Para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 1970:130), a comercialização, a industrialização, a exportação da erva-mate e a importação de produtos europeus “...formavam as bases para um alto desenvolvimento econômico” do território parananense.

Até a terceira década do século XIX, segundo PADIS (1981: 47), o mate absorvia toda a atividade econômica e de trabalho da província do Paraná, acompanhado pela industrialização da madeira e algumas plantações de café, significando que os setores da economia paranaense estavam ligados, praticamente, nas atividades de subsistência. A comercialização, a industrialização e a exportação da erva-mate e a importação de produtos europeus, para o INCRA (1970:130), “formaram as bases para um alto desenvolvimento econômico” do território paranaense. O ciclo ervateiro, como já afirmamos, persistiria até as décadas iniciais do século XX.

No Brasil, a força da economia algodoeira, de meados do século XVIII, atinge até o começo do século XIX, quando decai no comércio externo em decorrência do produto norte-americano, de melhor tecnologia. As quedas de preços do produto nacional fizeram cessar a produção em algumas regiões e é quando, novamente, reaparece a economia açucareira na seqüência de culturas paralelas do final do século XVIII e início do século XIX,

Paraná passa a ser Província e Curitiba, em 1854, a sua Capital.

juntamente com a cultura do café em escala comercial. Nesse tempo, as indústrias para agricultura eram sem aprimoramento técnico, não desenvolveram suas capacidades produtivas e mantinham-se com a mesma estrutura inicial, a exemplo dos engenhos de açúcar e dos descaroçadores de algodão. Foi isso uma das razões da baixa produtividade da agricultura brasileira, que iria brevemente apostar na cafeicultura, à procura de melhores índices de produtividade e mercado.

Entretanto, na realidade, desde a descoberta à independência, o Brasil produziu açúcar, para o consumo interno e para a exportação. Neste período foram exportados 536 milhões de libras esterlinas, e dentre as mercadorias de exportação, nestes três séculos, 300 milhões foram de açúcar, enquanto, para efeito de comparação, a segunda economia brasileira da época, o ouro, rendia apenas 170 milhões. Isto significou, para o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA, 1972:63), que o açúcar, com 55,9 % do exportado, sem contar o consumo interno, foi o produto básico do Brasil Colônia.

Enquanto a economia era absorvida pela mineração a agricultura brasileira nos fins do século XVIII renascia, e no decorrer do tempo, no século seguinte, receberia grande impulso depois da abertura dos portos e da emancipação política do país. A abertura dos portos em 1808, para o livre comércio exterior, “...permitiu que mercadorias estrangeiras viessem concorrer no mercado brasileiro em igualdade de condições com a produção interna”, aniquilando a rudimentar indústria artesanal na colônia. No início foram favorecidas as atividades agrárias mais antigas estendidas pelas províncias marítimas do Maranhão até a Bahia. Entretanto, até meados do século XIX a atividade agrícola dessas regiões entrou em decadência. O açúcar da cana perde mercado externo para o açúcar da beterraba, que servia à Europa e aos Estados Unidos. O algodão teve o seu mercado deslocado para o comércio internacional norte-americano e oriental e o tabaco perde os principais mercados em razão das restrições opostas ao tráfico africano. As ocorrências implicativas para a decadência dessas culturas iriam contribuir para que as culturas das regiões do Centro-Sul as sobrepujassem na metade do século XIX, a exemplo do café (PRADO JUNIOR, 1979 : 31).

Com a abertura dos portos a agricultura se intensifica e aumenta sua produção, devendo isto ao aumento da população e da área cultivada, que permitiu para a agricultura canavieira, o aparecimento de grandes engenhos de açúcar, e para agricultura cafeeira, a princípio, o aparecimento de grandes fazendas de café.

O renascimento da agricultura ocorreu, como já foi reportado, principalmente com a queda do ciclo da mineração, a partir das décadas finais do século XVIII às primeiras décadas do século XIX, com o ressurgimento das culturas do tabaco, algodão e cana-de-açúcar, enquanto a cafeicultura continuava se expandindo, ocupando novos espaços. Na década de 40 do século XIX teve início o protecionismo industrial para conter a penetração das manufaturas estrangeiras no Brasil. A proteção às novas indústrias brasileiras ligadas a agricultura aconteceu quando as indústrias começaram, na década de 1850, a se espalhar pelo Brasil, principalmente voltadas ao algodão, ao açúcar e ao café.

A cultura da cana-de-açúcar, a exemplo da cultura do café, também espalhou-se pela região paulista de Campinas, mas perderia em termos preferenciais a concorrência para o café e em breve chegaria a decadência de sua produção. Nessa região, comenta CARLI (1943:18), existiam “...vinte fazendas de cana e seus respectivos engenhos, produzindo anualmente sessenta mil arrobas de açúcar ou 15.000 sacos de 60 quilos. Enquanto que a produção de café, nesse município era obtida em 189 fazendas, com uma produção total de 700.000 arrobas”. O café foi considerado como “verdadeira mina de ouro que trouxe riqueza, civilização, progresso e monocultura. Ninguém queria ficar com outra lavoura, mesmo canavieira, se podiam transformar os campos de cana em cafezais.” Os engenhos foram substituídos pelo secador de café.

Esta fase de recessão para o açúcar brasileiro, na segunda década do século XIX, teve origem, para SOUZA (1978: XVIII), “...no aumento da concorrência nos mercados internacionais”, com “a concorrência do novo grande produtor, Cuba, e do açúcar de beterraba” e, a partir daí, “a economia brasileira voltou-se quase que totalmente para a monocultura cafeeira”. Todavia, para PETRONE (1968:163), a substituição de canaviais por cafezais pode ser explicada por vários fatores internos, mas uma das causas seria a má qualidade do açúcar.

O açúcar nacional considerado de má qualidade, levaria o Governo, em pouco mais de meados do século XIX, a estimular o setor para a modernização canavieira, introduzindo na agricultura a instalação dos **Engenhos Centrais**, distribuídos na extensa área do litoral brasileiro. Após meados do século XIX, ocorreu a instalação dos engenhos centrais, que receberia, no início, auxílio financeiro da Inglaterra, com finalidade somente para compra de matéria-prima a ser empregada no processamento do açúcar. Em 1877, em Macaé (RJ), surge o primeiro Engenho Central, denominado Quissamã e em 1878, com a cultura da cana-de-açúcar

na zona fisiográfica do atual litoral do Paraná, foi instalado em Morretes o segundo Engenho Central do Brasil, posteriormente seguido por mais três engenhos, fechando a fase dos Engenhos Centrais, de curta duração, pois nas décadas seguintes, devido ao custo da modernização produtiva e às oscilações econômicas de mercado, dentre outras, começou a sua decadência.

A fase dos Engenhos Centrais, para melhorar o padrão do açúcar, não foi favorável para este setor e para a economia açucareira, devido à ocorrência de desequilíbrio entre o rápido aperfeiçoamento dos processos de fabricação e a estagnação dos métodos no trato da cultura da cana e no fornecimento da matéria-prima. Cabendo aos engenhos a obrigação de cuidarem também da lavoura, o custo do produto, somados a matéria-prima e a industrialização, acentuou-se de tal forma que ficou impraticável, em termos de concorrência, a fabricação via Engenhos Centrais. Apesar da crise e perda de posições no mercado mundial, o açúcar brasileiro continuou a ser produzido, chegando a crise dos anos 30, do século XX, quando o Governo passou a intervir no mercado, disciplinando a produção e o consumo, motivando novamente o setor e fazendo surgir uma nova modalidade agroindustrial: a **usina de açúcar**; acompanhada e, depois seguida pelas **destilarias de álcool**. (TEIXEIRA, 1988:85).

Até 1850, o denominado Complexo Rural era constituído por uma dinâmica simples; de acordo com KAGEYAMA et al (1987:4),

determinada fundamentalmente pelas flutuações do comércio exterior. Havia geralmente apenas um produto de valor comercial em todo o circuito produtivo; era o produto destinado ao mercado externo.” Se seu preço estivesse ‘bom’, os recursos da fazenda (homens, animais de trabalho, terras) eram alocados de modo a incrementar a produção de exportação. Se o preço no mercado internacional caísse, esses recursos eram deslocados para as atividades internas, destinadas basicamente à subsistência da força de trabalho e à reprodução das condições materiais da unidade produtiva. No interior das fazendas produziam-se não só as mercadorias agrícolas para exportação mas também manufaturas, equipamentos simples para produção, transporte e habitação. A divisão social do trabalho era incipiente, as atividades agrícolas e manufatureiras encontravam-se indissolúvelmente ligadas, grande parte dos bens produzidos só tinha valor de uso, não se destinando ao mercado. O mercado interno praticamente inexistia, já que grande parte das atividades que deveriam resultar na formação do mercado interno estavam ‘internalizadas’ no âmbito do próprio complexo rural.

Nos anos de 1850, sob a influência da Lei de Terras, que favoreceu a grande propriedade cafeeira, o latifúndio monocultor, e com a proibição do tráfico de escravos (1851), o setor cafeeiro requisita grande quantidade de trabalhadores, e o seu produto, o café, se constitui no principal produto de exportação, obtendo altos lucros. Entretanto, é evidente que o produto da matéria-prima da cafeicultura era pouco industrializado, daí por que os cafeicultores não se solidarizavam com outros industriais. Vai ser nas primeiras décadas do século XX a afirmação das primeiras fábricas brasileiras. Pode-se deduzir que até as décadas finais do século, a organização sócioeconômica do complexo rural brasileiro tinha o predomínio do latifúndio e a exploração da mão-de-obra escrava.

O mercantilismo, literalmente como meio propenso a subordinar tudo ao interesse do desenvolvimento capitalista, teve na cafeicultura, diretamente após a liberação da mão-de-obra escrava que dificultou a sua expansão, o seu instrumento de desenvolvimento para atuar no espaço, principalmente rural, da economia brasileira. A retirada da mão-de-obra escrava, uma das modificações básicas do processo socioeconômico do Brasil Colônia, desarticulou as relações da internalidade do Complexo Rural, ou seja, a mudança do trabalho escravo para o trabalho livre acarretou crise no Complexo Rural, pois este tinha uma dinâmica frágil e simples, determinada pelo comércio exterior e mantida geralmente por um produto de valor comercial em todo o circuito produtivo, proveniente da atividade de uma divisão social do trabalho incipiente. Aconteceram momentos em que a mão-de-obra livre não foi suficiente para atender à demanda deixada pela mão-de-obra escrava e ocorreu a crescente exigência de trabalhadores para atuarem nas novas áreas da cafeicultura em expansão produtiva. A falta de mão-de-obra livre freou por momentos a expansão da agricultura cafeeira.

O Complexo Rural, mesmo nos momentos críticos, tinha na cafeicultura a sua principal expansão econômica, cuja produção era consumida pelos mercados europeu e norte-americano, conforme CORRÊA (1996:20-22), o qual considera que, após 1860, “...o aumento dos preços no mercado internacional passou a influenciar a expansão dos cafezais no Brasil”. Surgiram ainda estímulos para expansão, com o surgimento de navios a vapor no Atlântico Sul, desde 1832, e o apoio brasileiro à construção de ferrovias, financiadas pelo capital inglês, que permitiram escoamento rápido do produto, rebaixamento dos custos de produção e transporte de pessoas, principalmente imigrantes, para trabalharem na lavoura cafeeira. Entretanto, os apoios não foram suficientes e a escassez da mão-de-obra, na década

de 1860, é acentuada. Porém, mesmo assim, expandiram-se os cafezais e o Complexo Cafeeiro se desenvolveu. “A partir de 1870, São Paulo encontrou na imigração européia a solução para o problema da mão-de-obra para a cafeicultura”, sabendo-se que desde o período – 1840/1860, os europeus já trabalhavam num sistema de parceria ao lado dos escravos e a partir daí, “...foi introduzido o sistema de salário fixo e mais tarde o colonato...” e, “...passaram a coexistir na cafeicultura paulista deste distintos sistemas de trabalho: escravista, salário fixo, parceiros e colonato. Apesar das contradições, lentamente as relações capitalistas de produção foram firmando-se e o trabalho servil cedeu lugar ao trabalho livre.”⁷

Sobre a crise do Complexo Rural, KAGEYAMA et al (1987:4-5), comentam: “O passo fundamental que desencadeia a crise do Complexo Rural é a transição para o trabalho livre, a partir da suspensão efetiva do tráfico negreiro pós-1850.” Para evidenciar as modificações básicas do processo rural, inerente ao próprio Complexo Rural, destaca-se um longo tempo, que ocorreu de 1850 a 1960, dividido em três períodos distintos referidos pelos autores. O primeiro período – 1850/1890, se caracteriza pela

...gradativa redução do trabalho escravo e a introdução do trabalho livre nas fazendas de café do Oeste paulista. O resultado final é a constituição de um novo complexo – o cafeeiro - que mantém ainda internalizada (em bases artesanais) a produção de meios de produção para as fazendas de café (casas, equipamentos, animais de trabalho, etc.) e de parte da força de trabalho (a roça de subsistência do colono). Todavia algumas atividades já se separam do complexo cafeeiro, quebrando aquela rígida estrutura autárquica do complexo rural; cria-se um, setor independente de formadores de fazendas de café; separam-se também alguns pequenos produtores de alimentos e de pequenas indústrias rurais (principalmente aguardente) para abastecimento das cidades e vilas que se formavam; desenvolve-se a produção de algodão com base nas relações de parceria e articulada com a indústria têxtil, que já nasce como grande indústria em 1880, e criam-se atividades manufatureiras nas cidades (oficinas de reparo, manufaturas de louças, chapéus e outros bens de consumo não duráveis).

⁷ O sistema de parceria “era muito diferente da parceria atual. Os trabalhadores eram pagos unicamente em função da colheita que era comprada pelo próprio fazendeiro, sistema que conduziu o parceiro a uma situação próxima à da escravidão (SILVA, 1976:43)”, e no sistema de colonato, “os trabalhadores cuidavam de certo número de pés de café, mas, além disso, recebiam terras para cultivar outros gêneros e tinham permissão de plantar culturas intercaladas no cafezal, recebendo ainda salário (dinheiro) pela colheita do produto

O processo social e geoeconômico brasileiro passou, a partir de meados do século XIX, por modificações significativas em suas estruturas urbanas e rurais, principalmente pelas iniciativas do segmento industrial e por novos posicionamentos do setor financeiro via banco, como mediador das transformações. A causa destas transformações é encontrada, no complexo rural brasileiro, diretamente vinculada à expansão econômica da cafeicultura, levando às alterações na legislação quanto ao domínio e uso das terras, com a criação da Lei de Terras.⁸ A política baseada na lei foi capitalizada através da mediação do mercado para a compra da terra, excluindo-se outras formas.

Lembramos que antes da Lei de Terras, a ocupação do território brasileiro foi feita pela **posse** de grandes extensões de terra, doadas a quem se habilitasse a explorá-las, e que essa exploração implicou, segundo GRAZIANO DA SILVA (1980:24), “...na plantação de gêneros de altos preços que sustentavam a política mercantilista européia e era uma poderosa alavanca da acumulação primitiva de capital”. E mais: com o fim do regime de sesmaria em 17 de julho de 1820, não surgiu, de imediato, nenhuma legislação sobre a posse da terra no Brasil, fato que somente iria acontecer com a recuperação econômica do novo ciclo exportador cafeeiro e as novas condições de desenvolvimento que o capitalismo na Europa impõe às ex-colônias, obrigando à redefinição do uso do solo nacional através da Lei de Terras de 1850.

Até 1860, a província do Rio de Janeiro destacou-se na produção de café, secundada por São Paulo. Em meados do século XIX, foram introduzidos imigrantes europeus na cafeicultura paulista e uma década depois, São Paulo passou a ser o principal centro produtor brasileiro de café, devido a região de Campinas. O enfraquecimento dos solos ocupados pela cafeicultura, a exemplo de áreas do Rio de Janeiro e do Vale do Paraíba, fez a

(GRAZIANO NETO, 1986:24)”, In: CORRÊA (1996:21).

⁸ Estabelece a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, Artigo 1º: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”; Artigo 14: “Fica o governo autorizado a vender as terras devolutas em hasta pública, ou fora dela, como e quando julgar mais conveniente, fazendo medir, dividir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras que houver de ser exposta à venda...”. A lei favoreceu as grandes fazendas de café. O dinheiro obtido com as vendas das terras serviria para subsidiar a imigração. O assunto sobre a Lei pode ser encontrado em IANNI (1984:10-18). Para GRAZIANO DA SILVA et al (1980:26), a Lei de Terras expressou a subordinação da economia brasileira ao capital, dificultando o acesso à terra a vastos setores da população que, ao mesmo tempo, ficaram disponíveis para as necessidades do capital. Contexto de 1950: 25.6.1850, Promulgação do Código Comercial Brasileiro; 04.9.1850, Fim do Tráfico Negreiros, firmado ainda mais, pela Lei Eusébio de Queiros, de 1851, proibindo finalmente o tráfico; 18.9.1850, criação da Lei de Terras e; no contexto paranaense, 29.08.1853, dá-se a Emancipação Política do Paraná.

cafeicultura se deslocar para o Planalto Paulista no final do século XIX, época de expansão duradoura do primeiro produtor mundial. A orientação da marcha do café, ainda na exploração fundiária da **grande propriedade**, era seguir os solos de terras roxas, e a exportação passou a ser realizada pelo porto de Santos. No final da década de 20, do século XX, a cafeicultura no Paraná, conforme PADIS (1981:115), “já se havia espalhada” pelo Norte do Estado.⁹

Entretanto, no Estado do Paraná, em condição ocupacional territorial diferente de outros estados produtores tradicionais, a cultura cafeeira iria ocupar espaços em uma estrutura fundiária dividida em **pequenas e médias** propriedades, que se estenderia até o fechamento da fronteira agrícola paranaense na década de 60, justamente no período considerado de maior produção mundial da economia exportadora cafeeira e que iria auxiliar o equilíbrio das finanças do Brasil.

Após 1860 e aproximadamente até 1870, o açúcar diminuiu substancialmente sua palta de exportação, porém o seu consumo interno manteve o setor em atividade como acumulador e reprodutor de capitais. Para a melhoria do açúcar foi incentivado o sistema industrial denominado de Engenhos Centrais, implantados de 1877 a 1880, de atividade funcional dupla: produzir a própria matéria-prima (cana) e industrializá-la (fábrica) - atividades que poderiam estar consorciadas com a cultura do café ou não. Este sistema de técnicas mais avançadas teve curta duração, perdendo para a concorrência dos engenhos simples ou pequenas engenhocas. Estas formas produtoras de açúcar seriam substituídas, no início do século XX, pelas usinas (BRAY, 1992:451-460).

Comentando que a pequena propriedade ficou estritamente excluída da cultura do café paulista e ao destacar as numerosas operações pelas quais o café passa, antes de ser entregue ao exportador, assim como, os equipamentos de uma fazenda de café - reservatórios, terreiros, engenhos despoldadores, tulhas, etc., DENIS (1910 : 101-102) *apud* CASTRO (1973 : 59), comenta que uma fazenda representa a aplicação de grandes capitais e que tal “organização agro-industrial não poderia adaptar-se ao regime de pequenas propriedades.” Para PRADO JUNIOR (1979:249), o retalhamento da propriedade fundiária em pequenas propriedades é um dos fatores mais importantes da moderna fase da economia

⁹ Conteúdo sobre a marcha do café pode ser verificado em “Os Pioneiros” e “A Franja Pioneira”, de MONBEIG (1984) e “O Roteiro do Café e outros ensaios...” de MILLIET (1982).

agrária brasileira. A pequena propriedade começou a tomar vulto somente no século XIX, com o “crescimento e conseqüente adensamento da população, a partilha por sucessão hereditária, a desagregação do regime servil, as crises atravessadas pelo sistema da grande exploração e sua ruína em diferentes regiões do país”; porém o mais importante, seria “a grande imigração européia”, mais intensa após a abolição da escravatura em 1888, que se difunde no Extremo-Sul do país, mais diretamente, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, reforçada no século XX pelos japoneses.

A origem da 1ª Grande Guerra remonta aos idos de 1870, formando o período conhecido, na perspectiva de GUIMARÃES (1982:40-41), como da 1ª Grande Depressão, quando os acordos e as relações econômicas entre as grandes potências européias eram de desconfiança. Estas nações se preparavam para a guerra, aumentando suas forças terrestres e marinhas, uma tentando superar a outra na corrida armamentista. O militarismo e o colonialismo foram fatores, também, na ocorrência do conflito. Nessa turbulência surgida na Europa, com vinculações em outros continentes, inclusive o americano no qual se insere o Brasil, viria a culminar, 1914 a 1918, na 1ª Guerra Mundial. As três últimas décadas do século XIX e início do século XX foram de graves oscilações socioeconômicas, gerando grande depressão econômica mundial. O período conturbado dificultou as relações do comércio internacional, inclusive com suspensão das importações que o Brasil necessitava, forçando o Estado nacional, com seus próprios meios, a dinamizar a industrialização, a exemplo da consolidação da indústria têxtil e dos incentivos às indústrias em fase de desenvolvimento vinculados aos ramos do cimento, metalúrgico e químico.

A primeira Grande Depressão das décadas finais do século XIX provocou, entre os anos de 1870 até 1896, transformações na economia mundial, que atingiram com maior gravidade os países subdesenvolvidos. GUIMARÃES (1982 : 41-42) registra como um marco nos destinos do sistema capitalista este período:

Foi o ponto de intercepção entre duas etapas do crescimento agrícola; uma, em que a agricultura reunia poder econômico e poder político para impor, mesmo nas conjunturas mais desfavoráveis, seus preços ‘ naturais’ ao mercado, através dos quais eram transferidos ao consumidor, com toda a liberdade, os ônus decorrentes da excessiva e constante valorização da terra e do encarecimento dos modernos insumos, indispensáveis, agora, ao incremento de sua produtividade; e outra etapa em que a agricultura assistia à deterioração daqueles problemas, soterrados pelo livre – cambismo defendido pela classe emergente dos industriais e ameaçados

pela impetuosa concorrência dos países novos, onde as terras eram férteis e baratas e cujos produtos inundavam, a preço muito mais baixos, os grandes mercados do mundo.

(...)

É assim que a crise geral vai enredando a agricultura num movimento contraditório, do qual não pôde escapar. Quando mais declina sua lucratividade, tanto mais a agricultura precisa de aumentar sua produtividade. E, ao fazê-lo, precisa mais aplicações de capital, mais benfeitorias, mais insumos industriais aperfeiçoados, (...). Além disso, (...) a agricultura capitalista incorpora maiores extensões de terras e provoca, por um efeito inevitável, o crescimento da valorização fundiária. (...) Daí que, ao aumentar sua produtividade por área, faz declinar, novamente, sua taxa de lucratividade. E continua, desse modo, a espiral contraditória.”

A imigração européia, mão-de-obra livre, contribuiu para o desenvolvimento da cultura cafeeira e da economia do país como um todo, ao mesmo tempo em que a crescente urbanização e o aumento populacional, juntamente com o mercado externo, passaram a exigir mais dos produtos do Complexo Rural. Esta conjugação de componentes do processo geoeconômico brasileiro já vinha sendo preparada pela modo capitalista de produção para acatar o desenvolvimento industrial que se iniciava.

O Governo brasileiro continuou intervindo na agricultura. Influência destas medidas encontram-se na cafeicultura, com restrições de crédito, inclusive de subsídio e limitação ou regulação do crescimento das plantações e do estoque de café. Daí as novas relações, no início do século XX, entre o Estado e a agricultura com o Convênio de Taubaté¹⁰, que, com a finalidade de defender a rentabilidade do setor em crise, proibia o plantio de novos pés de café por 5 anos, restrição que, em decorrência da prorrogação da lei, durou dez anos. Os donos de terras não toleravam esta imposição, mas o pressuposto da tradição iria mantê-los, em grande parte, nesta cultura, e alguns intercalariam outras culturas, inclusive a cana-de-açúcar.

A crise econômica da cafeicultura, somada aos fatores naturais do clima, como as geadas, inibiria sua expansão e abriria perspectivas econômicas com a diversificação por outras lavouras e a entrada da pecuária nos espaços deixados pela fragmentação de fazendas ou nos lotes vendidos aos colonos nas margens de estradas. Essas pequenas propriedades, dentro do sistema fundiário dominado pelo latifúndio cafeeiro, monocultor, abriria

¹⁰ **Convênio de Taubaté:** Convênio firmado entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, em 27 de fevereiro de 1906, que estabeleceu a política de valorização do café, no intuito de impedir a elevação do

campo também para o milho, o feijão, o arroz, a cana-de-açúcar e outros produtos que viessem suprir a falta de produtos alimentícios, já sentida pela população. Daí por que alguns fazendeiros, em regiões de menor produtividade cafeeira, voltavam-se à cultura agrícola diversificada, o que gradativamente resultaria no movimento de substituição da cultura do café por outros produtos agrícolas, o qual não se limitaria à agricultura, mas incluiria as indústrias do açúcar, de carnes, do couro, e têxtil, a título de exemplificação. É na passagem do século XIX para o século XX que vão se consolidando as primeiras fábricas nacionais, ainda cedendo posições de mercado à agricultura.

Na economia brasileira, outros produtos também tiveram grande importância para a época, como, a borracha e o cacau. A extração da borracha que desde 1827 já vinha sendo exportada modestamente, passa a ganhar destaque como produto exportador em 1880. Mantendo-se crescente, chega a 1910 com 28% da exportação total do Brasil e em 1912 alcança o seu máximo, com um total de 42 mil toneladas. A economia cacauceira foi significativa no período colonial, no entanto foi no século XIX, com o desenvolvimento da indústria e “consumo do chocolate na Europa e nos Estados Unidos, que o cacau se torna gênero de grande expressão econômica”. Porém, esse comércio exportador iria ter concorrência, inclusive entraria em crise, devido aos produtores mundiais africanos, colocando o Brasil, na passagem do século XIX para o XX, em segundo lugar, com 40% do total mundial. Enquanto isso, no início do século XIX, uma outra cultura, a da cana-de-açúcar, vinha progredindo em novas regiões do “Sul”, enquanto as velhas regiões produtoras do “Norte” declinavam, significando que a participação brasileira no comércio externo de açúcar, até a Segunda Guerra Mundial, era mínima e que a indústria teria que satisfazer-se com o consumo interno. As regiões tradicionais de produção açucareira do “Norte” sofreriam mais reveses econômicos enquanto as regiões do “Sul”, mais especificamente São Paulo, por efeito das crises sucessivas do café, passaram a aplicar na produção de açúcar, e na década de 30 do século XX tornam-se auto-suficientes (PRADO JUNIOR, 1979:237-245).

A fase considerada como a do auge do Complexo Cafeeiro é marcada no período de 1890 à crise de 1930. Registrada por KAGEYAMA (1987:5) é a fase em que:

Ampliam-se as atividades tipicamente urbanas e outros setores começam a emergir do seio do complexo cafeeiro; cria-se um segmento de produção artesanal de máquinas e equipamentos

câmbio e restringir a oferta do produto, devido a superprodução e queda dos preço no mercado.

agrícolas fora das fazendas de café para produção de secadores, despoldadoras, enxadas, arados etc; aumentam as oficinas de reparo e manutenção; estabelecem-se as primeiras agroindústrias (distintas das indústrias rurais, que eram um mero prolongamento das atividades agrícolas propriamente ditas) de óleos vegetais, açúcar e álcool; consolida-se a indústria têxtil como a primeira grande indústria nacional, e se inicia a substituição de importações de uma ampla gama de bens de consumo ‘leves’.

A Depressão Econômica dos anos 1929-1933, de efetiva contração econômica no mercado mundial, e a Revolução de 1930, para IANNI (1984:117), assinalaram o fim do Estado oligárquico no Brasil. Acrescenta:

Foi nessa época que as burguesias agrárias e comercial, ligadas ao setor externo (exportação e importação), perderam o controle exclusivo do poder político para as classes urbanas emergentes (empresários industriais, classe média, militares, operários). Ainda que não tivesse perdido de modo completo o domínio do poder político federal (e nos principais Estados da União), a Revolução de 1930 representou uma vitória da cidade sobre o campo; isto é, das classes sociais urbanas sobre as classes sociais rurais. Criaram-se algumas das condições que iriam favorecer o predomínio do setor industrial sobre o setor agrário, principalmente a partir da década de 1950.

... As transformações que acompanham a crise dos anos 1929-33 e a 2ª Guerra Mundial, de 1939-45, criaram as condições propícias à transição para um sistema econômico em que predomina o setor industrial. Assim, particularmente nos anos 1950-60, as decisões sobre política governamental passaram a ser tomadas em função dos interesses e das perspectivas abertas à burguesia industrial, em sentido lato.

Estes anos de intensa crise envolveram, segundo IANNI (1984:196-198), “a queda no valor e no volume das exportações dos países produtores de matérias-primas e produtos tropicais” e ao mesmo tempo, “as nações em que a depressão econômica havia sido gerada decidiram abandonar a política de livre comércio nas trocas internacionais.” Antes da crise de 1929, “o café já representava mais de setenta por cento do valor total das exportações do país.” O valor das exportações brasileiras cai drasticamente; uma “saca de café passou de 5 libras ouro, em 1928, para 1,91, no ano de 1931. Aliás, o preço da saca continuou a depreciar-se nos anos seguintes, chegando em 1940 a 0,85 da libra ouro.”

Nesta passagem lembramos o terceiro período – 1930/1960, que finaliza o longo período de decomposição do Complexo Rural ¹¹. Para KAGEYAMA (1987:5-6): “É a fase da integração dos mercados nacionais (de alimentos, de trabalho e de matérias primas). Ele termina com a implantação do DI industrial a partir de 1955, na chamada fase da industrialização pesada.” É o período de trinta anos em que o processo industrial no início aproveitou-se da abertura dada pelo Complexo Cafeeiro, cuja dinâmica foi de abrir-se para a substituição de importações. O setor agrícola e, em particular, o Complexo Cafeeiro, “...continuou desempenhando um papel fundamental, que através de transferências financeiras quer viabilizando a importação de bens de capital e insumos para a indústria em expansão.” A partir daí, “com a constituição da indústria de base, a agricultura brasileira iniciou sua própria industrialização.”

Outra modificação marcante no processo de desenvolvimento produtivo agrícola brasileiro foi a abolição da escravatura (1888). Devido às alterações sociais, com a inclusão da mão-de-obra livre, de imigrantes, nas décadas finais do século XIX, tanto a cultura do café quanto a cultura da cana-de-açúcar passaram a aderir - lentamente, em relação aos outros países produtores - às inovações técnicas. A exemplo disso é a máquina de beneficiar café. Para a economia canavieira, a preocupação voltou-se à fabricação do açúcar - caldeira, evaporadores, etc - e à escolha de nova variedade de cana a ser cultivada. Ambos, açúcar e café, com qualidade produtiva industrial, dominaram as exportações brasileiras. Entretanto, esta ocorrência de crescimento foi momentânea, pela exigência de qualidade dos produtos industrializados e à crise depressiva mundial.

Apesar disso, o setor cafeeiro contribuiu para uma nova ordem econômica brasileira na expansão do capital industrial e na formação da grande indústria, segundo MELO (1975:102), *apud* CORRÊA (1996:26), através da: “1) geração prévia de um montante de capital-dinheiro, centrado nas mãos de determinada classe social, possível de se transformar em capital produtivo industrial; 2) transformação da força de trabalho em mercadorias; e por último, 3) criação de mercado interno de proporções consideráveis.”

Desde 1895, o mercado cafeeiro passou por oscilações econômicas ruins e foi afetado ainda mais pela crise de 1929/30, que se caracterizou como um período contraditório de

¹¹ Este longo período teve início em 1850 com a Lei de Terras e a proibição do tráfico de escravos e terminou em 1955 com a implantação do DI – Departamento de Produção de Bens da Indústria para a Agricultura.

crescimento urbano e multiplicação de indústrias. As indústrias que se destacaram, por ordem, foram: a de produtos alimentícios, a têxtil, a de confecções e calçados, a de bebidas, a de madeira, a de fumo, a de couro e pêlos e a de mobiliário. Nos anos 1920 houve ampla expansão do mercado de manufatura e investimentos na área da indústria pesada, assim como a expansão da indústria têxtil. Este quadro viria favorecer as indústrias de beneficiamento. Os anos 1930 são de grandes mudanças para o setor industrial de bens de consumo, bens intermediários, seguidos pelo ramo de equipamentos (CASTRO, 1972: 113). Também para SORJ (1986:16), mesmo ocorrendo o predomínio econômico do desenvolvimento do setor industrial sobre a agricultura, esta, liderada pela cafeicultura, supre as necessidades do mercado consumidor interno. O fator consumo interno favoreceu a expansão econômica interna da cafeicultura e a ocupação de novas áreas para sua lavoura.

A substituição da mão-de-obra escrava pela livre, no Complexo Rural, registra no Complexo Cafeeiro a fase do trabalho assalariado, enquanto outro período – 1890/1930 registra a transição do capitalismo mercantil para o capitalismo estatal, por força de sua intervenção.

Desde 1760, quando ocorreu o declínio da mineração, a economia agrícola brasileira se recupera dilatando o seu processo até o século XX, com modificações cíclicas, dentre elas, as básicas, que tratam do processo socioeconômico de industrialização, na década de 1930, e da modernização ou tecnificação da agricultura, em pouco depois de meados do século XX. A década de 1930 é considerada como período modificador básico do processo sócioeconômico brasileiro, isto é, o marco da industrialização brasileira. As transformações provocadas pela progressão da indústria, do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, exigiram reorganização setorial, via modernização técnica de suas atividades produtivas e da relação integradora agroindustrial.

Na década de 1930, após a Grande Depressão, a política cafeeira seria novamente estimulada pela política de compra dos estoques de café pelo Governo. É justamente nesse período, quando a ocupação da Região Norte do Paraná se encontrava em desenvolvimento, que a cultura cafeeira se espalha por este espaço, estimulada não só pela política de compra, mas por encontrar os solos férteis das terras roxas legítimas. Enquanto o Estado de São Paulo voltava-se para outros setores econômicos e via decair produtivamente sua

economia cafeeira, pelo enfraquecimento de seus solos, no Norte do Paraná aconteceria o contrário, alcançando seus cafezais alta produtividade.

Quanto aos comentários de que as pequenas propriedades estariam excluídas da cultura do café, esta ocorrência não se verificou na estrutura fundiária do Norte do Paraná, quando da sua ocupação. Enquanto em São Paulo, a pequena e média propriedades sofriam concorrência com a grande lavoura cafeeira latifundiária, no Paraná, nas primeiras décadas do século XX, a colonização empresarial e estatal contribuiria para a organização da estrutura fundiária em pequenas e médias propriedades, principalmente na extensão do Norte Paranaense, onde a cultura do café se estabelecia e permitiria juntar-se a ela as culturas denominadas **intercalares**, numa relação de fatores que ajudasse economicamente as pequenas propriedades e numa conjugação ainda maior para instalação, crescimento e expansão de cidades, comércio e indústria.

O Estado nacional por várias vezes envolveu-se nos setores econômicos da agricultura, principalmente com a promulgação de leis intervencionistas, política de câmbio e créditos subsidiados. Isto é, políticas protecionistas governamentais sempre existiram para a agricultura brasileira, inclusive após a década de 1930, com as políticas de subsídios.

Durante o regime de subsídio do Estado foram constituídas as organizações governamentais para atenderem à política agrária setorial, como os institutos do café, do açúcar, do álcool, do arroz; e mais tarde surgem as grandes cooperativas, a exemplo da Copersucar, da Cotia, da Fecotriga, dentre outras.

A crise de 1929/30, atingiu profundamente o Complexo Rural, fazendo cair o ritmo de expansão do produto agrícola brasileiro, mesmo com o crescimento do consumo interno, provocado pelo aumento populacional. Nesse momento também se verifica grande movimento campo-cidade, ocorrência que se repetiria com intensidade após a década de 1960, com a introdução da agricultura moderna, técnica e intensiva de capital. Entre 1940 e 1960, a população rural cresceu 37,5% e a urbana 14,8%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,1968). O período de 1930 a 1960 reflete a desestabilização do Complexo Rural brasileiro, com as alterações da economia agrícola exportadora primária, para o desenvolvimento direcionado e centralizador do setor industrial. Apesar do dinamismo do Complexo Cafeeiro, ele continuaria a viabilizar recursos para a expansão do setor industrial.

Quando a crise de 1929/30 começou, a economia cafeeira sofreu fortes reduções no mercado internacional. A falta de crédito externo levou o governo brasileiro a proteger, nos anos seguintes, os interesses dos produtores de café através de recursos financeiros para a colheita, para depois comprá-lo e estocá-lo ou destruir o produto. Estas ocorrências levam MARTINS (1981:99) a constatar que:

A manutenção da renda do setor importador promoveu o crescimento da demanda de importações, desproporcionalmente à capacidade de implantação do país. Esse fato implicou um crescimento dos preços de produtos importados, acima do que teria ocorrido se o Estado não tivesse decidido comprar o café e se o seu resultado não tivesse sido o decréscimo do desemprego provável. Por esse meio, os preços das importações subiram mais do que os preços internos e, em conseqüência, a situação econômica tornou-se propícia para a indústria interna. Por esse meio, o fluxo de renda originado da compra e queima de café incrementou a renda e o emprego nos setores industriais e agrícolas devotados ao mercado interno.

O resultado da política de governo neste período de crise, envolvendo o mercado externo e interno, mais diretamente voltado à cafeicultura, nos seus aspectos econômicos e sociais, estimulou a produção industrial para o mercado interno e assim colocou a indústria na função de produzir para substituir importações.

Ainda, considerando o envolvimento do Estado na industrialização, MARTINS (1981:115), acrescenta que

...desde 1900 o Estado brasileiro implantara o imposto de consumo. Com isso o Estado reconheceu que as taxas de importação não cobriam a totalidade do consumo da sociedade brasileira e que o tesouro federal estava, em conseqüência, perdendo dinheiro. Desde então, os rendimentos públicos passaram a depender progressivamente desse imposto e, portanto, da industrialização. O setor industrial passou, pois, a ter uma importância vital para a burocracia pública. Assim sendo, a indústria ganhou importância nas decisões governamentais, como ocorreu em 1931, na chamada socialização das perdas, que beneficiou a indústria, ao que tudo indica deliberadamente, e não só o café.

Enquanto na década de 1930, era distribuída na Região Norte do Paraná a cultura cafeeira, esta era seguida, em plano econômico menor, pela cana-de-açúcar, estimulada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, criado em 1933, que elaborou um regime de distribuição de cotas às agroindústrias do setor para produzirem açúcar.

A cultura cana-de-açúcar não caminhava em território nacional da mesma forma que a cultura do café. No Paraná, mais precisamente no seu grande Norte, na década de 1940, a cultura canavieira também ocupa determinados espaços agrícolas, graças à instalação das usinas de açúcar Bandeirantes, Central do Paraná e Jacarezinho (TABELA Nº 1).

TABELA Nº 1

Produção de Açúcar nas Usinas do Estado do Paraná

1943/44 a 1950/51 (em toneladas)

Ano	Usinas				Total do Estado	Evolução %
	Bandeirantes	Central Paraná	Jacarezinho	Malucelli		
1943/44	114	-	-	-	114	-
1944/45	1.715	-	-	-	1.715	1.404,39
1945/46	2.830	-	-	-	2.830	65,01
1946/47	2.213	805	-	-	3.018	6,64
1947/48	3.427	6.026	1.356	478	11.287	273,99
1948/49	3.234	5.404	1.609	659	10.906	-3,38
1949/50	3.955	5.973	605	1.124	11.657	6,89
1950/51	5.896	14.442	1.810	1.150	23.298	99,86
Totais	23.384	32.650	5.380	3.411	64.825	20.336,84

Fonte: IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool–1943/1952.

Org. W. A. Teixeira

O período político da agricultura brasileira, de 1930 a 1960, reflete o posicionamento do governo federal em aplicar na indústria, quando retirou, a partir dos anos 30, os recursos da agricultura para a indústria. A década de 1930 representa o período de alto crescimento industrial, 72% contra 28% da agricultura, significando uma das principais modificações básicas do processo sócioeconômico brasileiro, seguida pela urbanização, conforme Tabela Nº 2.

As décadas de 1940 e 1960 representam para agricultura, mesmo com o aumento da demanda, o freio proporcional da produção de alimentos, relativo ao aumento dos produtos industrializados (Tabela Nº 2). Assim, o aumento da demanda de produtos alimentícios está na relação direta do consumo, mais pelo aumento da população do que pela transformação industrial do produto agrícola, até então pouco ou quase nada exportável.

TABELA Nº 2

Crescimento da Agricultura e da Indústria Brasileira
(médias anuais em percentuais - %)

Período	Agricultura	Indústria	Agricultura	Indústria
1930/39	2,2	5,6	28%	72%
1940/46	4,8	6,9	41%	59%
1947/61	4,6	9,6	32%	68%

Fonte: CASTRO, 1972:102

Estes são períodos em que a indústria impõe à agricultura, mudanças estruturais para o atendimento às suas exigências de transformação de matérias-primas, implicando em alterações de produção e geração de produto, tanto para uma como para a outra, isto é, a indústria passa a manipular ou dirigir a agricultura. Esta relação de dependência da agricultura em relação à indústria levaria à formação do Complexo Agroindustrial, no sentido terminológico exposto nos anos 50 para conceituá-lo modernamente.

Nesta fase de mudanças na agricultura e na indústria, para GUIMARÃES (1982:92), a conclusão mais importante, ainda está por se definir: “...não é apenas a de que a agricultura se industrializa, mas a de que é ‘a indústria que industrializa a agricultura’. Isso que dizer que a industrialização passa da fase espontânea para a fase dirigida e, mais do que isso, que a direção do processo, nessa outra fase, vem da indústria ou, melhor dizendo, da grande indústria.” A fase da industrialização espontânea, etapa conhecida por capitalismo concorrencial, teria surgido com a tecnologia inferior, simples, de pequenos fabricantes – adubos naturais, arados etc. A fase posterior, da industrialização dirigida, teria começado substituindo-se a tração animal pela motorização, os adubos naturais pelos adubos artificiais e “da maquinaria agrícola simples pelos equipamentos complexos, tais como as combinadas e automotrizes, cuja produção industrial só pode provir de empresas de grande porte, dotadas de alto nível tecnológico, geralmente empresa multinacionais.” A fase espontânea da industrialização agrícola cessa a partir do momento em que a indústria domina o mercado de produtos agrícolas e a agricultura passa a depender cada vez mais da grande indústria “(e paralelamente ao grande capital urbano-industrial), pela integração das duas atividades através de vínculos contratuais ou orgânicos, e que conduzem à formação do complexo agroindustrial.” A relação entre a agricultura e a indústria, ou os instrumentos para a formação do **Complexo Agroindustrial** podem ser encontrados na “história da formação das **comunidades de interesses e das combinações**, surgidas no último terço do século XIX..” Esta relação agricultura-indústria nem sempre é harmoniosa

No início a Modernização Agrícola foi dirigida para determinadas regiões e culturas, mas a necessidade da agricultura em produzir de forma direcionada esbarrou na exigência de tecnificar seus setores produtivos para atender à nova demanda e, ao mesmo tempo, em contrapartida, juntar ou buscar crédito para os investimentos tecnológicos para manter-se na internalidade deste ciclo. Nesta participação, a agricultura fica dependente da indústria, mesmo quando consegue diminuir esta dependência ao colocar seus produtos diretamente no mercado interno. Sobre o assunto KAGEYAMA (1990:7) diz: “...as decisões de produzir se internalizavam gradativamente em função das exigências do mercado internacional, mas os instrumentos necessários para produzir dependiam cada vez mais da abertura para o exterior”, diferentemente do Complexo Rural, “...que tinha sua produção de equipamentos rudimentares e de insumos internalizada e o seu mercado final no exterior. Contudo, mesmo com as implicações

da aplicação do padrão modernizador para a agricultura brasileira, a modernização ocorreu no setor agrícola justamente pelo setor industrial.”

O Brasil procurou na exportação de seus produtos equilíbrio para sua balança comercial, buscando na agricultura esses produtos, que por muitas vezes receberam créditos do governo. Exemplo típicos são os casos das concessões dadas aos senhores de engenho do Nordeste no século XIX e posteriormente aos barões do café, via taxa de câmbio e atualmente, os créditos subsidiados ao setor sucroalcooleiro, com o Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL criado em 1975 (TEIXEIRA, 1988 : 227). Desde a crise dos anos 1929/30, ocorreram medidas de proteção à agricultura através de subsídios do Governo Federal. A partir dos anos de 1950, quando a industrialização é consolidada, inclusive com a implantação do D1¹², o capital industrial se expande e a agricultura se renova, atingindo altos índices de tecnificação, com incentivos via Plano de Metas¹³ do Governo Juscelino Kubitschek (1956/61), crescendo ainda mais, na década de 60, com a política nacional de incentivo a exportação do Governo militar de 64, justamente neste contexto de mudança e de crise que abalou profundamente a economia cafeeira nacional, contribuindo para a modernização técnica, ou intensiva de capital, da agricultura, ao promover a substituição de culturas.

No Governo Juscelino Kubitschek, ao se incrementar a instalação da indústria de base e de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos) no Brasil, os primeiros anos de 1960 foram tempo em que o Complexo Rural passava por transição processual com modificações básicas inseridas pela industrialização, com a implementação do D1 para a agricultura, sem que no entanto, a indústria alcançasse com seu padrão, no momento, acumular significativas parcelas da economia do setor agrícola, devido à manutenção das exportações e da produção de alimentos para o consumo interno. Este contexto seria alterado pela estruturação populacional urbana e pela própria indústria, exigindo da agricultura os recursos para manutenção e desenvolvimento de suas atividades. A melhor produtividade e os limites

¹² D1: Departamento Produtor de Bens de Capital (Produção de máquinas, equipamentos e insumos).

¹³ Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek (1956 a 1961), compunham de 31 metas distribuídas em seis grandes grupos: energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e, a meta síntese: Brasília. O plano promoveu destacadamente a industrialização e a modernização do país, com investimentos, dentre outros, na indústria de base e na agricultura voltada para a produção de alimentos. Neste período a produção industrial brasileira cresceu 80%. GRAZIANO DA SILVA (1982:45) trata o período de 1956 a 1966, como Fase da Indústria Pesada, ou Ciclo de Acumulação, compreendido em dois momentos: 1. De expansão (1956/61), apoiada no Estado e no capital estrangeiro que se transfere sob forma de capital produtivo; 2. O de Depressão (1962/66) pela queda das taxas de crescimento.

territoriais da fronteira agrícola que se escasseava, impondo restrições setoriais, serviram de argumentos para os planos da Modernização Agrícola.

Para CORRÊA (1996:35), “...o meio rural brasileiro ainda se caracteriza pelo predomínio do latifúndio – minifúndio, a estrutura fundiária apresentava-se concentrada e na produção agrícola prevalecia a expansão horizontal (...) pois o setor agrícola, como um todo, não dependia da indústria para desenvolver-se”. Abastecer de alimentos os centros urbanos, fornecer força de trabalho para a indústria e contribuir para a acumulação capitalista no setor industrial, através de geração de divisas que favoreciam a importação de bens de produção para complementar a produção nacional, era função da agricultura ¹⁴. Fica clara a dependência do setor industrial por não dominar segmentos significativos do setor agrícola. Diante disso, os planos para agregar os valores da economia agrícola à implementação industrial viriam através do Governo Nacional, com a Modernização Técnica da Agricultura.

Na inserção industrial a agricultura tradicional transita para a agricultura moderna, atendendo ao capital industrial para a demanda de seus produtos, ao mesmo tempo em que se especializa a agricultura na produção dirigida para o novo setor em expansão, o agroindustrial, que culminaria na formação dos Complexos Agroindustriais – CAI’s.¹⁵

Após a Segunda Guerra Mundial a indústria obtém domínio maior, mas dependente, sobre a agricultura e passa a revolucionar outros setores, a exemplo do comércio e das comunicações (MULLER,1989). Os anos 1950 foram marcados, também, pelo desenvolvimento das atividades de urbanização no Brasil, enquanto na década de 1960 acelerou-se a formação e a internalização das relações entre agricultura e indústria na formalização dos CAI’s, em decorrência da ampliação da demanda interna e, mais precisamente da externa, por produtos agropecuários, isso se verificou no atendimento às exigências para diversificação de

¹⁴ As unidades rurais de produção artesanal que se mantinham ativas com os recursos próprios de suas atividades (adubos, instrumentos de trabalho, alimentação aos trabalhadores, etc), perderam os próprios recursos para a especialização qualitativa da indústria – mão-de-obra e força animal substituídas por máquinas; adubo por processos industrial; alimento comprado na cidade, etc. Esta mudança na agricultura internaliza-a no processo de industrialização (MULLER, 1989:66 e GRAZIANO DA SILVA, 1982:44-47).

¹⁵ Ao abordar a constituição do Complexo Agroindustrial - Cai, a partir dos anos de 1960 e sua expansão durante os anos de 1970, MULLER (1986:349-350), concluiu implementação da base técnico-industrial no campo, não ocorreu com muitas mudanças profundas. Cerca de 25% dos produtores foram incorporados, à lógica industrial de produzir, acrescentando que 75% dos produtores agrícolas não contradiz o caráter geral das transformações parciais, concorrendo para isso, “a passagem da forma predominante de produzir, de artesanal para industrial; os tipos de mercado e de competição; a constituição de empresas multidivisionais com quase-empresas na agricultura, etc.” Mas adiciona que a permanência do atraso, “não contradiz o caráter geral das transformações parciais.”

produtos; isto é, a introdução do capital urbano-industrial na internalidade do Complexo Rural promoveria a transição para o Complexo Agroindustrial, que iria provocar modificações nas atividades do setor agropecuário do país.

A década de 70 do século XX foi marcada pela aplicação de benefícios governamentais à agricultura com créditos subsidiados, principalmente aos produtos de exportação. Em alguns casos os estímulos à agricultura se fizeram através da isenção ou redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM; e do Imposto de Renda. Em 1975, foram concedidos benefícios à agricultura brasileira nos valores, conforme GUIMARÃES (1982:55), de mais de 1,5 bilhão de dólares, ou 15 bilhões de cruzeiros. “Desse total, 11,4 bilhões correspondem ao diferencial entre a taxa de juros do mercado e a estabelecida para a agricultura; 800 milhões, aos subsídios a insumos modernos; 500 milhões, aos incentivos para tratores e máquinas agrícolas; e 700 milhões de cruzeiros, à redução do ICM para carne.” Nos anos seguintes, continuou a mesma política, inclusive com aumento das quantias anteriormente concedidas.

O Estado do Paraná, no e após o período do ciclo do café, nas fases de ocorrência de modificações da agricultura até o presente momento, sempre foi considerado um dos maiores produtores agrícolas do Brasil, com bem diversificada agricultura, produzindo, dentre outros, milho, batata, mandioca, algodão, rami, mamona, cevada, aveia, arroz, feijão, amendoim, trigo, cana-de-açúcar e mais recentemente, a soja. Da mesma forma, o Paraná está entre os primeiros possuidores de rebanhos bovinos e suínos e, os maiores produtores de aves e ovos.

Com a decadência do ciclo cafeeiro no Norte do Paraná, os produtos agrícolas que mais se destacaram a partir da década de 1970, até meados de 1980, com a modernização ou tecnificação da agricultura, por ordem de crescimento produtivo e ocupação de áreas, foram: a soja, o trigo, cana-de-açúcar e o algodão. O binômio soja-trigo, seguido de longe pelo algodão, explica-se pela modernização e tecnificação intensiva de capital, e a cana de açúcar, pelas políticas do Governo Federal, via PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool, financiando e estimulando a distribuição de destilarias de álcool pelo espaço norte- paranaense. Até então, o álcool era considerado um subproduto do açúcar.

Os anos de 1980 revelam que a produção industrial no Brasil teve somente um período pequeno de crescimento – 1984 a 1986, e que sua ocorrência nesta década, é reflexo dos anos de 1970, somados aos anos anteriores, que originaram, em grande parte com a modernização do campo e em menor escala com o desenvolvimento industrial, a crescente urbanização, de expressiva mudanças na estrutura econômica e social brasileira. A aceleração desse processo ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, com a evolução para uma nova ordem internacional do capital, a qual impôs com a industrialização acumuladora e reformuladora da divisão social e territorial do trabalho, inicialmente para o mercado interno e posteriormente para o mercado externo, também nova ordem para as economias primárias. Neste movimento modernizador tecnológico e industrial inclui-se o papel do Estado, suprimindo as necessidades do capital.

A década de 1970 foi um marco de integração da economia brasileira no mercado internacional. A fase de grande crescimento ou do **boom** é registrada de 1968 a 1973, quando o Produto Interno Bruto-PIB ¹⁶ cresceu à taxa de quase 11% ao ano. O crescimento esteve primordialmente relacionado ao desempenho do investimento estrangeiro em setores da indústria – a indústria se expandiu entre 1940 e 1980, em 9% ao ano -, graças aos favores dados à exportação de manufaturados e de produtos agrícolas. Entre 1960 e 1973, o produto real do comércio internacional registrou um crescimento de quase 9% ao ano, declinando somente nos anos entre 1974 e 1978, com o choque do petróleo sobre o balanço de pagamentos. Entretanto, o crescimento da década de 1970 é marcado pela capacidade de importar e por grandes investimentos monetários em função do excesso de liquidez financeira internacional, aumentou consideravelmente a dívida externa do Brasil. O segundo choque da crise do petróleo, a elevação das taxas de juros internacionais sobre a dívida brasileira e a recessão mundial entre 1980 e 1983 debilitaram a economia nacional, forçando o Brasil a procurar o Fundo Monetário Internacional-FMI, e à negociação dos débitos junto aos bancos estrangeiros. O Brasil iria obter índice de recuperação econômica em 1985, superando os 7,0% anuais, sendo considerado o terceiro país, nesse ano, com mais de US\$ 12 bilhões de superávit comercial.(IBGE, 1988:21-82).

¹⁶ **PIB** – Produto Interno Bruto: é a soma de todas as riquezas produzidas pelo país. Quanto maior é a expansão do PIB, maior o indicativo de que o país está produzindo, vendendo e comprando – denotando aquecimento econômico (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001: 3). Produto Nacional: É o valor **global** de tudo quanto um país produz durante um (1) ano em bens ou serviços.

Quanto à tendência ou às questões da agricultura brasileira, estas passam pela modernização tecnológica da agricultura e suas conseqüências no campo, assim como pela imposição da indústria no processo de redefinição da produção agrícola e, por correlação, também, pela circulação e o consumo, configurando o Complexo Agroindustrial – CAI. Neste contexto sempre se encontram as políticas de crédito rural do Governo, cujo privilégio maior sempre foi para a produção agrícola. O do Governo Federal entre 1986/1989 teve o intuito de evitar os problemas de abastecimento de gêneros alimentícios da população, num momento pela política de preços mínimos e valores básicos de custeio, e em outro, pela formação de estoques reguladores, principalmente de produtos para o mercado interno, passando para armazenagem, transporte, irrigação e programas de extensão rural e de pesquisa agropecuária, a exemplo do Programa de Desenvolvimento de Microbacias. O Plano de Governo não foi satisfatório para todos os envolvidos, gerando neste meio reivindicações dos agricultores por melhores preços para a produção agrícola e por juros que permitissem aos agricultores produzirem, resultando em problemas nos diversos setores de relação. O fato levou a considerar que a falta de uma política explícita para a produção, principalmente de gêneros básicos para a população, refletiu-se em baixos ganhos da produção agrícola. O pacote emergencial de medidas para a agropecuária de 30/06/87, do Governo Federal, refletia as incertezas em que se movia a agricultura brasileira.

A distribuição espacial do grupo dos grãos, conforme o IBGE (1988:93), nos primeiros anos da década de 1980, encontrava-se fortemente no Centro-Sul e, em especial, no Sul e Sudeste brasileiro. O Estado do Paraná e o Rio Grande do Sul detinham 86% da produção brasileira de trigo, e isso foi motivo para o governo voltar as atenções para estimular, também, a produção de arroz, feijão, mandioca e milho. Na Região Sul, o Estado do Paraná, seguido por Santa Catarina, detém a primazia da produção de milho e divide com o trigo e o feijão a importância no elenco de produtos selecionados.

Quanto ao momento industrial dos anos de 1980 do Estado do Paraná, resumidamente, localizamos o seu contexto na Região Sul, considerada a segunda região industrial do País, com base nos dados do IBGE (1988:134), com 19,4% do emprego (PO – pessoal ocupado) e 15,6% do Valor de Transformação Industrial (VTI) nacional, quando a categoria de bens de consumo não-duráveis – produtos alimentares, bebidas, têxtil, vestuário, editorial e gráfica, mobiliário, farmacêutica, perfumaria e fumo -, cedeu o primeiro lugar à dos bens intermediários – química, metalúrgica, minerais não-metálicos, papel e papelão, madeira,

plásticos, borracha e, couros e peles. Entretanto, como para todo o Brasil, o maior crescimento foi o dos produtores de bens de capital e de consumo duráveis – mecânica, material de transporte, material elétrico, etc. Quanto ao gênero, as maiores taxas de crescimento, tanto em VTI como em PO, ficaram com vestuário, mecânica, material elétrico, plásticos, mobiliário, minerais não-metálicos e material de transporte. A produção industrial era dominada no início da década por produtos alimentares e madeira, mesmo assim, o desenvolvimento da química, da têxtil, de papel e papelão, de material elétrico e de mecânica indicava a diversificação do sistema regional.

Os dados referidos não podem ser analisados somente pelos seus números, para retratar a indústria brasileira e os reflexos negativos para a agricultura, em especial a paranaense. O período passa por crises econômicas no governo do presidente João Figueiredo (1979/85), com recessão de 1981/1983, assim como, além da recessão e da forte crise econômica até 1985. Os investimentos realizados no período contribuíram para a continuidade da política agropecuária voltada aos produtos de exportação e para moldar a localização industrial brasileira, inclusive com a introdução de setores diversificados, de que são exemplos, no caso paranaense, a hidrelétrica de Itaipu, a ampliação do Proálcool e a ativação agroindustrial nas cooperativas agrícolas. De 1980 a 1981, identifica-se a recessão, com a queda de crescimento do PIB – Produto Interno Bruto Brasileiro em menos 4,4%, bem abaixo da média positiva de dez anos (1,43%), estendendo-se o período crítico até 1985, com média negativa. A partir de 1984, o Brasil experimentou um razoável crescimento até 1987, retornando às taxas negativas devido à incostância das administrações políticas do governo federal, geradoras de alta inflação e déficits econômicos.

Foi um longo período de graves conturbações políticas. O Sr Tancredo Neves, eleito Presidente da República pelo Congresso em 1985, adoeceu gravemente e veio falecer antes de tomar posse. Assumiu então o seu vice, Sr. José Sarney, que cumpriu mandato integral de 5 anos. Em 15 de março de 1990 tomou posse como Presidente da República, eleito por via direta, o Sr Fernando Collor de Mello, que, após dois anos de governo, foi deposto pelo Congresso Nacional em 29 de dezembro de 1992, sendo substituído por seu vice, Sr. Itamar Frtanco. O período Collor foi conturbado para a administração política e econômica brasileira e, em 1992, o PIB, foi negativo em menos 4,0%, afetando a economia de diversos setores do Brasil e, diretamente, as suas atividades agrárias (TABELA N° 3).

Durante vinte anos, de 1980 a 2000, o Brasil teve, praticamente, mediante a soma da produção de bens e serviços, dois momentos que somem apenas oito anos de relativo crescimento, os quais no entanto, não representam alto grau de desenvolvimento do país, pois a moeda nacional é deluída por índices inflacionarios e paga altas taxas de juros com a dívida, principalmente externa, dentre outros fatores. O primeiro foi quando o PIB nacional, de 1984 a 1987, com a mais alta taxa de crescimento anual nesses vinte anos de 7,9 % em 1985, teve média de 6,1 % nestes quatro anos; e o segundo, quando o PIB, também durante quatro anos, de 1994 a 1997, atingiu a média de 4,3 % e a maior taxa anual foi em 1995, com 6,7% (TABELA Nº 3). Isto é, a taxa crescimento do PIB brasileiro foi melhor em meados da década de 80, em um período de negativas oscilações econômicas e de constantes mudanças políticas para o Governo Federal, que se contextualizava a manifestação de movimentos populares a favor de eleições diretas (1983) e em que o país transitava de um regime político militar para um civil, fato que se consumou com a eleição em 1985, de Tancredo Neves e atingiu 1986 com a introdução do Plano Cruzado, para encerrar-se em 1989, com a eleição direta de Fernando Collor de Melo, na Presidência da República. O segundo período positivo do PIB brasileiro, em meados da década de 1990, envolve o lançamento do Plano Real, no governo de Itamar Franco, pelo ministro da área econômica, Fernando Henrique Cardoso, que daria continuidade ao plano ao assumir a Presidência da República em 1995.

TABELA Nº 3
 TAXA DE CRESCIMENTO DO ÍNDICE DE PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO
 - 1980 a 2000 -

Anos	Índice do PIB real brasileiro	Média*1	Taxa de crescimento PIB (%)	Média
1980	100,0		-	
1981	95,6		- 4,4	
1982	96,2		0,6	
1983	92,9		- 3,4	
1984	97,8		5,3	
1985	105,6	98,0	7,9	1,2
1986	113,6		7,5	
1987	117,7		3,6	
1988	117,6		- 0,1	
1989	121,4		3,3	
1990	116,5	106,8	- 4,0	1,6
1991	117,6		0,9	
1992	117,0		- 0,5	
1993	119,1		2,2	
1994	124,0		4,9	
1995	130,7		6,7	
1996	132,1		1,4	
1997	136,0		3,9	
1998	137,4		1,4	
1999	137,2		- 0,1	
2000	141,0	117,4	3,9 *2	1,9
Total / média.	111,8	-	2,6	-

(*1) média do quinquênio. (*2) média dos três primeiros trimestres.

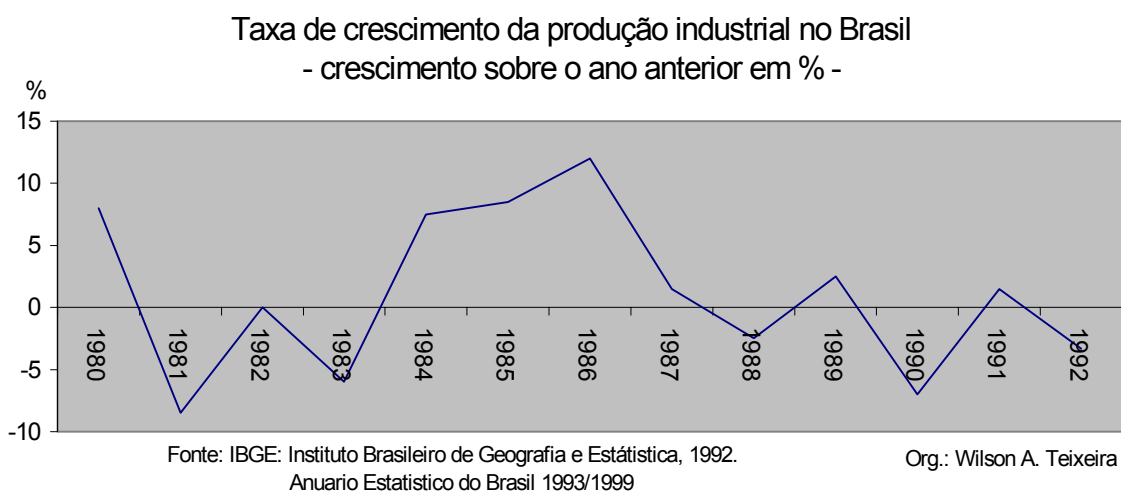
Fonte: BACEN – Banco Central do Brasil, 1992. IBGE - 2001.

O aquecimento da economia, no início do Plano Real (1994), até 1997, favoreceu o nível de produção industrial, fato que poderá ser repetido no ano 2000, que apresenta taxa de crescimento do PIB brasileiro de 3,8 %, nesse ano de perspectivas de

superação para a produção industrial (TABELA N° 3). Esta recuperação estaria ocorrendo pela categoria de bens duráveis – automóveis, eletroeletrônicos, etc., ficando o setor dos bens não duráveis – produtos alimentícios e outros perecíveis com os resultados piores. Entretanto, dados do IBGE (2000) indicam que a expansão do PIB brasileiro, no ano 2000, foi dada pela indústria, que teve crescimento de 4,62%, com a agropecuária expandindo-se em 3,36% e os serviços em 3,29%.

Quanto ao crescimento da produção industrial brasileira, no período de 1980 a 1992, o montante de crescimento positivo aconteceu entre 1984 e 1986. De 1987 a 1992, apesar da pequena oscilação de alta em 1990, ocorreu um período de taxas de crescimento negativo para a produção industrial brasileira. (FIGURA N° 1)

FIGURA N° 1



As análises dos economistas BIELSCHOWSKY e FONSECA (2001:2) sobre investimentos na indústria brasileira como perspectiva de desenvolvimento para o período de 1998 a 2002, refere-se à ligeira recuperação nos investimentos em 2000, que se estenderia aos anos seguintes, graças às inversões fortes e sustentáveis da indústria, pois os anos 90 mostraram médias de crescimento favoráveis para o setor. Em 1998/99, a indústria recebeu, para investimentos, recursos através de financiamentos na ordem de 30%. No entanto, ainda se considera a disponibilidade de financiamento um entrave ao investimento,

já que os poucos recursos atingem somente metade das empresas industriais, com dificuldade maior para as pequenas empresas. Por isso, as empresas pretendem, no período 2000/2002, aumentar a participação de terceiros no financiamento de seus projetos de investimentos para 41% dos recursos necessários. As análises crescentam ainda que “...parece estar superada a fase em que predominaram investimentos defensivos em eficiência operacional, do miniciclo de modernizações de 1995/97” e que, no período 1998/99, 12% das empresas que investiram construíram plantas em localizações distintas daquelas em que se situa a planta matriz original, cujos movimentos foram as diversificações em direção ao Paraná, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, porém os maiores movimentos localizam-se em São Paulo e Paraná. As empresas visam ao mercado doméstico, mas as razões dos investimentos estão entre as exportações e vendas totais.

Referindo-se a todos os tipos de empresa, comerciais ou industriais, o Sistema de Informações da Indústria e Comércio do Paraná, vinculado a Secretaria de Estado da Indústria (SEID, 2000:5), com base no cadastro do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, indica que das 165.160 empresas em atividade no Paraná, 86.269 foram criadas nos últimos 5 anos, isto é, de 1995 a 1999 surgiram 52,23% dos estabelecimentos comerciais e industriais paranaenses em atividade.

As análises do Complexo Rural, do Complexo Cafeeiro e da introdução da Modernização Agrícola com substituição de culturas, evidenciam que a partir do momento em que o Complexo Rural passou por mudanças técnicas básicas, inclusive via processo de Modernização Agrícola envolvendo a vinculação da industrialização, a somatória desses acontecimentos constam do processo de composição do Complexo Agroindustrial.

Embora existam dificuldades para precisar o momento exato da constituição e consolidação do CAI brasileiro, os autores que tratam da temática de “caifização” não negam a sua existência. KAGEYAMA *et al* (1987:68 e 112), tratam o assunto como “o novo padrão agrícola”, analisando “do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais”. consideram a agroindústria como um ramo industrial e envolvem estudos sobre a constituição do CAI, com o estabelecimento de um padrão agrícola brasileiro por volta de meados dos anos 60, entendendo não ser a agricultura apenas “um setor”, mas que a “Nova Segmentação da Agricultura: Os Complexos Agroindustriais”, ocorreria nos anos 70.

Para MÜLLER (1981:10), nos idos de 1960 os setores industriais voltados para agricultura “não estavam ainda constituídos enquanto indústrias no país; por conseguinte, a rigor, não se pode falar em complexo agroindustrial brasileiro por essa época”, apesar de haver “complexo particular como o do trigo/moinhos desde os fins de 40; mas tratava-se, então de um complexo cuja indústria para agricultura esta inteiramente localizada no exterior.”¹⁷

No entanto, para DELGADO (1985:19 e 134), a partir de meados da década de 60, marca-se o momento de transição entre duas fases de desenvolvimento rural. A primeira é o processo de mudança na base técnica da agricultura brasileira, com a consolidação integrada do CAI, e a segunda, incluindo a década de 70, marca o período de intensa urbanização e rápido crescimento do emprego agrícola. Assim, como em outras economias, existe uma certa dinâmica de integração nos ramos mais modernos da agricultura capitalista.

Como na agricultura não ocorre a integração de todos os ramos produtivos e blocos de capitais, a integração faz a agricultura parecer assemelhada ao conglomerado industrial clássico; portanto, no contexto do Complexo Rural para o Complexo Agroindustrial, vinculando agricultura/indústria, pode-se adotar o conceito de integração de capitais (fusão e incorporação de capitais) aplicável à agricultura, que implica “em centralização de capitais industriais, bancários, agrários etc., que por vez, fundir-se-ia em sociedades anônimas, condomínios, cooperativas rurais e, ainda, empresas de responsabilidade limitada, integrada verticalmente (agroindustriais ou agrocomerciais).”¹⁸

1.2. Do Complexo Rural à formação do Complexo Cafeeiro Paranaense: Contexto da formação das primeiras cooperativas de cafeicultores do Paraná.

No Brasil, quando cessou o ciclo do ouro, a economia açucareira cresceu, com o aumento do número de engenhos de açúcar e alambiques de aguardente, no início do século XIX, enquanto a cultura do café lentamente se iniciava. A lavoura canavieira respondia pelo

¹⁷ O autor afirma que o CAI é “uma unidade de análise na qual a agricultura se vincula com a indústria de uma dupla maneira: com a indústria de bens de capital e intermediários, e com a indústria processadora de matérias-primas agrícolas” e designa: a primeira, de indústria para a agricultura e a Segunda, de indústria da agricultura (MULLER, 1981:23).

modo de vida da população e pelo acúmulo de capitais, motivado primeiro pelo aparecimento dos engenhos de açúcar e mais tarde das fazendas de café.

Para PETRONE (1968:163), ao fazer análise econômica da capitania paulista, o açúcar era o esteio econômico até meados do século XIX, quando foi ultrapassado pelo café em volume de exportação. Sobre o mesmo assunto, ARAÚJO FILHO (1969:53), ao analisar as exportações de café e açúcar pelo porto de Santos, notou a liderança do café e afirmou: “Desse modo, o velho porto do açúcar cede lugar ao que seria até hoje o ‘porto do café’.”

No final do século XIX a economia cafeeira brasileira vinha duplicando sua produção e após a Primeira Grande Guerra (1914-1918), o **boom** financeiro provocado pelo restabelecimento econômico europeu propiciou ao setor cafeeiro brasileiro o aumento do produto para exportação, resultando, a partir da segunda década do século XX, em superprodução. Nessa época os produtos foram destruídos em grande quantidade. Baseado no período que vai da época da Proclamação da República – 1889, até 1910, o IAA (1972:67) relata que o açúcar ocupou o primeiro lugar nas exportações brasileiras, até as primeiras décadas do século XIX, para, em 1889, o café, com 73,9 %, ocupar o primeiro lugar das vendas nos mercados externos, seguido pela borracha com 10,9 % e o açúcar com apenas 6,1 %, e que este distanciamento “...haveria de prosseguir em pleno século XX, pois em 1910 o café, com 44,9 % do valor das exportações, rivaliza com a borracha, que soma 43,8 % desse valor, enquanto o açúcar aparece” com apenas 1,3 %.

A Grande Depressão que antecipava a 1ª Guerra Mundial nas décadas finais do século XIX provocou transformações na economia mundial, atingindo com gravidade os países subdesenvolvidos, nos quais o Brasil se insere. As referências de tempo que vão desde a década de 50 à década de 90 do século XIX permitem registrar no processo socioeconômico brasileiro as modificações que explicam as transformações na agricultura, a exemplo da diminuição de sua lucratividade. Exigiam-se cada vez mais aumento de produtividade através, de aplicações de capital e ao mesmo tempo, maiores extensões de terras, expandindo e valorizando a estrutura fundiária. Explicam ainda as implicações com a redução do trabalho escravo e a introdução do trabalho livre nas fazendas de café. Este período de crise para o Complexo Rural, na agricultura brasileira, impulsionou gradativamente a expansão do Complexo Cafeeiro.

¹⁸ Destacam-se, por serem objeto de estudo, os termos “cooperativas rurais” e “agroindústria”, por envolverem a integração de capitais, que objetivam a busca da taxa média de lucro do conglomerado, e neste caso

A abolição da escravatura foi, sem dúvida, um marco no processo de desenvolvimento produtivo da agricultura brasileira, para os setores cafeeiro e canavieiro, com a alteração social da mão-de-obra – do trabalho escravo para o trabalho livre – marcando episódios de oscilações econômicas no meio agrário brasileiro. Houve momentos em que a falta de mão-de-obra causou preocupação aos fazendeiros. Porém, para o setor cafeeiro, passado à mão-de-obra livre, com a vinda de imigrantes, verificam-se altos lucros, que contribuíram para o aumento de novos cafezais e aumento da produção e automaticamente geraram superprodução acima do consumo, no início do século XX. Estas ocorrências sociais e econômicas contribuíram para que o setor cafeeiro procurasse inovações técnicas, como foi o caso da instalação das máquinas de beneficiar café.

Assim, o café e o açúcar, no processo industrial, passaram a ter melhoria na qualidade dos produtos, qualificando-se para o mercado exportador, que lhes proporcionou, na década 1871/1880, quase 70% do valor das exportações. Entretanto, no Brasil, a industrialização foi de fora para dentro, e “...a partir da periferia dos processos produtivos, já refletia, como não poderia deixar de acontecer, as conseqüências da crise agrária geral, que empunham à agricultura mundial, através do acirramento da concorrência entre os países exportadores, maiores esforços para obter produtos de qualidade mais apurado e para alcançar níveis mais elevados de produtividade”. Novamente agrava-se a economia agrícola brasileira neste período justamente quando o capitalismo industrial avançava separando as oligarquias rurais entre os senhores de engenho e os fazendeiros de café, que passam a agir separadamente. A falta de produtos alimentícios à população brasileira colocava sua economia na dependência de produtos importados. Em 1901 o Brasil destinava 42,9% do valor de suas importações à compra de gêneros alimentícios. Nesse tempo, enquanto já se pronunciava a crise de superprodução de café, no Sul do Brasil, ressurgiria uma nova categoria de produtos de gêneros alimentícios, devido à expansão industrial, ao crescimento das atividades urbanas e do desenvolvimento do mercado interno, inaugurando-se, em escala apreciável, o uso da adubação, o emprego de arados e a tração animal.” (GUIMARÃES, 1982 : 65-75)

A proposta de analisar o processo de constituição da força de trabalho e das relações de produção que definiu a crise do escravismo no final do século XIX, de MARTINS (1981:14-22) permite que destaquemos algumas passagens de seus registros que podem

contextualizam-se no CAI, a especificidade da Cooperativa Agroindustrial.

evidenciar as relações sociais e econômicas com o regime de colonato, que abrangeu a cultura de café e da cana-de-açúcar. Para tanto, realçam-se principalmente as relações de trabalho na cafeicultura e a imigração de trabalhadores estrangeiros entre 1886 e 1914. Os personagens arrolados envolvem principalmente o fazendeiro-capitalista, o escravo e o trabalhador livre. Quanto à escravidão colonial, o autor define-a como “uma modalidade de exploração da força de trabalho, através do trabalhador, ao capital comercial”, baseando-se em sua hipótese de que “o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias a essa reprodução.” Reforçando esta hipótese, comenta que o capitalismo “engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais.” Ainda é com esse enfoque que afirma:

As relações sociais que engendravam o fazendeiro-capitalista não eram estritamente as relações de produção no interior da fazenda, mas também e significativamente as relações de troca que ele mantinha fora da fazenda com os comissários de café e, mais tarde, já no final do século XIX, com os exportadores. É por essa razão que a transformação das relações de trabalho na cafeicultura originou-se na esfera da circulação, na crise do comércio de escravos, que produziu os seus efeitos mais drásticos no Brasil a partir de 1850, quando o tráfico negreiro foi definitivamente proibido. A hegemonia do comércio na determinação das relações de produção coloniais, nesse caso particular, deve ser ressaltada. A economia colonial não se define apenas pelo primado da circulação, mas também pelo fato de que o próprio trabalhador escravo entra no processo como mercadoria.

(...)

No Brasil, o estabelecimento das novas relações de produção combinou-se com a imigração de trabalhadores europeus, como recurso não só para constituir a força de trabalho necessária à cultura do café, mas também como recurso para pôr no lugar do trabalhador cativo um trabalhador livre cuja herança não fosse a escravidão. Mais de um milhão e seiscentos mil imigrantes vieram para o país no espaço de pouco mais de 30 anos, entre 1881 e 1913, a maioria dos quais para trabalhar como colonos nas fazendas de café.

A cultura cafeeira, por possuir mais dinâmica ocupacional e permitir melhor diversificação, a exemplo das culturas intercalares, vai provocar ocorrência migratória territorial, como foi com mais intensidade a marcha do café em terras paulistas no final do século XIX, transpondo no início do século XX, as fronteiras do Norte paranaense, ocupando as suas terras roxas legítimas e obtendo, mesmo com a grande depressão dos anos de 1930, alta produtividade e aumento da produção de café.

No início da década de 90 do século XIX, os preços do café já vinham declinando no mercado mundial com a crise nos Estados Unidos da América, enquanto no Brasil a cultura cafeeira encaminhava para superprodução. A situação vinha acarretando o desequilíbrio econômico entre a oferta e a procura e perda de renda ao setor e à economia brasileira, impelindo o cafeicultor e o Estado nacional a executarem a política de valorização da cafeicultura, implícita no convênio de TAUBATÉ, em 1906.

Após a Primeira Guerra, 1914/18, mesmo com a recessão em 1920, a economia mundial se expandiu, com domínio capitalista dos Estados Unidos. Os mercados adquiriram novas condições funcionais, principalmente no mercado de ações. A queda desse mercado de ações viria provocar grave crise mundial em 1929, afetando as economias exportadoras dos produtores de matérias-primas e produtos tropicais, a exemplo do Brasil¹⁹.

Na década final do século XIX ocorreu a queda da produção cafeeira asiática, favorecendo os cafeicultores brasileiros que receberam crédito segundo FURTADO (1977:177-192), “para financiar as culturas e para a abertura de novas terras e elevou os preços do produto em moeda nacional com a depreciação cambial. Em 1880-81, a produção brasileira atingia 3,7 milhões de sacas (de 60 kg) e em 1890-91, 5,5 milhões e em 1901-02, 16,3 milhões.” Sobre esta medida em favor do setor cafeeiro, nota-se o complicado mecanismo da economia que funcionou com relativa eficiência até a década de 1930, mas que sentiu com a crise de 1929, situação de vulnerabilidade. A razão disso foram os estímulos artificiais que fizeram a produção de café crescer fortemente. “Entre 1925 e 1929 tal crescimento foi de quase cem por cento, o que revela a enorme quantidade de arbustos plantados no período imediatamente anterior. Enquanto aumenta dessa forma a produção, mantêm-se praticamente estabilizadas as exportações. Em 1927-29 as exportações apenas conseguiam absorver as duas terças partes da quantidade

produzida.” Nos anos da Grande Depressão, a política de defesa do setor cafeeiro, “concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional”. Nos primeiros anos da década de 1930 inicia-se a recuperação da economia brasileira, a política de compra para estocagem do café pelo governo “representava uma criação de renda que se adicionava à renda criada pelos gastos dos consumidores e dos inversionistas. Ao injetar-se na economia, em 1931, um bilhão de cruzeiros para aquisição de café e sua destruição, estava-se criando um poder de compra que em parte iria contrabalançar a redução dos gastos investidos.”

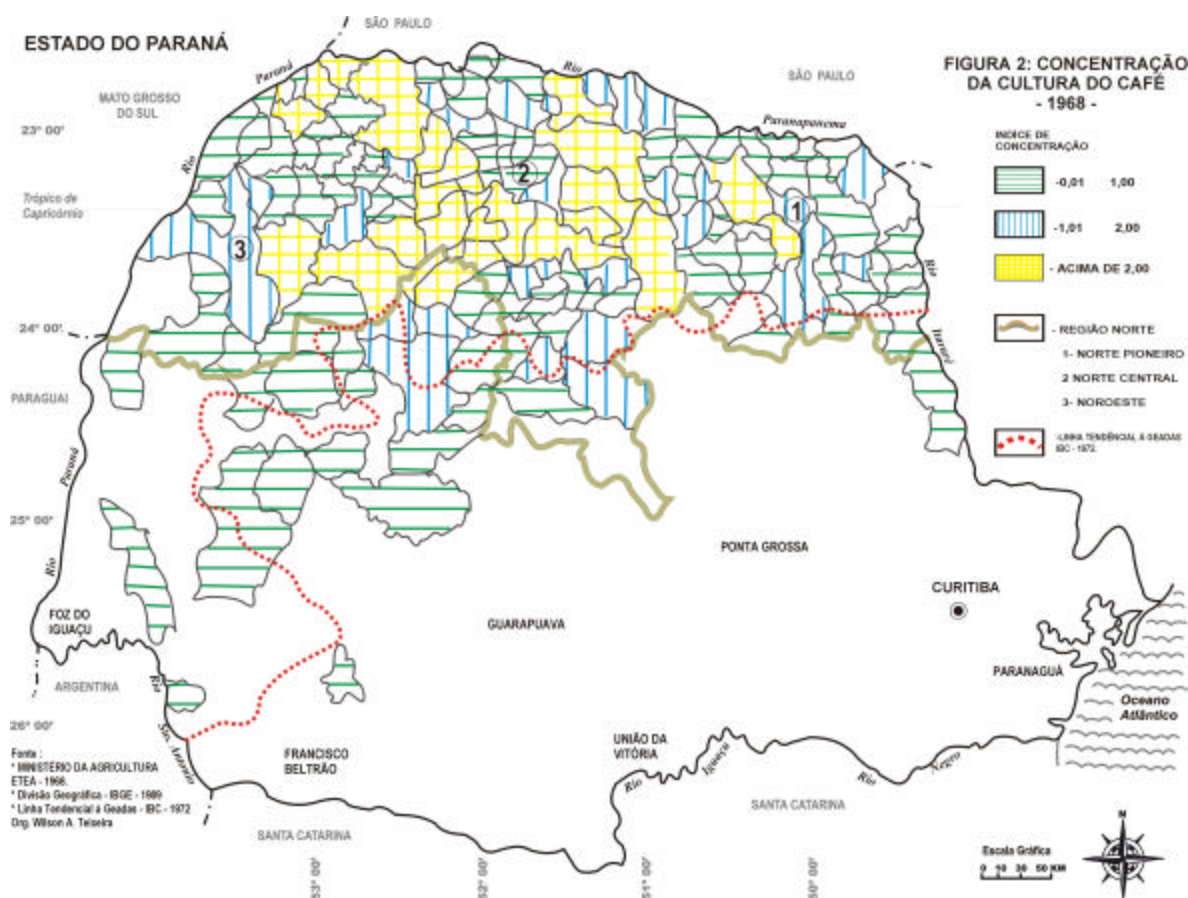
No Paraná, da província ao início do século XX, a preferência econômica recaiu sobre a erva-mate. Porém a cultura do café, nas primeiras décadas século, em expansão no Norte paranaense, seria sua sucessora econômica no Estado. O café, desde as últimas décadas do século XIX às primeiras décadas do século XX, teve desenvolvimento muito irregular de sua lavoura; fato que não ocorreria da mesma forma, em seguida, na Região Norte do Paraná²⁰ e especificamente na sua Mesorregião Norte Central Paranaense.

O exemplo social e geoeconômico dado como positivo é o da ocupação populacional em uma estrutura fundiária baseada em pequenas e médias propriedades, sustentada por uma economia de cafeeiros de alta produtividade, plantados em solos férteis de terra roxa, localizados ao norte do Paralelo 24° Sul e da linha divisória de intensidade de geadas habituais considerada pelo extinto Instituto Brasileiro do Café - IBC (FIGURAS Nº 2 e Nº 3).

A paisagem fundiária do Norte Paranaense, estruturada espacialmente na pequena propriedade e firmada na economia cafeeira, permitia lucratividade setorial e crescimento econômico regional. Este desenvolvimento regional dado à pequena propriedade se devia aos solos férteis da região e também às exigências nos tratos da cafeicultura, de tarefas manuais e limitadas operações mecanizáveis. Isto é, não se exigiam intensos gastos técnicos e gastos com mão-de-obra ativa especializada.

¹⁹ IANNI (1984:195-198), em “A crise do café e a Revolução de 30”, trata a depressão de 29 e a crise de 30 brasileira, sob a acumulação dos estoques de café, que representava neste momento mais de 70% das exportações, e da queima dos seus estoques excedentes pela política adotada pelo governo nacional.

²⁰ No Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, constou na divisão regional do Norte do Paraná, até 1989, a seguinte denominação: Norte Velho, Norte Novo, e Norte Novíssimo e, a partir desse ano, alterou-se a denominação para mesorregiões: Norte Pioneiro Paranaense, Norte Central Paranaense e Noroeste Paranaense.



Comentando que a tecnologia empregada na cafeicultura paranaense e a sua viabilidade econômica estão intimamente associadas com a estrutura de propriedade da terra, CASTOR (1984:133) afirma: “O café é um produto de alta relação entre o valor e peso e, em conseqüência, pequenas extensões de terras são capazes de gerar renda suficiente para manter uma pequena propriedade e permitir-lhe capitalizar-se”. E acrescenta que o domínio de um certo produto agrícola “...leva à monocultura e ao dismantelamento do aparato produtivo das culturas menos dinâmicas” e que isto aconteceu com a economia cafeeira do Vale do Paraíba e o açúcar brasileiro, além do de outros países. “Não aconteceu no Paraná, que chegou a ser um produtor cafeeiro de importância mundial ao mesmo tempo que desenvolvia uma base agrícola diversificada como grande produtor de alimentos.”

A formação do Complexo Cafeeiro ocorre na internalidade do Complexo Rural, isto é, o complexo cafeeiro é um momento modificador do processo sócioeconômico dentro do complexo rural brasileiro. O Complexo Rural, quando atinge o seu ápice - 1850/1860,

entra gradativamente em desestruturação, juntamente com o cafeeiro, até cerca de meados do século XX, quando, paulatinamente, nos anos 60 e 70, no processo de Modernização Agrícola, é substituído por novas técnicas e culturas intensivas de capital e se constitui como um diferente complexo, o Agroindustrial. Assim, o Complexo Cafeeiro identifica-se com a desestruturação contínua do Complexo Rural.

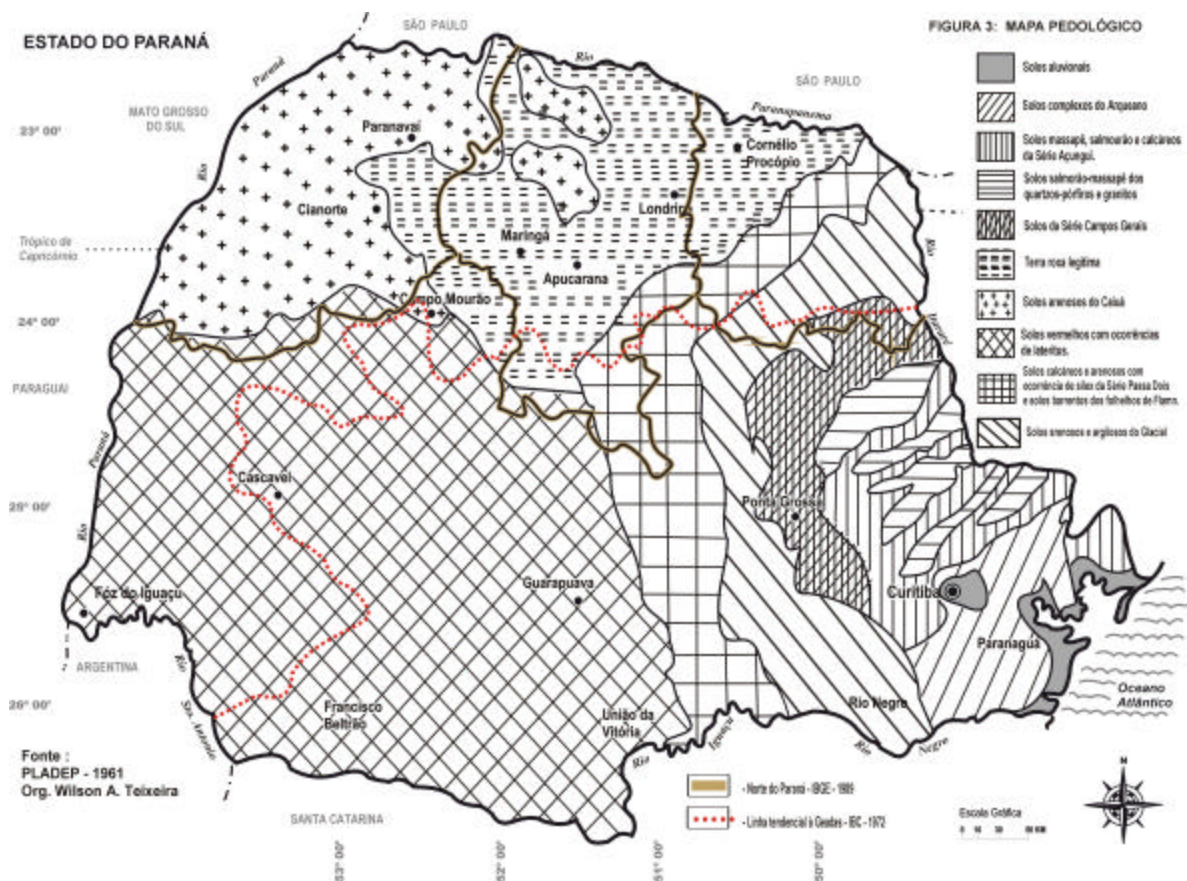
Justamente na dinâmica do Complexo Cafeeiro brasileiro, na expressiva economia cafeeira paranaense dos anos 1950, em momento de substituição de importações, do surgimento de novos mercados e da intensificação do mercado interno, com a orientação da economia brasileira voltada à industrialização com a internalização do D1, preparou-se a transição para o Complexo Agroindustrial intensificado pela Modernização Agrícola e iniciou-se o declínio do ciclo econômico cafeeiro do Estado do Paraná. Enquanto predominou o ciclo cafeeiro, segundo SILVA (1976:49), o café foi “o centro motor do desenvolvimento do capitalismo” no país.

O planejamento agrário paranaense estruturado em pequenas propriedades iria sucumbir devido a um novo ciclo econômico que na década de 1970 seria instalado, o da modernização agrícola ou o da agricultura intensiva de capital, fazendo declinar a cafeicultura, impondo ao agricultor maior capitalização e o aumento de espaços agrícolas, o que implicaria na agregação de pequenas propriedades. Esta incorporação levaria ao desaparecimento de muitas pequenas propriedades na estrutura fundiária do Norte do Paraná.

O Brasil, desde 1880 até à depressão de 1929, ampliou sua produção de café em quase 100%. Comparada a produção entre estados, o que se percebe é a estagnação e decadência da cultura e da produção em São Paulo e o seu crescimento no Paraná. A produção de café no Brasil foi de 16,38 milhões de sacas de 60kg em 1930/31, para 44,13 milhões em 1959/60 (164,5%). A partir de 1929, São Paulo já declinava em sua produção de café, enquanto o Paraná crescia de 35 mil sacas para 20,69 milhões de sacas em 1959/60 (TABELA Nº 7).

O desestímulo e o declínio da cultura cafeeira em São Paulo e as ofertas de terras roxas férteis de alta produtividade a preços baixos, sem restrições para a cultura do café, aliados a projetos de colonização, favoreceram a penetração populacional e cafeeira na Região Norte do Paraná, área de menor incidência de geadas do Estado (FIGURAS Nº 2 e Nº 3).

Em relação à produtividade da cultura cafeeira, entre a região paulista e a região Norte do Paraná, CANCIAN (1981) diz que a produção paranaense atingiu, no início do século XX, 400 arrobas por mil, atingiu 1.000 arrobas por mil pés depois de 1918; e que, a região paulista, no mesmo período atingiu “...um máximo de 85 e um mínimo de 20 arrobas por mil pés e a tendência era declinante: no período 1926-31, a produção máxima foi de 45-55 arrobas.”



A nova crise de superprodução de café gerou o programa de valorização desta economia em 1921 com o nome de “defesa permanente”, passando pelo Instituto de Defesa Permanente do café, depois transformado em IBC – Instituto Brasileiro do Café.

A economia, com grande estoques de café, não resistiu à queda financeira mundial (**craque**) da bolsa de Nova Iorque de 1929, que provocou desequilíbrio à economia cafeeira pela falta de crédito e de financiamento externo. De um lado, o pós-Primeira Guerra Mundial estimulou o setor cafeeiro e de outro, em tempo muito curto, com a queda da bolsa de

Nova Iorque, a economia cafeeira sofre grande abalo financeiro. A superprodução do café na década de 1930 obrigou a uma política de equilíbrio entre a oferta e a procura no Brasil, forçando-o a incinerar, “...entre os anos de 1931 e 1940, 78 milhões de sacas de café” (GUIMARÃES, 1982 : 52).

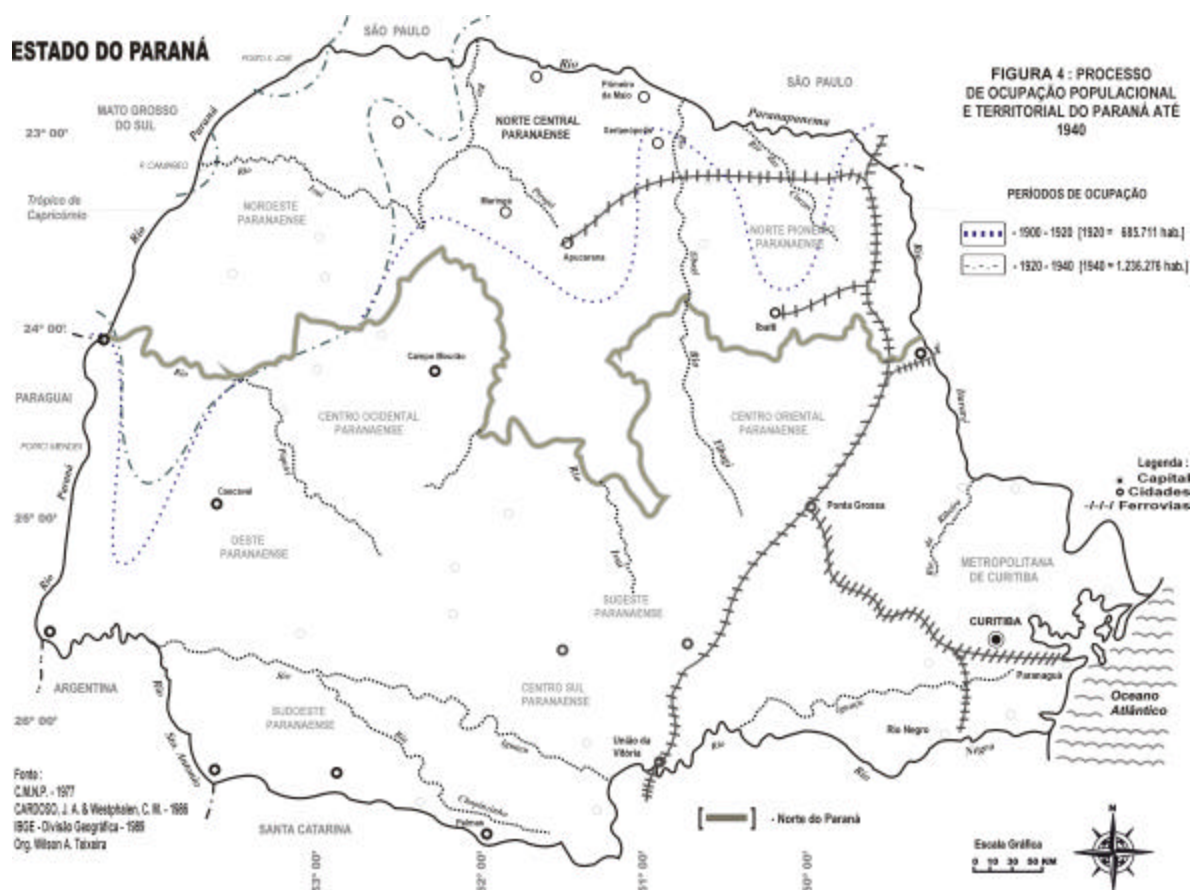
A incineração das reservas de café , no período que vai da crise de 1929 ao final da Segunda Guerra Mundial – 1945, revela a estagnação da cultura do café brasileiro, que não ocorreu, entretanto, com o avanço da cultura no Norte do Paraná. Conforme PADIS (1981:121), dos 6 milhões de sacas acrescidas à produção física do país, na década de 1940, 4 milhões de sacas foram produzidas pelo Paraná, mais diretamente no seu grande Norte, e os restantes 2 milhões de sacas foram produzidos no Estado de São Paulo. Como produtor, o Paraná, com 62,8 %, na economia cafeeira, se distancia mais ainda de São Paulo, que de 48 % cai para apenas 17,4 %, na safra 1962 / 63.

Quanto ao regime de subsídios para a agricultura é nos anos de 1930, na chamada Grande Depressão que este regime definitivamente se firma, a partir daí a agricultura passa a viver da proteção estatal. A agricultura adquire nova estrutura econômica dependente. No regime de subsidio governamental, as organizações governam para os produtores na forma de institutos, como o do café, do açúcar e do álcool e, também mais tarde, como meio de atendimento, surgem as cooperativas.

Fica claro que as políticas modernizadoras via inovações tecnológicas na agricultura brasileira, tiveram seu início, timidamente, nas décadas finais do século XIX e início do século XX, principalmente com as culturas da cana-de-açúcar e do café. No Norte do Paraná, na década de 40, enquanto a cafeicultura se espalhava e fixava-se em grande parte da estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades, juntamente com a frente populacional pioneira colonizadora (FIGURA N° 4), o setor canavieiro acompanha a expansão colonizadora instalando, também seus estabelecimento industriais agrosucroalcooleiros.

A introdução do trabalho livre com a suspensão do tráfico de escravos, seguida em 1888 pela abolição da escravatura, contribuiria, juntamente com outros fatores, para a formação do Complexo Cafeeiro, que atingiria o seu auge na década de 30, do século XX. Após a Segunda Guerra – década de 1940, com as importações liberadas, passou-se a regular a oferta

externa mantendo-se a política de taxa cambial e, para não esgotar as reservas, seria necessário diminuir as importações, através da seleção das compras externas.



Em 1952 foi criado o Instituto Brasileiro do Café-IBC, autarquia que aplicaria as políticas de apoio ao setor cafeeiro junto aos mercados interno e externo, com estímulos para a melhoria da qualidade do café. Destaca-se que na política econômica do IBC, um dos seus objetivos, segundo ARAUJO (1982:23), “...era o de incentivar o cooperativismo de produção, de crédito e de distribuição entre os cafeicultores, visando oferecer melhor remuneração e aprimoramento na qualidade do café.”

A política cafeeira do Brasil, após meados da década de 1950, de defesa dos preços do café, para preservar a renda do setor econômico exportador, estimula a concorrência externa e o espectro da superprodução aparece novamente desencorajando novas plantações. A política de defesa e a política cambial, em quase nada influíram na exportação, e o café

continuou sendo produto que contribuiu para os cofres da União, ajudando nas importações de equipamentos industriais. Estes foram os momentos da economia nos anos de 1950. Os outros fatores que contribuíram para a formação do Complexo Cafeeiro, ocorreram na crise do Complexo Rural, simultaneamente ao processo de transição para a formação do Complexo Cafeeiro. Foram decorrentes da substituição de importação e do surgimento de novos mercados comerciais e de trabalho, impulsionando o mercado interno brasileiro e dirigindo sua economia para a industrialização, que seria consolidada, na década de 50, com a internalização do D1 – departamento produtor de bens de capital, referenciado em outra seção.

Lembramos que a crise do complexo rural brasileiro durou de 1850 a 1955. Iniciou com o surgimento da lei de terras e a proibição do tráfico negreiro, que proporcionou a transição do trabalho escravo para o livre, e terminou na fase de implantação do D1, quando a dinâmica simples do complexo rural, dependente do comércio exterior, passa a alterar-se para uma modernização tecnológica, voltado à industrialização da agricultura.

Conforme foi referido, o governo paranaense, tentou desenvolver a cafeicultura até as primeiras décadas do século XX, mas teve desagradáveis surpresas com a queda de sua economia decorrente dos excedentes de produção e das depressões com as crises, a nível nacional, de 29 e 30, que eliminaram os poucos cafeeiros esgotados do Paraná “Velho”, hoje denominado de Norte Pioneiro, os quais não compunham o emergente ciclo econômico do após 1930 a 1960, que se espalhou pelo Norte do Paraná. As deduções permitem registrar que na década de 1950, o Estado de São Paulo, ficou em um plano menor no contexto da economia cafeeira, enquanto o Estado do Paraná mantinha, no nos níveis nacional e mundial, o primeiro lugar na produção de café.

Não obstante, conforme TEIXEIRA (1988:120), a década de 1950, seria para o Estado de São Paulo a de maior crescimento industrial, enquanto o Paraná era um Estado agrícola, exportador, baseado na economia cafeeira. Isto, “porque parte da renda gerada pela economia cafeeira era utilizada através do Estado do Paraná, para o próprio setor cafeeiro, enquanto que a outra parte da renda era destinada para a região industrial” do país, destacadamente, São Paulo.

No início da década de 1960 visando à principalmente a melhoria da produção cafeeira do Norte do estado, o sistema cooperativista é expandido no Paraná. Na realidade os

estímulos à produção, qualidade e mercado já vinham sendo executados desde a criação do Instituto Brasileiro do Café. Foram estes estímulos que originaram a criação de várias cooperativas. Em 1964, segundo SERRA (1986:61), “o Paraná contava com 34 cooperativas de cafeicultores”.

A passagem da década de 1960 para a de 1970, no Estado do Paraná, constitui um período de transição e mudanças, tanto na sua estrutura agrária como para a sua economia, com declínio de sua principal atividade, a cafeeira. Em 1975, principalmente no Norte paranaense, aproximadamente metade dos cafeeiros foram erradicados e, em parte, extintas as culturas intercalares de milho, feijão e arroz. Nas áreas desocupadas que já vinham sendo substituídas, entrava pouco da pecuária e muito da agricultura intensiva de capital, processada pela Modernização Agrícola, destacando-se a cultura da soja, do trigo e, enfim, as culturas oleaginosas, segundo PENTEADO (1973:8), “por apresentar uma crescente demanda no mercado externo.”

Os créditos subsidiados favoreceram a capitalização da agricultura e contribuíram para a rápida substituição de culturas, via modernização e, o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná S/A (BADEP, 1985:9), faz observação de que o café, na década de 1960, representou cerca de 40% do produto do setor agrícola paranaense e 47,5 % em 1975, e que, dos cafeeiros existentes no Brasil, 33 % estavam no Paraná, especificamente no seu Norte e acrescenta que “as geadas que atingiram as lavouras paranaenses, em 1975, destruíram cerca de 200 milhões de cafeeiros e a maior parte dos 700 milhões restantes foi prejudicada. Em consequência, a produção dos últimos anos foi extremamente baixa.” As áreas de cafeicultura destruídas, na maioria, foram substituídas por outras culturas e pela pecuária.

O sistema cooperativista, implantado no início da década de 1960, foi um dos responsáveis pela reformulação das formas de produção e da comercialização da safra de grãos no Paraná, e não só da cafeicultura que deixou de ser representativa após a década de 1970, quando foi substituída com o plantio de soja, trigo e algodão, que passaram a ser os principais produtos da pauta das cooperativas.

Na estratégia do Programa de Racionalização da Cafeicultura, criou-se em 1961, o Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura – Gerca, cujo funcionamento foi disciplinado em 1964, ainda no Governo João Goulart e antes do Governo Militar do mesmo

ano. Em 1991, no governo de Fernando Collor de Melo, foi revogado este decreto que dispunha sobre o funcionamento do Gerca.²¹

A crise da cafeicultura vinculada às políticas negativas para a agropecuária desde o Governo de 1964 até o início da década de 1970, os quais visavam a livre concorrência, com o cancelamento de incentivos, como o crédito cooperativo, dentre outros, que acarretou o desaparecimento de algumas cooperativas, viria de outro lado, via modernização agrícola, provocar a especialização e o desenvolvimento das cooperativas pela substituição de culturas intensivas de capital. As cooperativas voltam a ser atendidas pela política de governo após 1971, com a Lei 5764, que definiu a Política das Cooperativas e reformulou seu regime.

Neste contexto, em que o plano de racionalização estimulava a erradicação dos cafeeiros e a substituição de culturas, via modernização agrícola e os incentivos governamentais de créditos subsidiados estimulavam a industrialização, é que as cooperativas agrícolas, em meados da década de 1970, envolvem-se, com a produção de óleo vegetal, fiação de seda, suco de laranja e com o setor alcooleiro, através da aquisição de destilarias, que acabam se incorporando à cooperativa, constituindo assim, como outros componentes de formação industrial, as denominadas Cooperativas Agroindustriais. Na década de 1980, destacadamente na Região Norte do Paraná, via modernização agrícola, passam a predominar as culturas intensivas de capital, como soja, milho, trigo e cana-de-açúcar, dentre as culturas que mais evoluíram e ocuparam mais áreas no período de 1970 a 1986, mantendo-se praticamente as mesmas posições, na década de 1990, com exceção das culturas do algodão e do trigo, que diminuíram de área, conforme TABELA N° 4.

²¹ Decreto nº 79 de 26 de outubro de 1961: Cria o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura. Decreto nº 053641, de 28 de fevereiro de 1964: Dispõe sobre o funcionamento do GERCA. Na publicação do Diário Oficial da União em 06 de Setembro de 1991, revogou-se o Decreto nº 053641.

TABELA Nº 4

EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO AGRÍCOLA PELAS PRINCIPAIS CULTURAS DO PARANÁ

- 1976 a 2001 -

ANO	PARANÁ	Área Colhida das PRINCIPAIS CULTURAS (em hectares)					
		MILHO	TRIGO	SOJA	CAFÉ	ALGODÃO	CANA-DE-AÇÚCAR
1976/77	8.217.186	2.185.000	1.248.000	2.083.300	3.724	181.450	52.000
1977/78	8.488.379	2.153.872	1.398.226	2.200.000	619.101	290.400	42.760
1978/79	8.351.932	1.898.525	1.345.093	2.348.541	670.400	290.100	47.570
1979/80	6.668.968	2.118.700	1.476.476	2.340.460	632.485	286.800	51.425
1980/81	7.718.476	2.156.580	1.440.006	2.410.800	635.877	336.000	57.990
1981/82	7.607.860	2.161.999	785.000	2.266.200	687.458	305.790	69.126
1982/83	7.454.456	2.276.700	1.174.997	2.099.996	302.812	369.500	89.872
1983/84	7.517.335	2.361.800	898.265	2.022.000	438.937	440.000	110.000
1984/85	8.146.654	2.447.000	829.211	2.177.900	442.266	322.124	121.000
1985/86	9.176.729	2.820.000	1.945.000	2.140.000	424.000	445.000	138.000
1986/87	9.021.099	2.800.000	1.800.000	1.700.000	430.000	395.000	148.730
1987/88	7.401.086	2.288.811	1.850.876	2.128.498	505.369	470.177	157.355
1988/89	7.586.924	2.147.264	1.922.374	2.404.363	493.424	415.960	153.539
1990/91	6.782.309	2.441.677	1.144.471	1.979.474	426.391	618.000	172.296
1992/93	7.292.694	2.728.367	710.790	2.073.537	230.000	345.000	190.189
1994/95	7.055.507	2.699.273	587.516	2.206.249	130.750	282.760	255.763
1996/97	7.428.561	2.414.543	899.024	2.504.008	127.895	59.874	302.072
1998/99	7.762.230	2.520.818	707.518	2.786.852	136.642	48.161	338.938
2000/01	7.912.085	2.642.604	729.348	2.849.397	142.717	53.353	334.282

Fonte: IBGE/DEF/SEAG, 1976/86. SEAB/DERAL, 2000. FIBGE, 1993 e 2001.

Assim, a economia cafeeira encerra o seu ciclo na década de 70 e continua decadente, perdendo cada vez mais áreas, até pouco depois de meados da década de 90, quando novamente, ainda de forma insignificante, o Governo do Estado do Paraná começa a estimular a cultura do café adensado, já introduzida em alguns municípios do Norte Paranaense.

1.3. Os reflexos da crise cafeeira nacional no Complexo Cafeeiro do Estado do Paraná.

A expansão da cultura do café baseava-se, de modo geral, na ocupação de terras virgens e férteis, para cuja aquisição os cafeicultores dependiam principalmente de recursos financeiros e estradas. A falta desses recursos na época, dificultava a expansão, porém não foi empecilho ao avanço para as novas terras, pois os agricultores utilizavam-se de recursos próprios e de ajuda financeira externa dos ingleses, graças a “idade de ouro” na exportação britânica de capitais, e quanto às estradas, comprometeram o Estado brasileiro com a expansão de linhas férreas. Entretanto, conforme CASTRO (1973 : 63):

A especulação com terras, bem como a extensão das plantações se traduziam em ampla necessidade de crédito. Os cafeicultores no entusiasmo da corrida do café, assumiam pesados compromissos financeiros (...). A evolução neste sentido recebe forte impulso ao findar a década de 80 e terem início os anos 90. Neste período as facilidades de crédito, determinados pela reforma bancária de 1888 (que concedia o direito de emissão a vários bancos nacionais), combinadas com o auxílio financeiro aos proprietários rurais prejudicados com a Abolição e, enfim a desordem administrativo-financeira que acompanhou o nascimento da República, dão origem à ruidosa crise do Encilhamento. Nunca, como nestes anos (1888-98), foi tão abundante a oferta de crédito, o que, além de determinar o avanço em várias direções, deu origem ao surto inflacionário que acompanha o nascimento da República. Nestas circunstâncias, é fácil ver que tão pouco a absorção de crédito estava regulada pelas condições do mercado cafeeiro.

Em suma, o encilhamento foi a política econômica que ocorreu do final da década de 1880 à década de 1890, no governo de Deodoro da Fonseca, que gerou em 1890 um

dos maiores índices de inflação, com especulação e quebra na bolsa de valores, agravando-se a situação financeira interna e externa do Brasil. Houve vertiginosa alta de preços dos gêneros alimentícios e muitos negociantes foram levados à falência. Em 1895 teve início a crise cafeeira, que passou pelo conturbado mercado provocado pela 1ª Guerra Mundial e projetou-se até a crise financeira mundial de 1929, quando chega ao fim a sua hegemonia. Porém, como poderá ser observado em outras considerações, a cafeicultura começa, nas décadas iniciais do século XX, o seu desenvolvimento em termos de ciclo econômico para o Estado do Paraná, na ocupação dos solos férteis de terra roxa do seu Norte.

A cultura do café passou a ser considerada como a que mais absorve mão-de-obra de várias partes do Brasil, assim como de imigrantes, principalmente europeus, não só para trabalhar na lavoura, mas também, para o trabalho paralelo por ela provocada, como a abertura de estradas a derrubada de matas e atividades internas da fazenda, dentre outras. A economia cafeeira passou a agir como elo de integração regional brasileira, vinculada à sua população, ao relativo comércio paralelo e às oportunidades industriais atraídas ou derivadas desta economia cafeeira.

Não obstante, não se pode esquecer que as facilidades de crédito, ou outras políticas de ajuda para a economia cafeeira estavam intimamente relacionadas à dependência histórica do comportamento de mercado: consumo, oscilações de preços, mercado concorrente externo etc. A atividade econômica rural, baseada principalmente na agricultura do café para exportação, faria o setor decair, encerrando atividades em áreas antigas e paralisando o fluxo de penetração e ocupação desta cultura, como ocorreu por determinado período com **a marcha do café** em território paulista, que só depois é que ocuparia as terras férteis do Norte do Paraná.

Algumas medidas foram tomadas em “defesa do café”. Dentre estas estão a decretação de pesado imposto sobre o plantio de novos pés, em 1902, e as operações de compras de excedentes, em 1906, 1917 e 1922. Em 1926 o êxito destas medidas de valorização leva à instauração da política de “defesa permanente” do café, chegando à grande crise dos anos 30. Nos momentos iniciais deste período, esta política até impediu a violenta deterioração de preços e proporcionou lucros aos seus patrocinadores; mas também trouxe aspectos negativos, multiplicando a dívida externa do país. O desequilíbrio gerado pela geada de 1918, com a eliminação estimada em 40 milhões de cafeeiros, seria corrigido pela expansão do cultivo em 1924, graças ao auxílio do Instituto do Café de São Paulo, que garantiu com facilidades de

crédito e preços para as próximas safras, instalando-se grande euforia entre os produtores.” Já em 1928, revelava-se absurda situação: a safra 27/8 eleva a produção brasileira à quantia de 27,8 milhões de sacas enquanto as exportações (...) atingem apenas 15,7 milhões” (CASTRO, 1972:76-89). Na década de 20 houve expansão do mercado de manufaturas, graças ao crescimento da lavoura cafeeira e a investimentos na indústria pesada. Enquanto a cultura cafeeira é retomada, mostrando a força política e econômica do setor, de 1919 a 1927 praticamente a indústria permaneceria estancada.

Quando se esperava uma grande safra para 1929/30, a crise de 1929, provocaria colapso nos mercados mundiais e mudanças na economia brasileira, principalmente no setor industrial, em separado e particularmente, somados às mudanças provocadas pela Revolução de 1930 no Brasil.

O envolvimento do Brasil com a crise de 1929 foi marcado pela queda das exportações de café no mercado internacional e pela suspensão dos financiamentos do governo aos cafeicultores. O movimento político revolucionário de 1930 marca os anos seguintes pela modernização e crescimento industrial. Nestes casos, com as crises de 1929 e 1930, registra-se o pouco avanço da agricultura nacional. Quanto ao Estado do Paraná, os reflexos negativos também foram sentidos na agricultura, marcando a extinção do ciclo ervateiro e implicações na economia da madeira e da pecuária. Entretanto, em tempo curto a economia agrícola paranaense seria reativada com a crescente cultura do café no Norte do Paraná.

A década de 30 do século XX registra modificação básica no processo socioeconômico: a industrialização. O desenvolvimento industrial moderno é acompanhado por outra modificação básica: a urbanização. Desde 1895, quando teve início a crise cafeeira, até a depressão de 1930, as indústrias se multiplicaram juntamente com a urbanização. A entrada de outras atividades econômicas na agricultura vigente deu-se com a diversificação de culturas e da pecuária, nos lotes vendidos às margens das estradas ou nas áreas de fazendas fragmentadas pelas crises, ou por causas naturais - geadas, etc. Os fazendeiros, gradativamente, substituem a cultura dominante do café por outras e, geralmente, envolvem-se no ramo da industrialização, principalmente do açúcar, da carne, do couro e tecidos.

Em 1929 a política do café entra em profunda crise mundial, neste caso, de análise nacional, com enfoque maior dado à cafeicultura paulista. Colocando-a em tempo de

ciclo econômico, poderíamos acrescentar que nesse final da década de 1920 cessou o ciclo econômico paulista, e para o Estado do Paraná, especificamente no seu Norte, seria o início de mais um ciclo no seu processo geoeconômico. Na realidade, para o Paraná, o processo de industrialização brasileiro e a aplicação de uma política cambial com poucas reservas econômicas não inibiram a economia cafeeira, que continuou a crescer na década de 1940, após a 2ª Guerra Mundial.

Diante da crise cafeeira coube ao Estado nacional a responsabilidade de assumir o gerenciamento da política cafeeira para evitar quebraadeiras no setor, pois o Estado já estava com sua política intervencionista vinculada ao processo. Na década de 1930 fundou-se o Conselho Nacional do Café, que com medidas de defesa à cafeicultura passou a controlar a crise. Voltam as políticas de oferta e demanda, com a destruição parcial de safras e o controle do uso do solo agrícola, tributando-se o plantio de novos pés de café. Ao mesmo tempo, o Governo impediria o avanço de frentes de café, para não ocupar novos espaços e evitar aumento de áreas da cultura, intervenções que até então atingiam o Estado de São Paulo e favoreciam a introdução e a expansão da cultura cafeeira em solos do Paraná. As dívidas dos cafeicultores não poderiam ser canceladas, e coube ao Estado a criação de medidas de defesa, com a suspensão temporária dos débitos principais e o reescalonamento da dívida não sendo fácil para o governo a mediação entre os produtores e os banqueiros. Sobre os empréstimos afirma TAUNAY (s.a.: 509) *apud* CASTRO (1972:97),” Os Banqueiros, mais ou menos liberais no auxílio dispensado às iniciativas industriais, recusavam-se agora, terminantemente, a emprestar mais dinheiro sobre o café.”

Desde as primeiras décadas do século XX, passando pela crise do setor cafeeiro que alterou as relações de trabalho e ativou a relação urbano-industrial até meados do século, a questão da localização industrial privilegiou os espaços do Centro-Sul brasileiro, liderado por São Paulo, em decorrência da formação do **core** econômico e da oferta de mão-de-obra que se apresentava no processo de urbanização, abrindo novas perspectivas para o empregado e o empregador.

Nas décadas de 1940 e 1950, após a 2ª Guerra Mundial, com a retomada do comércio internacional, o café atinge boas cotações no mercado mundial, provocando a expansão da cultura cafeeira, que já no final da década de 1950 teria problemas de

superprodução, obrigando o Governo Federal a comprar, transportar e estocar a produção, a custos inflacionários.

Com o reaparecimento da superprodução, em 1957, houve o desencorajamento às novas plantações devido ao Fundo de Defesa do Café e ao confisco cambial. Mas a política que deveria limitar a produção provoca efeito contrário, conforme explica SWAIN (1984:51):” Recebendo menos por saca de café, a solução encontrada, a nível individual, pelos produtores, para manter seu nível de renda, foi produzir mais, já que toda a produção era absorvida pelo Instituto Brasileiro do Café. A expansão da cultura do café, no Paraná, dá-se dentro deste programa.”

Desde a passagem da década de 1950 para a de 1960, a inflação já vinha agravando a economia brasileira, ao mesmo tempo em que o IBC, no início da década de 1960, juntamente com as outras políticas de restrições econômicas do Governo Federal, aplica a política de erradicação, atingindo profundamente o Paraná, diretamente no Norte do Estado, onde se localizava a cultura do café. Neste meio de contrariedades, na forma de lei, surge em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural, mediando as relações entre proprietários e trabalhadores rurais e, no ano seguinte, o Governo militar de 1964, ao tomar o poder político nacional, seria responsável pela administração das leis e execução do Plano Trienal de Preservação e Revigoreamento de Cafezais, com aplicação prevista para o triênio 1972/1974.

O programa de racionalização de 1961, aplicado pelo Governo de 1964, incluindo a diversificação de culturas e a erradicação dos cafeeiros improdutivos até o final da década de 1970, foi um importante fator para que as cooperativas agrícolas alterassem suas relações econômicas com a agricultura, envolvendo-se com outros setores, inclusive o agroindustrial.

Uma série de fatores explicam as alterações na estrutura fundiária paranaense quanto ao uso do solo agrícola. Dentre outros podem-se citar os seguintes: 1) as já referidas ocorrências da década de 1960; 2) a concorrência de países africanos e centro-americanos; 3) a ocorrência de geadas periódicas, que, se não foram causa direta e imediata, concorreram para o desequilíbrio econômico e financeiro do produtor e para a aceleração da decadência da cultura; e 4) créditos fáceis e baratos para a diversificação agrícola através de culturas modernas. As mudanças na estrutura fundiária resultaram assim em mudança de cultura e na propriedade da

terra e na perda de representatividade socioeconômico do Estado do Paraná, com a decadência do ciclo cafeeiro no Norte do Estado.

Justificando as referências, CASTOR (1984:111) explica que as compras e estocagem de café pelo Governo Federal continham efeitos inflacionários, levando a medidas restritivas, e a manter o crédito e os preços internos de café a níveis baixos “para reduzir os gastos na compra da safra”, forçando a erradicação e a entrada de outras culturas via crédito fácil e barato.

Na realidade, o produto agrícola brasileiro, no seu todo, nos anos 1930 a 1960, vinha diminuindo o ritmo de expansão, mesmo com o aumento de consumo decorrente do crescimento populacional nesse período, o Governo retira recursos da agricultura para a indústria, significando a diminuição da produção agrícola em favor dos produtos industrializados. Assim, a cafeicultura teria na década de 1960, no Paraná, o início da crise que se daria na década de 1970, quando a estrutura agrária, planejada em pequenas propriedades e sustentada por uma vigorosa economia cafeeira, seria modificada e alterada por outra economia liderada pela soja e o trigo. A introdução destas lavouras intensivas de capitais, em substituição à cultura do café nas exportações brasileiras, contribuiu para a eliminação das culturas intercalares e a diminuição da demanda de mão-de-obra agrícola.

Sobre a crise que se abateu na cafeicultura paranaense, na década de 1960 para 1970, MORO (1980,:96) acrescenta que ela levou muitos estabelecimentos agrícolas pequenos ao desaparecimento, com a entrada da cultura associada do soja e trigo, e que se percebe de um lado uma atividade em decadência e, do outro, uma atividade em expansão, ávida de maiores extensões de terra para viabilizar-se economicamente, provocando desproporcional concentração fundiária e caracterizando um capitalismo monopolista no setor agrícola.

Os registros da ocupação do território norte-paranaense após a década de 1960 indicam o avanço capitalista no campo com a modernização agrícola, mudanças na economia cafeeira, a substituição da mão-de-obra do trabalhador rural, a concentração da propriedade da terra. Enfim, esta ocorrência contribuiu para a redefinição da estrutura agrária paranaense, com a eliminação das culturas intercalares, desestabilização da pequena propriedade familiar e a expansão do êxodo rural.

Sobre a diminuição dos recursos à cafeicultura em detrimento da industrialização, a nível nacional, PADIS (1981:135) explica que houve um “...incremento considerável da importação de bens de capital – máquinas, equipamentos e matérias-primas industriais determinando mesmo a supercapitalização de muitas empresas. Para se ter uma idéia do rápido crescimento do setor industrial do país nesses sete anos, basta lembrar que o aumento do produto real da indústria foi de 67 por cento, enquanto o da agricultura não ia além dos 25 por cento”. Lembra também que do total aplicado no setor industrial, 30% foram para a indústria de beneficiamento e transformação de produtos da lavoura.

A **origem** da crise cafeeira pode ser estudada a partir da década de 1870 até o final do século XIX, período considerado como de grande depressão mundial. Na Europa reinava a paz, porém as incertezas e o espírito de competição colocavam as grandes potências europeias sob pressão no jogo de interesses econômicos e imperialistas, que provocariam mais tarde a 1ª Grande Guerra. Este período de depressão provocou graves problemas, que afetaram os sistemas econômicos mundiais e mais diretamente os países considerados, na época, subdesenvolvidos, como era o caso do Brasil. A década final do século XIX é considerada por KAGEYAMA *et al* (1987:5) como início do **período** (1890 a 1930) que constitui a fase de auge do complexo cafeeiro até a grande crise.

Sobre o assunto, CASTRO (1972:72) diz que em 1894 teve início a queda brutal das cotações do café, “...quando já se anunciava de forma evidente longo período de superprodução”. Com a contínua depreciação da moeda, mesmo com a política de estabilização no século XX, os grandes estoques de café eram mantidos, aumentando a crise no setor, pois “...não haveria como corrigir a curto prazo, e a nível de estabelecimento, a crítica situação acarretada por uma capacidade global de produção acentuadamente superior às possibilidades ditadas pelo mercado” e que “...não seria possível ampliar substancialmente o consumo mediante quedas razoáveis de preços.” Daí porque foram criadas medidas políticas de “defesa do café”.

A crise que se instalou no setor cafeeiro brasileiro na década de 30 do século XX e que dilatou os seus efeitos no Estado do Paraná até a década de 1970, diretamente na região Norte do Estado, cedendo espaço para as novas culturas de exportação e de novos produtos destinados ao mercado interno, via modernização agrícola, indica a permanência do café na década de 1980, em escala comercial, não em decorrência de nova produção anual, mas

sim, devido aos estoques de café armazenados inclusive por cafeicultores à espera de preços melhores e por algumas empresas envolvidas no setor - máquinas de beneficiar café, torrefadoras e indústrias de café, empresas de compra e venda - mas principalmente pelo extinto IBC - Instituto Brasileiro do Café. Enquanto isso as cooperativas agrícolas de tradição econômica originária da cafeicultura, abandonavam-na para acompanhar as novas tendências exigidas pela lavoura intensiva de capital, mais exportadora, que concorreria também para a produção de alimentos que já vinham diminuindo com a decadência do ciclo econômico cafeeiro, a exemplo do arroz e do feijão.

Fica evidenciado, nas considerações sobre a crise cafeeira, o registro culminante da crise nacional na década de 1930, cujos reflexos continuam no Estado do Paraná, porém abafados pelo excesso da produção estadual, ou centralismo da demanda do mercado, que garantiu mesmo com preços menores, a economia paranaense até o final da década de 1960, tendo-se espalhado na década seguinte as culturas intensivas de capital, principalmente de grãos, exigidas pela modernização agrícola.

Em síntese, a agricultura intensiva de capital, modernizante principalmente nas técnicas, exigindo capitalização e aplicação de maiores recursos econômicos, assim como, a incorporação de novas áreas de terras, contribuiu substancialmente para a decadência da economia cafeeira, que já vinha ocorrendo, dentre outros fatores, em consequência das crises de mercado.

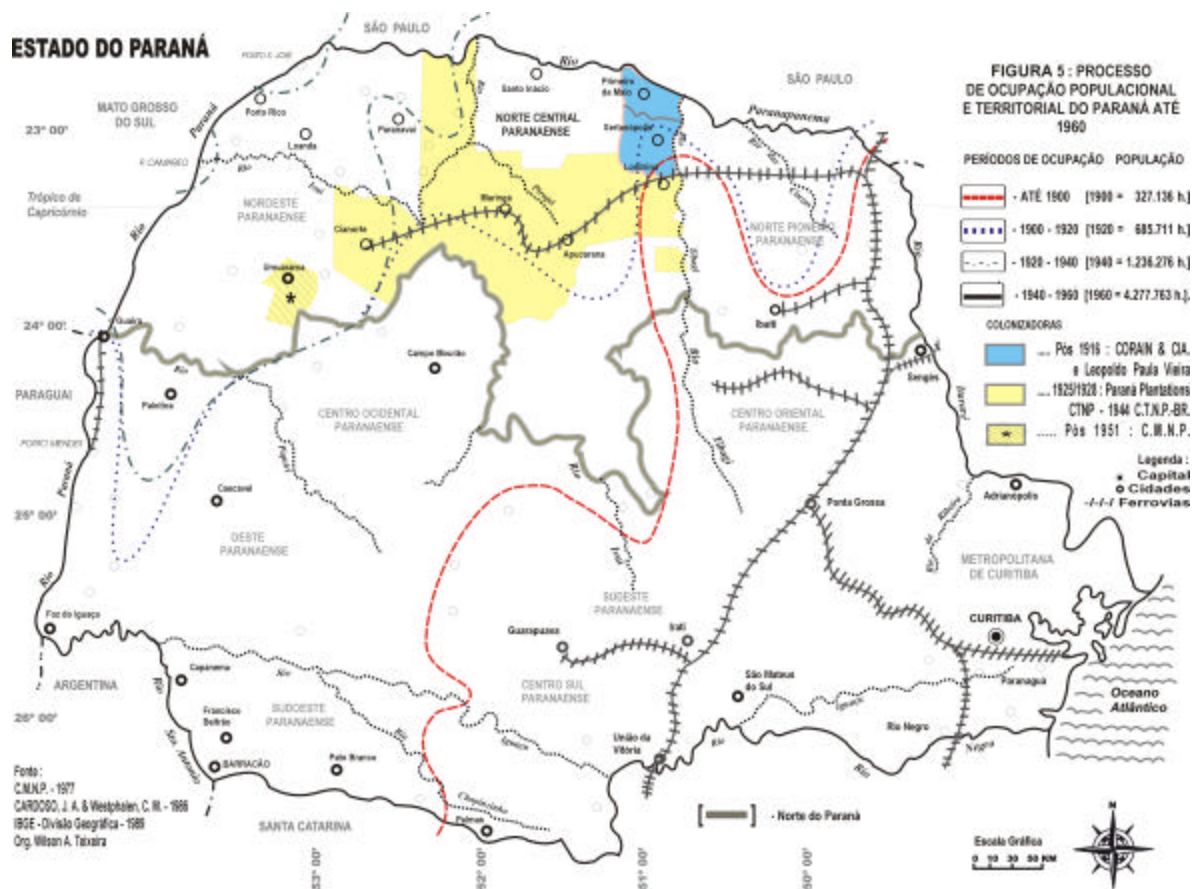
1.4. O Complexo Cafeeiro no contexto da ocupação populacional e econômica do Norte Central Paranaense: da crise da cafeicultura e substituição de culturas às mudanças no setor cooperativista.

Conforme relato, até o final da década de 20 do século XX, o café no Estado do Paraná não tinha expressão econômica a nível nacional. O predomínio como ciclo econômico, até então, pertencia à erva-mate, que desde meados do século XIX era o setor mais rentável da economia paranaense, acompanhado de perto pela industrialização da madeira. A dedução nos leva a afirmar que o posicionamento locacional do Norte do Paraná e mais especificamente do seu Norte Central, ainda sertão, não apresentava em suas matas a vegetação

da erva-mate para a extração econômica como atividade de subsistência. Com a queda de mercado e da exportação da erva-mate na crise de 1929 e na revolução de 1930 e ao mesmo tempo com a introdução da cultura do café no Norte do Paraná, a economia cafeeira passa a ser o novo ciclo econômico paranaense.

Considerando-se a crise ervateira paranaense e os consideráveis aumentos dos preços obtidos no mercado nacional pelo café, incentivado principalmente pela política de preços do governo nacional em defesa da economia cafeeira é que ela, segundo SINGER (1968), foi um dos estímulos para a plantação de cafeeiros em solo paranaense.

Os cafeeiros foram distribuídos nos solos férteis de terra roxa legítima, do Norte Central do Paraná, em uma estrutura fundiária baseada em pequenas e médias propriedades e com diretrizes bem definidas, em parte, quando o governo estadual, a partir da lei de terras de 1892, concedeu 50 mil hectares de terras do Norte Central às empresas Corain e Cia. e Leopoldo Paulo Vieira, terras que, loteadas em 1916, fizeram surgir, respectivamente, as cidades de Primeiro de Maio e Sertanópolis (TEIXEIRA, 1988:94) e, em grande parte, pelo plano de ocupação territorial e populacional da Companhia de Terras Norte do Paraná, inicialmente de grupo empresarial inglês e posteriormente brasileiro. Conforme a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (C.M.N.P., 1977:77), a área rural seria dividida em pequenos lotes de 10, 15 ou 20 alqueires, ligados por estradas vicinais, e as cidades consideradas polos econômicos seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente, e ao redor das áreas urbanas se situariam os cinturões verdes “para a produção de gêneros alimentícios de consumo local, como arroz, ovos, frutas, hortaliças e legumes.” Neste quadro, emoldurando a paisagem Norte-paranaense (FIGURA Nº 5), localizam-se as cidades-pólos de Londrina, fundada em 1931, e de Maringá - vilarejo desde 1940, fundada em 1947, em áreas da colonizadora Companhia de Terras Norte do Paraná. Atualmente estas cidades estão localizadas na Região Norte Central Paranaense.



A crise de 1929/30 não só marcou a extinção do ciclo ervateiro, como também trouxe graves implicações à economia madeireira e pecuária do Paraná. Em contrapartida, evoluía a economia cafeeira na Região Norte do estado, que entretanto não estava só neste processo evolutivo econômico, pois o setor canaveiro vinha aplicando e se expandindo satisfatoriamente nesta região e seria estruturado como setor agrosucroalcooleiro, após a Segunda Guerra Mundial, através das usinas Bandeirantes, Central Paraná (Porecatu), e Jacarezinho e chegaria à década de 60, após o período político de 1964, com a instalação da Usina Santa Terezinha (Maringá), conforme TABELA Nº 5.

Os projetos de colonização, empresarial ou estatal, na prática da estrutura fundiária de pequenas propriedades, baseavam-se na dinâmica econômica do café. Isto é, colonização, estrutura fundiária e café, interrelacionados constituíam o elo de fixação, estruturação e expansão sócioeconômica da Região Norte do Paraná. Enquanto a economia cafeeira espalhava a sua cultura em solos do Norte do Paraná, o feijão, arroz, milho e outras culturas intercalares ocupavam os mesmos espaços, inclusive com a cana-de-açúcar, que mais tarde se expandiria, exigindo áreas especializadas para a sua cultura e industrialização.

A região Norte - e nesta o Norte Central Paranaense - até os primeiros anos da década de 1960 estava primordialmente enraizada na agricultura, setor primário da economia, e mostrava uma variedade de bens agrícolas – algodão, milho, feijão, arroz, rami, amendoim e cana-de-açúcar, sendo considerados como culturas intercalares as plantações de milho, feijão e arroz, por estarem vinculadas à cultura do café. Para a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR, 1963:5), essas lavouras “...ligam-se historicamente ao processo de formação de capital nas plantações de café, pelo sistema de empreitada com o usufruto da terra e o plantio de culturas intercalares, o que reduziu de muito as inversões financeiras.”

TABELA Nº 5

Produção de Álcool das Destilarias Anexas das Usinas do Estado do Paraná

- milhares de litros -

Anos	Usinas				Total	Índices
	Bandeirantes	Central Paraná	Jacarezinho	Malucelli / Morretes		
1948/49	401	764	-	-	1.165	100
1949/50	531	1.476	918	-	2.925	251
1950/51	807	2.615	880	15	4.317	371
1951/52	931	2.500	716	102	4.249	365
1952/53	1.226	2.584	902	121	4.833	415
1953/54	567	1.398	1.140	119	3.224	277
1954/55	1.783	2.434	814	96	5.127	440
1955/56	1.312	3.173	926	71	5.482	471
1956/57	1.296	3.034	1.310	100	5.740	493
1957/58	2.422	3.560	1.699	118	7.799	669
1958/59	2.167	3.799	1.876	118	7.960	683
1959/60	1.393	2.814	1.789	134	6.130	526
1960/61	3.141	3.576	1.143	137	7.997	686
1961/62	3.773	5.668	1.297	79	10.817	928
1962/63	3.824	7.165	777	120	11.886	1.020
1963/64	2.976	5.588	1.421	-	9.985	857
1964/65	4.356	7.852	1.014	-	13.222	1.135
1965/66	4.630	9.065	1.283	145	15.123	1.298
1966/67	5.478	6.780	1.300	130	13.688	1.175
1967/68	5.041	6.762	1.025	-	12.828	1.101
1968/69	4.827	6.964	894	-	12.685	1.089
1969/70	4.808	6.015	828	-	11.651	1.000
1970/71	6.298	7.774	1.918	-	15.990	1.373

Obs.: Produção de Morretes a partir da safra 1960/61.
Fonte: IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

Organizador: W. A. Teixeira

É neste período, da década de 30 à década de 60 do século XX, que a população paranaense, de forma mais crescente no Norte Central, construiu núcleos urbanos próximos e redes de transportes para facilitar a comunicação e a comercialização de produtos. Concordamos com NAKAGAWARA (1972), em que o Paraná de 10 em 10 anos duplicava a sua população, de modo surpreendente, comparado à população brasileira.

Com o fechamento da fronteira agrícola na década de 1960, a estrutura fundiária paranaense mantém as populações urbana e rural crescentes; todavia a partir da década de 1970, a concentração maior da população acontece na cidade, vai ocorrer a inversão populacional cidade-campo. Conforme a sinopse do IBGE (1991:146-150), em 1960 a população urbana do Paraná contava com 1.327.982 habitantes e a rural com 2.968.393 e em 1970, mostra inversamente a população rural com 2.546.899 e a urbana com 4.450.783.

O Estado do Paraná, em comparação com o Brasil, acompanha o crescimento populacional, porém com taxas periódicas decedentes nos anos de 1980 e 1990. Na realidade no Estado do Paraná, as taxas médias anuais de 0,90%, em 1980 e 1990 respectivamente, indicam aumento populacional, mas quando relativizadas em médias percentuais com o país, apresentam-se negativas em 1,91% e 1,03%, significando perda de população paranaense para outros estados brasileiro (TABELA Nº 6).

Na década de 1970, na Região Norte, espaço de intensa concentração populacional e alto índice de modernização tecnológica, encontrava-se a lavoura e a pecuária. Por isso e por causa da modernização agrícola intensiva de capital, esta região teve os mais altos índices percentuais de evasão populacional após 1970. Em todo o Paraná o índice de crescimento populacional caiu em 40%, quando comparado com o maior índice positivo de crescimento da história populacional paranaense. Na década de 1960 esse índice era de 103%, contra 63% da década de 1970. E ainda mais: entre as décadas de 1970/2000 a queda é de 94%. Isto é, a análise quantitativa baseada na média anual do Paraná sobre o Brasil, indica quedas nos percentuais de crescimento da população a partir dos anos 1970, e índices negativos nos anos 1980 (-1,91) e 1990 (-1,03), confirmando novamente a perda de população nos anos 1980/90, conforme TABELA Nº 6.

De acordo com os dados relativos ao Norte do Paraná e diretamente à Mesorregião Norte Central, do qual fazem parte as regiões polarizadas por Maringá e

Londrina, com altos níveis de consumo técnico e, em contrapartida, altos níveis de despesas, movidos pela dinâmica de custos para a Modernização Agrícola, é que o fenômeno da evasão populacional foi intenso nos anos 1980/90. A partir dos anos finais de 1990 a 2000, as ocorrências desses fenômenos são menos intensas, com índice positivo de média anual em 0.40% (TABELA N° 6).

TABELA N° 6
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA RELATIVO A POPULAÇÃO PARANAENSE
 - 1920 / 2000 -

Ano	Brasil	Paraná	No período %		Média Anual %		Paraná S/BR. %
			Brasil	Paraná	Brasil	Paraná	
1920	30.635.605	685.711	-	-	-	-	-
1940	41.236.315	1.236.276	35	80	1,75	4,01	2,26
1950	51.994.397	2.115.547	26	71	2,60	7,11	4,51
1960	70.967.185	4.296.375	36	103	3,64	10,30	6,66
1970	94.508.554	6.997.682	33	63	3,31	6,28	2,97
1980	121.150.573	7.629.392	28	9	2,81	0,90	(-) 1,91
1990	144.535.539	8.261.296	19	9	1,93	0,90	(-) 1,03
1995	155.822.200	8.712.800	8	5	1,60	1,00	(-) 0,60
2000	166.112.518	9.492.790	7	9	1,40	1,80	0,40

Fonte: IBGE. - Censos demográficos, 1920/1980/1986 e Sinopse 2000.

Org. Wilson A. Teixeira

A concentração populacional paranaense dos anos 1950 a 1970 e a evasão nos anos 1980-1990 são justificadas também pelo fechamento da fronteira agrícola do Paraná nos anos de 1960. Enquanto outras pessoas adaptaram-se à Modernização Agrícola e concentraram terras, parcela significativa da população ativa que não se especializou ou não recebeu condições para a especialização, migrou principalmente para os grandes centros urbanos ou partiu à procura de novas terras em outros estados. Verifica-se na TABELA N° 7, na somatória das mesorregiões, que em 1970 metade da população paranaense encontrava-se no Norte do Paraná.

Somente a Mesorregião Norte Central detinha 22% da população total do Paraná, superando inclusive a Região Metropolitana de Curitiba (15%). A partir dos anos de 1980, a Região Metropolitana de Curitiba passa a atrair e centralizar a população, aumentando sua população em 23% contra 19% da Mesorregião Norte Central. A Região Metropolitana de Curitiba chega em 1991 com o crescimento relativo às outras mesorregiões, com 27% da população estadual, e é considerada atualmente a região mais populosa do estado, seguida pela Mesorregião Norte Central paranaense com 19%.

TABELA Nº 7

Evolução da População Paranaense por Mesorregiões Geográficas

-1970 / 2000-

Mesorregiões Geográficas	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%
Noroeste Paranaense	965.798	14	746.472	10	655.304	8	640.920	7
Norte Pioneiro	704.201	10	571.679	8	554.572	7	548.061	6
Norte Central	1.551.550	22	1.469.989	19	1.632.600	19	1.827.849	19
Centro Ocidental	548.587	8	415.222	5	445.905	5	346.451	4
Centro Oriental	355.253	5	472.643	6	546.914	6	622.963	7
Oeste Paranaense	752.480	11	968.709	13	909.517	12	1.137.865	12
Sudoeste Paranaense	451.540	6	487.205	6	477.993	6	472.479	5
Centro Sul Paranaense	331.630	5	475.724	6	500.442	6	532.888	6
Sudeste Paranaense	267.830	4	302.521	4	348.335	4	376.974	4
Metropolitana de Curitiba	1.070.813	15	1.719.2238	23	2.306.856	27	3.051.984	32
Total – Paraná	6.997.682	100	7.629.392	100	8.459.438	100	9.492.790	100

Fonte: IBGE. Censo demográfico do Paraná, 1973. /1980 e Sinopse, 1991 /2000.

Org.: Wilson A. Teixeira

Na década de 1940, enquanto a produção física de café no país era crescente em quase 6 milhões de sacas, o Estado do Paraná, precisamente a Região Norte, com 99,83% da

produção estadual, contribuiu com 4 milhões e o Estado de São Paulo com 2 milhões. Em meados da década de 1950 o Paraná, com 62,8% da produção, continuou à frente de São Paulo, já em decadência produtiva, com 48% na safra 1956/57 para apenas 17,4% na safra 1962/63 (PADIS,1981:121).

Praticamente a totalidade da cultura cafeeira paranaense encontrava-se espalhada na Região Norte do Paraná, na década de 1940, e em continuidade crescente até a década de 1960, período em que as fronteiras agrícolas do Paraná se fecham constituindo uma estrutura fundiária organizada em pequenas e médias propriedades, baseada em uma relação econômica majoritária do café. Porém, a região concentrava os maiores índices de produção e de produtividade, devido aos solos de terra roxa legítima da Mesorregião Norte Central Paranaense, o que significa que desde o início da década de 1950 até meados da década de 1970 o Estado do Paraná manteve, em média, os maiores índices de produção do Brasil. Na safra 1959/60, produziu 46,9% da produção brasileira; na safra 1960/61, 48,0%; na safra 1965/66, 55,7% e na década de 1970, quando começou o declínio do ciclo econômico cafeeiro paranaense, a produção oscilou com safras de até 52,7% da nacional, como a de 1975/76, e de até zero por cento, na safra de 1976/77 (TABELA N° 8), em consequência das fortes geadas que dizimaram os cafeeiros do Paraná.

TABELA N° 8
PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS DO PARANÁ E SÃO PAULO NA
PRODUÇÃO DE CAFÉ BRASILEIRO – MILHÕES DE SACAS DE 60 Kg.
- 1930/1981 -

ANO	BRASIL	PARANÁ	SÃO PAULO	OUTROS	PR/BRASIL
1930/31	16,68	0,35	10,09	6,24	2,1
1935/36	20,41	0,61	13,49	6,31	3,0
1940/41	16,45	0,93	10,21	5,31	5,7
1945/46	12,70	0,67	6,10	5,93	5,3
1950/51	16,75	4,03	8,11	4,61	24,1
1955/56	22,06	6,31	9,27	6,48	28,6
1959/60	44,13	20,69	15,62	7,82	46,9
1960/61	29,85	14,32	8,24	7,29	48,0
1965/66	37,78	21,06	11,83	4,89	55,7
1970/71	11,00	1,60	4,40	5,00	14,5
1975/76	22,20	11,70	7,00	3,50	52,7
1976/77	6,00	0,00	1,90	4,10	0,0
1980/81	18,40	3,00	7,50	7,90	16,3

Fonte: IBC – Anuário Estatístico do Café, 1968, 1977 e 1978. Situação Agropecuária do Paraná, 1981.

IBGE – Safras 1972/1985.

O Estado do Paraná foi considerado o maior produtor de café do Brasil no período de meados de 1950 a meados de 1960, perdendo a hegemonia nacional em virtude da crise de mercado, da inclusão da Modernização Agrícola, que exigiu novas técnicas mecanizáveis, e da substituição de culturas intensivas de capital, dentre outras. Na participação dos principais estados brasileiros na produção de café (TABELA Nº 9), o Estado de São Paulo voltou a apresentar, na safra de 1976/1977, maior produção (903.881 t), seguido por Minas Gerais (596.213 t) e Paraná (231.774 t). Em meados de 1980, Minas Gerais passa a ser o primeiro produtor, mantendo a colocação e a produção crescente na safra de 1999/2000.

TABELA Nº 9

PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTADOS BRASILEIROS NA PRODUÇÃO DE
CAFÉ

- 1976/2000 - (em toneladas)

Ano	Brasil	Paraná	São Paulo	Minas Gerais	Outros
1976/1977	1.950.771	231.774	903.881	596.213	236.903
1980/1981	4.064.421	912.444	1.218.252	1.366.513	567.212
1985/1986	2.082.811	279.707	231.455	654.498	917.151
1990/1991	3.040.765	403.844	475.200	1.179.203	982.516
1995/1996	2.738.391	153.839	381.800	1.332.945	868.807
1999/2000	3.651.331	237.711	420.780	1.637.645	1.355.195

Fonte: IBGE - Anuário estatístico do Brasil, 2001

Org.: Wilson A. Teixeira

O governo brasileiro, frente à grande produção de café exportável acumulada no início da década de 60 - em 1960, 56,35% da produção exportável estava estocada (TABELA Nº10), procurou adequar a produção às necessidades do mercado. Já que a oferta era maior que a demanda, passou a aplicar políticas de fixação de preços e programas de erradicação de cafeeiros antieconômicos e a fomentar o replantio mais produtivo e racional – combate à ferrugem, combate à broca, melhores tratamentos culturais, etc., assim como, incentivou - e neste caso

é bom destacar - a diversificação de culturas nas áreas liberadas pelo café a outras culturas, o que viria a acontecer com a entrada das culturas modernas do soja e milho, dentre outras.

TABELA Nº 10

QUANTIDADE EXPORTÁVEL E EXPORTADA DE CAFÉ NO BRASIL

Sacas de 60 Kg. Período: 1957 / 1962.

Anos	Produção Exportável (por 1.000)	Quantidade Exportada (por 1.000)	Estocado %
1957	21.628	14.319	66,21
1958	26.807	12.894	48,10
1959	44.199	17.729	40,16
1960	29.843	16.819	56,35
1961	35.850	16.971	47,33
1962	28.703	16.377	57,06

Fonte: IBC/DEC – 1957/1962. BADEP. Assessoria de Estudos – 1973.

Para a aplicação das políticas à cafeicultura, o governo federal baseou-se no Programa de Racionalização da Cafeicultura, criando em 1961, época em que praticamente a metade das terras agricultáveis do Paraná estavam ocupadas por café, o GERCA - Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura que, além das metas citadas, incluiu investimentos para a industrialização de produtos agropecuários. Fica claro que as políticas com auxílios financeiros favoreceram o setor agroindustrial, como foi o caso da política de expansão do complexo industrial canavieiro, na década de 1970, na montagem de destilarias, cujo processo foi acelerado na década de 1980, com a participação no setor, das cooperativas agrícolas.

A política de erradicação de cafeeiros - 1965 a 1967 - resultou na eliminação de 96,9 milhões de cafeeiros paranaenses, dos quais 36,7 % foram erradicados na região de

Londrina e 35,95% na de Maringá (PADIS,1981:123). Estas duas regiões estão localizadas na Mesorregião Norte Central Paranaense e responderam, até 1967, por 72,65% de cafeeiros erradicados no Estado do Paraná.

Outros dados, revelam que de 1961 até 1971, foram erradicados no Brasil, 2.070.666 bilhões de cafeeiros e no Estado do Paraná, 482.313 milhões (TABELA N°11). O plano de erradicação dos cafeeiros no Paraná, diretamente no Norte do Paraná, onde se localiza a quase totalidade desta cultura e, mais precisamente, no Norte Central, com maior concentração, concorreu para a liberação de mão-de-obra ativa da agricultura; pessoas que trabalhavam não só para a cafeicultura, mas também para as pessoas envolvidas com as culturas intercalares.

Mesmo cessando a erradicação dos cafeeiros nos anos de 1980, estes trabalhadores comporiam o êxodo rural que ocorreu nos anos 1960/70 e que foi estendido pela Modernização Agrícola, em parte, aos anos de 1980.

TABELA N° 11
ERRADICAÇÃO DE CAFEEIROS NO BRASIL

Período 1961 / 1971

ESTADOS	ERRADICAÇÃO (1.000 pés)		ERRADICAÇÃO	
	OFICIAL	ESPONTÂNEA	TOTAL	%
Paraná	249.975	232.356	482.313	23,29
São Paulo	299.364	150.636	450.000	21,73
Minas Gerais	363.707	33.113	396.816	19,16
Espírito Santo	303.175	11.362	314.537	15,19
Outros	163.144	263.856	427.000	20,62

Fonte: IBC / GERCA – 1961 / 1971. BADEP: Assessoria de Estudos - 1973.

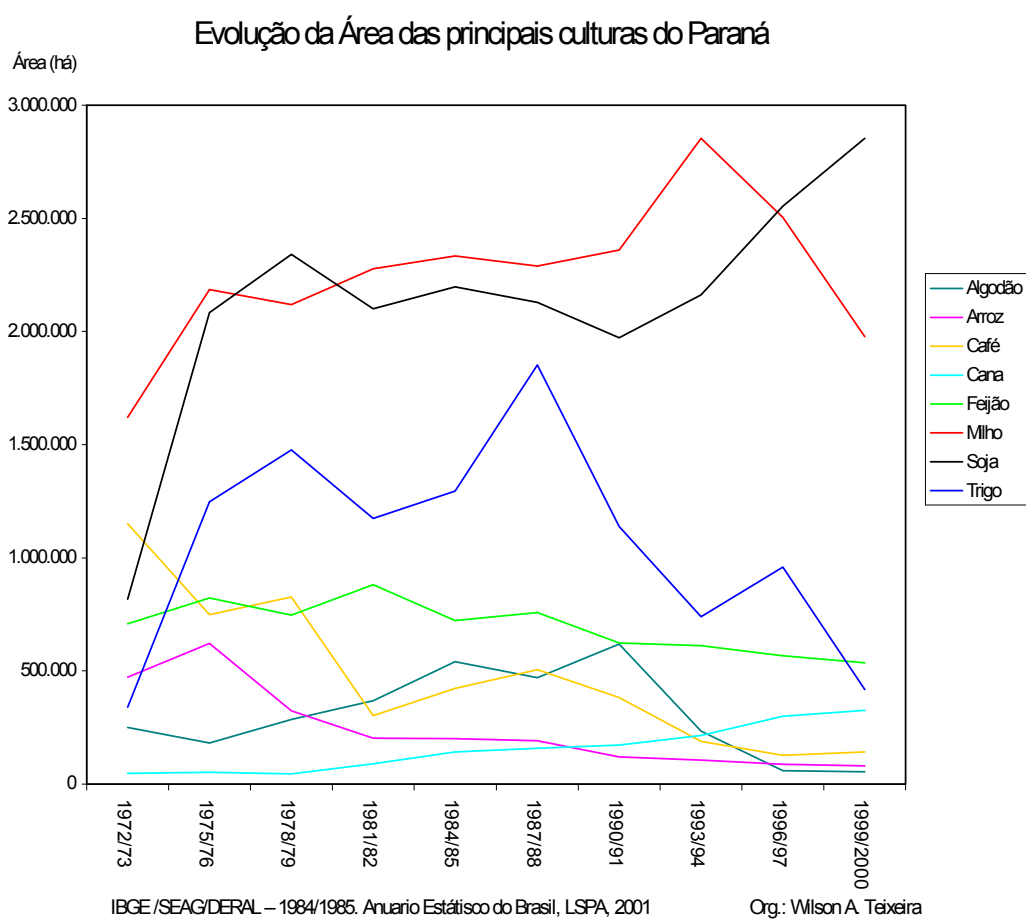
Assim, reforçamos nossas colocações de que, somadas as erradicações de cafeeiros das regiões de Maringá e Londrina, onde ocorreram as maiores incidências, 79,6 %, confirma-se que na Mesorregião Norte Central Paranaense foram dinâmicas as forças de desagregação da população ativa, não só dentro da cafeicultura, intensificando o êxodo rural, principalmente a partir de 1965 e 1967, quando se ampliou a política de erradicação, cujos reflexos aumentaram com as geadas da década de 1970 - 1972 e 1975, mas também, por outros fatores ligados à queda nas exportações e à entrada das culturas modernas, intensivas de capital, auxiliada pelas políticas de crédito do governo federal através do Gerca, a exemplo dos financiamentos ofertados pelo Banco do Brasil para subsidiar a cafeicultura antieconômica, em troca da erradicação e substituição por outras culturas.

Foi em 1961 que o Governo lançou o programa de racionalização, estimulando a erradicação dos cafeeiros e a diversificação por outras culturas, colocando-o em prática através do IBC. O Gerca foi programado em meados de 1962, mas foi no Governo de 1964, no propósito de combate a uma política inflacionária, que a execução da política de erradicação foi intensificada até o fim de 1975, quando a natureza através de suas forças climáticas precipitou geadas nos cafeeiros, colaborando com o programa de erradicação. A ocorrência de crises na cafeicultura, que de um lado desestruturou a economia das cooperativas agrícolas, principalmente de cafeicultores, por outro lado, provocou estímulos, para que as cooperativas agrícolas não só se envolvessem com outras culturas, mas entrassem também na economia agroindustrial, a exemplo do processamento de grãos para óleo comestível e do setor agrosucroalcooleiro, facilmente percebíveis no Norte do Paraná (TEIXEIRA, 1988:222).

A decadência da cafeicultura paranaense já era notada desde a passagem da década de 1960 para a de 1970. De 20,69 milhões de sacas de 60kg de café na safra de 1959/60, a produção caiu para 1,60 milhão de sacas em 1970/71 (TABELA Nº 8). A área para cultura do café atingiu, na safra 1972/73, 1.151.556 hectares, diminuindo significativamente na safra 1984/85 para 424.000 hectares, ou seja, a área de cafeeiros diminuiu em 63% neste período (TABELA Nº 13). A partir da safra 1987/88 continuou em acentuada queda até 1997, mantendo com algumas oscilações, os mesmos números de área até 2000, de 141.917 hectares (FIGURA Nº 6). Circunstancialmente, a perda de mercado e a substituição por culturas intensivas de capital, via modernização agrícola, a qual seria auxiliada pela grande geada de 1975, fazem a

cafeicultura paranaense perder a hegemonia, como ciclo econômico dominante, para a economia de grãos liderada pelas culturas da soja e do milho.

FIGURA Nº 6



1.5. Da crise da cafeicultura à organização do setor cooperativista no Norte Central Paranaense.

1.5.1. A Lei que regulamenta as cooperativas e a assimilação do poder de autogestão pelo setor.

No Brasil, as primeiras menções sobre as sociedades cooperativas surgiram na legislação do Código Comercial, pelo Decreto 1.637 de 05 de janeiro de 1907. A questão passou posteriormente pelo Decreto-Lei nº 59 de 1966 e foi regulamentada pelo Decreto nº 60.597, de 19 de abril de 1967. Inicialmente, de acordo com CRIVELLI (1998), “...o *standard* jurídico não diferenciava-se frontalmente das sociedades mercantis, sendo considerada uma sociedade *sui generis*” e o “...conceito de sociedade cooperativa diferenciando-se das sociedades comerciais, como das demais sociedades civis em geral, só veio ocorrer completamente com a edição da Lei 5.764/71”²². Acrescenta o autor que, com o Decreto-Lei nº 59 de 1969, o cooperativismo foi submetido ao centralismo estatal, perdendo muitos incentivos fiscais e liberdades conquistadas.

Em 1984 o Incra foi transformado em Autarquia Especial, com o Decreto nº 90.697, acordado na Lei 7.231, com a criação do Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário – MIRAD, na tentativa de vincular o problema agrário à Presidência da República. Entretanto, o Incra é extinto em 1987. A partir da Constituição Federal de 1988 e com o restabelecimento do Incra, em 28 de junho de 1989, vinculado ao Ministério da Agricultura, as cooperativas agrícolas ganham amplitude em seus meios de gestionar a comercialização e a produção agroindustrial.

A lei que contém os requisitos para a viabilização do Sistema Brasileiro de Cooperativismo é a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, ainda em vigor. Assim, o que prevalece neste contexto, até o presente momento, é o Artigo 4º do Capítulo II – Das Sociedades Cooperativas: “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falências, constituídas para prestar serviços aos

²² O Decreto-Lei nº 59/66 e o Decreto nº 60.597/67 procuram dar as primeiras regulamentações legais às sociedades cooperativa, cuja definição viria ocorrer com a regulamentação, em 1971, da Lei 5.764, que autoriza a organização em sociedades cooperativas por pessoas, que à luz da doutrina são de pessoas

associados, distinguindo-se das demais sociedades...”. A Lei, define o regime jurídico, a constituição e funcionamento, sistema representativo e órgãos de apoio das cooperativas. Nova legislação deve ser elaborada a partir da Constituição de 1988, através de projetos de lei, com inclusão ou não de substitutivos que procurem considerar como cooperativas as sociedades constituídas entre pessoas físicas para o exercício profissional ou de produção de bens e serviços em comum, em regime de autogestão e participação nos resultados, com o objetivo de fazer retornar aos associados o resultado econômico de suas atividades. Este pensamento vai no sentido de maior autonomia às cooperativas, já evidenciada na organização da sociedade cooperativista, indicando os interesses do setor em dinamizar, conforme exigências atuais e mais amplas, seu desenvolvimento econômico.²³

1.5.2. A organização do setor cooperativista agrícola passa pela crise da cafeicultura paranaense.

“Desde 1830 que a mola mestra da civilização brasileira vem se constituindo do café”, afirmava em 1956, ARAUJO FILHO (1956: s.n.). A economia cafeeira liderou as exportações brasileiras, desde meados do século XIX até a crise de 1929, quando começou a cair, passando pela década de 1940, principalmente após a 2ª Guerra Mundial. Então o mercado de café, devido a grande procura do produto, abre-se novamente em alta de preços, estimulando o aumento da produção e a ocupação de novos espaços agrícolas para a cultura cafeeira, como foi a expansão da cultura em São Paulo e Paraná, mais diretamente em novas áreas do Norte do Paraná. A partir das décadas finais dos anos 1950, o Estado do Paraná passa a liderar a produção nacional de café.

naturais (físicas). A Lei nº 5.764, define o regime jurídico das cooperativas, sua constituição e funcionamento, sistema de representação e órgão de apoio.

²³ Estas intenções são percebidas no projeto substitutivo do Senador Beni Veras, que propôs a manutenção do parágrafo único do artigo 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, acrescido de mais três parágrafos. Dentre este, destacamos o Parágrafo 2º, que fala do “regime de autogestão” e “participação nos resultados pelos associados”; e o 3º parágrafo: “A cooperativa poderá ofertar serviços gerais e especializados a terceiros, de acordo com o seu objeto social.” Ao mesmo tempo, o Senador propôs alteração no artigo 4º da lei 5.764/71, indicando que: “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para satisfazer às aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais de seus associados.”

Até a década de 1960, e de modo geral, no Paraná, predominava a agricultura tradicional e de grande internalização comercial vinculada ao domínio do ciclo cafeeiro, donde a afirmativa de que a cafeicultura contribuiu para a organização do setor cooperativista agropecuário paranaense.

A extraordinária lucratividade gerada pela economia cafeeira até o início da década de 1960, acelerou a ocupação da Região Norte do Paraná e mais expressivamente da Mesorregião Norte Central Paranaense. Para CANCIAN (1981:14), foram a rápida ocupação espacial do Norte do Paraná combinada com a proibição do plantio de novos cafeeiros em São Paulo, e o declínio da produção nas regiões com velhas culturas, que serviram de motivo para “...atrair numerosos fazendeiros em busca de terras paranaenses, de boa qualidade para o café e onde não havia proibição para o plantio”.

A perda de lucro com a cafeicultura iria ocorrer nos primeiros anos da década 1960, quando o mercado começou a saturar-se com os excessos de superprodução. Esta situação de incertezas para a cafeicultura, segundo RIBEIRO (1973:107), fez reduzir a “participação nacional no mercado mundial, passando de 51,9% no período 1948/52 para 35,4% em 1962”.

Conforme SERRA (1986: 60-66), as cooperativas agrícolas surgiram, “inicialmente à custa e risco dos próprios cafeicultores e, posteriormente, com a ajuda do Instituto Brasileiro do Café”. A Cooperativa Agrícola de Três Barras, no município de Assaí, foi a primeira cooperativa de cafeicultores da Região Norte do Paraná, em 1939, seguida nos anos de 1940 pela Cooperativa Agrícola Mista de Cambé, Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Ivaiporã e outras, nos municípios de Jacarezinho, Londrina, Rolândia, Cornélio Procópio e Marilena; destas, a maioria estaria localizada na atual mesorregião Norte Central paranaense. Na seqüência, foi criado em 1952 o IBC, instituto de apoio político para o setor cafeeiro. Foi através dele que, após meados dos anos de 1950, se verificou da ocorrência da criação de várias cooperativas voltadas ao café., vindo o Estado do Paraná a contar em 1964, evidentemente na Região Norte, conforme a Junta Comercial do Paraná, com 39 cooperativas de cafeicultores, as quais atuavam na comercialização, no armazenamento, no beneficiamento de café, na venda de insumos, assim como repassavam créditos, davam assistência técnica e outras orientações.

Dos vários objetivos do IBC, um era o de aplicar a política econômica do café aos mercados interno e externo e, o outro, era o de incentivar o setor cooperativista,

principalmente o agrícola, visando a melhor remuneração aos cafeicultores e à produtividade e à qualidade do café. Assim, agricultores, cafeicultores ou não, aliaram-se ao governo para o combate a esta crise de produção e de comercialização, inclusive na forma de comercialização cuja via do intermediarismo não os convencia. Por esses motivos resolveram fundar novas cooperativas agrícolas, a exemplo da COCAMAR - Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá, fundada em 1963. Na realidade o sistema cooperativista já existia no Estado do Paraná desde o final do século XIX, atuando no setor de consumo e de assistência médica previdenciária e, somente após a década de 40 do século XX, inicialmente com a erva-mate e posteriormente com o café é que surgiram as cooperativas de produção agrícola. Foi graças à economia cafeeira que as cooperativas agrícolas, a partir de 1957, surgiram no Norte do Paraná. Surgiram em um período crítico para a cafeicultura e para a economia brasileira, que teria o poder político trocado em 1964, por um regime militar.

Em 1967, o Decreto 60.597²⁴ do Governo Nacional, aprofunda a crise no setor cafeeiro, em alguns casos, ao limitar e até mesmo cancelar os incentivos creditícios e tributários de determinadas cooperativas, impossibilitando manterem-se nos moldes anteriores ou de se desenvolverem no mercado, acarretando, com estas medidas, a redução de cooperativas agrícolas. As cooperativas agrícolas de cafeicultores passam a atuar na comercialização somente a partir dos anos de 1970, quando em 1971, com a Lei 5.764, voltam parte dos incentivos governamentais e se criam novas normas para as atividades das cooperativas. As medidas do governo nacional para o combate a esta crise foram erradicar parte dos cafeeiros considerados improdutivos e estimular a expansão de outras culturas para substituir a cafeicultura.

De 1966 a 1971, em face da política do Governo de 1964, de livre concorrência empresarial no mercado, foram cancelados incentivos fiscais e restringidos créditos ao setor cooperativista, dentre outras limitações, o que levou ao fechamento de muitas cooperativa brasileiras. No Estado do Paraná, das 33 cooperativas de cafeicultores existentes em 1964, permaneceram apenas oito (COSTA e HESPAHOL,1995:375), levadas à diversificação de suas atividades para atender ao processo de modernização que se estruturava. Segundo a Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR, 1992:4), foi a partir de 1969 que o

²⁴ O Decreto nº 60.597 de 19 de abril de 1967, regulamentou de forma disciplinar os direitos e obrigações das sociedades cooperativas, no período político do Presidente A. Costa e Silva, que submeteu o cooperativismo ao centralismo estatal. O Decreto nº 60.597, foi revogado com a promulgação da Lei nº 5.764, de 16 de

movimento cooperativista paranaense, com a implantação de projetos de integração, efetivou a sua participação nas atividades econômicas “em função da agregação dos interesses dos produtores para a economia de mercado, o que levou as cooperativas à montagem de infraestrutura básica para atendimento das produções, de fundamental importância para o início da integração e como conseqüência, da agroindustrialização.”

Formadas nas décadas de 1950 e 1960, mas ativas nos anos de 1960, as cooperativas agrícolas de cafeicultores localizadas na Região Norte do Paraná, continuam ativas até o recente ano 2000, todavia, passaram por alterações estruturais para se adaptarem e atuarem, também e principalmente, em outros segmentos agropecuários, inclusive algumas cooperativas alterando a sua denominação social, porém mantendo a denominação original. As cooperativas que participaram da fase dominante da cafeicultura e atualmente estão no Norte Central Paranaense estão representadas pela Cocamar, Cofercatu, Corol, Cocari e Cocafé (TABELA 12 e 14). Fica evidenciado por referências anteriores, na área da hoje Mesorregião Norte Central Paranaense, de 1957 a 1964, o número significativo de 21 instalações de cooperativas agrícolas, que representaram 54% das cooperativas, dentre as 39 constituídas na Região Norte, demonstrando a dinâmica geoeconômica da região polarizada por Maringá e Londrina. Inclui-se neste período a instalação e funcionamento das agroindústrias agrosucroalcooleiras do Norte do Paraná, que ainda não participavam da fase de modernização tecnológica e do novo modelo de agroindustrialização da passagem dos anos de 1970, destacadamente as usinas com suas destilarias anexas, a de Bandeirantes, a Central Paraná e a Jacarezinho. A Usina Santa Terezinha, no município de Maringá, foi estruturada no final dos anos 60, vindo a funcionar produtivamente a partir de 1971.

A formação das sociedades cooperativas agrícolas, podendo ser incluídas outras formas, apregoadas pela Lei 5.764/71, que regulamenta as cooperativas, já se constituía como alternativa para a organização voluntária de produtores rurais ou de outros segmentos.

Constatamos que até o início dos anos de 1970, no Paraná predominava a agricultura tradicional e a comercialização dos produtos agrícolas que, conforme COSTA e HESPANHOL (1995:376), era realizada por “...ampla gama de atravessadores de diferentes dimensões (de pequenos cerealistas até grandes atacadistas) que faziam a intermediação entre

dezembro de 1971, ainda em vigor, que passou a definir o regime jurídico das cooperativas, sua constituição e funcionamento, sistema de representação e órgãos de apoio.

produtores rurais e as máquinas de beneficiamento/indústrias processadoras (dependendo do produto), atuando inclusive no mercado de consumo final dos produtos que exigem menor grau de elaboração, tais como: café, arroz, feijão, milho, etc.” Entretanto, os canais de comercialização de grãos, sobretudo de soja, não deram conta de atender às exigências da indústria processadora, obrigando os governos federal e estadual a estimular a formação de cooperativas, “...concedendo recursos financeiros a longo prazo a taxas de juros negativas (sem correção monetária plena) para a construção de armazéns, de escritórios, implantação de silos graneleiros, aquisição de caminhões e máquinas, etc.” Assim, as cooperativas modernizam-se e ao mesmo tempo são instrumento do processo de Modernização Agrícola, o que é confirmado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 1986:174): as cooperativas foram instrumento de acumulação de novas técnicas no campo.

A Mesorregião Norte Central Paranaense, considerada como importante espaço econômico e social do Estado do Paraná, continua em meados dos anos de 1970, com sua economia centrada nos pólos de Maringá e Londrina, fazendo o IPARDES (1974:34), afirmar que somente o “...eixo Maringá-Londrina, incluindo apenas os municípios ao longo do trecho rodoviário e ferroviário, participa com 19% da indústria de transformação do Estado e com aproximadamente 22% da agroindústria, o que a qualifica como a principal área agroindustrial do Paraná.” A Cocamar, considerada a cooperativa agrícola estadual que mais se industrializou, entra para o processo de integração vertical da economia paranaense com a sua indústria de moagem de grãos e óleos comestíveis em 1979, concorrendo em um mercado muito disputado por grandes empresas multinacionais e nacionais, a exemplo, dentre outras, da Cargill, Anderson Clayton, Braswey e Sanbra.

A grave crise provocada pela alta constante do petróleo importado pelo Brasil impulsionou o Governo Federal para uma política energética fundamentada na cultura da cana-de-açúcar para produção de álcool combustível. Em 1975, com a criação do Proálcool, a agropecuária e as cooperativas agrícolas são estimuladas, com crédito fácil financiável, a atuarem no setor agroindustrial da cana-de-açúcar, e no Paraná, contribuem para a instalação das destilarias de álcool, com a maioria vinculada às cooperativas agrícolas, principalmente nos anos de 1980.

A evolução das cooperativas agrícolas voltadas à agroindustrialização moderna no Paraná, assim como outras cooperativas nacionais, nos primeiros anos da década de 1970,

ocorreu de forma dirigida e incluída no Complexo Agroindustrial, recebendo orientação e supervisão da OCB – Organização das Cooperativas do Brasil. Por extensão, no Paraná, esta função coube à Ocepar. A fiscalização das cooperativas coube ao Incra, até 22 de outubro de 1987, quando estas atribuições passaram para o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária - MIRAD. No ano seguinte à promulgação da Constituição do Brasil, ocorrida em 05 de outubro de 1988, precisamente em 20 de março de 1989, extinguíram-se vários ministérios, dentre eles o Mirad, e o Incra foi recriado em 28 de junho de 1989, porém vinculado e subordinado ao Ministério da Agricultura, confirmando-se nestas mudanças a perda do seu papel fiscalizador sobre as cooperativas.²⁵

Antes da Constituição de 1988, a relação entre o Estado e as cooperativas, em função da fiscalização do Incra, órgão federal, era baseada no regime de **co-gestão**, que por entendimento ou ordenamento jurídico, hoje se encontra alterado para **autogestão**.

Ao fomentar o cooperativismo, através do Ministério da Agricultura e do Abastecimento - MA, o Governo Federal, atendendo a Constituição Brasileira de 1988, passa a ser o agente normativo e regulador das atividades econômicas das Cooperativas. As ações são executadas através da Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR e pelo Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural - DENACOP. A equipe do Denacop define e executa seu trabalho em parceria com organismos nacionais, internacionais e organizações não-governamentais (ONGs), viabilizando a participação da sociedade civil organizada em prol da expansão do cooperativismo, com qualidade e autonomia ²⁶.

Constata-se, novamente, na cessão de autonomia do cooperativismo, o alcance de autogestão pelas cooperativas o que lhes proporciona o desenvolvimento na agroindustrialização, na verticalização produtiva e em novos procedimentos gerenciais ou administrativos, a exemplo do multicooperativismo, e da abertura para investimentos que geram agregação de valores a produção, dentre outros.

²⁵ O Decreto-Lei 2363, de 22 de outubro de 1987, extinguiu o INCRA, e o Decreto 97.886 de 28 de junho de 1989, recria-o vinculado ao Ministério da Agricultura.

²⁶ O Artigo 174, da Constituição Brasileira de 1988, trata das funções do Estado junto ao setor privado (cooperativas) e diz no § 2.º “A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.” O assunto também é tratado neste trabalho em “Papel do Estado...”. Observa-se que na legislação vigente, a questão da autogestão cooperativista, ainda carece de estudos e fundamentações, e que o estabelecimento de autogestão adquirido pelas cooperativas, existe mais por força de interpretação analógica da lei do que pela sua fundamentação jurídica.

A área de atuação individual das cooperativas é delimitada juntamente com outras, em três grupos que formam o Projeto Integrado de Desenvolvimento de Cooperativas - PIDCOOPS, no Estado, que são: Projeto Norte de Cooperativismo - NORCOOP, Projeto Sul de Cooperativismo -SULCOOP e o Projeto Iguaçu de Cooperativismo - PIC. O Norcoop, implantado em 1974, fixava área de atuação das cooperativas atingindo, propriamente, a Região Norte do Paraná. Para valorizar o processo de desenvolvimento e integração econômica da agroindustrialização no Paraná, relacionamos as cooperativas que estariam na atual Mesorregião Norte Central Paranaense, objeto deste estudo, em 1984, e que faziam parte da Ocepar, projetadas no Norcoop por 16 cooperativas (TABELA Nº 12) e que, no ano de 2000, estão representadas por 11 cooperativas (TABELA Nº 14), porque deixaram de participar deste contexto as cooperativas Camas, Canorpa, Casul, Copiva e Sul Brasil Maringá/Londrina.

Sobre o processo de desenvolvimento econômico no Estado do Paraná e a participação das cooperativas nele, a OCEPAR (1997:5) afirma que a integração possibilitou efetiva participação das cooperativas na economia paranaense, “...em função da agregação dos interesses dos produtores rurais paranaenses, permitindo a concretização da montagem de uma infra-estrutura básica para o atendimento de crescente produção estadual e de fundamental importância para o início da integração vertical a agroindustrialização.” Isto é, a partir do momento em que as cooperativas agropecuárias organizaram a produção agrícola, “...passaram a preocupar-se com a montagem do Complexo Agroindustrial, não se conformando com a condição de meras repassadoras de matérias-primas as indústrias.”

A vinculação de interesses entre o Estado na sessão de crédito, e as cooperativas agrícolas, nos anos de 1980, viabiliza no setor o crescimento industrial, inicialmente na participação agroindustrial de esmagamento de grãos e no processamento de óleo vegetais.

TABELA Nº 12
 COOPERATIVAS DO PROJETO NORTE DE COOPERATIVISMO - NORCOOP
 COMPOSTAS NA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE - 1984.

SIGLA	NOME DA COOPERATIVA	CIDADE – SEDE
CAMAS	Cooperativa Agrícola Mista de Alvorada do Sul Ltda.	Alvorada do Sul
CANORPA	Cooperativa Agropecuária Centro Norte do Paraná Ltda.	Apucarana
COCAFE *	Cooperativa Agrícola de Astorga Ltda.	Astorga
CASUL	Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Centenário do Sul Ltda.	Centenário do Sul
COPIVA	Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Ivaiporã Ltda.	Ivaiporã
COOPerval	Cooperativa Agrária dos Produtores de Cana do Vale do Ivaí Ltda.	Jandaia do Sul
CATIVA	Cooperativa Agropecuária de Londrina S. Rural. Ltda.	Londrina
COTIANORTE	Cooperativa Agrícola de Cotia Norte do Paraná Ltda.	Londrina
SUL BRASIL	Cooperativa Agrícola Sul Brasil de Londrina e de Maringá Ltda.	Londrina
VALCOOP	Cooperativa Agropecuária Vale do Tibagi Ltda.	Londrina
COCARI *	Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari Ltda.	Mandaguari
COLARI	Cooperativa de Laticínios de Mandaguari Ltda.	Mandaguari
COCAMAR *	Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuarista de Maringá Ltda.	Maringá
COLMAR	Cooperativa de Laticínios de Maringá Ltda.	Maringá
COFERCATU*	Cooperativa Agropecuária dos Cafeicultores de Porecatu Ltda.	Porecatu
COROL *	Cooperativa Agropecuária de Rolândia Ltda.	Rolândia

Obs.: Sul Brasil Londrina/Maringá, eram do mesmo grupo. Incorporações nos anos 90: Cotia pela Integrada e a Cocafê pela Nova Produtiva. (*) Cooperativas formadas na fase econômica da cafeicultura.

Fonte: OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. 1984, 1998

A expansão das cooperativas no Brasil ocorre até meados da década de 1970 e no Estado do Paraná, com a autorização do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária, somam-se 311 cooperativas. Destas, em especial, 98 ou 31,5% foram cooperativas ligadas a comercialização da produção agropecuária. Tais números que teriam decréscimos nos anos seguintes e, em 1984, registra-se 62 cooperativas, isto é, de 1975 a 1984 extinguiram-se ou foram incorporadas 36 cooperativas agropecuárias (OCEPAR,1984), por fatores decorrentes, principalmente, da falta de investimentos para modernização tecnológica da agricultura, da não substituição de culturas e do não- acompanhamento do processo de transformação no setor para a agroindustrialização. Juntam-se aos fatores as crises constantes da cafeicultura com as geadas e as oscilações de mercado, exigentes por novas produções e por produtos, inclusive industrializados.

As cooperativas agrícolas inicialmente tiveram muita influência gerada pela economia cafeeira; entretanto com a queda desta economia, em crise nos anos de 1970 e até aproximadamente 1983, e com o avanço da agricultura de técnicas modernas, na década de 70, momento em que já vinha sendo desestimulada a economia cafeeira, inclusive, com desvios da cafeicultura para outros estados, as cooperativas, com a substituição de culturas, voltam-se para outros produtos. No entanto, as cooperativas agrícolas receberam em seus armazéns, até pouco depois de 1983, produções de café sem muita alteração da década anterior. O recebimento do café pelas cooperativas continuaria; porém, o binômio soja-trigo, dentre outros produtos, ocuparia a preferência deste setor, já que tradicionalmente predominava para o setor agropecuário uma política voltada para exportação que, em contrapartida, colocaria os produtos alimentícios destinados ao consumo interno, a exemplo do arroz e do feijão, em declínio produtivo. Em meados da década de 1970, conforme dados da OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (1975:4), as cooperativas agropecuárias foram responsáveis por 51% das exportações brasileiras de melão, 43% das exportações de banana, 50% das exportações de soja e por 25% das exportações de erva-mate. Na Região Norte, incluindo-se a Mesorregião Norte Central Paranaense, enquanto a produção do café declinava, a soja triplicou sua produção entre 1973 e 1983.

No Paraná, mais precisamente na Região Norte, onde está localizada a quase totalidade da cultura da cana-de-açúcar, esta evoluiu, de 1972 até 1985, em 200% na área e 349% na produção, continuando em expansão até registros de 2000. O trigo, que vinha crescente em área e produção desde os anos de 1970 até a safra 1978/79 com 3,2 milhões de

toneladas, nos anos de 1990 limitou-se e viu cair a sua produção: na safra 1993/94 a produção foi de 1,0 milhão de toneladas e na safra 1999/2000 foi de pouco mais de 600 mil toneladas, desestimulada pela concorrência externa.

A cultura do milho, desde a década de 1970 à safra 1999/2000, mesmo com oscilações cíclicas, manteve-se em expansão de área e alta produção. O algodão, nas décadas de 1970 e de 1980, cresceu em área e produção - na safra 1984/85, em 540 mil hectares produziu pouca mais de 1,0 milhão de toneladas, entretanto na década de 1990, ou decorrência da má produtividade de sua cultura e da concorrência externa, sua economia ficou desestimulada, concorrendo para a diminuição da área e da produção do algodão - em 2000 restaram apenas 53 mil hectares e uma produção de 124 mil toneladas, conforme TABELA Nº 13.

A cultura do café, durante a década de 1970 e até a safra 1999/2000 diminuiu significativamente quanto à sua área e à sua produção, que chegaram a atingir índices de evolução negativos (TABELA Nº 13).

As décadas de 1970 e de 1980 foram marcantes para a expansão de área e de produção do arroz e o do feijão. Na safra 1975/76, a produção do arroz foi de 1,0 milhão de toneladas em área de 621 mil hectares, e o feijão, em área de 822 mil hectares produziu 587 mil toneladas; porém, a década de 1990 registra o contrário: a constante diminuição da área e da produção desses produtos, chegando o arroz, inclusive a índices negativos na safra de 1999/2000, com a diminuta área de 79 mil hectares, a safra de arroz desceu a 171 mil toneladas e a de feijão, com a área de 537 mil hectares, desceu a 473 mil toneladas (TABELA Nº 13).

De 1972 a 1985 a cultura de soja expandiu sua área em 169%, produzindo 232% a mais de grãos, e evoluiu ainda mais até a safra 1999/2000, em área e produção, chegando a superar outras culturas. As culturas de soja e de milho, desde os anos de 1970, permanecem até o momento como líderes da produção e do mercado agrícola paranaense, porém a cultura dominante na economia agrícola do Estado do Paraná é a da soja: na safra 1972/73 a área da soja era de 817 mil hectares para uma produção de 1,3 milhão de toneladas e, recentemente, na safra 1999/2000 atingiu a área de 2,8 milhões hectares e produziu 7,1 milhões de toneladas, de acordo com a TABELA Nº 13.

No suplemento Jornal Agrícola (2000:10) de “O Estado do Paraná”, consta que, no ano 2000, no mercado brasileiro de trigo o “Brasil é atualmente o maior importador mundial e importa trigo da Argentina, Canadá e Estados Unidos. Da Argentina o país importa mais de 90% de suas necessidades de consumo”.

É o contraste da reviravolta do mercado agrícola, já que o Brasil, na década de 1980, quase atingiu a auto-suficiência na produção do trigo para o mercado interno. Auto-suficiência questionável, quando a manutenção do mercado perde forças pela qualidade relativamente baixa do produto e pelos custos elevados de produção.

Conforme TABELA Nº 12, citada anteriormente, em 1997, já se visualiza uma nova configuração espacial das cooperativas agrícolas do tipo singular no Norte Central Paranaense, num total de onze cooperativas integradas no complexo agroindustrial da Região Norte do Paraná, distribuídas entre os estabelecimentos dos segmentos agrícola, pecuários, laticínios e cafeicultura. Deve-se levar em conta, com base nas 17 cooperativas de 1984 para 11 em 1997, que houve a diminuição de 6 cooperativas nestes segmentos na área compreendida pela Mesorregião Norte Central Paranaense, em decorrência da exigência modernizadora e tecnológica de agroindustrialização do setor cooperativista por parte do novo mercado, exigente de novos produtos. As cooperativas que não se adaptaram às novas exigências de mercado, ou desapareceram ou foram incorporadas por outras.

TABELA Nº 13

EVOLUÇÃO DA ÁREA E DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS DO PARANÁ
- 1972 / 2000 -

Produtos	Safrá 1972/73		Safrá 1975/76		Safrá 1978/79	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Algodão	249.910	419.875	181.450	280.883	286.600	568.787
Arroz	472.339	661.184	621.860	1.088.822	323.916	286.676
Cafê	1.151.556	477.000	749.000	0	826.528	120.000
Cana	46.987	2.322.569	52.000	2.605.564	45.000	3.375.000
Feijão	709.274	472.079	822.320	587.805	746.540	503.448
Milho	1.620.000	2.997.000	2.185.000	4.822.900	2.118.700	4.169.518
Soja	817.815	1.327.418	2.083.300	4.500.000	2.340.460	4.000.000
Trigo	341.015	384.713	1.248.000	1.160.640	1.476.461	1.621.416
Total	5.408.896	9.061.838	7.942.930	15.046.614	8.164.205	14.644.845
Produtos	Safrá 1981/82		Safrá 1984/85		Safrá 1987/88	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Algodão	369.500	739.000	540.000	1.035.661	470.177	903.107
Arroz	204.000	256.620	200.000	296.000	191.743	316.732
Cafê	303.000	96.000	424.000	240.000	505.369	272.935
Cana	90.000	6.840.000	140.878	10.425.000	157.355	11.856.032
Feijão	879.990	666.800	723.764	499.617	758.650	457.692
Milho	2.276.700	5.430.000	2.332.840	5.803.713	2.288.811	5.559.374
Soja	2.100.000	4.200.000	2.196.370	4.413.000	2.128.498	4.771.264
Trigo	1.175.000	1.025.000	1.295.548	2.696.023	1.850.876	3.250.000
Total	7.398.190	19.253.420	7.853.400	25.409.014	8.351.479	22.387.136
Produtos	Safrá 1990/91		Safrá 1993/94		Safrá 1996/97	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Algodão	618.000	1.024.111	235.000	422.541	59.996	115.207
Arroz	121.287	163.712	105.586	217.466	87.243	176.057
Cafê	383.355	403.844	189.821	163.961	127.695	219.262
Cana	172.280	14.219.580	215.856	15.945.937	300.070	24.563.963
Feijão	624.036	348.332	611.187	526.209	567.338	475.458
Milho	2.358.797	4.827.112	2.854.099	8.162.472	2.503.503	7.752.217
Soja	1.972.538	3.531.216	2.162.222	5.332.893	2.552.729	6.582.321
Trigo	1.138.302	1.825.929	739.824	1.076.388	959.714	1.747.527
Total	7.388.595	26.343.836	7.113.595	31.847.867	7.158.288	41.632.012
Produtos	Safrá 1999/2000		%Área	%Produção	%Área	%Produção
	Área (ha)	Produção (t)	1972/1985	1972/1985	1985/2000	1985/2000
Algodão	53.817	124.469	116	147	-90	-88
Arroz	79.928	171.863	-58	-55	-42	-42
Cafê	141.917	237.211	-63	-50	-67	-1
Cana	325.287	22.120.000	200	349	131	112
Feijão	537.069	473.084	2	6	-26	-5
Milho	1.977.124	6.964.973	44	94	-15	20
Soja	2.852.585	7.155.974	169	232	30	62
Trigo	418.545	635.450	280	601	-68	-76
Total	6.386.272	37.883.024	45	180	-19	49

Fonte: IBGE/SEAG/DERAL - 1984/1985. Anuário Estatístico do Brasil, LSPA, 2001

Organizador: W. A. Teixeira

A participação das cooperativas agroindustriais, já com articulação empresarial de autogestão desde 1988,²⁷ - conforme a participação das cooperativas do Norte Central Paranaense na produção agropecuária de 2000, TABELA Nº 14 -, devido ao fechamento da atividade funcional e/ou comercial, ou por fusão empresarial, ficou restrita a onze cooperativas.

TABELA Nº 14
COOPERATIVAS SINGULARES²⁸ DA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL
PARANAENSE EM 2000 E INÍCIO DA ATIVIDADE PRODUTIVA

SIGLA	Nome da Cooperativa	Ano / Produção	Sede
COCAMAR	Copados Cafeicultores e Agropecuarista de Maringá Ltda.	1963	Maringá
COFERCATU	Coop. Agropecuária dos Cafeicultores de Porecatu Ltda.	1963	Porecatu
COROL	Cooperativa Agropecuária de Rolândia Ltda.	1963	Rolândia
CATIVA	Cooperativa Agropecuária de Londrina.(laticínios)	1964	Londrina
COLMAR	Cooperativa de Laticínios de Maringá Ltda.	1965	Maringá
COCARI	Cooperativa de Cafeicultores de Mandaguari Ltda.	1962	Mandaguari
COLARI	Cooperativa de Laticínios de Mandaguari Ltda.	1966	Mandaguari
COCAFÉ *	Coop.Agríc.de Astorga/Coop.Agroind. Nova Produtiva Ltda.	1963/99	Astorga
COOPERVAL	Coop. Agrícola dos Produtores. de Cana do Vale do Ivaí Ltda.	1983	Jandaia do Sul
INTEGRADA*	Coop.Agropecuária de Produção Integrada do Paraná Ltda.	1996	Integrada
VALCOOP	Cooperativa Agropecuária Vale do Tibagi Ltda.	1975	Londrina

Fonte: OCEPAR – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, 1999.

COCAMAR – Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá, 2000. ALCOPAR – Associação dos Produtores de Álcool do Paraná, 2000. Org. Wilson A. Teixeira.

(*) Em 1999 a NOVA PRODUTIVA, ocupa os bens deixado pela COCAFÉ e em 1996, a INTEGRADA ocupa os bens deixado pela COTIA.

²⁷ Com a Constituição Brasileira de 1988, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, mesmo mantendo-se em atividade, deixa de atuar na fiscalização das cooperativas agropecuárias, estimulando o poder de autogestão das cooperativas.

²⁸ **Cooperativa Singular:** Cooperativa com administração própria. Não depende administrativamente de outras cooperativas. **Cooperativa Central:** Constitui-se de um grupo integrador de cooperativas lideradas por uma principal (central).

A Cotia foi extinta e seus bens, no Norte do Paraná, estão sendo utilizados pela Cooperativa da Produção Integrada do Paraná Ltda., desde 1996, ano de sua fundação. Da mesma forma, com a “quebra” da Cocafe, surgiu, em substituição, na utilização de seus bens móveis e imóveis, em 1999, a Cooperativa Agroindustrial Nova Produtiva Ltda (TABELA Nº 14).

Em síntese, pode-se deduzir que o processo geoeconômico paranaense, em especial, na sua região Norte Central, que participa com suas economias agrícolas em nível nacional e internacional, passa por modificações básicas de substituição de culturas e de ofertas de produtos para os mercados, quando a cafeicultura é trocada por culturas de grãos, modernas e intensivas de capital, isto é, uma economia de exportação é substituída por outra economia voltada para o mercado interno e externo, enquanto o complexo cafeeiro sede lugar ao complexo agroindustrial. A participação intensa das cooperativas agrícolas na agroindustrialização deve-se principalmente às políticas de incentivos fiscais e créditos financiáveis como investimentos favoráveis para modernização e expansão do setor agroindustrial, os quais significam para as cooperativas meios de inversão de capitais no segmento industrial relacionado à agricultura, para adaptar suas instalações ao processo industrial e transformar a produção em novos produtos exigidos pelo novo mercado interno e externo, possibilitando agregar maiores valores à produção. Estes fatores promovem a expansão das empresas cooperativas agroindustriais no Estado do Paraná.

Em outras palavras, as cooperativas agropecuárias, ao participarem da organização da nova e moderna agricultura, integram-se ao novo e moderno padrão econômico agrário, inclusive ao processo de agroindustrialização como componente do Complexo Agroindustrial e entram no círculo de internalização econômica com aplicação e inversão de capitais, entre agricultura e indústria. As cooperativas deixam de ser simples depositárias e repassadoras de matéria-prima, para, verticalizando-se na industrialização de modo empresarial, somar neste processo produtivo outras atividades de transformação da produção agrícola, em diversificadas mercadorias, ao mesmo tempo em que passam a ser fornecedoras de produtos para a agricultura, incorporando capital da agricultura e agregando valores à produção e, da mesma forma, na conformação espacial do Complexo Agroindustrial a agregar valores, não só à produção, mas também à região.

Envolvemos neste contexto, do Complexo Agroindustrial cooperativista e região, a citação de GÓMEZ (2000:139), ao abordar a globalização como transformadora

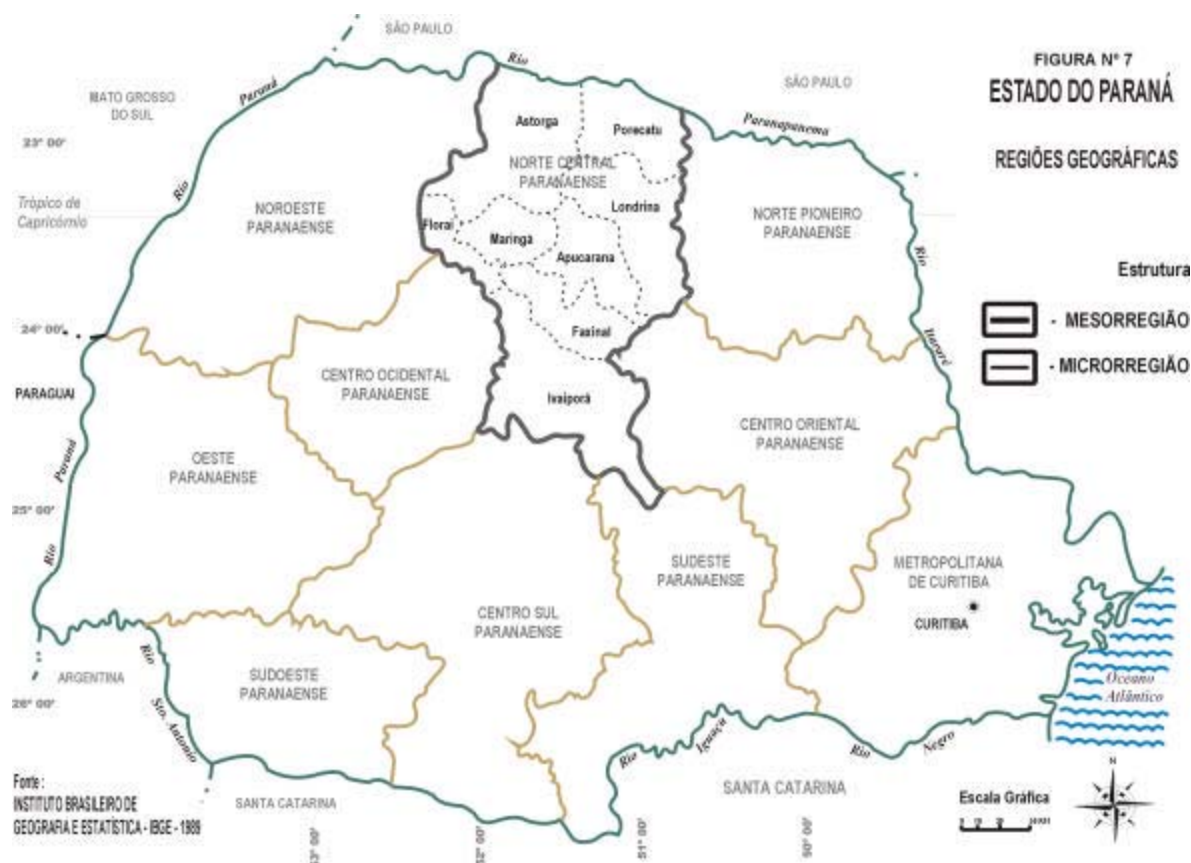
do espaço e do tempo (a chamada *ação à distância*, cuja expansão e intensificação recentes relacionam-se com o surgimento de meios de comunicação global instantâneos e ao transporte de massa), com implicações importantes para a análise, como, por exemplo, a de que a globalização não deve ser equacionada exclusivamente como um fenômeno econômico ou como um processo único, mas como um mistura complexa de processos freqüentemente contraditórios, produtores de conflitos e de novas formas de estratificação e poder, que interpela fortemente subjetividades e tradições, exigindo maior flexibilidade na ação adiante do incremento da complexidade e da incerteza, e que diz respeito não apenas à criação de sistemas em grande escala, mas também às **mudanças nos contextos locais e até mesmo pessoais de experiência social** (...), trata-se duma situação paradoxal, que obriga a '**pensar globalmente e agir localmente**'²⁹, em razão tanto dos impactos das condições da ação e da própria ação – do global no local e do local no global – quanto do fato de que toda ação supõe agentes e estes são, antes de mais nada, corpos, e corpos que sempre têm uma localização espaço-temporal.

Assim, não se pode deixar de observar que, na atualidade do processo de globalização da economia, a estratégia de atuação das cooperativas agropecuárias centra-se na ação de pensar globalmente e agir localmente, para não sucumbirem diante do capital monopolista.

²⁹ Os destaques em negrito são nossos.

CAPÍTULO 2 – O NORTE CENTRAL PARANAENSE NO PROCESSO GEOECONÔMICO DA REGIÃO NORTE DO PARANÁ - A REGIÃO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

O processo de ocupação geoeconômica da mesorregião geográfica Norte Central Paranaense, área delimitada neste estudo, passa por influências dinâmicas de ocupação e expansão sócioeconômicas gerais, que neste caso específico, estão espacialmente arroladas no Norte do Paraná, compreendida pelas mesorregiões geográficas do Norte Pioneiro Paranaense, Norte Central Paranaense e o Noroeste Paranaense, conforme delimitação constante no boletim do IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 1989 (FIGURA Nº 7).



O processo de ocupação geoeconômica da Região Norte do Paraná difere do

das outras regiões paranaenses devido ao seu sistema de organização espacial marcado a partir das primeiras décadas do século XX inicialmente sua estrutura fundiária era baseada em pequenas e médias propriedades e na sua economia cafeeira, com suas culturas intercalares que acarretou a rápida ocupação e expansão populacional e agrícola nessa região. Depois quando, via modernização agrícola ou da agricultura intensiva de capital, no final da década de 1960 e mais acentuadamente, no início da década de 1970, quando alterou-se o ciclo econômico do café, substituído pela cultura de grãos, a exemplo do milho, trigo e principalmente da soja, intermeio em que surgem as cooperativas agrícolas, um dos principais, senão o principal motivo representativo da realidade geoeconômica deste estudo.

Portanto, foi necessário o enfoque do Complexo Rural e do Complexo Cafeeiro, envolvendo na seqüência a agricultura intensiva de capital, também denominada de Modernização da Agricultura, no entendimento da passagem do complexo rural para o industrial e culminando na análise da dinâmica do Complexo Agroindustrial, inserindo-se as Cooperativas Agro-industriais neste contexto.

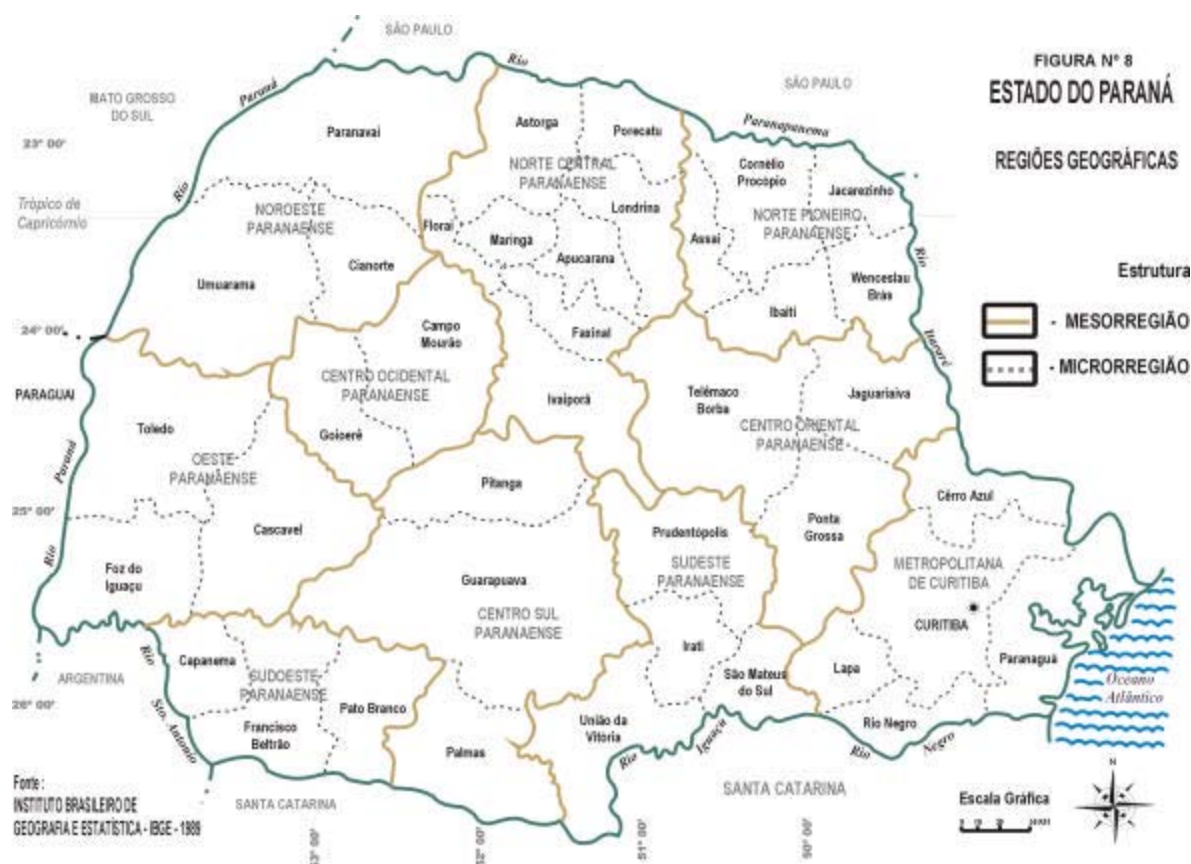
2.1. A delimitação da Região Norte Central Paranaense como área de estudo: da definição regional ao conceito de desenvolvimento regional.

Anteriormente a divisão regional elaborada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, encontrada no Censo Agropecuário do Paraná de 1980, subdividia o Norte do Paraná em Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo. Essa subdivisão que comparada com a atual definição regional, difere pela terminologia empregada e por poucas alterações de divisas municipais, fazendo uso da designação sugerida pela CMNP, que segue a marcha histórica do povoamento da região.

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP, 1977:35), considerada uma das maiores empresas colonizadoras do Brasil, exemplo de competência administrativa e sucesso empresarial, utilizou, para configurar suas áreas de atuação, uma divisão regional própria do Norte do Paraná que envolve o seu domínio empresarial de ocupação, organização e vendas de terras, a qual também pouco difere de outras divisões. Devido à grande extensão territorial do Norte do Paraná, a região é definida:

Pelos rios Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e Piquiri – abrange uma superfície de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados, dividida em três áreas, segundo a época e a origem da respectiva colonização: o Norte Velho, que se estende do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi ; ao Norte, que vai até as barrancas do rio Ivaí e tem como limite, a Oeste, a linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa; e o Norte Novíssimo, que se desdobra dessa linha até o curso do rio Paraná, ultrapassa o rio Ivaí e abarca toda a margem direita do Piquiri.

O Estado do Paraná, em 1989, passou a contar com uma nova divisão regional, fundamentada na delimitação de mesorregiões e microrregiões geográficas, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e constante do Boletim IBGE – 1989, conforme FIGURA 8.



A mesorregião geográfica Norte Central Paranaense envolvida no contexto

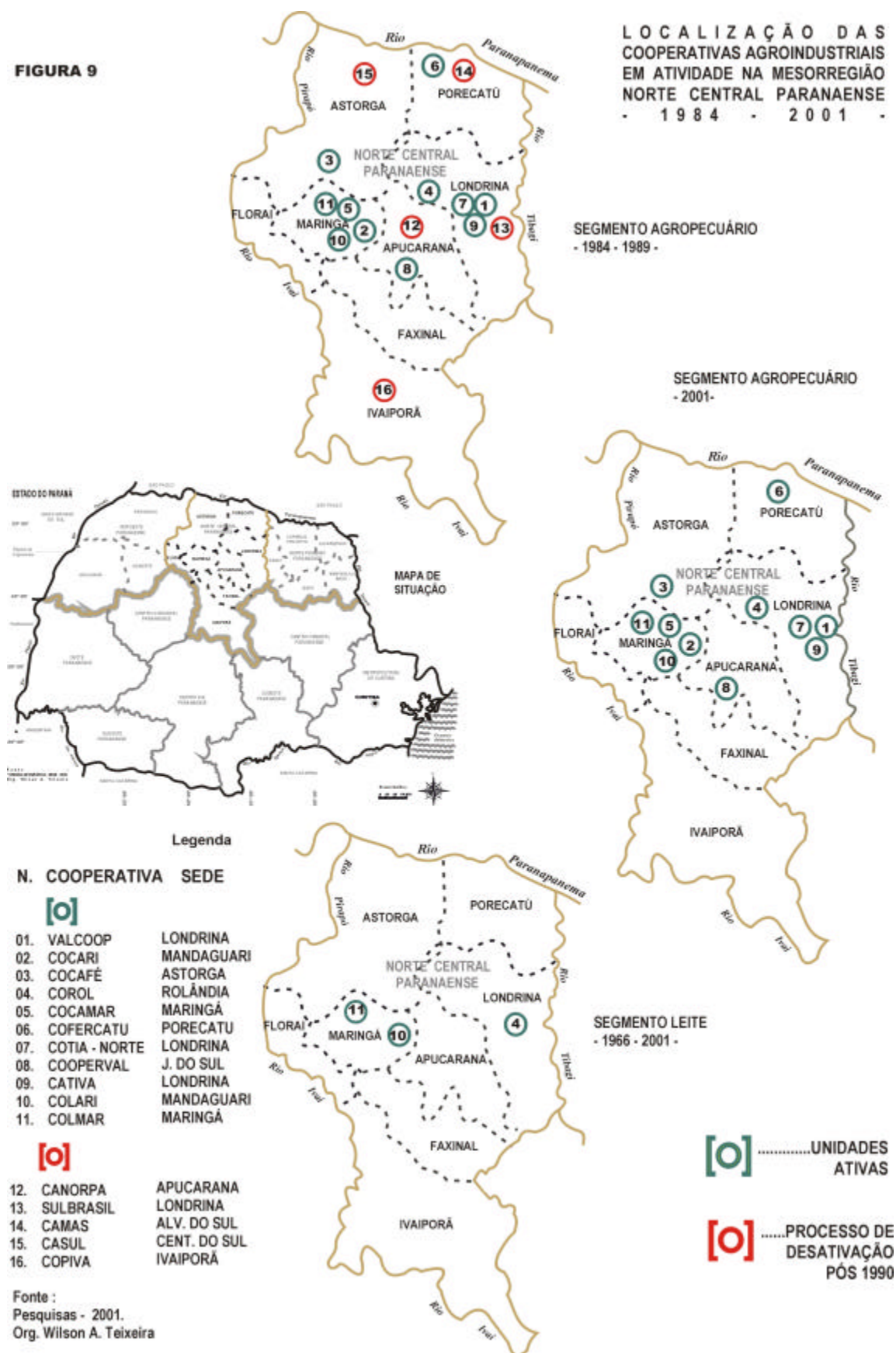
do processo de ocupação humana e econômica da macrorregião do Norte do Paraná, serve de referência locacional básica, por configurar espacialmente a distribuição e localização das cooperativas agroindustriais, objeto deste estudo (FIGURA Nº 9). Portanto, é necessário o conhecimento não só espacial de região, mas também como ocorreu e ocorre o seu desenvolvimento social e econômico neste espaço, lugares do complexo rural e do complexo cafeeiro, que receberam o envolvimento da agricultura intensiva de capital, também denominado de modernização ou tecnificação da agricultura, para o entendimento da passagem do complexo rural para o industrial, culminando na análise da dinâmica do complexo agroindustrial, onde se inserem as cooperativas agroindustriais.

A mesorregião Norte Central Paranaense é considerada como uma das mais dinâmicas áreas do Estado do Paraná, por consequência, em especial, da organização espacial socioeconômica exercida pelas forças polarizadoras das regiões metropolitanas de Maringá e Londrina. Estes centros urbanos interagem como um dos principais eixos econômicos agroindustriais do Paraná, cuja dinâmica provoca transformações regionais constantes.

Localizada em um contexto regional amplo – Norte do Paraná, a Mesorregião Norte Central, além das suas relações com a capital Curitiba, mantém regionalmente fluxos de relações socioeconômicas dinâmicas, principalmente com São Paulo. Retirada da análise a capital Curitiba, os maiores centros urbanos do Paraná estão justamente na mesorregião Norte Central Paranaense, priorizadas pelas cidades de Maringá, com 288.467 habitantes, segundo o censo 2000 do IBGE e Londrina, com estimativa superior a 450.000 habitantes

Segundo os dados do Diário Oficial da União, de 1997, a área do Estado do Paraná abrange 199.709.1km², indicando que a macrorregião Norte do Paraná, com 64.157.6km², ocupa 32,13%, da área total do Estado. A área da mesorregião Norte Central do Paraná, está representada por 24.347.2km², ou seja, 37,94% da Região Norte. Estes dados demonstram a significância da grandeza espacial na evolução socioeconômica regional, cuja dinâmica reflete a sua importância para o Estado paranaense.

FIGURA 9



A posição geoeconômica do Norte do Paraná, no século XX, é destacável em todo o Paraná, considerando-se o tempo de sua ocupação, da década de 30 até o esgotamento de suas fronteiras no final da década de 60, até os tempos atuais, caracteriza-se pelas relações sociais e econômicas, rurais e urbanas, bem estruturadas e que tem como destaque a Mesorregião Norte Central. Na década de 1970, NAKAGAWARA (1973:175), ao estudar o movimento bancário de quinze das maiores cidades brasileiras, em cheques compensados, já assinalava os dois centros urbanos, hoje no Norte Central, Maringá e Londrina, como as cidades de maior movimento econômico do interior do Brasil, excetuando-se as capitais brasileiras e as cidades de Santos (1º lugar) e Campinas (2º lugar). Estas comparações podem não representar a atual realidade, mas contribuem para perceber ocorrências processuais da dinâmica local e regional da Mesorregião Norte Central, que foi envolvida por políticas econômicas de colonização, com alterações na estrutura fundiária e rápido processo de urbanização e por aplicação de recursos dos governos federal e estadual, num contexto de transições de complexos: rural, cafeeiro e agroindustrial e, por uma modernização técnica agrícola, intensiva de capital.

2.2. O Norte Central Paranaense no processo geo-econômico do Norte do Paraná: Da colonização e expansão capitalista moderna pós 1930 à crise da cafeicultura e a modernização agrícola paranaense.

Os primeiros indícios da ocupação inicial do Norte do Paraná são registrados em 1855, com a instalação da colônia militar de Jataí, que serviria para fiscalizar o trânsito de tropas, o mercado para outros estados e proteger a área ameaçada pelo Paraguai (MULLER, 1956:31), e dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara – 1855 e São Gerônimo da Serra – 1859.

Na década de 60 do século XIX, os paulistas e mineiros povoaram as regiões drenadas pelos rios Paranapanema, Tibagi, Cinzas e das Antas, trazendo consigo a cultura do café, tradicionalmente plantada por Minas Gerais e, principalmente, nos moldes de São Paulo; porém, essa cafeicultura ainda não é considerada como do ciclo econômico paranaense das primeiras décadas do século XX, que ocupou as terras do Norte do Paraná. A

Colônia Mineira, hoje Siqueira Campos, foi fundada em 1862, e o núcleo de Tomazina surgiu em 1865. Da mesma origem ocupacional, aparecem os núcleos de Santo Antônio da Platina, Wenceslau Braz e São José da Boa Vista (TEIXEIRA, 1988:92).

Enquanto grande parcela da população, que viria ocupar as terras paranaenses, mais diretamente o seu grande Norte, encontrava-se nos limites do território, com a cafeicultura paulista, em 1865, no Paraná predominava a economia ervateira, que permaneceu desde meados do século XIX até a década de 30 do século XX, quando declinou sua economia, desaparecendo o seu ciclo, substituído pela economia cafeeira. PADIS (1981:33) comenta o movimento colonizador e ocupacional e seus reflexos no Paraná: “Apesar da ‘notória imperfeição’ dos recenseamentos realizados antes de 1940, pode-se afirmar, sem risco de erro, que a população paranaense no período considerado entre 1854 e 1930, multiplicou-se aproximadamente por 14, enquanto a brasileira apenas por 5”.

Para o Paraná, este período de transição econômica de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX vinha apresentando problemas de infra-estrutura e de expansão de mercado para os seus produtos. A fundamentação desses problemas consistia no fato de que a economia paranaense vinha se sustentando por atividades extrativas que segundo PADIS (1981: 78), eram “...de capacidade criadora de valor adicionado bastante limitadas e cuja produtividade é pouco considerável. Por outro lado, e em acréscimo a renda gerada, em sua maior parte, tinha o seu fluxo voltado para o exterior, através da importação de grande quantidade de bens de consumo.”

Em novembro de 1889, ao findar do Governo Imperial, este concedeu à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, subsidiária da Brazilian Railways Company, imensa área de terras descontínuas e devolutas, “no sudoeste, oeste e norte do Paraná, assim como as terras compreendidas, nas sesmarias e posses, até nove quilômetros para cada lado da estrada, na extensão total das linhas da sua concessão”, conforme CARDOSO & WESTPHALEN (1986:60), que fazem relação entre as construções de ferrovias e as concessões de terras, como de grandes repercussões para a história da ocupação territorial do Paraná moderno. “Era constituída na parte paranaense pelas linhas – tronco Itararé-Uruguaí e ramal Jaguariaíva-Ourinhos, bem como o ramal de Guarapuava e seu prolongamento até Foz do Iguaçu, via rio Jordão.”

O Estado do Paraná, em 11 de junho de 1907, edita o Decreto 218 e define o

serviço de colonização de seu território, plano que poderia ser posto em prática com auxílio da União ou de empresas privadas.

Em terras paulistas fronteiriças às terras paranaenses, segundo BERNARDES (1953:335), chegava em Ourinhos, em 1908, a ferrovia e, nas décadas iniciais do século XX, no Norte do Paraná, surgiam Jacarezinho, Cambará, Bandeirantes, Cornélio Procópio e Andirá, em período marcante do fluxo paulista para o Estado do Paraná.

A Lei nº 601, denominada Lei de Terras, de 1850, vigorou, até 1891, quando, segundo SERRA (1991:59), “...a primeira constituição Republicana, em seu Artigo 64, atribuiu aos Estados a competência de legislar sobre terras devolutas em seus respectivos territórios, somente a partir daí é que o Paraná passou a ter condições de controlar a apropriação de sua malha fundiária.” Em dezembro de 1892, a Lei nº 68, “...a exemplo da Lei de Terras, revalidou direitos adquiridos através de cartas de sesmarias e de outras concessões...”.

Nas referências de TEIXEIRA (1988:94-96), após a formulação da Lei nº 68 de 1892, o governo paranaense, com a política de concessão de terras mediante a venda com baixo preço, concedeu no Norte do Paraná, às empresas Corain e Cia. (Primeiro de Maio) e Leopoldo Paulo Vieira (Sertanópolis), em 1916, 50 mil hectares de terras, que foram loteadas em chácaras, sítios e pequenas fazendas (FIGURA Nº 5). A mais importante concessão de terras ocorreu em 1927, no Norte do Paraná, com a Paraná Plantation Limited, depois sucedida pela subsidiária Companhia de Terras Norte do Paraná, a qual mais tarde vendida a empresários brasileiros, passou para a denominação de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A Companhia de Terras Norte do Paraná, constituída em 1925 por um grupo de ingleses, tinha sua atividade ligada, até então, à cultura do algodão para o abastecimento do mercado inglês, aquele grupo, frustrado com este investimento, passou à compra de grandes extensões de terras e a figurar como de atividade colonizadora. A Companhia de Terras, desta forma, gerenciou o processo de ocupação e colonização planejada da maior parte das terras da Região Norte. Entretanto, a ocupação regional somente “...seria efetivada após os reflexos negativos da economia tradicional paranaense – mate, madeira e pecuária -, com as crises de 1929 e 1930; que seria reativada com a expansão da cultura cafeeira em solos do Norte do Paraná.”

A ligação ferroviária Ourinhos-Cambará é terminada em 1928, pela

Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, levando os trilhos até Jataí em 1939, quando na ocasião da Segunda Guerra Mundial, é incorporada pela Rede Viação Paraná-Santa Catarina (C.M.N.P., 1975:90). A partir de Jataí, a Rede passa por Londrina, Cambé, Rolândia, chegando em Apucarana em 1943, a Maringá em 1954, e em 1973, estaciona em Cianorte.

Na realidade, o governo paranaense tentou desenvolver a cafeicultura até as primeiras décadas do século XX, mas teve desagradáveis surpresas com a queda de sua economia decorrente dos excedentes de produção, de dificuldades no mercado exportador e das depressões com as crises, de nível nacional, de 29 e 30. Estes fatores concorreram para a eliminação dos poucos cafeeiros esgotados do Paraná “Velho”, hoje denominado de Norte Pioneiro, não vindo a região compor o ciclo econômico do café, marcado durante as décadas de 30 a 60, o qual espalhou cafeeiros em todo o Norte Paranaense.

Apesar da depressão dos anos trinta, o avanço colonizador estimulado pelo governo, através do apoio às empresas colonizadoras e firmado na economia cafeeira, faz expandir a ocupação da Região Norte do Paraná, numa dinâmica socioeconômica que transformaria a fisionomia deste espaço paranaense, moldando uma nova estrutura fundiária urbana e agrária. A economia cafeeira paranaense passou a ter um segmento diferente de outros estados, devido à rapidez da ocupação territorial e à funcionalidade dos projetos das empresas colonizadoras, possibilitando a expansão da cafeicultura em solos norte-paranaense mediante sua divisão em pequenas e médias propriedades.

A história da ocupação da Mesorregião Norte Central Paranaense faz parte de um contexto maior da ocupação territorial da região Norte do Paraná, datada a partir dos anos 1930, denominada de ocupação moderna e dirigida, traçada quase sempre em gabinetes ou escritórios do governo paranaense ou de companhias colonizadoras.

Ao destacar a importância da Companhia de Terras Norte do Paraná, CASTOR (1984:117) afirma que a experiência da companhia inspirou iniciativas públicas e privadas; “...imigrantes japoneses organizaram dois projetos bem sucedidos de grande porte, baseados no café, no algodão e no rami. Da mesma forma, em 1919, o governo do Paraná iniciou um programa para colonizar diretamente vastas áreas com pequenos estabelecimentos rurais, resultando na criação de dezenas de núcleos urbanos produtivos”. A aplicação dos projetos japoneses fez surgir as cidades de Assaí e Uraí, respectivamente, através companhias colonizadoras “Brasil Tokushoku Kaisha” – Bratac, e a “Nabei

Toshikubushiri”.

Não resta dúvida de que as companhias colonizadoras envolvidas na colonização e expansão da Região Norte do Paraná constituíram-se nas primeiras empresas comerciais da região, integrando capitais via negociação de terras e de títulos patrimoniais, cuja circulação financeira foi o mercado de terras.

Enquanto a cultura cafeeira declinava por esgotamento de seus solos e os rígidos controles de produção desestimulava o produtor paulista, concorrendo para o declínio da produção, no Paraná, de forma específica, no seu Norte, aconteceria o contrário, pois o Estado não tinha nenhum acordo restritivo à cultura cafeeira e oferecia, estimulando a colonização, os altos lucros das férteis terras roxas legítimas ou mistas, de alta produtividade, espalhadas nas pequenas e médias propriedades, de fácil poder aquisitivo. Estes fatores constituíram-se em elementos chamativos da população a ocupar os espaços do Norte do Paraná, mais diretamente dos paulistas, mineiros e outros. A política estatal e empresarial estimula a colonização e a cultura cafeeira transforma-se no surto econômico agrícola do Estado, a penetração populacional intensifica a migração interna, e assim, originam-se patrimônios, cidades e municípios na Região Norte do Paraná.

O mercado cafeeiro brasileiro nos primeiros anos do século XX passa por seguidas crises, recuperando-se na década de 20. Volta a abalar-se pelas crises de 29 e 30, entretanto estes abalos têm menor repercussão na cafeicultura paranaense, que se recuperaria logo após meados dos anos 30. A crise de 1929 chegou a afetar o mercado cafeeiro norte-paranaense, desviando o interesse de alguns agricultores, principalmente do Norte Pioneiro, para a cultura do algodão, secundada por uma expressiva policultura comercial, que, conforme MORO (1997:13), “...face à produção agrícola da época” trouxe à macrorregião Norte do Paraná, “...muitas empresas do segmento agroindustrial” que se “...estabeleceram na região em busca da matéria-prima, Cia Reunidas Matarazzo, Anderson Clayton, Sanbra, dentre outras, estimulando o mercado do produtor rural.”

Estas empresas foram instaladas na Região Norte, após a fase mercantilista de produção, mais precisamente, na mesorregião Norte Central Paranaense, nos principais pólos agroindustriais centralizados por Londrina, Maringá e Apucarana, quando o complexo rural se definia, em busca da matéria-prima que necessitava, nos moldes, conforme outros registros, do primeiro padrão de desenvolvimento agroindustrial, que se estenderia até meados

da década de 1980.

Com o sucesso do empreendimento da Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP, o Estado do Paraná também passou a vender pequenos lotes agrícolas, exceto nos casos da Colônia Centenário, que foi loteada em fazendas, e de Paranavaí, onde as propriedades rurais eram de dimensões variadas. O Governo, com essa iniciativa, fez surgir outras cidades, dentre elas, a cidade de Paranavaí (PADIS, 1981:94).

A Companhia de Terras foi comprada pelos grupos Gastão Vidigal e Gastão Mesquita Filho, em 1944. Em 1951, a companhia passou a denominar-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, mantendo o projeto colonizador. Ampliando o plano comprou a Gleba Umuarama, com cerca de 30 mil alqueires de novas terras, atingindo, desde a instalação da companhia pelos ingleses, a somatória de 13.166km² ou 546.078 alqueires de terras. fundou “... 63 cidades e patrimônios, vendeu lotes e chácaras para 41.741 compradores, de área variável entre 5 a 30 alqueires e cerca de 70.000 datas urbanas com média de 500 metros quadrados” (C.N.N.P.,1977:133).

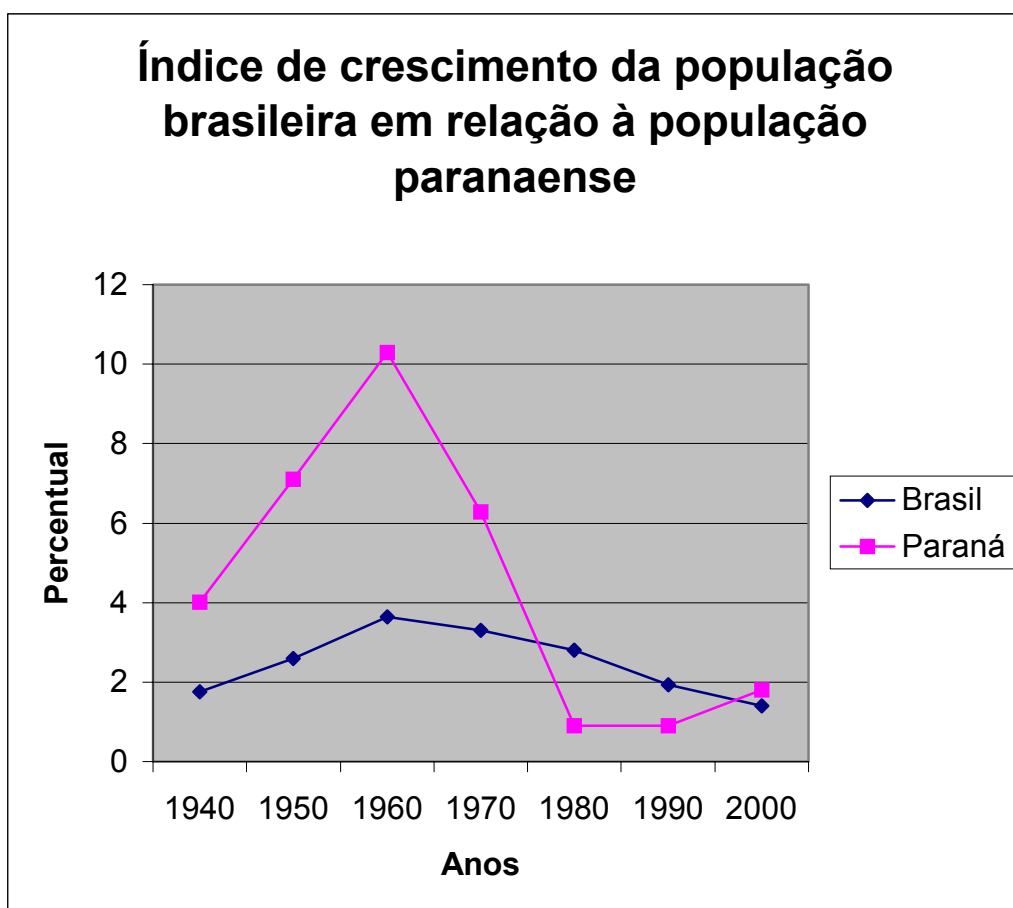
A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, centralizou a quase totalidade das terras, divididas em pequenas e médias propriedades no Norte Central Paranaense, sob a liderança das regiões polarizadoras de Londrina e Maringá.

Quanto à população paranaense, comparada à brasileira, entre o período da colonização e o fechamento de suas fronteiras, de 1930 à 1960, esta cresceu a níveis surpreendentes. Da década de 1940 à década de 1960, a população paranaense registrou um crescimento médio de 84,7 %, para 32,3% do Brasil. Estes índices seriam alterados a partir da década de 1970, após o fechamento da fronteira agrícola paranaense através da Região Norte do Paraná, justamente quando ocorria a crise e a decadência da cafeicultura e estava sendo introduzida a agricultura de grãos via modernização intensiva de capital, conforme dados já citados na TABELA N° 13.

Comparando o aumento populacional do Estado do Paraná com o do Brasil, depara-se com a simultaneidade de crescimento de 1940 a 1960; entretanto os índices de crescimento do estado paranaense, acima de 10%, foram superiores ao do estado nacional, abaixo de 4%. A partir de meados de 1960, os índices de crescimento da população do Brasil passam a ser menores até o atual ano 2000, enquanto os índices de crescimento populacional do Paraná, decaem até meados dos anos de 1980, mantendo-se, com pequenas oscilações,

estáveis até meados de 1990, quando, novamente e lentamente, crescem para próximo de 2%. O momento de intenso crescimento populacional paranaense justifica-se pelos efeitos de uma colonização estadual e empresarial dirigida, principalmente no Norte do Paraná, locada em uma estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades, baseada em uma forte economia cafeeira. A partir dos anos de 1960, entram em discussão a limitação ou esgotamento das fronteiras agrícolas do Paraná e o avanço da Modernização Agrícola, com envolvimento de substituição de culturas. Este último fator concorreu para o êxodo rural até os anos de 1980. A população estabilizou-se nos anos 1990 e voltou a crescer depois em baixas taxas até o ano 2000, devido à fixação e crescente, da população urbana, auxiliada, também, pela industrialização, que é muito mais urbana e menos rural (FIGURA Nº 10).

FIGURA Nº 10



Fonte: IBGE. - Censos demográficos, 1920/1980/1986 e Sinopse 2000.

Org. Wilson A. Teixeira

Quanto à situação socioeconômica do Paraná, verificou-se que em meados da década de 1960 o Estado investiu grande parte dos seus recursos nos setores rodoviário e energético, e nos anos restantes, aplicou política de incentivo à industrialização, com substanciais valores para a agroindustrialização.

Na transição da década de 1960 para a de 1970, a estrutura fundiária paranaense, diretamente a Região Norte do Paraná, constituída de pequenas e médias propriedades, volta a sofrer transformações com o declínio da cafeicultura e a entrada da agricultura moderna, intensiva de capital, conduzida pela soja e o trigo, a qual exigiu a incorporação de novas terras. Como decorrência destas modificações, o que se verifica é o desaparecimento de muitas pequenas propriedades, alterando-se o planejamento agrário que convivia com a cafeicultura.

O planejamento agrário que convivia com a cafeicultura da Região Norte Paranaense atrelava-se à agricultura, setor primário da economia, e mostrava uma variedade de bens agrícolas em meados da década de 1960 – milho, feijão, arroz, rami, amendoim, cana-de-açúcar. Por estarem plantadas intercaladamente com a cultura do café o milho, o feijão e o arroz, estas culturas eram denominadas de **culturas intercalares**. Conforme a CODEPAR (1963:5): “Essas lavouras ligam-se ao processo de formação de capital nas plantações de café, pelo sistema de empreitada com o usufruto da terra e o plantio de culturas intercalares, o que reduziu muito as inversões financeiras”.

A disponibilidade de terras no Estado do Paraná, na década de 1970, praticamente estava extinta com o fechamento de sua fronteira agrícola e com as denominadas “culturas modernas”, exigentes de mais áreas. Para a formação das grandes áreas exigidas, a agregação foi feita através da incorporação de pequenas propriedades, motivo que explica a diminuição das pequenas propriedades e da população rural, assim como a estagnação do crescimento populacional paranaense e o fluxo migratório para outros estados.

Levando-se em conta o estudo da mobilidade espacial da população paranaense, envolvendo o período intenso da modernização agropecuária, com a substituição da cultura cafeeira, onde foram significativas as perdas da população rural, a Região Norte do Paraná como um todo conheceu a redução e a inversão urbano-rural da sua população entre 1970 e 1990. Sobre o assunto MORO (1997:66) relata que a diminuição populacional foi de 436.555 habitantes, em praticamente todas as suas mesorregiões, excluindo-se a Norte

Central Paranaense, que, entre 1980 a 1991, teve um aumento de 173.511 habitantes, devido aos pólos geoeconômicos bem estruturados de Londrina, Maringá e Apucarana. Quanto à situação urbana, as causas do aumento populacional nas cidades foram as mesmas da queda da população rural e/ou o resultado das mudanças ocorridas nas atividades agrárias, mantendo a população urbana da Região Norte, durante a década de 1980, variações de baixos percentuais em suas mesorregiões e pequenas quedas no contexto do Estado. A desaceleração da mobilidade populacional é constatada pela retirada dos subsídios oficiais à agricultura de 1983 e pela introdução de novo padrão econômico de desenvolvimento agroindustrial.

Ainda sobre o assunto, MORO (1997:91) acrescenta:

No Sudoeste Paranaense, da mesma forma, o êxodo rural e a urbanização alcançaram maior expressividade na década de 80. No entanto, aí estão presentes dois aspectos que concorreram a uma relativa estabilidade do conjunto da população (...). Primeiro, a presença de um relevo ligeiramente movimentado, em boa parte da região, inibindo a mecanização agrícola, limitando a concentração fundiária. Segundo, a introdução de um novo padrão de desenvolvimento agroindustrial – produção integrada agricultura-indústria, em que o potencial da agricultura em responder as condições exigidas pela empresa, passa a ser o fator de atração de investimentos – entre grande número de pequenos produtores rurais e as grandes empresas do setor frigoríficos – SADIA e PERDIGÃO -, igualmente, em certa medida, concorreu à permanência do pequeno produtor no campo, amenizando a dinâmica espacial da população(...). Este modelo, se bem que em menor escala, também já vinha ganhando espaço tanto no Oeste como no Norte do Estado.

Com a tecnificação ou modernização da agricultura na década de 1970, ocupam espaços do Norte do Paraná não só as culturas de grãos, mas também, aumentando a já existente, a cultura da cana-de-açúcar, que viria formar o complexo agrosucroalcooleiro no Norte do Paraná, conjugando as usinas de açúcar às destilarias de álcool, cuja maioria esta vinculada às cooperativas agroindustriais, que integram o C.A.I. – Complexo Agroindustrial.

Assim, registra-se de 1940 a 1960 o período da colonização e ocupação regional. Verifica-se também a expansão, como ciclo econômico, da cultura do café, assim como a introdução das cooperativas agrícolas, na Região Norte do Paraná, acentuadamente na Mesorregião Norte Central Paranaense, e a partir da década de 1970, a introdução e expansão da modernização tecnológica na agricultura e a instalação dos CAIs – Complexos

Agroindustriais, nos quais se inserem as cooperativas agro-industriais.

2.3. A Região e o Desenvolvimento Regional na Organização Geoeconômica das Cooperativas Agroindustriais.

2.3.1. A Região.

Para estudarmos a ocupação geoeconômica regional, faz-se necessário o entendimento da dinâmica de relações e modificações que ocorreram e ocorrem neste processo. Portanto, os referenciais teóricos empregados por este ou aquele autor, sobre as definições que demarcam as regiões do Estado do Paraná podem ser diferentes quanto à exatidão das delimitações do espaço regional, mas num contexto de análise espacial, é possível interpretá-los para o entendimento da área delimitada para o estudo. Isto significa que, em decorrência de relações próximas, podemos conjugar outras definições para o entendimento do processo geoeconômico do Norte Central Paranaense.

Quanto às noções de região, estas envolvem ampla discussão, não só sobre os limites do espaço relativo à sua definição, mas também quanto à natureza de sua formação e organização. As noções de região, no início, ressaltavam mais aspectos ambientais, escondendo os aspectos de natureza política.

Conforme ALENTEJANO (1998: 76-79), com o passar do tempo, “...a uma crescente hegemonia das formulações econômicas na discussão de região, com o debate acerca das desigualdades de desenvolvimento assumindo papel central. A região deixa cada vez mais de ser fruto de diferenças naturais e adquire crescentemente o caráter de economicamente desigual.” Entre os anos de 1950 e 1970, a sociologia entra na discussão quanto aos aspectos políticos e culturais que conformam a região. Soma-se a este discurso a incorporação dos geógrafos, que desenvolvem duas “...vertentes básicas no pensamento sobre região: como espaço vivido e como resultado do desenvolvimento do capitalismo”, uma de concepção humanista e a outra, marxista. Outra controvérsia em torno da noção de região ocorre com o crescente processo de globalização dos anos de 1990, “...com uma parcela expressiva de estudiosos reafirmando sua morte definitiva, ao passo que outros vêm nisso

exatamente a sua ressurreição, com uma força ainda maior”. Assim, para uns, “...a globalização eliminaria qualquer papel expressivo da dinâmica regional, pois o controle global do poder econômico e político se sobreporia a quaisquer manifestações de caráter local ou regional”, e para outros,

...esta dinâmica mundializada carece, para se efetivar, de articulações de base territorial, fazendo com que se recoloque a importância central desta dimensão e tenha-se resultado concreto do processo de globalização, ressaltam o caráter de resistência ao avanço desta que está presente nos movimentos de base regional. Ou ainda os que salientam os aspectos contraditórios desta relação, uma vez que ao mesmo tempo em que o capital globalizado pode se valer da fragmentação para se impor mais facilmente, pode gerar movimento de resistência.

Envolvendo o discurso da globalização na região, outra contribuição parte das afirmativas traduzidas do discurso de BOISER (1996:19), onde se verifica territorialmente que a região, no papel de ator e sujeito do desenvolvimento, configura-se como uma nova categoria administrativa. Atualmente, uma região é uma estrutura complexa e interativa, com múltiplas demarcações, na qual o conteúdo define o território (limites, dimensões e outros atributos geográficos). Hoje, superada a noção de contigüidade, uma região é única e variada simultaneamente, e qualquer uma delas pode estabelecer alianças táticas com outras regiões por prazos determinados, para lograr objetivos específicos, afim de posicionar-se melhor no contexto internacional. No tocante às novas modalidades de relações internacionais, a região tanto pode ganhar quanto perder. Partindo desses pressupostos, a região se configura como uma categoria territorial (e política).

Quanto à definição de região, encontram-se em ALENTEJANO (1996: 80) alguns conceitos, dentre eles o de EGLER (1995:215): “... a região é, antes de tudo, um conceito-síntese das relações entre cidade e campo, definindo-as e particularizando-as em um conjunto mais amplo, que pode ser tanto a economia nacional como a internacional.” Por outro lado, para VAINER (1996:21): “Região não é uma marca no espaço ou uma forma neutra de agregar diferenças. Região é um padrão de reprodução da relação de dominação para dentro (da região) e para fora, ou, em outras palavras, uma forma de articulação dos grupos dominantes em nível regional e destes com os grupos dominantes em nível nacional ”. Diante desses conceitos, observa-se que prevalece uma visão que busca articular as dimensões

social, cultural e política. Também, “...reconhece-se a possibilidade da análise regional se dar desde o âmbito imediatamente supra local, até o dos grandes blocos continentais, portanto, com um caráter supranacional, não se configurando uma escala ideal.” Acrescenta-se que “...não há mais a afirmação da região como algo dado, concreto, mas como um objeto construído,...”. Em resumo, as discussões conceituais permitem dizer que “...a evolução do conceito se deu em direção à sua dupla desnaturalização – no sentido de não ser determinada pela natureza nem ser considerado como um dado – e sua afirmação como um construção social.”

Entretanto, o estudo básico da pesquisa fundamenta-se não diretamente na questão regional como uma localização dada, espacialmente única e delimitada, mesmo que sua existência se relacione com elementos econômicos globalizantes em muitos casos. Daí, o porquê de não se ater somente às questões ambientais como formas de utilização ou expropriação da natureza; ou ainda de não só entender a natureza da ação política sobre a região. Ao se tomar conhecimento das definições de região, deve-se estudar e entender outros conceitos aplicáveis à região, a exemplo dos conceitos de desenvolvimento regional, para o entendimento dos complexos valores de política econômica que envolvem a dinâmica regional.

2.3.2. Região e desenvolvimento regional.

As indicações para o conhecimento das definições de região, somadas ao conhecimento dos conceitos de desenvolvimento regional, possibilitam melhor interpretação da delimitação deste estudo – a Mesorregião Norte Central Paranaense - ao mesmo tempo em que as noções de desenvolvimento econômico possibilitam a interpretação da dinâmica interna e externa que dá base às explicações do processo geoeconômico de estruturação e expansão do complexo das cooperativas agroindustriais.

Quanto às noções ou questões de desenvolvimento regional, estas estão ligadas aos fatores de dinâmica espacial interna e externa e à ocorrência de fenômenos modificadores no tempo, para detectar causas e efeitos deste processo. A região tem dinâmicas próprias e pode ser modificada através de alterações naturais ou humanas. O desenvolvimento de uma região pode ser determinado pela dinâmica das atividades

econômicas e sociais neste espaço de relações, motivo pelo qual enfocamos antecipadamente estudos de região utilizando conceitos básicos que envolvem a organização espacial, como espaço/território de relações locais, regionais e globais.

Este estudo nos leva a várias abordagens teóricas diferentes. A seleção dos referenciais possibilita relacioná-los e filtrá-los para que o aporte contribua para o entendimento da dinâmica geoeconômica que envolve o objeto de estudo, cujo sujeito principal é a cooperativa agroindustrial na Mesorregião Norte Central Paranaense, inserida também no contexto macroespacial. Por esse motivo somamos à perspectiva de territorialidade o desenvolvimento regional, inclusive local, os referenciais teóricos sobre a localização e desenvolvimento regional.

Dentre as temáticas que envolvem a aplicação do conceito de desenvolvimento, encontram-se fundamentações voltadas para a utilização e preservação ambiental, denominadas de correntes ambientalistas, a exemplo das teorias sobre ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável. Em nosso caso, essas teorias são referenciadas, porém, para o entendimento de desenvolvimento regional aplicado à Organização Espacial das Cooperativas Agroindustriais. Sem perder as noções de preservação ambiental e equilíbrio ecológico, registramos a nossa análise no processo de desenvolvimento geoeconômico, sustentada pela amarração dos conceitos de região e desenvolvimento econômico.

O materialismo histórico constitui outra corrente de análise para o desenvolvimento econômico, concentrando-se nas contradições surgidas das atividades do sistema capitalista, que, ao mesmo tempo em que promove a riqueza regional, gera também, contrariamente, a pobreza. Por seu turno, voltada para os conceitos econômicos, a corrente positivista receita para a dinâmica regional o desenvolvimento econômico como necessário, pautando-se em resultados positivos, como o aumento de produtividade, ganhos de escala, redução de custos de produção, além de outras, as quais, no entanto, nem sempre atendem positivamente aos valores da atividade humana e da região, a exemplo do desemprego e da má distribuição da renda regional. Tais princípios contrariam as colocações, que nos parecem justas para o entendimento de desenvolvimento regional, de BOISIER (1996:33), quando diz que desenvolvimento regional é “...um processo localizado de permuta social sustentado que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como

um todo e de cada indivíduo residente nela.”

A questão da localização da empresa no sentido de escolha ou posição dos interesses econômicos, quando instalada, retrata na paisagem o modelo de ocupação capitalista, independentemente do grau de desenvolvimento da região, encontrada principalmente em localização ou re-localização industrial ou urbana e requer estudos sobre o planejamento regional, por envolverem fatores ou agentes da produção relacionados com os recursos naturais, humanos e tecnológicos. Envolvem-se nestes recursos as questões de solo, água, mão-de-obra simples e especializada, etc.

Sobre o assunto, MOTTA (1968:XXIII), já se referia à localização industrial, em decorrência da própria variedade e complexidade dos fatores locacionais, dentre outros, como um problema econômico:

Em primeiro lugar, porque sobre a localização industrial têm influído, na prática e, por vezes, predominantemente, fatores não-econômicos, tais como o acaso as decisões políticas ou as motivações de ordem ‘pessoal’ dos empreendedores. Em segundo lugar, uma combinação ‘ótima’ de fatores locacionais não é ‘estática’, para os diversos tipos de indústria, desde que pode variar como consequência de: a) uma modificação geográfica na disponibilidade de recursos naturais ou humanos; b) mudanças tecnológicas nos processos de produção e de distribuição; c) alteração das preferências dos consumidores, atuando na composição da procura por bens e serviços; d) localização de centros de consumo; e e) políticas governamentais e influências institucionais.

Acrescenta-se ainda que a localização industrial pode ser estudada levando-se em conta as atividades da empresa que no nosso entender têm muito do local nestas relações, quanto a localização da produção, ao beneficiamento ou a transformação da produção em produtos acabados ou semi-acabado e à distribuição e venda dos produtos. Incluem nestas atividades as de mercado, favoráveis ou não. Outra observação que chama a atenção são os fatores denominados de forças de atração – custo dos transportes, mão-de-obra, energia, concentração industrial ou aglomeração, por empresas das mesma indústria ou por grupo integrado por outras empresas. Aqui não se deve fazer confusão com a “Teoria dos Pólos de Crescimento” de Francois Perroux (1985), que também atende aos estudos de localização industrial, principalmente em se tratando da formulação de políticas de localização. O modelo é dado ao crescimento econômico setorial, mas no uso correlativo de

teorias, já se consideram as suas repercussões espaciais, neste caso o crescimento se dá pelo próprio crescimento do setor industrial. As “indústrias motrizes”, de alto crescimento econômico, exercem grande influência junto às outras indústrias do setor, carregando-as no seu desenvolvimento, isto é, as indústrias dinâmicas atraem outras na formação de um complexo agroindustrial. Esta concentração industrial envolve vários setores da economia, não só de processo econômico unicamente industrial, mas também do urbano e rural, interagindo com suas populações.

Para MOTTA (1968: XXVIII), a aglomeração industrial “...resulta, na prática, principalmente, de relações técnico-locacionais (que não deixam de ter um aspecto econômico), desde que certas indústrias têm suas atividades ‘vinculadas’ a outras indústrias, porquanto os produtos acabados, semi-acabados ou ‘residuais’ de umas são produtos intermediários ou matérias-primas de outras.”

Os casos exemplificados por aglomeração industrial são os das grandes corporações, como os da indústria petroquímica em relação à indústria de refino de petróleo, das indústrias automobilísticas que dependem das indústrias de peças e de acessórios, etc. Entretanto as relações das diversidades da dinâmica econômica permitem correlacionar a questão da aglomeração industrial com os outros setores, como os da agroindustrialização, no sentido de compará-los, a exemplo, entre as cooperativas centrais e as vinculadas cooperativas simples, ou ainda entre as cooperativas agroindustriais que se associam a outras empresas do setor, no intuito da verticalização empresarial, para agregar valores a produção ou como defesa contra intermediaristas ou empresas capitalistas concorrentes.

No texto sobre “Teorias de Localização e de Desenvolvimento Regional, SILVA (1976:9), analisa a “Teoria das Localidades Centrais” de Walter Christaller, baseada na “localização para os serviços e instituições urbanas que pudesse corresponder à Teoria de Localização da Produção Agrícola, de J.H.von Thünen, e à Teoria de Localização das Indústrias, de Alfredo Weber.” A sua hipótese era que a centralização como “...uma forma de organização observada no mundo orgânico e inorgânico, é também encontrada na esfera humana, predominantemente em certas estruturas organizacionais expressas ‘em uma invisível forma objetiva’ o que seria particularmente observado na distribuição do povoamento, onde as cidades se destacariam como centro de uma região.” No sistema de localidades, Christaller ressalta três fatores fundamentais: princípio do mercado – distribuição

espacial dos bens centrais por um número mínimo de localidades centrais; do tráfego ou da circulação – satisfazer o máximo de demanda para transporte com o mínimo de custo; da administração – criação de uma administração hierarquizada em grande parte atendido de acordo como o princípio do mercado.

No mesmo texto o autor analisa a “Teoria da Propagação das Ondas de Inovação” e a “Teoria das Localidades Centrais”. Quanto à Teoria da Propagação das Ondas de Inovação, também conhecida como Teoria da Difusão Espacial das Inovações de Torsten Hägerstrand (1953), são considerados dois estágios de difusão espacial, com os seguintes componentes da difusão espacial: a área ou meio, o tempo, o componente (material ou não) a ser difundido, a origem, o destino e as formas de movimento do componente. O primeiro estágio “...refere-se ao início da difusão espacial com formação de centros de irradiação das inovações”, e o segundo, o da difusão – “...caracteriza-se pela adoção das inovações por uma parte da população mais distante do centro principal, crescendo os centros secundários.” Nesta teoria, o espaço pode ser notado a partir da classificação das áreas de difusão e inovação, científicas, tecnológicas e informacionais, podendo ser usadas na análises das perspectivas regionais. Quanto à “ Teoria das Localidades Centrais”, de Christaller, a limitação de sua teoria para os estudos espaciais de desenvolvimento regional, relaciona-se às análises da centralidade urbana e quando aplicada na análise de região, para verificar-se a eficiência espacial, principalmente das localizações, distâncias e influências dos serviços e auxiliar nas questões de interpretações locais, dos serviços de saúde, escolas, creches etc. Mesmo assim, ainda faltam estudos mais satisfatórios para a sua aplicação.

Utilizando-se de teorias de localização porque contribuem para o entendimento do mecanismo das decisões locacionais pelos agentes econômicos, que em geral resultam na concentração das atividades econômicas e geram diferenciais de crescimento regional, e também utilizando-se de teorias de desenvolvimento regional existentes, SILVA (1976:18) parte do pressuposto básico de que “...o processo de desenvolvimento regional depende da dinâmica do funcionamento do sistema econômico-social a nível espacial e de que este funcionamento, por sua vez é explicado pela localização e interação das atividades econômicas e sociais sobre o espaço geográfico.” Para reforçar esta afirmativa, acrescenta que o espaço geográfico, na perspectiva geoeconômica,

...é o resultado das decisões locacionais dos agentes econômicos e das interações daí decorrentes e isto com base, principalmente, em fatores puramente econômicos, geográficos e sócio-políticos. Com isto, fica ressaltado o fato de que a localização dos agentes econômicos (firmas, governo e consumidores) em pontos diversos do espaço e sob formas variadas, será fundamental na determinação do caráter das relações que mantém entre si, dando a configuração dinâmica a um lugar.

Em “Economia Regional”, PERROUX (1977:146) constata no texto “ O Conceito de Pólo de Crescimento”, que um dos aspectos de mudanças estruturais de crescimento econômico consiste no aparecimento e desaparecimento de indústrias, “...na proporção variável das diversas indústrias no fluxo do produto industrial global, ao longo de períodos sucessivos e nas taxas de crescimento diferentes para as diferentes indústrias, ao longo de um mesmo período ou de períodos sucessivos.” Um outro aspecto de mudanças de uma economia nacional “...é a difusão do crescimento de uma indústria (ou grupo de indústrias)”. O aparecimento de uma nova indústria e o crescimento de uma já existente resultam inicialmente, dos preços, dos fluxos e das expectativas. Os produtos transformados permitem novas inovações que dão origem a novas indústrias. Chama a atenção o fato de que “...o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, com intensidades variáveis sobre toda a economia.”

Destarte, existe entre indústrias a comunicação acumulativa e concentradora empresarial. Os pólos de crescimento atuam como uma somatória econômica empresarial – a indústria atrai a nova indústria, que atrai outra nova etc., em sucessivos limites expansionistas. A polarização reúne indústrias e novas indústrias e criam novas atividades. A nova indústria é sempre fator de expectativa no meio, já que assume os riscos de sua realização, e o seu projeto de sucesso, suscetível de correções, vai depender da “...amplitude de seu horizonte econômico...”, conforme PERROUX (1977:150), para quem o exemplo da “indústria motriz” recai sobre as indústrias que se “...desenvolvem sob a forma de grande indústria moderna: separação dos fatores da produção, concentração de capitais sob um mesmo poder, decomposição técnica das tarefas e mecanização.” A indústria que acompanha o desenvolvimento das outras é denominada de “indústria movida”.

A teoria dos pólos de desenvolvimento de Perroux foi muito utilizada no Brasil, principalmente para o planejamento econômico, desde a década de 1940 até os anos de

1970, período de instalação das cooperativas agropecuárias no Norte Central Paranaense. As políticas econômicas dos anos de 1970 demonstram o poder do Estado Nacional no papel interferidor, com projetos, planos e programas de desenvolvimento regional, dentre outros, com o aproveitamento de órgãos regionais de coordenação e de integração¹ que objetivavam o desenvolvimento regional – Sudene, Sudan, Sudeco, Sudesul. O mesmo se pode dizer em relação às políticas setoriais de energia, transporte e telecomunicações, assim como, da aplicação do I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1972/74) e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/79), e da criação do Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL (1975). Estas análises nos levam a reforçar o entendimento de desenvolvimento regional, já que a Teoria dos Pólos de Crescimento, de Perroux, *in natura*, não atende aos estudos de desenvolvimento regional, pois os fatores de crescimento econômico limitam-se às funções do crescimento locacional do setor industrial, onde a relação só acontece entre indústrias, com domínio de uma principal, não projetando satisfatoriamente a dinâmica das relações econômicas, sociais e políticas, presentes e futuras, na e para a organização, desenvolvimento e preservação do espaço, espaço de relações e vivência humana.

Segundo BENKO (1996:131), no capítulo sobre a “Indústria de Alta Tecnologia e Desenvolvimento Regional: A Lógica da Localização”, o “...estudo dos mecanismos que determinam a localização industrial sempre constituiu uma das preocupações maiores da geografia econômica. A partir dos anos de 1970 ela assume dimensão particular: a velocidade das modificações tecnológicas. A aceleração dos processos de inovação fazem aparecer novas atividades, cuja lógica de organização espacial é mal conhecida...” e o “...problema da localização das atividades é de primordial importância para um empresário, pois dela dependem os custos de produção. Porém as coletividades territoriais e o Estado também estão interessados, visto que têm a seu cargo a distribuição harmoniosa das atividades no espaço.” Mesmo assim, com todas as dificuldades de entendimento com os modelos teóricos de localização, o autor diz que o “...objetivo da teoria da localização é fornecer

¹ Desde a criação, em 1959, da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste; da delimitação em 1966 da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ; da SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, com nova delimitação em 1971 e da SUDESUL - Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul, que estes órgãos serviram e contribuíram, principalmente nos anos de 1970, para a aplicação das políticas de desenvolvimento regional do Governo Federal.

explicação da organização espacial das empresas, identificar as variáveis que determinam a localização e oferecer soluções analíticas...”, assim como, deve “...trazer respostas detalhadas às numerosas questões relativas à explosão espacial das empresas, à influência do meio ambiente etc.”

Pelas análises, verifica-se que a utilização desta teoria serve para tentar examinar e explicar o nascimento e implantação geográfica de novos espaços industriais, já que para BENKO (1996:146), “...a dinâmica da industrialização capitalista depende da capacidade de adaptação das empresas às novas condições de produção, o que inclui as mudanças das relações políticas e sociais”. As mudanças, dentre outras causas podem ser por inovações tecnológicas, de relação territorial ou juntar-se em tecnopolos (concentração de empresas com o mesmo perfil). Todavia, a teoria de localização está em crise, por não informar o comportamento industrial contemporâneo.

As relações entre território e desenvolvimento no contexto da globalização é uma preocupação constante entre estudiosos dos vários ramos científicos, mais diretamente entre os envolvidos com os processos geoeconômicos. O geógrafo, que é o nosso caso, não é diferente, já que a nossa preocupação é juntar elementos, principalmente teóricos, e juntá-los às nossas observações, para podermos justificar considerações sobre o desenvolvimento regional, aplicado à Região Norte Paranaense e mais diretamente à sua Mesorregião Norte Central.

A globalização da economia internacional é um fenômeno que afeta todas as dimensões da condição humana e a sua atuação tem caráter transnacional, principalmente decorrente das tecnologias de informações. Na década de 1980, a economia global voltava-se para as aglomerações regionais, destacadamente com os conglomerados industriais, enquanto nos anos de 1990, segundo BOISIER (1996:17), as estratégias econômicas de desenvolvimento baseiam-se em três conceitos. 1) As aglomerações regionais correspondem com maior precisão aos padrões econômicos contemporâneos que as fronteiras políticas tradicionais. 2) Os conglomerados industriais explicam com maior precisão as vantagens comparativas da economia global contemporânea que os setores industriais tradicionais. 3) Os fundamentos econômicos explicam com maior precisão o êxito da economia global contemporânea que os fatores tradicionais do ambiente dos negócios. Assim, os conglomerados industriais e a dinâmica econômica espacial entre setores revelam a

importância das aglomerações regionais e que algumas regiões podem ganhar ou perder dependendo das novas modalidades de competência, principalmente internacional, coesa, consciente da identidade sociedade-região, capaz de mobilizar-se na procura de projetos políticos coletivos, por assim dizer, capaz de transformar-se em sujeito de seu próprio desenvolvimento.

Conforme afirmativas de BOISIER (1996:25-26), aqui traduzidas, desde alguns anos tem-se usado o termo “quase-Estado” empregado a noção de região mais ou menos dominadora, para expressar a idéia de desconcentração político-territorial, ou melhor, que a relação de dominação do poder político coercitivo do Estado implica em dotar a região dependente, também, de poder político, transformando-a em um “quase-Estado”. Assim, qualquer que seja o último fundamento, atualmente configura-se uma nova categoria territorial (e política): a região, que além de ser uma nova divisão administrativa, pretende converter-se em ator do desenvolvimento, ou mesmo, em sujeito. Neste contexto, o Estado nacional e o “quase-Estado” regional têm um caráter análogo dentro de um sistema de relações sociais de produção do tipo capitalista. São simultaneamente, instrumentos de coalizão de classes por um lado, e mediadores de conflitos, por outro. Portanto, construir socialmente uma região significa potencializar sua capacidade de auto-organização, transformando uma unidade inanimada, segmentada por interesses setoriais, pouco perceptiva de sua identidade territorial em definitiva, em outra, organizada, coesa, consciente da identidade sociedade-região, capaz de mobilizar-se à procura de projetos políticos coletivos, que é, por assim dizer, capaz de transformar-se em sujeito de seu próprio desenvolvimento. Engenharia social utópica ? Ou difícil, mas inevitável necessidade de uma descentralização democrática ?

Quanto à dinâmica do desenvolvimento regional, lembramos que a região, através da sua gestão, deve definir as estratégias de desenvolvimento. A importância da gestão espacial é que, com suas estratégias, promove, com intensidades diferentes, o desenvolvimento regional e deixa registros de suas ocorrências. Portanto, repetimos a afirmativa de BOISIER (1996:33), de que o Desenvolvimento Regional é um “...processo localizado de permuta social sustentado que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela...”, por entendermos nestas palavras, evidências de estudos relativos a internalidade da

região e do local, inclusive podendo envolver a mesorregião Norte Central paranaense, em função de sua dinâmica econômica e social, no contexto de região “quase-Estado”, ressalvadas as devidas proporções de regiões políticas e ou centros regionais do poder nacional e de grandes regiões, a exemplo de Campinas, regiões metropolitanas – Curitiba, São Paulo etc. O envolvimento do Norte Central ocorre por constituir-se de um domínio polarizador de um significativo número de micropólos, ligados por raios de funções socioeconômicas ao centro dominante, formado por Maringá e Londrina, assim como pela grande função de agregar valores à própria região, relacionando-se também com os paradigmas de desenvolvimento endógeno, onde se destacam na participação da estrutura do desenvolvimento regional, os próprios atores locais, como descrito em seguida, por Amaral Filho.

Com relação ao mundo empresarial, hoje as empresas podem crescer nos diversos mercados graças à queda de muitas barreiras comerciais; mas para tanto, elas têm que estar preparadas para exigências de mercado e para as novas adaptações comerciais que a região pode oferecer para a competição nos novos mercados, já que nenhuma região vive isolada do contexto internacional. O papel do desenvolvimento endógeno, que envolve também a política nacional e as locais, é proporcionar condições para este crescimento econômico, através da produtividade e na competitividade de suas empresas.

As abordagens regionais ou espaciais relativas às noções da economia regional e a abordagem macroeconômica, envolvendo o crescimento endógeno, juntamente com um novo papel do Estado, proporcionam a feição para os novos conceitos de desenvolvimento regional, ou mesmo para a reconstrução de conceitos que enfoquem o regional ou local.

As contribuições para a reconstrução do conceito e da política de desenvolvimento regional, numa perspectiva endógena, que procura aproximar as abordagens regionais (ou local) e macroeconômicas e o papel do Estado como elemento de coordenação das iniciativas locais, estão em evidência nos últimos anos, porque as teorias sobre desenvolvimento regional sofreram grandes transformações. As principais causas dessas transformações estariam vinculadas ao fenômeno da globalização das economias, que de acordo com AMARAL FILHO (1996:36-37), foram provocadas, “...de um lado, pela crise e pelo declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais e o surgimento de novos

paradigmas de industrialização e de desenvolvimento local e, de outro, pelos novos paradigmas surgidos no âmbito da própria teoria macroeconômica do desenvolvimento, cujo destaque ocorre à conta da teoria do crescimento endógeno.” Sobre novos paradigmas de desenvolvimento endógeno, o conceito, do ponto de vista espacial ou regional, pode ser entendido como:

...um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido. Entretanto, o aspecto novo do processo, que traz à luz um novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno, está no fato de que a definição do referido modelo de desenvolvimento passa a ser estruturada a partir dos próprios atores locais, e não mais pelo planejamento centralizado; essa estruturação é realizada por meio de um processo já definido por Boisier (1988) como organização social regional, e que tem como característica marcante a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais.

O modelo de desenvolvimento realizado de **cima para baixo** parte das intervenções ou planejamentos do Estado nacional, e o modelo de desenvolvimento realizado de **baixo para cima** parte das potencialidades econômicas e sociais do local; ou melhor, todo sistema produtivo tem coerência de relação local, entretanto, em sintonia com os fatores mundiais. O grau de autonomia desses sistemas - comercial, tecnológico e financeiro - é relativo, em consequência das inter-relações entre empresas e setores produtivos locais e entre o sistema produtivo, o ambiente e o contexto local, ou seja, devido ao “...conjunto de fatores histórico-socio culturais que estão sedimentados na comunidade e nas instituições locais...”, como explica AMARAL FILHO (1996:39-44), que entre os economistas existe o reconhecimento de um certo consenso sobre o caráter endógeno desses (novos) fatores de produção e suas influências sobre os rendimentos crescentes e o crescimento sustentado, acrescentando:

A tese consensual decorrente é de que um país, região ou local melhor munidos desses fatores podem aumentar, com maior facilidade, o valor agregado à produção, a

produtividade do sistema produtivo, acelerar o crescimento, aumentar o produto e possibilitar uma melhor distribuição da renda. É exatamente aqui que reside a contribuição da teoria do crescimento endógeno para a teoria e as políticas de desenvolvimento regional, em especial no que se refere à criação de externalidades e de bens coletivos.

Para o desenvolvimento endógeno, entendido como desenvolvimento sustentável a longo prazo, AMARAL FILHO (1996:48-55) cita **três fontes** indicadas como de **tipo ideal** do desenvolvimento em questão, que são: 1 - novo papel do Estado federado; 2 - estratégia de desenvolvimento econômico regional ou local, baseada na mobilização da poupança e investimento em formação bruta do capital fixo; e 3 - Valorização dos novos fatores de produção. Entretanto, alerta que a sua fonte primária é associada “...á formulação de um modelo de desenvolvimento que, por sua vez, depende do paradigma societal gerado no seio da formação social local ou regional.” Entende-se que a forma e a composição do desenvolvimento endógeno variam de região para região, que ela pode ser agrícola, industrial, ou terciária e depende das várias estruturas – sociais, econômicas, políticas, etc -, compostas no espaço regional. O autor afirma ainda que não se deve dispensar o papel do Governo Federal para corrigir desequilíbrios estruturais entre as regiões ou para coordenar as políticas estaduais; e, na primeira fonte, sobre o Novo Papel do Estado no século XX, diz:

Entre meados da década de 50 e o final dos anos 70, o desenvolvimento econômico brasileiro foi comandado por uma forte intervenção do Estado, cujas bases foram a intervenção direta na produção e a forte concessão de subsídios, o que provocou uma expansão do produto, mas também aumentou o déficit e a dívida pública. Durante toda a década de 80 e início dos anos 90, a economia brasileira foi e tem sido marcada por uma profunda crise fiscal-financeira do Estado, bem como por uma desordem nas finanças da maioria dos estados federados. Essa crise exauriu a poupança pública e esvaziou, por consequência, a capacidade de investimento do Estado, o que fez cair o padrão de intervenção estatal no processo de crescimento e desenvolvimento econômicos. Nesse quadro, ficam esvaziadas as políticas industrial e regional, ambas controladas pelo governo federal.

Uma nova fase de crescimento duradouro da economia brasileira e de suas regiões somente será conseguida por meio de uma reforma do Estado, com a reformulação do seu papel e um ajuste fiscal estrutural. No entanto, essas transformações não devem ficar a cargo somente do governo federal, mas também das unidades federadas. Isso que dizer que cada estado da Federação deve igualmente proceder a reformas e ajustes que impliquem a

mudança do padrão de gestão pública e o aumento do grau de eficácia e eficiência na utilização dos recursos financeiros, para que sejam condizentes com o aumento da autonomia decisória obtido pelos estados federados com a descentralização fiscal-financeira aplicada pela Constituição de 1988. Esse resultado vai ao encontro do desenvolvimento endógeno e da formação do novo pacto federativo.

A estes resultados AMARAL FILHO (1996:56-57) acrescenta outros, considerados chaves: a) geração de poupança pública local e recuperação da capacidade de investimento: construir um novo modo de financiamento para o setor público e a acumulação de capital, a partir de uma nova racionalidade fiscal; b) modernização do aparelho estatal: recuperar seu sistema de informação e planejamento; melhorar a sua relação com a sociedade e a economia local; melhorar o gerenciamento dos recursos humanos, materiais e financeiros do domínio do setor público e a acumulação de capital, a partir de uma nova racionalidade fiscal. Sobre a **segunda fonte**: Estratégia de Desenvolvimento Regional ou Local, o autor afirma:

As reformas do Estado e a liberação de recursos fiscal-financeiros locais são importantes para o desenvolvimento endógeno, mas tais condições devem vir acompanhadas de uma estratégia econômica de mobilização do setor privado por meio da mobilização das poupanças e investimentos públicos e privado, a fim de elevar o nível da formação bruta do capital fixo (FBCF).

(...)

Para que produza efeitos multiplicadores crescentes e virtuosos sobre o produto e a renda, a referida política deve estar contida em uma estratégia mais global de desenvolvimento da região ou do estado, cujos mecanismos estejam administrativo, econômico e politicamente fundamentados, com o objetivo de evitar a formação de enclaves ou a aglomeração de indústrias sem coerência interna nas suas interconexões.

Nota-se que agrupamento ou aglomeração de empresas, indústrias ou setores rivais de uma determinada região proporciona condições para a criação e multiplicação de fatores além dos tradicionais. A estratégia de desenvolvimento regional ou local cria pólos de crescimento, transformando a região de atração em novas atividades econômicas; ou cria de novos sistemas produtivos, que atraem novos investimentos e impulsionam a região. Outra questão notada nas referências é a da competição, atualmente considerada também do mundo

das regiões e não só do mundo das empresas.

Quanto à **terceira fonte**: Valorização dos Novos Fatores de Produção, consiste em valorizar outros fatores de produção, a exemplo do capital humano, ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, conhecimento e informação, instituições e meio ambiente. Todos envolvem fatores socioeconômicos que promovem inovações no espaço regional.

Desde a década de 1980 as empresas desenvolvem suas atividades com grandes mudanças. A competição internacional é intensa, as mudanças tecnológicas ocorrem com grande velocidade e os recursos e fatores qualitativos têm uma grande importância, inclusive maior que os fatores de localização tradicional. Os países industrializados, enfrentam os mesmos problemas, isto é, manter e, se possível, aumentar sua competitividade frente a terceiros países. Mas, nem todos os países e regiões têm a mesma capacidade de reação, pois dependem da sua estrutura econômica específica, das políticas econômicas adotadas e de seus posicionamentos (situações) no contexto no internacional, em razão das constantes reestruturações modernizadoras, como é o caso da diversificação da malha industrial de um país ou região. A necessidade de novas estratégias para o desenvolvimento regional faz surgir o conceito na perspectiva do desenvolvimento endógeno.

Esta perspectiva, traduzida de GONZÁLEZ (1999:231), indica que todos os conceitos são analisados junto às políticas econômicas no decurso dos acontecimentos e quando aplicados à nova política regional, envolvem teorias e modelos diversos, diferentes dos que sustentavam a política regional tradicional. Por exemplo, os de caráter **neoclássico**² e **keynesiano**, baseados na aplicação de instrumentos tradicionais, perdem relevância frente aos

² Sobre o desenvolvimento regional na perspectiva dos economistas neoclássicos, de que o desenvolvimento econômico, no modo de produção capitalista, procura o equilíbrio social e espacial, FURTADO (1977:53) relata que o método de trabalho desses economistas consistia em aplicar o “princípio da oferta e da procura aos diferentes mercados para demonstrar como em cada um deles se formavam os preços e se tendia a uma posição de equilíbrio. Em seguida, por analogia, se deduzia o equilíbrio geral do sistema”. HESPANHOL (1996:8-9), acrescenta que na “perspectiva neoliberal, as distorções sociais e espaciais do processo de desenvolvimento constituem-se apenas numa fase do referido processo”, considerando WILLIANSO (1965), de que as desigualdades são pequenas quando no estágio inicial do desenvolvimento, se aceleram com o desenvolvimento e decrescem quando os mecanismos de mercado se aprimoram; assim, reafirma que os economistas neoclássicos acreditam na eficiência total dos mecanismos de mercado, porque o crescimento econômico leva ao equilíbrio social e espacial do desenvolvimento. Entretanto, para finalizar, acrescenta que para a maioria dos autores, “o desenvolvimento econômico, harmônico, social e espacialmente, é incompatível com o modo de produção capitalista que, pela sua própria dinâmica, tende a concentrar a renda e a contemplar determinados espaços onde são efetuados os investimentos, sobretudo nos países periféricos.”

modelos de desenvolvimento regional de **crescimento endógeno**. A **estratégia de desenvolvimento endógeno** parte da existência de recursos e capacidades locais não totalmente aproveitados cuja mobilização poderia facilitar a reestruturação dos sistemas produtivos, assim como favorecer o ajuste da economia aos câmbios econômicos e institucionais. Neste conjunto de idéias, o mais provável é que o êxito de uma cidade ou região dependa da sua capacidade para melhorar e potenciar os recursos de que dispõe, já que o potencial compreende todos os fatores que podem contribuir para o desenvolvimento da própria região. Um dos fatores-chaves para o desenvolvimento da economia local é o do papel das inovações e o das relações ou trocas tecnológicas.

O pouco enfoque sobre o crescimento endógeno e desenvolvimento regional, conforme GONZÁLEZ (1999:232), é o resultado da mobilização dos recursos próprios e da atuação das empresas locais, geralmente de pequena e mediana dimensão, mais além que da decisão – ótima – de localização industrial das grandes empresas interregionais. Assim, a política regional deve operar não tanto sobre a mobilidade dos fatores de produção, como propõem os modelos neoclássicos, senão sobre a plena utilização e produtividade dos recursos da região. Por isso, as medidas que buscam uma maior mobilidade dos fatores têm menos importância que as que buscam um uso eficiente dos recursos locais, se bem que não se trata de estratégias incompatíveis, pelo contrário, elas podem ser complementadas.

A título de conclusão, GONZÁLES (1999:241) diz que um dos determinantes básicos do crescimento econômico regional vem sendo dado pelo crescimento da produtividade e competitividade das empresas locais. Isto é lógico, quando se tem em conta o quadro em que se desenvolve a atividade destas empresas, que não é outro senão o de uma competência crescente nos mercados mundiais. Resumidamente, constata-se que nas últimas décadas tem ocorrido uma série de permutas econômicas, sociais e tecnológicas, no contexto geral da economia e, em particular, em relação ao papel das atividades locais e regionais. A política de desenvolvimento regional é orientada cada vez mais para melhorar a produção e a competitividade das empresas locais, através de atuações diretas sobre os recursos existentes em cada região. Nasce assim uma estratégia de atuação denominada de – desenvolvimento endógeno – que consiste em influir sobre aquilo que é específico ao seu território, isto é, em aperfeiçoar seus próprios fatores locais de competitividade.

Ao analisar a relação entre território e desenvolvimento na dinâmica da

globalização, SILVA (1999:46) valoriza os “...fatores exógenos e endógenos que possam caracterizar estágios, processo e tendências econômico-sociais em diferentes unidades territoriais”. Atento ao atual contexto geoeconômico diz que “...é preciso priorizar cada vez mais a perspectiva do comportamento dos lugares e regiões, tomados no âmbito da territorialização, ou seja, de unidades espaciais socialmente integradas e solidárias, diante dos processo de desenvolvimento em uma escala global”. O que significa contribuir para a compreensão dos “...fenômenos de concentração e desconcentração do desenvolvimento econômico-social em uma escala internacional, regional e local.” Assim, o autor cita TAVARES (1998:2), ao comentar que de um lado “...há os que defendem a idéia, como os que se fundamentam em postulados marxista e keynesianos, de que com a economia globalizada, sob a vigência das forças de mercado, ocorreria um aumento das disparidades sociais e regionais e, por outro lado, há os que afirmam, como os neoclássicos, que o resultado da ação do mercado traria uma convergência social e interregional.”

Nesta passagem, quando se tenta retratar a atuação do poder de Estado, quanto ao alcance, e a qualidade de suas política de desenvolvimento na organização espacial, este pode advir da aplicação do modo de produção socialista ou do capitalista, dependendo do arranjo político de cada país. Nas noções gerais do aprendizado econômico, que inclui também, o social e o político, a formulação de uma política econômica compreende um conjunto de medidas tomadas pelo governo de uma nação sobre a produção, distribuição e consumo de bens e serviços da sociedade. Enquanto no socialismo a política econômica é a dinâmica do processo planejado, cuja execução se dá exclusivamente pelo Estado, nos países capitalistas, onde a economia e o sistema produtivo orientam-se pelas forças de mercado, em geral a economia é aplicada em função de problemas conjunturais, cujos interesses internos ou externos, de pessoas ou empresas, afetam a sua estabilidade, merecendo constantes redefinições.

Quanto à fundamentação dos postulados keynesianos, retornamos à história para observar as sempre mudanças significativas nas funções do Estado. A fase do capitalismo industrial do século XIX e começo do século XX, em que o papel do Estado, era praticamente o de defesa nacional e de elaborar e cumprir leis, tinha a sua economia voltada para o mercado externo de produtos industriais e para o fornecimento de produtos primários e matérias-primas, porém sofreu várias alterações durante esta fase do liberalismo. Deixando a

fase da economia liberal na crise de 1929, o Estado volta a atuar como mediador e orientador do desenvolvimento econômico. Neste contexto, a teoria keynesiana, de J. M. Keynes, constituiu apoio para o capitalismo junto ao Estado, alegando que o capitalismo dependeria muitas vezes do Estado e mostrando que era possível combater crises com os mecanismos da política monetária, pelo corte de despesas e receitas, para a manutenção do equilíbrio do orçamento público. Desta forma evitaria interferências no mercado, supondo a volta da economia em crise. Assim, os postulados keynesianos – bases teóricas para a ação preventiva do Estado - fundamentavam-se na política monetária e fiscal para combater as crises. O fato é que o governo, na tentativa de saldar suas dívidas, mobilizava quase todos os seus recursos para o sistema econômico, que embutia altas despesas, processo que levava quase sempre à inflação. Constata-se novamente que a política econômica passou a ser um instrumento para o capitalismo, e o Estado deixou de ser um mero protetor do liberalismo e passou a ser dirigente, um gerente administrativo atuante, tanto dentro como fora do mercado.

O Governo sempre interveio na economia nacional, e épocas de liberalismo se alternaram com outras de maior intervenção. A partir de 1929, desde o início da Grande Depressão, de enorme recessão mundial, ocorreu a quebra de muitas empresas e o aumento do desemprego, e o medo de recessões sempre fez aumentar a intervenção do Estado nacional nas atividades econômicas, orientada pelas teorias em evidência, no caso as idéias intervencionistas, contrariadas pelos monetaristas. A intervenção estatal é feita com o aumento de gastos públicos para combater os períodos de depressão econômica. Os **keynesianos** dizem **sim** à intervenção, conforme esquema: a) Os keynesianos são os seguidores da teoria elaborada por J.M.Keynes (1833-1946); b) não aceitam a tese de que a economia tende livremente ao pleno emprego dos recursos produtivos; c) recomendam a intervenção do Estado mediante as políticas monetária e fiscal, especialmente esta última, com o objetivo de estabilizar a economia. Os **monetaristas** dizem **não** à intervenção: a) A corrente monetarista surgiu na Universidade de Chicago (USA) e, em particular, com a obra de Friedman (1912); b) confiam no livre jogo das forças do mercado como instrumento para situar a economia próxima ao pleno emprego; c) a intervenção do Estado deve-se reduzir ao mínimo possível: na essência, controlar apenas o volume de dinheiro (MOCHON e TROSTER, 1994:213)

O modelo econômico aplicado no Brasil, desde os anos de 1960, o qual

passaram pelas décadas de 1970 e 1980, envolto em crises de mudanças políticas de governo, de mercado interno e externo indefinido, direcionado para a exportação, de crise do petróleo, de política modernizadora com técnica intensiva de capital, de modificações na estrutura técnica e populacional fundiária, aumento abusivo dos juros internacionais (1979), dívida externa e baixos índices do PIB - Produto Interno Bruto, principalmente no final da década de 1970, nos primeiros anos de 1980 e 1990, inclusive com as mais baixas taxas do crescimento industrial. A liberação comercial dos anos de 1990, considerada por muitos como excessiva, desregulou as tarifas de importação e exportação. A concorrência externa ficou mais agressiva, gerando o fechamento de unidades produtivas do Brasil e desemprego. Tudo isto, somado à impossibilidade de investimentos governamentais, revelou a impraticabilidade do modelo político e identificou períodos críticos de oscilações econômicas que dificultaram a aplicação das políticas de desenvolvimento regional.

Referindo-se às mudanças ocorridas nos países capitalistas, sobretudo na América Latina, De MATTOS (1996:6-11), *apud* SILVA (1999:47), sintetiza:

No que concerne à gestão do território, (...) assumiu-se que, para superar os desequilíbrios inter-regionais, não era necessária uma política regional específica; ficava implícito que, em um contexto no qual as forças de mercado atuassem livremente não seria preciso recorrer a instrumentos particulares de política, pois eles poderiam dificultar a convergência e um maior equilíbrio interregional. Dessa ótica, as políticas deviam ser orientadas para ajudar o mercado, a fim de que esse pudesse conduzir à desejada convergência.

Quando a globalização assumia grandes proporções nos anos de 1990, SILVA (1999:47) atenta para a maior importância da tese dos neoclássicos; entretanto, alerta que, na questão que decorre das duas teses, a que precisa ser tomada e valorizada,

...é a da indução externa ou interna do processo de crescimento/desenvolvimento local e/ou regional. Ambas as teses, em resumo, admitem teoricamente os dois fatores mas sempre têm sido mais valorizados os elementos exógenos que os elementos endógenos, como decorrência da análise da importância do comportamento dos fatores gerais de produção e dos mecanismos centralizados de decisão e controle. Como resultado, havia uma nítida tendência à concentração, dada pelo mercado em busca da eficiência e apoiado institucionalmente, que poderia ser compensada por políticas regionais específicas. O

Estado, em especial, tendia assim a uma ação contraditória: a de um lado organizava o mercado, gerando concentração, e, de outro lado estabelecia políticas regionais compensatórias, tentando desconcentrar. No Brasil, o exemplo do Governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) é sintomático: ao mesmo tempo implanta-se a indústria automobilística em São Paulo, com fortes incentivos públicos, ou monta-se uma política de desenvolvimento regional resultando na criação da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Porém, com a redução da intensidade dos fatores exógenos, os territórios foram cada vez mais entregues ‘a sua própria sorte’, ou seja, sem políticas indutoras.

Ainda nesta linha de observação, SILVA (1999:48) acrescenta com maior destaque o enfoque sobre os elementos endógenos, citando vários autores, dentre eles Boisier (1992), que apresenta a região como um “quase – Estado” ou como uma “quase-Empresa”; Ohamae (1993) e Cooke (1997), que falam no surgimento da região-Estado; e Rallet (1999), que diz ‘o nível local é tão importante quanto o nível global para compreender o funcionamento atual da economia’. O enfoque sobre os elementos endógenos ocorre devido às mudanças no quadro sócio-econômico e político-institucional dos últimos anos, as quais refletem modificações espaciais profundas. As mudanças decorrem da “...constatação das dificuldades dos governos centrais, com seus sucessivos ajustes e reajustes macroeconômicos, em continuar, com a mesma intensidade, a aplicar políticas regionais e locais, de cima para baixo. (...). No Brasil, os exemplos de desenvolvimento endógeno de Santa Rita do Sapucaí/MG, de base tecnológica, e de Porto Seguro/BA, com o turismo, são também expressivos. (...). Assim, ‘o nível local é tão importante que o nível global para compreender o funcionamento atual da economia’ (Rallet,1999,p.34)”, e ainda acrescenta a importância de conhecer ao mesmo tempo, o comportamento do PIB Global e o PIB Local. Na mesma linha Krugman (1991) diz que para entender o fenômeno da especialização internacional, o início teria que ser pela análise da especialização local.

O geógrafo SILVA (1999:49-51), entre muitos outros profissionais, destaca “...a relevância da integração local/global, com suas escalas intermediárias” e cita, sobre a integração dos fatores endógenos e exógenos, SANTOS (1988:97), que diz: “...a eficiência do mesmo fator externo varia segundo os lugares, os valores internos a estes. Os lugares se diferenciam pela maneira pela qual os fatores internos resistem aos externos, determinando as modalidades do impacto sobre a organização preexistente. A partir desse choque impõe-se

uma nova combinação de variáveis, um outro arranjo”. Outros autores não encontram significado para as questões de desenvolvimento via globalização do mercado, por ter mecanismos de fragmentação territorial (Edwards,1989; Kurz,1992; Latouche,1995) e outros vêm nos mecanismos da fragmentação relevância para os estudos - “...facilitados pela internacionalização do capital, pela revolução científica e tecnológica, pela reforma dos aparelhos de Estado, gerando desregulamentação e privatização e pelas demandas autônomas da sociedade civil crescentemente organizada sobre bases territoriais (Escobar,1992 e 1995; Crush, 1995; Peet e Watts,1996).” Portanto, continua o autor, é preciso pensar nas questões emergenciais de novas territorialidades, privilegiando o futuro, em escala nacional, regional e local, diante dos processos de globalização, assim como, rever os novos conceitos de desenvolvimento e crescimento, nos níveis de micro e mesoescalas. Os fatores endógenos devem ser tratados pelas comunidades locais e regionais, a exemplo dos consórcios ou conselhos municipais de áreas turística, inclusive do rural no caso brasileiro. O funcionamento da economia é ao mesmo tempo, globalizado e localizado, daí por que a visão do mundo: “pensar globalmente, agir localmente”; concluindo que “...o desenvolvimento local e a globalização não se opõem. Hoje as empresas as mais inovadoras são as que produzem lucro a partir dos recursos locais mas também das cooperações à distância”.

Os estudos sobre a dinâmica de relações e inter-relações, no processo de organização do espaço regional e local, possibilitam identificar o grau de desenvolvimento geoeconômico e social de determinados setores, inclusive da agropecuária. Para justificar esta afirmativa, pode-se perceber a contribuição dos setores agroindustriais na transformação da produção agrícola, cuja alteração gera agregação de valores ao produto e ao mesmo tempo pode agregar valores, promovendo desenvolvimento, não só dos setores vinculados, mas também, da própria região. Esta ocorrência, de tempo e espaço, de relações, entre agricultura e indústria é fornecedora de energia à dinâmica do desenvolvimento regional. Assim, agroindústria e a região se relacionam num espaço previsto, neste caso configurado na mesorregião Norte Central Paranaense, porém na relação podem existir fatores mais amplos, que ultrapassam fronteiras regionais, atingindo níveis estadual, nacional e global, dependendo do envolvimento no contexto, que neste caso, primordialmente, é o econômico.

O desenvolvimento de uma região, segundo HESPANHOL (1996:185), “...pode se dar por meio da exploração efetiva dos recursos naturais existentes e/ou pela

criação de condições que favoreçam a obtenção de maior rentabilidade por certos segmentos produtivos, visando com isso ampliar a produtividade espacial da área, uma vez que os lugares também se diferenciam pela maior ou menor capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos”. De acordo com SANTOS (1996:197), a “...rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral).”

Na atualidade, as atividades econômicas das cooperativas agroindustriais, ainda com grandes oscilações aplicativas, estão vinculadas às estratégias de desenvolvimento do Governo e à conjugação de recursos próprios de grupos econômicos regionais, em defesa contra a competição, principalmente internacional. Daí os motivos para o constante aprimoramento das cooperativas na produtividade de suas atividades geoeconômicas que, em torno desta, privilegiam o desenvolvimento regional e local. Tanto o Estado, com seu modelo de desenvolvimento de “cima para baixo”, quanto o modelo de desenvolvimento de “baixo para cima” que parte das potencialidades econômicas e sociais regionais – locais, podem facilitar o aumento do valor agregado à produção, aumentando a produtividade do sistema produtivo – neste caso, tanto para a agroindustrialização quanto para a agropecuária, e de modo geral esta dinâmica vai aumentar a agregação de valores à região e ao local.

As cooperativas no contexto do desenvolvimento regional e local, representam uma dinâmica de relações geoeconômicas que demonstra a interação agroindustrial no espaço, entendida não só pela localização e expansão de suas atividades, mas também, pelas modificações e transformações que representam, como agentes da organização espacial. Assim, a cooperativa agroindustrial, além de agente modificador, é um elemento constante da integração regional, de comportamento ativo geoeconômico cujo entendimento passa, pela localização espacial e pelo seu desenvolvimento regional, dentre outros aspectos.

CAPÍTULO 3 – O PAPEL DO ESTADO NA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E AGROINDUSTRIAL REGIONAL PARANAENSE

3.1. O Papel do Estado e as políticas agrícolas

Desde a fase de estruturação política do Estado brasileiro, com a Proclamação da República em 1889, já se percebiam neste conjunto administrativo as influências das políticas empregadas no Brasil-Colônia. Estudos sobre as alterações socioeconômicas no processo de ocupação do território explicam que as aplicações políticas do passado estão projetadas nas políticas que as sucederam.

Na atualidade, emergem estudos que discutem os reflexos deixados pelas políticas adotadas no período colonial na ocupação do território nacional, desde o sistema das capitânicas hereditárias, como também pela exploração dos recursos naturais, pelas políticas de terras baseadas na ocupação de grandes propriedades (latifúndios), pela legislação das sesmarias, na década de 20 do século XIX e outras práticas. Os resultados da aplicação destas políticas estão segmentados, mesclados e refletidos nas ações do Brasil republicano, mesmo com as mudanças da legislação escrita na Lei de Terras de 1850. Citem-se, a título de exemplo, as ações resultantes, até hoje, das políticas econômicas protecionistas a determinados tipos de cultura ou setores agrícolas: crédito externo direcionado – dos ingleses ao café brasileiro, crédito subsidiado, taxas de câmbio ajustadas ao mercado, etc. Todas elas são visualizadas na estrutura fundiária brasileira nos casos de latifúndios produtivos ou improdutivos, concessões ou desapropriações de terras, doações e posses de terras, o usucapião, a questão do posseiro, problemas demarcatórios de terras ou de fronteiras internas e externas - ocorrências facilmente localizáveis e observáveis nos registros públicos da federação e nas ações encontradas no judiciário brasileiro.

A ocupação e o uso do solo brasileiro vinham sendo questionados pelos governantes, bem como as formas de regulamentá-los, pois até 1820, mesmo extinto em 1812, o regime utilizado ainda era o de **sesmaria**: Portugal cedia terras incultas a quem se comprometesse a cultivá-las e devolver a sexta parte do rendimento. Durante trinta anos, o

sistema de posses aumentou e apareceram muitas “pequenas unidades rurais de produção”. A situação passou pela independência do Brasil, em 1822, e não houve nenhuma forma de regulamentação sobre a posse da terra, a qual só viria com a criação da **Lei de Terras**, em 1850, e quase ao mesmo tempo, em 1851, proibia-se o tráfico de escravos. Com a Lei de Terras¹, o critério de acesso à terra foi modificado, tornando-se ela domínio público. Dentre os vários itens desta legislação, destaca-se a proibição de quaisquer aquisições de terras, a não ser através da compra, e os lotes deveriam ser vendidos em **hasta pública**, à vista, e a área da parcela da terra estaria sob efeitos de regulamentação, não só quanto ao tamanho, mas também quanto à utilização; e ainda vinculavam-se as aquisições de terras à requisição de trabalhadores para a lavoura (colonos). Este contexto indica que a lei criou obstáculos à aquisição da propriedade rural, elevando o seu preço, o que, por outro lado, favoreceu aqueles proprietários com maior capital, estimulando o latifúndio e as culturas do sistema *plantation* e favorecendo diretamente o setor cafeeiro.

Constata-se em DELFIM NETTO (1959:3-23) que a partir de meados do século XIX ocorre um período de ascensão do mercado cafeeiro, considerado até o início do século XX como inteiramente livre, já que até 1906 o mercado cafeeiro no Brasil não sofria intervenção direta do Governo Nacional. Foi na segunda metade do século XIX que a exportação nacional mostrou maior dinamismo, regulada até antes de 1900, “pela interação das forças de oferta e procura dos produtos.” Até a fase do mercado livre, “o principal banqueiro do cafeeiro era o comissário”. Esses comerciantes “foram insuficientes para sustentar, sem aperturas, as novas necessidades monetárias da economia. Esta circunstância transformou também o comissário numa classe dependente de financiamentos e quebrou-lhe o poder de resistência diante dos exportadores.” Os exportadores, “geralmente agente(s) de grandes empresas estrangeiras”, tinham “a capacidade de comprimir ainda mais os preços do produto”.

A influência do poder político é percebida, com clareza, nas principais modificações do processo socioeconômico brasileiro desde a ocupação inicial até atualmente, com diferentes enfoques, mas independentemente de ser o período o colonial ou o republicano. Portanto, na agricultura, a participação do Governo nacional pode ser

¹ Sobre o assunto leia: SILVA, José Graziano da *et al.* “A Lei de Terras e a reafirmação da grande propriedade”. In *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. HUCITC, São Paulo, 1980.

interpretada de acordo com a aplicação setorial de suas políticas. Os recursos financeiros dirigidos para o desenvolvimento da cafeicultura vinham de outros países e eram aplicados pelo Governo Nacional para as necessidades de infra-estrutura, no caso, na abertura de estradas, e para facilitar o crédito aos produtores rurais, inclusive aos cafeicultores, via sistema financeiro bancário. Porém, a política financeira programada pelo Governo, como um todo, gerou especulação na bolsa de valores em larga escala e provocou alta inflacionária, aumento da dívida interna e externa, falências etc. Esta política ficou conhecida como **encilhamento**.²

Nas últimas décadas do século XIX, na transição para a Proclamação – 1889, a produção de café e sua exportação permaneceram em média alta, mas com a receita baixa; porém, para DELFIM NETTO (1959:26-68), com precipitação cambial devido à “desorganização do sistema bancário, que se seguiu à instalação da República, e aos déficits orçamentários”, que provocaram o denominado *encilhamento*. Mesmo com interferência do Estado de São Paulo, na limitação da oferta de café, proibindo em 1902 o plantio de novos cafeeiros pelo prazo de cinco anos, o mercado cafeeiro somente receberia a intervenção do Governo Nacional a partir do *Convênio de Taubaté*, realizado pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, em Taubaté, a 25 de fevereiro de 1906 e aprovado pelo Senado em 31 de julho do mesmo ano, com a finalidade de “valorizar o café, regular o seu comércio (sic), promover o aumento (sic) de seu consumo e a criação (sic) da Caixa de Conversão, fixando o valor da moeda”. Dentro do que foi conveniado, estabeleceu-se: a fixação de preços mínimos; dificultar a exportação de café dos tipos inferiores; melhorar a propaganda e estimular o consumo no País. Para a aplicação e funcionamento do esquema conveniado, seriam realizados empréstimos e compras da produção, de responsabilidade dos governos estaduais e federal.

A partir daí, principalmente, o Governo Federal negociou empréstimos com a Inglaterra e os Estados Unidos, para o seu próprio gerenciamento da política cafeeira nacional; entretanto, os recursos externos não eram repassados aos cafeicultores como crédito subsidiado, e o Governo aplicava-os de forma especulativa à produção cafeeira,

² **Encilhamento:** Nome popular dado à política financeira instituída por decreto em 17 de janeiro de 1890, que gerou especulação na bolsa em larga escala. O decreto estabelecia a substituição do ouro por títulos do Governo Federal, como lastro para emissão de dinheiro, dando poder aos bancos para emitir papéis com valores monetários assegurados aos investidores pelos altos juros. Isto levou à quebra da Bolsa de Valores, com grave crise a vários setores, mas não para os bancos.

principalmente às lavouras afetadas pelas geadas, ficando com os ganhos da transação.

No final do século XIX, a economia cafeeira encontrava-se no auge de sua produção. Ao mesmo tempo, enquanto se caminhava firmemente para a industrialização e revelavam-se os indícios para a reorganização da agricultura mundial, iniciava-se a queda das cotações do café, com depreciação da moeda brasileira. No início do século XX, houve depreciação da moeda nacional, justamente quando o café mantinha grandes estoques e era baixo o preço do produto, levando o Governo e cafeicultores a elaborarem um plano de defesa para o setor. Estes acontecimentos constituíram-se em ocorrências econômicas oscilativas que estavam em um contexto econômico maior e de externalidade mundial, prenunciativas de um período de crises que se estenderia pela Primeira Guerra Mundial.³

Estratégia de defesa para a agricultura cafeeira do Brasil engendrada entre o Estado nacional e os cafeicultores foi o Convênio de Taubaté, firmado em 1906 com a finalidade de defender a rentabilidade do setor cafeeiro contra a crise de mercado e de superprodução de café. Em essência, segundo FURTADO(1977:179), essa política consistia no seguinte: a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre a oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes; b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros; c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada; d) a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações.

Confirma-se a contínua intervenção do governo na agricultura nacional, como foi o caso da legislação limitadora e reguladora paulista quanto ao crescimento excessivo das plantações e do estoque do café, com restrições tanto para os subsídios quanto na formulações de leis. Cumpre lembrar que a política de subsídios continua presente até os tempos atuais. Inicia-se no Brasil uma nova etapa nas relações entre a agricultura e a intervenção do Estado, na primeira década do século XX, com o Convênio de TAUBATÉ. Através de lei proibia-se o plantio de novos pés de café por cinco anos – 1902/1906, mais tarde prorrogados por mais cinco anos – 1906/1911, determinação inédita, até impossível de ser tolerada pelos grandes senhores de terra do nosso país. Para GUIMARÃES (1982:51), o regime de subsídios do governo brasileiro faria surgir as organizações de produtores:

...instituto do café, do açúcar e do álcool, do arroz e, tempos depois, grandes cooperativas que lembram menos os pioneiros de Rochdale do que os cartéis e consórcios europeus, como Copersucar ou a Coperflu, a Fecotrigo, a CCPL ou a Cooperativa de Cotia, todas altamente lucrativas e muito eficientes na captação e na distribuição dos fatores derivados da política de proteção estatal à grande agricultura.

Neste contexto, observa-se a ação do Governo Federal na aplicação de leis e recursos financeiros e na tentativa de amparar o cooperativismo através de legislação. O primeiro decreto que menciona o cooperativismo surgiu em 6 de janeiro de 1903, com o nº 799, e permitia a organização de cooperativas agropecuárias e de consumo. Porém foi no Código Comercial, com o Decreto 1637, de 5 de janeiro de 1907, que foram mencionadas as sociedades cooperativistas, ainda não regulamentadas, isto é, o Governo reconhece a utilidade das cooperativas mas ainda não a sua forma jurídica.

A política cafeeira, que era estimulada financeiramente pelo capital externo via Governo Nacional, vê-se em dificuldade por falta desse capital, causada pela grande depressão político-econômica decorrente da crise que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, cujos reflexos propagaram-se nos anos seguintes, no mercado internacional. As cotações do café já vinham em declínio, e somadas com a crise de 1929/30, abalaram de vez a economia cafeeira. O Estado utilizou-se da política protecionista para evitar a quebra do setor, fundando o Conselho Nacional do Café, e passou a ter o controle da oferta e demanda das safras, destruindo cafeeiros e impedindo o surgimento de novas áreas com cafeicultura. Os incentivos mediados pelo governo aos agricultores vieram através da suspensão temporária dos débitos e do reescalonamento da dívida; mas o Estado não concedeu novos empréstimos, ao contrário, iria retirar recursos da agricultura, desviando-os para a indústria.

Não obstante, na década de 1930 a cultura continua em grande escala produtiva e a retirada de parte da produção não foi suficiente para amenizar a crise, pois as sobras manteriam ainda o mercado durante dez anos. A recuperação da economia, para FURTADO (1977:193) “... não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era subproduto da defesa dos interesses cafeeiros.” No início da década de 1930, se comprava o café para a sua destruição, e nos anos seguintes à crise, a dinâmica da economia brasileira foi sem dúvida, o mercado interno. Para o cafeicultor

³ No assunto “A saída da crise pela via da industrialização”, GUIMARÃES (1982:106) denomina este

não importava se os financiamentos de seus estoques de café eram empréstimos externos ou oriundos da política de crédito do governo, daí a manutenção da renda para o setor e a continuação da expansão da cafeicultura.

Em 19 de dezembro de 1932, o Decreto 22.239 destaca as características das cooperativas e consagra as postulações doutrinárias do sistema cooperativista que, entre revogações e restabelecimentos de decretos, vigorou até 1966, constituindo-se como fase de liberdade para a formação e funcionamento de cooperativas. A partir de 1966 até o início da década de 1970, o cooperativismo fica limitado aos mandos do Estado. Mudanças marcantes no regime jurídico-administrativo das cooperativas viriam com a Constituição Brasileira de 1988, que disponibilizou procedimentos para a sua *autogestão*.

Com a queda na bolsa de valores de Nova York em 1929 e a diminuição recessiva das exportações brasileiras, já era notada a fuga rápida de capitais nas reservas brasileiras. A cafeicultura e a expansão dos cafeeiros continuaram, porque foi mantida a renda para o setor graças à política de crédito, que, anteriormente, era gerado por financiamentos externos. A política cambial continua durante a Segunda Guerra Mundial, com algumas diferenças, porém com os mesmos desequilíbrios de exportação. A tensão da guerra também impôs à economia brasileira uma alta brusca de preços.

A política cambial também marcou influência na economia brasileira. FURTADO (1977:204-218) afirma que, no final da década de 1930, "... a alta taxa cambial reduziu praticamente à metade o poder aquisitivo externo da moeda brasileira", barateando as mercadorias de produção interna. "Esta situação permitira um amplo barateamento relativo das mercadorias de produção interna, e foi sobre a base desse novo nível de preços relativos que se processou o desenvolvimento industrial dos anos trinta." As políticas aqui adotadas, na lógica cambial, se mantiveram durante a 2ª Guerra, porém com outras conseqüências distintas e com a diferença de que, como desde o período da crise não se comprava café, a cafeicultura se sustentava com o nível da renda monetária ; agora existiam compradores, porém a compra se efetuava a crédito. No início da década de 1940, continuam elevados os preços de exportação e verifica-se desequilíbrio da renda dos exportadores e alta de preços na economia brasileira. Até a década de 1950, com a manutenção da política de taxa cambial, esta passa a ser incompatível com a capacidade de importar. Este desequilíbrio precisou de

período crítico que antecede e culmina com a 1ª Guerra Mundial de: Primeira Grande Depressão.

um controle, daí a introdução seletiva de uma política de compras no exterior. A política cambial serviria para combater a alta de preços, reduzir a importação de manufaturas acabadas de consumo, em benefício de bens de capital e de matéria-prima, favorecer o setor industrial, com possibilidades de reduzir a concorrência externa, através de controle das importações e da manutenção de preços acessíveis para compra de matérias-primas e equipamentos.

Apesar dos preços baixos no mercado mundial, a economia cafeeira brasileira, com uma superprodução, foi favorecida pela queda da produção asiática, no fim do século XIX. Soma-se a estes fatores o papel do Estado junto aos cafeicultores, com a política de valorização da cafeicultura decorrente do Convênio de TAUBATÉ em 1906, com a oferta de crédito para financiar a cultura e para abertura de novas terras; e ao mesmo tempo elevaram-se os preços do produto em moeda nacional com a depreciação cambial. Esta política passou pela Grande Depressão e durou até a década de 30 do século XX, quando seria novamente estimulada pela política de compra dos estoques de café pelo Governo. Cabe lembrar que as crises de 1929 e 1930 atingiram a economia agrícola como um todo, e não só a cafeeira, pois sabe-se que em 1933, em defesa da produção do açúcar, o Governo Federal fez nascer o IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool, e em 1939, com o Decreto 737, tornou obrigatória a adição de álcool anidro à gasolina.

A ocorrência da 2ª Guerra Mundial dificultou o mercado de açúcar dos produtores do Nordeste para o Centro-Sul, em decorrência da interrupção do comércio de cabotagem com a guerra submarina, e fez o Instituto do Açúcar e do Alcool tomar medidas de incentivos à produção, com a abertura de novas cotas de açúcar aos setores não tradicionais do Centro-Sul, a partir da década de 1940. No Estado do Paraná estas políticas fizeram surgir as usinas: Central Paraná, no município de Porecatu; Bandeirantes, no município de Bandeirantes; Malucelli, no município de Morretes e Jacarezinho, no município de Jacarezinho, quando, na passagem para a década de 1950, novamente o IAA, como incentivo à indústria alcooleira, permitiu a estas instalarem destilarias anexas. Também, na mesorregião Norte Central Paranaense, em 1964, passa a integrar as agroindústrias em funcionamento a Usina Santa Terezinha, localizada no distrito de Iguatemi, município de Maringá, graças à política de expansão da indústria açucareira nacional, de 1963, propiciada com abertura de novas cotas de açúcar e álcool às novas usinas. Destas, a Usina Malucelli, localizada na zona

fisiográfica do litoral paranaense – Morretes, foi a única a encerrar suas atividades, enquanto as demais, todas em funcionamento, estão localizadas na Região Norte do Paraná (TEIXEIRA, 1988: 171-184).

Em 1952, foi criado o I.B.C. – Instituto Nacional do Café, autarquia incumbida de realizar a política econômica da cafeicultura brasileira, e já no final da década a agricultura brasileira melhora e o café obtém alta de preços, ficando marcado pelo progresso do mercado interno até este período. A agricultura do Estado do Paraná, no período da década de 1930 à de 1960, que tinha sua principal economia vinculada à agricultura cafeeira, localizada inteiramente no Norte do Estado, recebia orientações políticas do Estado Nacional. Porém, devido à política regional de interiorização e à ausência de meios de comunicação entre a Região Norte e a capital paranaense, centro das decisões políticas, a economia regional ficou vinculada à economia do Estado de São Paulo, não só por razões econômicas, mas também, por vizinhança e influência colonizadora.

Estes fatores contribuíram para a aplicação das políticas agrícolas nacionais no Estado do Paraná, não só para a cafeicultura, mas também para a cultura da cana, quando estimulada pelo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool. Segundo SZMREZANYI (1978), a “década de 1950 transcorreu sob o signo da expansão da agro - indústria canavieira no Brasil”, devido à crescente demanda do mercado interno e aos efeitos de uma intensa industrialização e urbanização no Centro – Sul do país.

Os objetivos do Instituto Brasileiro do Café não se limitavam ao apoio à economia cafeeira. Para ARAÚJO (1982:23), o órgão objetiva também o incentivo ao “cooperativismo de produção, de crédito e de distribuição entre os cafeicultores, visando oferecer melhor remuneração e aprimoramento na qualidade do café”, uma das razões principais, neste caso, do surgimento no Paraná de cooperativas agrícolas moldadas na economia cafeeira.

O IBC, no início da década de 1960, executa a política de erradicação dos cafeeiros para limitar a oferta do café brasileiro, atingindo profundamente a economia do Paraná. O GERCA, criado em 1961, teve seu funcionamento disciplinado pelo Decreto 053641, de 28 de fevereiro de 1964, quando ainda era Presidente da República o senhor João Goulart. No entanto, no mesmo ano, em novo regime político, o Governo, através do GERCA, manteve o plano de racionalização da cafeicultura, objetivando investimentos

industriais para os produtos agropecuários. A política de erradicação já incentivava a diversificação e alterações nas atividades agrícolas, contribuindo, conforme CASTOR (1984:111), para a promulgação, “em 1963, de uma nova lei relativa ao trabalho nas áreas agrícolas, o Estatuto do Trabalhador Rural. Notou-se também, já na política de 1964, que o governo militar, para conter a inflação e a crise política, determinou medidas restritivas ao crédito e manteve os preços internos do café “a níveis extremamente baixos para reduzir os gastos na compra da safra, forçando a erradicação dos cafeeiros, enquanto que estimulava a diversificação com outras culturas pois, para estas, o crédito era fácil e barato.” O Estatuto de 1963 previa transformações econômicas e sociais no conjunto das atividades rurais do Brasil, por se tratar de uma legislação social trabalhista destinada a proteger legalmente o trabalhador rural, provocando análises polêmicas quando transpõe para o trabalhador rural, por limitações de regras, parte ou reflexos da legislação do trabalhador urbano.⁴ A política brasileira de 1964, voltada para o combate à inflação, dificultou o desenvolvimento das cooperativas agrícolas, inicialmente voltadas para a economia cafeeira.

Somente em 1965 é que o Paraná aplica seus investimentos, que viriam a abranger todo o Estado. Os maiores investimentos foram para os setores rodoviário e energético. Com o esforço político voltado à industrialização, segundo PADIS (1981:197), o Estado financiou perto de quinhentas empresas industriais durante a década de 1960. Até 1967, dos financiamentos direcionados às atividades industriais, “uma quinta parte foi destinada à indústria de extração e exploração de produtos de origem florestal, (...); trinta por cento à indústria de beneficiamento e transformação de produtos da lavoura, donde se destacam as indústrias de óleos vegetais e de café solúvel; e quinze por cento à indústria de produtos de origem animal, especialmente frigoríficos.”

Através da Lei 4.829, de 5 de novembro de 1965, é instituído o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, regulamentado em 10 de maio de 1966, com o Decreto 58.380, para a ordenação da política creditícia que vinha sendo praticada, agora formulada pela Conselho Monetário Nacional, para o desenvolvimento da produção rural do País. Estas políticas articuladas constaram dos Planos Nacionais de Desenvolvimento - PNDs ⁵ do Governo Federal, para estimular a produção agrícola, principalmente para a exportação.

⁴ O Estatuto do Trabalhador Rural, foi promulgado pela Lei nº 4.914, de 2 de março de 1963. Sobre a análise crítica do Estatuto – competências e conflitos legais comparativos entre o trabalhador urbano e rural, etc, leia PRADO JUNIOR (1981:142-160)

Lembramos que é a partir de 1966, com o Decreto-Lei nº 59, de 21 de novembro, regulamentado pelo Decreto nº 60.597, de 19 de abril de 1967, que o cooperativismo foi submetido, segundo CRIVELLI (1998), “ao centralismo estatal, perdendo muitos incentivos fiscais e liberdades já conquistadas.”

Em 1967, com o Decreto 60.597, o Governo aprofunda a crise na economia cafeeira e nos setores cooperativistas ligados a ela, limitando ou cancelando créditos e tributos auxiliares à agricultura, e somente em 1971, com a Lei 5.764, é que os incentivos voltam a ser ofertados às cooperativas. Criado pela Lei 4.504, o Estatuto da Terra, de novembro de 1964, previa que o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário tinha que promover o desenvolvimento rural nos setores da colonização, da extensão rural e do cooperativismo, no sentido de elaborar, disciplinar e controlar a atividade e reger a constituição das cooperativas no Brasil. Mesmo assim, sobre o rigor do Decreto 60.597, SERRA (1986:38) *apud* BULGARRELLI (1973:141) comenta que o documento aprofundou a crise do sistema cooperativista, dificultando o desenvolvimento das cooperativas, com o cancelamento de incentivos tributários e restrição ao crédito, e provocando inclusive o desaparecimento de algumas cooperativas, e que somente em 1971, com o Decreto 5.764, é que parte dos benefícios voltaria às cooperativas.

A formalização do Sistema Cooperativista no Brasil provém de 25 de agosto de 1969, com o Decreto nº 784, que disciplinou o crédito às cooperativas de produtores rurais, juntamente com o Decreto 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativas e o regime das sociedades cooperativas. Finalmente, em 16 de dezembro de 1971, com a promulgação da Lei nº 5.764, ainda em vigor, é que se definiu o regime jurídico das cooperativas, sua constituição e funcionamento, sistema de representação e órgãos de apoio, isto é, definiu-se a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu-se o regime político das cooperativas.

Foi justamente no período político nacional de 1966 a 1971, com regulamentação restritiva às cooperativas, com referência a crédito, e a proibição de operações com terceiros, que foram cancelados alguns incentivos tributários às cooperativas. Segundo PINHO (1973:109), essas “... medidas foram tomadas em consonância com a política econômica governamental, pós 64, que postulava a necessidade da livre concorrência entre

⁵ I PND – Plano Nacional de Desenvolvimento – 1972/74 ; II PND – 1975/79 e; III PND – 1980/85.

diversas empresas, sobrevivendo no mercado somente as mais aptas. Nessa época fecharam-se muitas cooperativas.”

Atualmente, aparecem modificações na legislação que envolve o cooperativismo e nova legislação deve ser elaborada a partir da Constituição promulgada no dia 5 de outubro de 1988.

Logo após o início dos anos de 1970, diminuem as restrições de crédito às cooperativas. As políticas de crédito do Governo continuaram na década de 1970 e anos seguintes, principalmente com incentivos aos produtos de exportação. Os estímulos à agricultura ocorreram através da isenção ou redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM; e do Imposto de Renda. Os benefícios foram: taxas de juros para a agricultura das mais baixas do mercado; subsídios a insumos modernos, para tratores e máquinas agrícolas, e a redução de impostos para a carne. Assim, de acordo com SWAIN (1984 : 154), com a erradicação dos cafeeiros, o plantio do soja, na década de 1970, ultrapassa a renda obtida pelo café, através de estímulos fiscais e da fixação de valores básicos de custeio - VBC. A política de erradicação, que durou, aproximadamente, até 1975, ano em que o INCRA autorizou várias cooperativas a entrarem em atividade, levou também grande parte das cooperativa agrícolas a procurar outras culturas e entrar na agroindustrialização.

O governo procurou na exportação de seus produtos equilíbrio para a balança comercial, buscando na agricultura as matérias-primas necessárias, economias que por inúmeras vezes receberam subsídios ou outras formas de benefícios. Exemplos de casos passados são as concessões dadas aos senhores de engenho do Nordeste no século XIX e posteriormente aos barões do café, via taxa de câmbio; os créditos subsidiados ao setor sucroalcooleiro, com a criação do IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1933 e a instalação do PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool, em 1975 e, os estímulos fiscais à cultura de grãos, a exemplo da soja, a partir da década de 1960. Registra-se, desde os anos 30 até os anos 90 do século XX, mais um período, mesmo com oscilações periódicas, de ocorrência de medidas protecionistas à agropecuária, evidenciando a constante intervenção do Estado nacional e do governo estadual na agricultura brasileira.

A legislação sobre a instituição de cooperativas no Brasil, ainda que incipiente, provém do Decreto 1.637, de 5 de janeiro de 1907; todavia os documentos

básicos, entre os quais o Estatuto da Terra, criado pela lei 4.504, de novembro de 1964, já previam que o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário tinha de promover o desenvolvimento rural nos setores da colonização, da extensão rural e do cooperativismo, no sentido de elaborar, disciplinar e controlar a atividade e reger a constituição das cooperativas no Brasil, recentemente sob a legislação do Decreto-Lei 22.239/32 e do Decreto-Lei 5.764/71. No regime político do Governo de 1964, os rigores do Decreto 60.597, de 1967, aprofundaram a crise do sistema cooperativista, dificultando o desenvolvimento das cooperativas, com o cancelamento de incentivos tributários e restrição ao crédito cooperativo, e provocando inclusive o desaparecimento de algumas cooperativas. Somente em 1971, com o Decreto 5.764, é que parte dos benefícios voltaria às cooperativas (SERRA,1986:34-38, Apud BULGARELLI, 1973: 141)

Através do Decreto 76.593 de 14 de novembro de 1975, foi criado o PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool, administrado pelo Ministério da Indústria e Comércio através da Comissão Executiva Nacional do Alcool - CENAL, objetivando, conforme TEIXEIRA (1988 : 218), “...expandir a produção de álcool e a capacidade industrial de transformação, visando à obtenção de álcool para a substituição da gasolina, assim como incrementar o uso no setor químico, cujo intuito foi o de minimizar o desequilíbrio da balança de pagamento.”

As políticas nacionais da década de 1960 viabilizaram a criação do PROÁLCOOL, em 1975. O governo do Paraná, com financiamentos via Banco do Brasil, construiu e ampliou as destilarias de álcool, através do Sistema Nacional de Crédito Rural, orientado pelo GERCA,⁶ expandindo o complexo, industrial canavieiro na década de 1970, e promoveu este processo, na década de 1980, com a participação das cooperativas agrícolas.

Cabendo à Comissão Executiva Nacional do Alcool a análise dos projetos industriais para a produção de álcool, a comissão dá prioridade à inclusão das cooperativas agrícolas, no setor alcooleiro. No Estado do Paraná, influenciado por esta política, como a economia cafeeira, em declínio, não tinha a mesma representatividade socioeconômica, as cooperativas agrícolas voltam-se também para o setor alcooleiro, instalando destilarias de álcool, principalmente no Norte do Paraná.

A Lei 5764, promulgada em 1971, atualmente em vigor, define o regime

político das cooperativas, mas com alterações após a Constituição Brasileira de 1988, inseridas pelo Decreto nº 97.886, de 28 de junho de 1989, do Governo José Sarney, nos dispositivos sobre o INCRA quanto ao seu restabelecimento a partir de 31 de março de 1989. No Artigo 2º, “são mantidas a estrutura básica, os órgãos e funções que o INCRA detinha na data da vigência do Decreto-Lei 2.363, de 1987” e no Artigo 3º “Fica o INCRA vinculado ao Ministério da Agricultura, nos termos do art.12 da Lei nº 7.739, de 16 de março de 1989”; ou melhor, a Lei 7.739 transfere para o Ministério da Agricultura as matérias relativas à reforma e ao desenvolvimento agrário. Quando da aprovação do Regimento Interno pela Portaria nº 912 de 16 de dezembro de 1993, o INCRA mantém-se vinculado ao Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, para, em 1996, no Governo Fernando Henrique Cardoso, criar-se em 29 de abril de 1996, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, incorporando imediatamente o INCRA.

Nas interações surgidas no regime político das cooperativas, a Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991, dispõe sobre a política agrícola e tem entre os seus objetivos o atendimento às atividades agropecuárias e às agroindústrias, cabendo ao Estado, via Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao qual o INCRA está vinculado, a fiscalização dessas atividades. Na mesma legislação, vinculada ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, cabem ao Conselho Nacional de Política Agrária - CNPA, do qual faz parte a Organização das Cooperativas do Brasil – OCB e outros órgãos, várias atribuições e participação nas atividades dos diversos setores agropecuários.⁷

Através das políticas de créditos - na maioria dos casos subsidiados - e de incentivos fiscais, no Estado do Paraná, e propriamente no seu Norte, com a decadência da economia cafeeira, as culturas de grãos, lideradas pela soja, e a cultura da cana-de-açúcar se expandem, vindo a contribuir para a formação de indústrias agrícolas, com a maioria delas fazendo parte das cooperativas agroindustriais, a exemplo das fábricas de óleos vegetais e

⁶ Em 1991, foi publicado no Diário Oficial da União, a revogação do Decreto nº 053641, que disciplinava o GERCA.

⁷ A Lei 8.171, de 17/1/1991, dispõe no Artigo 1º: “Esta Lei fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades de pesquisa e florestal.” Parágrafo Único: “Para efeito desta Lei entende-se por atividade agrícola a produção, o processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas, pecuária, pesquisas e florestais.” No Artigo 3º São Objetivos da Política Agrícola: XI “estimular o processo de agroindustrialização junto às respectivas áreas de produção”. No CAPÍTULO II – Da

destilarias de álcool, dentre outras. No período da Nova República – de 1985 em diante, mais precisamente após 1988, as cooperativas agropecuárias beneficiam-se com o novo ordenamento liberal para suas atividades. A expansão econômica das cooperativas agroindustriais na forma de gerenciar suas atividades comerciais e produtoras, verticalizadora e de agregação de valores à produção, acentua-se após a Constituição Brasileira de 1988, com a nova política de autogestão, sem a interferência fiscalizadora estatal via INCRA.

Através do Ministério da Agricultura e do Abastecimento – MA, o Governo Federal fomenta o desenvolvimento do Cooperativismo, cumprindo os preceitos estabelecidos no artigo 174 da Constituição Brasileira.⁸ As ações são executadas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR/Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural – DENACOOOP, priorizando o conjunto das organizações de cooperativas brasileiras.

A Constituição Brasileira de 1988, no seu Art.5, inciso VIII, vetou a interferência estatal nas atividades das cooperativas. No Estado do Paraná, após estudos e debates sobre autonomia cooperativista, os representantes do setor aprovaram, em março de 1991, o **Programa de Autogestão**, objetivando a “orientação na constituição e registro de cooperativas, acompanhamento de desenvolvimento econômico financeiro, educação, capacitação e reciclagem, organização das cooperativas, comunicação e integração”. A OCEPAR desenvolveu o programa e “desde então vem produzindo importantes resultados, tendo sido inserido e formando a base de sustentação das atividades do recém-criado SESCOOP.” O SESCOOP / PR – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Paraná, órgão descentralizado, porém vinculado ao Conselho Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – CNA, integrado à OCEPAR em 10 de outubro de 1999, “concretizou um desejo do Cooperativismo como forma de melhor viabilizar o Programa de Autogestão das Cooperativas Paranaenses, criado através de Medida Provisória 1.715 de 03 de setembro de 1998, de suas edições e do Decreto 3.017 de 07 de abril de 1999. Deu-lhe personalidade jurídica “de direito privado, e tendo por finalidade a execução das ações de monitoramento, formação profissional e promoção social no âmbito das Cooperativas do Estado.” A pretensão

Organização Institucional, consta no Artigo 5º : “É instituído o Conselho Nacional de Política Agrícola – CNPA, vinculado ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária – MARA.”

⁸ Artigo 174, da Constituição Brasileira: “Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.” Parágrafo 2º: “A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

do Programa é a de ser um instrumento de modernização social das cooperativas e de melhoria empresarial para agregação de valores aos cooperados e assegurar a transparência da sociedade cooperativa aos seus cooperados; além de orientar a constituição e registros de cooperativas, a profissionalização e a capacitação dos cooperados para serem mais competitivos (OCEPAR,2001).

Em suma, os órgãos representativos cooperativistas e seus programas criados significam os novos registros de orientação e controle das cooperativas, pós-Constituição Brasileira de 1988.

O RECOOP – Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária foi formulado no Governo Fernando Henrique Cardoso e regulamentado pelo Decreto nº 2.936 de 11 de janeiro de 1999, com o objetivo de reestruturar e capitalizar as cooperativas agropecuárias.

Outras ordens de serviço, decretos-leis e legislação específica sobre as cooperativas são encontrados, dentre os quais, destacamos a recente Resolução nº 002662, de 2000, que dispõe sobre as condições especiais de financiamento e amparo para recursos administrativos, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para aquisição ou manutenção/recuperação de máquinas, tratores, colhedeiças, equipamentos e implementos agrícolas, sistemas de irrigação, ordenhadeiras mecânicas e tanques de resfriamentos relacionados com armazéns agrícolas. A Medida Provisória nº 1.961-26, de 25 de agosto de 2000, que dispõe sobre o RECOOP, autoriza a criação do SESCOOP e dá outras providências; e o Decreto nº 3.399, de 31 de março de 2000, dispõe sobre a contratação de operações de crédito ao amparo do Programa de Revitalização das Cooperativas. A criação do RECOOP, veio no momento certo para o setor agroindustrial cooperativista da Mesorregião Norte Central Paranaense, necessitado de revitalização financeira.

3.2. A Modernização Agrícola.

O conhecimento sobre a modernização e industrialização da agricultura permite entender a formação e a estruturação dos complexos agroindustriais, devido às suas relações. Os conceitos sobre modernização, tecnificação ou industrialização da agricultura, pouco diferentes, não invalidam o entendimento do processo de constituição dos CAI's. Nesta

percepção, tanto para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES quanto para Vanessa FLEISCHFRESSER ou para Ângela KAGEYAMA, a modernização agrícola recebe a conotação de modernização tecnológica, ou propriamente, a modernização agrícola é entendida como mudança na base técnica da produção agrícola.

Para o IPARDES (1983:18), a modernização agrícola é o “conjunto de mudanças na base técnica da produção e maior controle das condições do solo e do produto cujos indicadores mais comuns são o uso de tratores, adubos químicos, defensivos e sementes selecionadas”, que, dentre outros, são indicativos do processo de modernização.

Objetivando apreender as transformações que ocorreram na agricultura durante a década de 1970, FLEISCHFRESSER (1984:2) não acata o enfoque que concebe as transformações agrícolas como uma passagem da agricultura tradicional (atrasada) para um estágio moderno (desenvolvido). A autora adota o conceito de modernização assumindo a conotação explícita de **modernização tecnológica**, “significando que as alterações na base técnica da produção agrícola ocorreram devido à adoção de meios de produção de origem industrial, produzidos fora das unidades produtivas rurais e, portanto, adquiridos através do mercado” e que “esse tipo de tecnologia, pelo lado do produtor, conduz inevitavelmente a um processo crescente de mercantilização, não apenas do produto final, mas da própria atividade produtiva.”

Por seu turno, baseada no conceito de modernização como mudanças técnicas da produção agrícola, KAGEIAMA (1987:1) diz tratar-se de

... um processo que ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos, etc), mudanças de ferramentas, de culturas ou novas variedades. É uma mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, enfim, numa nova maneira de produzir. A modernização da agricultura no Brasil é, pois um processo ‘antigo’. Nesta transformação da forma de produzir houve substituição de determinadas culturas por outras e, dentro da mesma cultura, por outras variedades modernas. A ‘industrialização da agricultura’ envolve a idéia de que a agricultura acaba se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria, como uma ‘fábrica’ que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos da produção. O camponês produzia em ‘interação com natureza’ como se esta fosse o seu ‘laboratório natural’. Trabalhava a terra com os insumos e

ferramentas que tinha a seu alcance, quase sempre produzidos em sua própria propriedade. A agricultura industrializada, ao contrário, está conectada com outros ramos da produção; para produzir ela depende dos insumos que recebe de determinadas indústrias; e não produz mais apenas bens de consumo final, mas basicamente bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias de transformação.

O processo de modernização agrícola recente, com uso intensivo de capital, vincula o anterior processo de agroindustrialização, em uma fusão construtiva de um complexo agroindustrial moderno. A modernização, ao compor indústria e agricultura, envolve todos os segmentos destes setores, cujas dinâmicas exigem capitalização de recursos para serem funcionais, já que a modernização exige a integração técnica e mercantilização da agropecuária, o que nem sempre ocorre neste universo produtor, selecionando os mais aptos economicamente para atuarem na modernização e na agroindustrialização, originando desigualdades entre estes produtores, razão da afirmativa de que a modernização não é homogênea, mas reguladora e seletiva.

O termo **modernização agrícola** originou-se do discurso universal utilizado para identificar transformações recentes na agricultura. No caso brasileiro é evidenciado principalmente pela introdução de novas técnicas, máquinas e insumos provenientes da indústria, originariamente de países considerados de tecnologia agrícola eficientes, cujos projetos tecnológicos servem como repasse, por vezes impositivos e traumáticos, para países menos desenvolvidos ou subdesenvolvidos, como se registra em trabalhos de estudos sobre a dolorosa modernização agrícola brasileira. A modernização objetivou inicialmente a produção agrícola para o mercado externo mas também leva ao entendimento de tratar-se de um modelo econômico aplicado para atender às pressões do setor industrial e à internalização do capital.

A modernização aplicada no Estado do Paraná é resultante do modelo brasileiro de modernização tecnológica recente e a sua inserção se dá na agricultura e por extensão na pecuária, por melhorias em suas bases técnico-científicas. As atividades agrárias paranaense vão atender à modernização consumindo novos produtos por ela impostos e, em troca, a modernização via agroindustrialização comercializa e/ou transforma comercialmente os produtos agrários por ela induzidos. Neste caso a modernização é uma representante do capital financeiro agroindustrial, ditando normas às atividades agrárias em todas as formas de atuação.

3.3. A modernização agrícola e a agroindustrialização paranaense

A década de 1930 é marcada no processo social-econômico como do retorno diferenciado, em maior escala, da industrialização brasileira, enquanto a modernização agrícola procede dos anos de 1950, quando da instalação de padrões tecnológicos buscados na importação industrial. Passou, na década de 1960, pela implantação do D1 – Departamento de Bens de Produção da Indústria para Agricultura ou Departamento produtor de bens de capital, somada ao processo de industrialização de produtos do campo, promovendo a integração intersetorial com a agropecuária, iniciando e suportando o Complexo Agroindustrial. A década de 60 é o momento da modernização e a fase da agregação da indústria ao campo, ou seja, da constituição de vários ramos dos CAI's. O relacionamento entre agricultura e indústria, de forma integradora agroindustrial, integra-a também em complexos agroindustriais, cujo grau de dependência da agricultura decorre, dentre outros fatores, da indução da produção voltada para a indústria, da fase de especialização e poder da indústria no trato do produto e da produção para o mercado.

Fica evidente, conforme GRAZIANO DA SILVA (1996:32), que a industrialização do campo é um momento específico do “processo de modernização, a reunificação agricultura-indústria num patamar mais elevado que do simples consumo de bens industriais pela agricultura. É o momento da modernização a partir do qual a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola, o que ela só pode fazer após a implantação do D1 para a agricultura no país.”

O processo de modernização no Brasil ocorreu devido também à fragilidade da agricultura, ou do complexo rural, cujas atividades comerciais eram determinadas pelo mercado exterior. Esta fragilidade e o papel do Estado, via política de créditos agrícolas subsidiados, facilitaram a tecnificação, a mercantilização e a internalização na agricultura do D1 (departamento produtor de bens de capital – indústrias produtoras de máquinas, equipamentos e insumos para agricultura), provocando as seguintes mudanças: a) na base técnica da produção – máquinas, equipamentos e insumos ou “input”, de bens ou serviços, inclusive produtos químicos; b) nas relações de produção – nova cultura agrícola e novos produtos; e c) nas relações de trabalho – nova divisão do trabalho (assalariado). Estas

alterações, inclusive a criação de novos produtos para novas exigências de mercado, não só expandiram as atividades industriais no campo, como também proporcionaram a expansão das agroindústrias, estimulando a competição no setor, com as cooperativas agroindustriais.

O Estado do Paraná passou por ciclos econômicos bem definidos: ouro, tropeirismo, madeira, erva-mate e café. Potencializou-se na cafeicultura porque forneceu, dentre as principais culturas, o principal produto para o mercado externo, e contribuiu para o interno com produtos das culturas intercalares à sua, até a década de 1960. A partir dos anos de 1970, agricultura moderna, cada vez mais especializada e comercial, também tem a sua produção dirigida para determinados mercados e setores. Para a cultura de exportação, cita-se a título de exemplo, na Região Norte do Paraná, a matéria-prima bruta e alguns derivados da cultura do soja, da laranja e do café; e para o setor agroindustrial interno, os produtos da cana-de-açúcar, da estéviocultura, da citricultura, da mandiocultura, assim como, a produção de casulos do bicho-da-seda, alimentados pela cultura da amoreira, e os produtos originários das culturas oleaginosas, que neste exemplo, juntamente com a citricultura, também integram-se com as matérias-primas de exportação.

Os motivos que levaram o Estado a adotar o modelo tecnológico de modernização da agricultura, conforme FLEISCHFRESSER (1984:50-53), “... foram as pressões do setor industrial - fortalecido após o processo de industrialização e de internacionalização do capital - e a necessidade de resolver problemas econômicos prementes, ligados à geração de divisas para o financiamento do padrão de acumulação após 64.” Neste caso, o Estado do Paraná, por estar situado em região de desenvolvimento industrial intenso e com o meio ambiente físico com poucas restrições às atividades agropecuárias, “o Complexo Industrial se desenvolveu internamente.”

No Governo de 1964, elabora-se o modelo de modernização agropecuária para o Brasil, na demanda pela produção industrial e pela exportação, e é na década de 1970 que ocorrem as maiores exigências para o setor industrial a montante e a jusante, assim como para a agropecuária. As indústrias a montante exerceram maior influência no setor agroindustrial por já estarem instaladas – indústrias de bens de capital – e as outras, a jusante, seguiram o ritmo imposto pelo padrão do governo. Deste modo, o próprio desenvolvimento industrial favoreceu a política de modernização de 1964, na expansão do processo de industrialização da agricultura. As novas formas de produzir estão na dinâmica da nova

articulação indústria-agricultura, fomentada pelo complexo agroindustrial.

Este conjunto de ocorrências contextualiza o auge do processo de modernização nos anos de 1970, que teve nas políticas do governo nacional das décadas de 1960/70 o papel intermediador dos preços no comércio e mercado interno e externo, assim como o gerenciamento e aplicação do crédito à agropecuária, via Sistema Nacional de Crédito Rural e o Fundo Geral para a Agricultura e Indústria – FUNAGRI. Estes órgãos financiadores, juntamente com o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento e a participação dos extintos IBC – Instituto Brasileiro do Café e IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool, proporcionaram incentivos financeiros à substituição de importações para produtos agrícolas. Todos contribuíram para o desenvolvimento das cooperativas agrícolas e para introdução e desenvolvimento de muitas agroindústrias no Estado do Paraná, a Região Norte obtendo ocupação privilegiada.

Assim, registra-se nas décadas de 1960/70, o papel do Estado com as políticas financeiras de crédito agrícola dirigido e setorizado, intervindo e regulando a dinâmica do processo capitalista na agricultura brasileira e proporcionando uma nova dinâmica à estrutura rural e ao mesmo tempo, um período de intensa urbanização e industrialização. Leve-se em conta neste contexto a inclusão e a articulação do DI, no direcionamento das tecnologias a serem introduzidas com o processo de modernização. A articulação do DI é importante para o processo de modernização da agricultura, já que a modernização integra e mercantiliza o setor agrícola. A partir das políticas de governo pós-1964 até os anos de 1970, marca-se um período de grande desenvolvimento econômico para a agricultura brasileira, relacionado com a dinâmica de relações entre a moderna agricultura e o desenvolvimento industrial, com direcionamento político para a crescente demanda da produção agrícola para a exportação.

As indústrias a montante da agropecuária, com o DI, foram as que promoveram com intensidade maior as mudanças na base técnica da produção, redefinindo o processo produtivo. Foram seguidas com menor intensidade pelas indústrias a jusante, graças às políticas financeiras do Estado, via Sistema Nacional de Crédito Rural. O setor industrial a montante, abastecedor de insumos e bens de capital para agricultura, teve participação ativa na década de 70, exercendo ainda influência como fornecedor de tecnologia agrícola.

O papel do Governo Federal, com seu projeto financeiro de crédito rural,

nas décadas de 1960 e de 1970, foi importante ao intervir na regulação do processo capitalista na agricultura, modificando e criando um novo modelo agrícola brasileiro, dinamizado pelo D1. Esses foram anos que marcaram também o desenvolvimento agrário, urbano e industrial no Brasil.

Sobre a política de crédito rural no Brasil, destacam-se as reformulações até o início do Governo de 1964, para mobilizar recursos para o setor agrícola. Porém a política creditícia nacional ocorreria somente através da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que instituiu o Sistema Nacional de Crédito Rural, e do Decreto nº 58.380, de 10 de maio de 1966, que a regulamentou. A fundamentação básica do SNCR foi a de executar “a política creditícia no País, formulada pelo Conselho Monetário Nacional em consonância com a política de desenvolvimento da produção rural do País”, conforme Manual do Crédito Rural de 1974, do Banco Central.

Para FIGUEIREDO (1992:84), a modernização da agricultura brasileira, “que em meados da década de 60, começava a se colocar na órbita do capital industrial – financeiro, a regulamentação do crédito rural visa, em grande parte, a induzir os agricultores à adoção da moderna tecnologia” e que, o Plano de Metas e Bases para ação do Governo de 1970, “estimulou o fortalecimento das indústrias de equipamento e insumos agrícolas, através do incentivo ao processo de fusão à abertura do capital de empresas e à entrada do capital multinacional que mobilizava a tecnologia que iria efetivar mudança da base técnica”.

O Brasil, e neste caso o Estado do Paraná, participam do modelo de modernização, articulado mais diretamente em meados dos anos 1960, para gerar divisas que pudessem financiar o padrão econômico do Governo Federal, na tentativa de conseguir mais empréstimos no mercado financeiro internacional, melhorar o seu mercado exportador com produtos de exigências atuais e mais modernos e conseguir diminuir sua dívida externa. Impõe-se à agricultura brasileira mais esta responsabilidade e o Paraná viria a atender, também, ao processo de modernização como um dos estados que mais se utilizou deste modelo. O Estado pagou caro pelas mudanças, no caso da cessação do ciclo econômico cafeeiro e diminuição em grande parte das culturas intercalares, das restrições negativas impostas a sua estrutura fundiária e a sua população ativa agrária, em favor das culturas modernas e intensivas de capital.

O auge da modernização no Estado do Paraná ocorreu nos anos de 1970,

com os objetivos da política econômica governamental voltados para a demanda da produção agrícola preparada para exportação. A política econômica de crédito favorável ao setor agropecuário contribui para o desenvolvimento do setor cooperativista agrícola paranaense, estimulando-o para a agroindustrialização. Entretanto, a aplicação da política de crédito não é homogênea, oscilando em alguns períodos quanto à cessão dos recursos monetários, a exemplo da retração das atividades agropecuárias e cooperativistas no início da década de 1980, devido ao exíguo crédito para atender à demanda de desenvolvimento dos setores.

Caracterizando de forma geral o desenvolvimento da agricultura após 1965 até 1985 e expressando que a rápida demanda dos produtos agrícolas não pelo setor agrícola, mas sim, através do setor urbano e do mercado externo, acentuou o processo de mercantilização geral das relações econômicas do setor rural, DELGADO (1985:20) confirma o domínio das relações capitalistas impostas pela lógica homogeneizadora da economia mercantil, citando três dimensões dessa dominação:

1. constituição, em escala nacional, do mercado de produtos agrícolas e agroindustriais.
2. consolidação de um mercado de trabalho.
3. constituição de um mercado de terras transacionáveis à semelhança da negociação de ativos no mercado financeiro e constituição, em escala nacional, do mercado de produtos agrícolas e agroindustriais.

Observa-se nesta terceira dimensão, a política de crédito rural como articuladora dos interesses rurais e urbanos em torno do projeto de desenvolvimento de cunho modernizador.

Sem dúvida, FIGUEIREDO (1992:87-88) acrescenta que o “I PND - Plano Nacional de Desenvolvimento, 1972-1974, ao aprofundar o sentido modernizante da política agrícola oficial, privilegiou o aprimoramento das estruturas de comercialização e distribuição dos produtos agrícolas destinados à exportação”, cujo privilégio continuou no II PND (1975-1979), na “ação conjunta do crédito acoplado ao seguro agrícola e à política de preços mínimos”, apoiados na Lei 6.126 de novembro de 1974, que cria a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER, órgão responsável pelo apoio técnico à agricultura em todo o País. A política de incentivo à exportação continuaria nas diretrizes da política agrícola do III PND (1980-1985), com “sérias restrições orçamentárias” devido à retirada gradual dos subsídios à agricultura”. E mais: que as medidas tomadas no início dos

anos 90, “de desburocratização do crédito rural, aparentemente contraditórias em um período de contenção monetária, vieram apenas agilizar os procedimentos operacionais do custeio agrícola, não implicando, vigorosamente, uma ampliação do número de beneficiários”, continuando com as facilidades do crédito ainda voltadas para “aqueles produtos destinados a cobrir as necessidades de formação de excedentes exportáveis e/ou suprir, também, as necessidades do mercado interno, tais como o algodão, arroz, cana-de-açúcar, feijão, milho, soja e trigo.”

O processo de modernização agrícola relaciona-se com o processo de industrialização na formação das agroindústrias, que por sua vez possibilita compor os complexos agroindustriais – CAI’s. Entre as diferenças encontradas no processo de modernização e no processo de industrialização da agricultura, uma básica fundamenta-se nas relações de trabalho, devido ao grau de especialização da agricultura nos anos 1970. Além das diferenças, existem as desigualdades para alguns agricultores na participação do processo de modernização: falta de recursos para a aquisição da moderna tecnologia, não fornecimento do crédito agrícola e em casos, a própria exclusão do agricultor deste processo modernizador.

A constituição de complexos agroindustriais promovida via Modernização Agrícola, a partir de meados da década de 1960, na forma de agroindústrias para atender aos mercados interno e externo, agrupa em processo modernização agrícola e indústria. Os complexos são auxiliados pela articulação da cessão de crédito pelo Estado e pela indústria fornecedora de bens para a produção, transformando a base técnica do meio produtivo e reproduzindo o capital na agricultura. Destaca-se a indústria que produz, dentre outros, insumos, fertilizantes, defensivos e rações e, a indústria que produz bens de capital – tratores, implementos diversos, etc.

A internalização do D1 tem importante papel no processo de modernização agrícola, pois a modernização implica na integração técnica setorial e na mercantilização da agricultura. Referindo-se à internalização do D1, KAGEYAMA *et al.* (1987:8-11) afirmam que o processo de modernização também “... promove a substituição de elementos internos do complexo rural por compras extra-setoriais (máquinas e insumos), abrindo espaço para a criação de indústrias de bens de capital e insumos para a agricultura.” Ainda sobre a dependência da agropecuária em relação ao capital industrial e financeiro, complementa: “O elemento que dá unidade às diversas atividades dos complexos agroindustriais é que todas

elas são atividades do capital, com uma regulação macroeconômica mais geral. As ligações inter-capitais não são apenas técnicas, mas sobretudo financeiras.”

Quanto ao domínio da indústria sobre a agricultura e à modernização da **agroindústria processadora** como um processo proporcionado pelos movimentos de concentração e centralização do capital nos anos de 1960 e de 1970, KAGEYAMA *et al.* (1987:71) definem estes movimentos como uma nova articulação agricultura-indústria, onde “a agroindústria passa a colocar, de forma sistemática, novas demandas sobre a agricultura – tais como tipo de produto, especificações sanitárias, prazos de entrega, etc – que modificam e condicionam a própria forma de produzir.”

O principal resultado da modernização agrícola foi a industrialização da agricultura, transformando-a num ramo da produção industrial. O setor econômico dominante não é mais simplesmente o setor agrícola, mas o setor agroindustrial. O processo de agroindustrialização com relações integradora interage no processo de modernização, principalmente, devido ao capital industrial.

O processo de modernização não é homogêneo, podendo ser regulador e seletivo, e, tratando de envolvimento geoeconômico, determina áreas ou regiões mais desenvolvidas ou menos desenvolvidas, em relação à concentração da produção, isto é, evidencia-se a relação de desenvolvimento entre a região mais modernizada e a produção mais desenvolvida.

Como exemplo de domínio, neste caso setorial, a Paraná Citrus, localizada em Paranaíba, está vinculada, por relações acionárias, diretamente à COCAMAR – Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá. É a primeira fábrica de suco concentrado e congelado de laranja do Estado do Paraná. A COCAMAR determina e regula as áreas, o número de produtores, principalmente associados, e a quantidade de laranja a ser produzida e entregue para esmagamento à empresa Paraná Citrus.

A dependência dos produtores rurais para com o domínio dos complexos agroindustriais indica relações em que o capital industrial e comercial tem predomínio e monopólio da circulação e da produção proveniente do campo, subordinando-a e impondo-lhe as regras de mercado. Com o funcionamento dos CAI's, os produtores rurais, principalmente os pequenos e médios, integram-se à indústria e ao mercado por necessidade comercial. Segundo SORJ *et al.* (1982:33), “...trata-se de relações oligopólicas e oligopsônicas entre

grandes empresas agroindustriais confrontadas com uma miríade de pequenos produtores”.

Na economia de mercado ocorre o oligopólio quando um grupo pequeno, mas grande negociador ou vendedor, relaciona-se com uma infinidade de pequenos compradores; e ocorrem relações oligopsônicas, relativas à economia e voltadas para a estrutura de mercado, onde apenas aparece reduzido número de compradores. A integração via setor industrial entre o produtor rural e os complexos agroindustriais - CAI's indica a subordinação do trabalho ao capital.

Quanto aos problemas que envolvem a modernização agropecuária e a constituição dos CAI's, as evidências permitem destacar: as concentrações da produção; a inversão fundiária pela posse da terra (quanto maior a concentração da propriedade da terra, maior é a dificuldade de acesso a ela); e a expulsão do trabalhador ou pequeno produtor do campo.

O setor industrial é fornecedor de insumos, industrialização e comercialização dos produtos rurais. Em consequência, conforme AZEVEDO (1993:109-116), “...o mecanismo fundamental do excedente agrícola para o capital industrial e comercial se dá através de esquemas de controle da produção agrícola pelas empresas industriais e de comercialização.” Cabe à empresa, nos casos de parcerias com o produtor rural, dirigir o processo produtivo, principalmente o quê e como produzir.

Nestes casos, no domínio empresarial das cooperativas agropecuárias envolvidas na agroindustrialização, encontram-se exemplos nos segmentos da citricultura e da sericicultura no Estado do Paraná.

Com a modernização agrícola e com a agroindustrialização, a articulação da agricultura com a indústria, como produtora de máquinas e de insumos químicos ou de processamento da produção, deu origem ao complexo agroindustrial e às novas formas de produção na agricultura. No Sul, destacadamente no Paraná, e no Sudeste brasileiro, em São Paulo, encontravam-se até próximo dos anos de 1990 os níveis mais altos da modernização agrícola, tratando-se de espaços concentradores de produtos agrícolas dinâmicos vinculados à indústria de processamento da produção, tais como soja, cana-de-açúcar e laranja. Segundo o IBGE (1988:103), de 1970 a 1980 a produção de soja na Região Sul passou de 1.884.227 t a 12.757.962 t, significando um aumento de 577,1%. As regiões Sul e Sudeste, com o processo de mecanização da agricultura do País, influenciado pelas indústrias de máquinas e de

processamento de produtos agropecuários, concentraram a quase totalidade do número de tratores – 90,62% e 81,06% (IBGE, 1988:329). Entre os diversos indicadores da modernização agrícola no Estado do Paraná, destacam-se, na TABELA Nº 15, o percentual de crescimento de arados, tração animal e mecânica de 1970 para 1980 de 25,7% e o crescimento de tratores em 38,3%. Importantes números, que significam a expansão do pacote tecnológico associado a agricultura, levando-se em conta que a maior concentração da cultura do soja localiza-se no Estado do Paraná e que, com a acentuada evolução da modernização da agricultura, têm-se os mais altos preços da terra também no Paraná, assim como no Estado de São Paulo.

TABELA Nº 15

INDICADORES DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO PARANÁ
1970/80/85

Tipos	Períodos			Crescimento (%)	
	1970	1980	1985	70 / 80	80 / 85
Indicadores					
Arados – Tração Animal e Mecânica	302.098	379.648	404.187	25,7	13,9
Máquinas de plantio e Colheita	-	87.838	96.607	-	10,0
Tratores	18.619	81.620	100.919	38,3	23,6

Fonte: IBGE, 1980. Censo Econômico, 1983, 1985 e 1990.

Outro dado importante foi a facilidade de financiamento para a aquisição e aplicação de defensivos agrícolas, com absorção pelos Estados do Paraná e São Paulo, em 1984, de 55,9% do total brasileiro desses produtos. Os culturas agrícolas que usaram mais defensivos foram: soja, cana-de-açúcar, algodão, cítricos e arroz; sendo a lavoura da soja a que mais utilizou agrotóxicos. Com relação ao emprego de herbicidas, a soja, a cana-de-açúcar e o arroz foram as que mais consumiram este tipo de defensivo, desde meados de 1970 a meados dos anos de 1980, passando por 1984, com 78,60% da aplicação deste veneno no País. As observações sobre a utilização de defensivos agrícolas no Brasil indicam proporcionalmente o Paraná, nos períodos citados, como um dos estados brasileiro que mais

utilizou defensivos agrícolas em suas culturas, se julgarmos o potencial produtivo principalmente da soja paranaense. O Estado do Paraná, entre todos os estados brasileiros, foi o que mais comprou herbicidas, com 10.565 toneladas, para suas culturas, levando-se em conta que 11.902 toneladas estão totalizadas nas aquisições por Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conforme TABELA Nº 16.

TABELA Nº 16

VENDAS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS – BRASIL

1984 (em toneladas)

Regiões ou Estados	Inseticidas	Fungicidas	Herbecidas	Total	%
Total	59.415	23.185	42.556	125.156	100
Norte	310	57	234	601	0,5
Nordeste	5.294	1.306	2.723	9.323	7,4
Minas Gerais, Espir. Santo e R. Janeiro	7.162	1.577	2.404	11.173	8,9
Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal	3.060	271	2.670	6.001	4,8
Mato Grosso do Sul	2.556	379	2.833	5.766	4,6
São Paulo	21.439	13.723	9.225	44.387	35,5
Paraná	10.717	4.259	10.565	25.541	20,4
Santa Catarina e Rio Grande do Sul	8.847	1.613	11.902	22.362	17,9

FONTE: ANDEF – Associação Nacional dos Defensivos Agrícolas.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 1988.

Organização da Tabela com Percentuais: Wilson Antonio Teixeira.

Na década de 1970 registrou-se no Norte do Paraná a fase de transição e modernização da agricultura, com a aplicação da política de erradicação de cafeeiros e o desaparecimento da produção dos excedentes agrícolas, e o surgimento, dentre outras, das culturas intensivas de capital lideradas pela soja, que na década de 1980 obteve, como ciclo econômico, seu domínio, mantendo a hegemonia até a presente data. Neste contexto relacionam-se as cooperativas agrícolas que se envolvem com a agroindustrialização encontradas na Região Norte e, em especial, na Mesorregião Norte Central Paranaense.

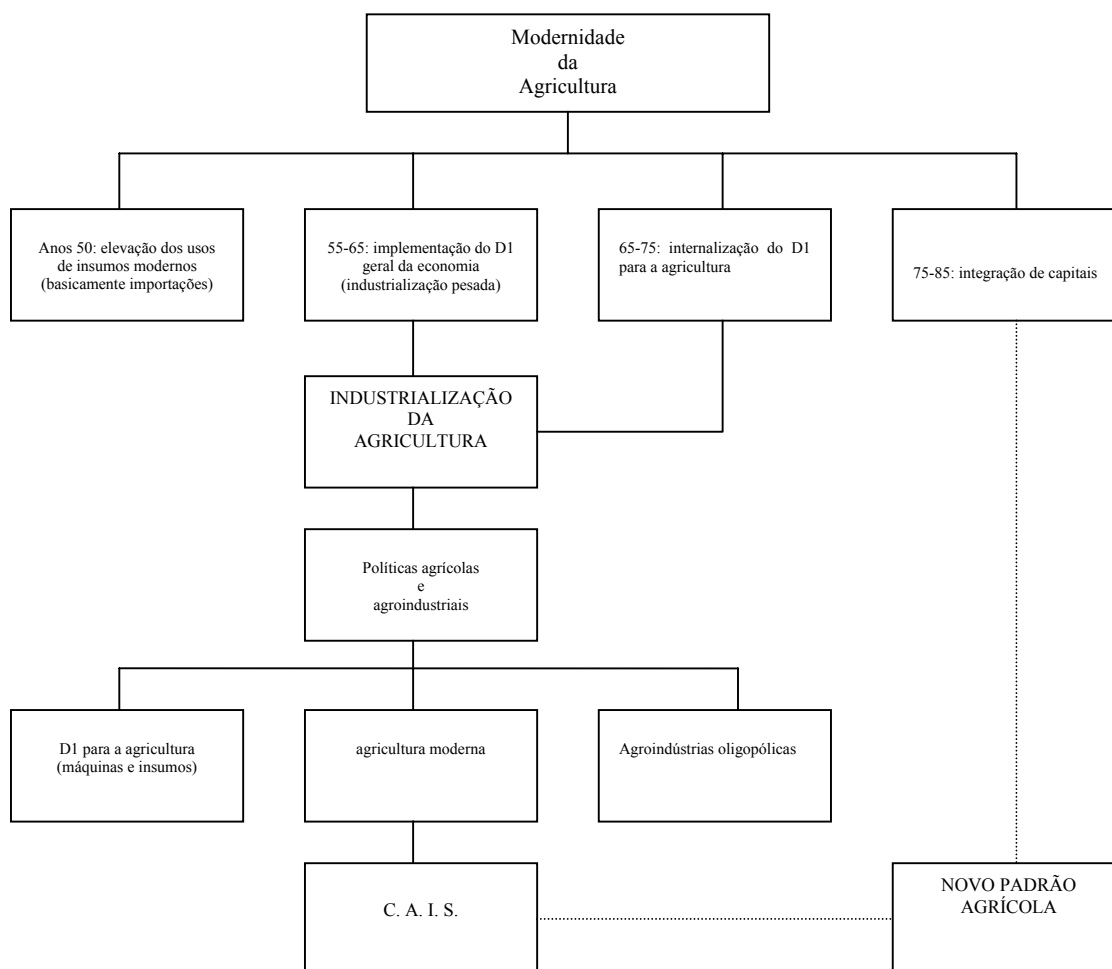
O Estado nacional, ao aplicar sua política modernizadora junto aos setores industriais e agrícolas, atendeu aos interesses das indústrias tanto a montante quanto a jusante, transformando setores agropecuários em empresas. Na relação com o processo de modernização e industrialização da agricultura surgiram os complexos agroindustriais e com a

constituição dos CAI's ocorreu a redefinição da produção agropecuária e a subordinação do trabalho ao capital. Por estar sob o domínio de acumulação dos CAI's, a agricultura empresarial **“pensa”** industrialmente, motivo pela qual as cooperativas agropecuária, ao modernizar-se e especializar-se na transformação dos produtos agrícolas em industriais, alteram-se para cooperativas agroindustriais e verticalizam-se nos moldes empresariais do pensar capitalista.

As cooperativas, ao industrializarem-se, incorporam-se em novas formas empresariais e novas funções no trato da produção. As cooperativas envolvem-se no processo de modernização agrícola, e ao constituírem agroindústrias, envolvem-se no complexo agroindustrial, quando as atividades funcionais exigem formas administrativas embasadas em novos padrões econômicos. Assim, as cooperativas participam do esquema teórico do padrão abaixo discriminado (FIGURA Nº 11)

FIGURA Nº 11

ESQUEMA TEÓRICO DA FORMAÇÃO DO NOVO PADRÃO AGRÍCOLA BRASILEIRO



Fonte: Adaptado – KAGEYAMA et al. (1987), in Pieruccini (1998:73)

3.4. A modernização agrícola e as alterações nas cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná: As novas funções das cooperativas agroindustriais.

A modernização paranaense é resultado do modelo brasileiro de modernização dos anos de 1960, que estimulou a tecnificação e a substituição de culturas

amparada por mecanismos de crédito favoráveis, emprestados pelo Estado para implementação de sua política agrária, preparada anteriormente no processo de industrialização brasileira. Valendo-se desta política de forma indutiva, grupos econômicos envolvem-se no setor agropecuário incorporando suas atividades ao novo sistema de mercado oligopolizado caracterizado pelo setor agroindustrial tradicional, isto é, relacionam-se na economia de mercado, onde concorre um número reduzido de grandes vendedores e um grande número de pequenos compradores.

Durante a fase de transição do complexo rural para o complexo agroindustrial paranaense atuaram, com concorrências diferenciadas na estrutura do mercado agropecuário, as grandes empresas nacionais ou multinacionais, de características oligopsônicas, ou seja, em que aparece reduzido número de compradores atuando neste contexto, tais como: a SANBRA, a ANDERSON CLAYTON, a PURINA, a CARGIL, etc.

É justamente neste conjunto de relações econômicas de mercado, oligopolizado de um lado e oligopsônico de outro, que as cooperativas agroindustriais, ao estilo empresarial, passam a concorrer neste mercado. As novas configurações agroindustriais que compõem a relação interna deste sistema econômico dinâmico exigem novas organizações e funções da formação industrial e comercial, em razão dos padrões de produção exigidos pela demanda interna e externa.

3.4.1. As novas organizações e funções das agroindústrias: os novos padrões de agregação de valores.

Com a industrialização moderna, as cooperativas especializam-se nos novos conceitos de administrar a produção agropecuária, envolvendo-se com novos padrões de desenvolvimento econômico, centrados principalmente na verticalização da produção industrial e no modo capitalista de administrar a empresa, a produção e os processos produtivos, com o intuito, neste caso concebido pelo cooperativismo, de agregar valores à produção, entre a empresa cooperativista e o cooperado.

As noções sobre novas atividades agricultura-indústria encontram referências, algumas aparentemente discordantes, em GRAZIANO DA SILVA (1996:83) e em MÜLLER (1989:41), sobre os componentes e as funções dos CAI's. Enquanto para

Graziano a noção de novo **padrão agrícola** está no sentido de **integração vertical** da produção agrícola como incremento da produtividade, para Müller significa que a integração entre agricultura e indústria ocorre internamente, através das relações entre setores produtivos da indústria no gerenciamento do **modo empresarial**, e os setores produtivos da agricultura.

A modernização pode ocorrer a partir do momento em que a agricultura e indústria melhorem suas bases técnico-científicas; entretanto a relação entre ambas decorre mais do padrão econômico da verticalização da produção e do sistema de gestão destas relações, principalmente internas. A transformação técnica da produção pela indústria pode modernizar um setor, no sentido de agregar valores à produção; entretanto, nem sempre nos moldes estruturais de uma empresa, mas sempre no modo capitalista de administrar, o que parece ser da mesma significância.

As colocações de Graziano decorrem da significância do novo padrão agrícola de integração vertical da produtividade agrária, e a de Müller, de que o significado encontra-se no padrão agrário moderno do modo empresarial de administrar a economia dos dois segmentos; ou seja, em ambos, a indústria integra, a ela própria, a agricultura. Os dois significados demonstram a semântica que envolve os dois padrões expostos; todavia, é inegável de que os dois não deixam de ser padrões econômicos de desenvolvimento setorial agroindustrial relacionados ao modo capitalista de produção. Os setores da agroindustrialização modernizaram-se e especializaram-se, a exemplo das cooperativas agroindustriais, como forma protetora contra o capital monopolista ou como forma de agregar valores à produção, o que equívale a ir pelo caminho da verticalização e da produtividade, colocado por Graziano, ou pelo caminho gerencial de modo empresarial, agrícola colocado por Müller.

A resultante destas colocações não interfere no conceito de desenvolvimento da agroindustrialização. As cooperativas agropecuárias, ao se modernizarem com apoio financeiro do Governo, acrescentaram novos mecanismos produtivos para a sua função, de verticalização da produção agrícola, ao mesmo tempo em que passam a atuar como indutoras da diversificação agrícola e repassadoras da modernização ao setor agrário por intermédio dos produtores associados, financiados, também, pelas mesmas origens de crédito. A autonomia das cooperativas agroindustriais vincula-se à moderna tecnologia para manterem a geração de suas novas atividades, acrescidas ao melhor retorno de investimento. Por essa razão também

deixam de ser apenas intermediaristas da comercialização para tornarem-se orientadoras e transformadoras da produção, como é o caso inicialmente do processamento de grão e, em seguida, do envasamento de óleos comestíveis, dentre outros; e em administradores de diversos segmentos, como, o da composição administrativa e societária de cooperativa ou empresa, o da orientação comercial e mercadológica da produção agrícola e o da produção industrial. A modernização e a agroindustrialização enseja novo conceito.

No papel do Estado na década de 1960 e na aplicação de suas políticas agrícolas junto às cooperativas, destaca-se o Decreto 60.597/67, que contribuiu para aprofundar a crise no sistema cooperativista existente até então, quando permitiu que outras empresas e mesmo cooperativas entrassem e concorressem no mercado deste setor. Entretanto, ao mesmo tempo e ainda nestas citações, o Estado do Paraná, mesmo tendo investido mais nos setores rodoviário e energético, financiou, até 1967, cerca de quinhentas empresas. Tais dados representam 45% das aplicações na agroindustrialização originária das atividades agropecuárias, se somados os 30% da indústria de beneficiamento e transformação de produtos da lavoura e os 15% da indústria de produtos animal.

É talvez por esse motivo que SCHNEIDER (1981: 32) afirmou que “... no afã de sobreviver à competição que lhes foi oferecida pela empresa privada capitalista, a cooperativa passou a lançar mão dos mesmos métodos organizacionais e operacionais de que se valiam as demais empresas, com o fim de atingir graus de eficiência econômica compatíveis com as situações de mercado com que se defrontava”.

As mudanças no mundo capitalista quase sempre ocorrem em função da melhoria do lucro por causa de prejuízos ou derrotas ou em vista da concorrência de mercado emergente. Assim é que os setores cooperativistas organizados procuraram defesa contra a crise de mercado e contra as grandes empresas processadoras e exportadoras de produtos agropecuários, as quais se utilizam do **complexo rural**, desde o após-Segunda Guerra Mundial, como ocorreu com a instalação no Norte do Paraná das empresas multinacionais SANBRA, ANDERSON CLAYTON e CARGILL, dentre outras, citadas na TABELA Nº 17.

TABELA Nº 17
PRINCIPAIS INDÚSTRIAS SUBSIDIÁRIAS DE MULTINACIONAIS NO COMPLEXO
AGROINDUSTRIAL DO NORTE PARANAENSE

Empresas	Controle ou vínculo acionário	Produção Principal	Funções na agricultura
1 - SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste	Grupo BUNGE Y BORN (Argentina)	Alimentos	a jusante
2 - Anderson Clayton & Cia. S/A. (década de 60)	Anderson Clayton Co., (EUA)	Rações	a montante
Anderson Clayton & Cia. S/A.	Anderson Clayton Co., (EUA)	Alimentos	a jusante
3 - PURINA do Brasil Alimentos Ltda.	Ralston Purina Inc., (EUA)	Rações	a montante
4 - CARGILL Agrícola S/A.	CARGIL Inc., (EUA)	Rações	a montante
5 - Indústria Gessy-Lever S/A. – UNILEVER.	UNILEVER Ltd., R.Unido e Holanda	Alimentos	a jusante
6 – Sementes AGROCERES S/A.	Grupo Rockfeller, (EUA)	Sementes	a montante

Fonte: Guia Interinvest, 1973. Quem é Quem na Economia Brasileira, 1975/76. Guimarães, 1982:143.

No primeiro momento, as cooperativas agropecuárias entram para o setor da agroindustrialização não só para a verticalização e comercialização da produção, mas também como meio de defesa contra os intermediaristas ou concorrentes multinacionais ou suas subsidiárias e, também, como meio para agregação de valores à produção e aos associados.

As empresas concorrentes, de vínculo acionário ou controle multinacional, historicamente provêm de forte tradição e intermediação setorial e regional de mercado, com monopolização da produção e especialização tecnológica. São superiores ao setor cooperativista em processo de industrialização, além da manutenção do capital de giro próprio, a exemplo, principalmente, das empresas vinculadas à produção de alimentos, rações e sementes, atuantes nas funções a montante ou a jusante da agricultura no Estado do Paraná. Entende-se como ramo industrial a montante o grupo de indústrias abastecedoras de insumos

e bens de capital da agricultura; e a jusante, o ramo de produtos com relações interindústrias para frente, neste caso, liderado pelas indústrias alimentares (TABELA Nº 17).

Desde o início da década de 60 do século XX, as empresas subsidiárias de multinacionais tinham o domínio da produção e do mercado agropecuário e obtinham negócios lucrativos principalmente com óleo comestível, inicialmente com o de algodão e depois com o de amendoim e de soja. Inclusive nos anos 70 a SANBRA disputou a liderança nas exportações de produtos agrícolas: óleos, farelo de soja e soja em grãos e, no mercado interno de oleaginosas.

Estas colocações são confirmadas por GUIMARÃES (1982:139-141), ao dizer também que a SANBRA e a Anderson Clayton “...iniciaram suas atividades no Brasil como exportadoras de produtos agrícolas, para depois ingressarem em larga escala no ramo industrial, tanto como processadoras de gêneros alimentícios quanto como supridoras de insumos.” Seguida pela Anderson Clayton, a SANBRA no papel pioneiro da implantação da cultura da soja no Estado do Paraná, marcava “posição dominante na produção e no mercado de óleos vegetais” e ainda que essas duas e ainda a UNILEVER comporiam, as três juntas, “...o cartel das margarinas, cujo mercado lhes pertence”. As atividades agroindustriais das empresas multinacionais envolvem questões de estratégias de submissão da agricultura brasileira. Entre as questões que envolvem o complexo agroindustrial está a captação, pelas multinacionais, de grande parte da renda gerada na atividade agrícola, “ao atuarem sobre o mecanismo de preços para aumentar seus lucros industriais, em detrimento dos lucros da agricultura”. Fica evidente o confronto competitivo entre as grandes empresas de controle ou vínculo acionário e as cooperativas agrícolas em transformação agroindustrial através da verticalização empresarial.

Assim, algumas cooperativas agropecuárias passaram a dirigir seus investimentos também para a incorporação de cooperativas, principalmente na industrialização, tornando-as cooperativas agroindustriais.

3.5. A dinâmica, característica do complexo agroindustrial.

Desde a ocupação territorial do Norte do Paraná até o esgotamento da fronteira agrícola paranaense na década de 1960, ficou marcado o processo de colonização

regional e a expansão econômica da cafeicultura. No Paraná, a política agrícola nacional, orientada para o mercado externo e a expansão industrial, promoveu o crescimento da agricultura na Macroregião Norte, mediante a oferta do café, logo após a Segunda Guerra Mundial até o início da década de 1960, regulada pelo extinto IBC – Instituto Brasileiro do Café. Neste período os incentivos governamentais funcionaram para a expansão das terras do Norte do Paraná, como uma nova frente de expansão comercial nacional. Neste ínterim, passando pelos anos 50 envolto no amplo contexto brasileiro de modernização da agropecuária, o processo industrial agrícola é impulsionado para a formação dos CAI's, gerando novas funções, que alteraram a estrutura de produção e comercialização da agricultura, acarretando a valorização das terras rurais e urbanas. O processo de formação dos complexos agroindustriais teve início no processo de modernização da agricultura, com a ocorrência de mudanças na base técnica da produção; e da industrialização das atividades agrárias, por mudanças de transformação das atividades, no ramo industrial.

O entendimento do processo socioeconômico brasileiro permite identificar na década de 1930 a industrialização como um dos modificadores deste processo; mas é a partir da década de 1960 que o Estado brasileiro estimula a modernização agrícola via política financeira, sendo as indústrias a montante ou jusante sendo favorecidas por esta política. Mais precisamente após o regime político-militar de 1964, a agricultura tradicional cede às transformações industriais, e a expansão industrial é rápida, incentivando a constituição dos complexos agroindustriais. A partir deste regime político, internamente, com a modernização da agricultura, o país procura tornar-se menos dependente das importações.

O que caracteriza o complexo agroindustrial, palco das relações entre os setores agroindustriais resultantes da integração agricultura-indústria, é a sua dinâmica interna, integradora dos segmentos geoeconômicos e sociais especializados em um padrão agrário moderno. Como o complexo agroindustrial é um conjunto integrador de relações entre as agroindústrias, a agroindústria “**de per si**” não contextualiza um CAI.

Existem tratamentos conceituais sobre o Complexo Agroindustrial que chegam a ser diferentes⁹ quanto à forma de relações entre os setores ou segmentos, entretanto

⁹ Sobre os diferentes conceitos, FURTUOSO, BARROS e GUILHOTO (1995:11), usam como referência FARINA (1988) que conceitua o CAI como uma cadeia produtiva iniciada na produção agrícola, passando pela pelo processo de industrialização e finalizando na rede de distribuição, no mesmo sentido de STREETER et al (1991) que referem-se ao CAI utilizando desde os segmentos a montante da indústria para a agricultura até a jusante, com a indústria processadora de alimentos e matérias-primas para o consumidor, enquanto para BARRY

todos entendem existir um complexo interativo entre a indústria e a agropecuária.

Na realidade o entendimento do próprio CAI é complexo, devido a sua dinâmica de relações entre setores e segmentos afins, que por si formam cadeias de atividades, e que tem nas suas instituições, dentre outras, o gerenciamento do capital financeiro. Mas é justamente pela ótica do capital que o entendimento do complexo agroindustrial pode englobar todos os segmentos a montante ou a jusante da produção, tanto da indústria quanto da agricultura, toda uma cadeia de atividades inter-relacionadas, e considerar todos os segmentos como elementos participativos do processo de “caifização”. Daí porque todos podem ser complexos agroindustriais, porém nem todos são iguais.

Ao tratar de referenciar conceitualmente o CAI, MULLER (1989:41) percebe o conjunto dinâmico de relações integradoras que o compõe, entendendo complexo agroindustrial como:

...o conjunto de relações entre indústria e agricultura na fase em que esta mantém intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura e para frente, com as agroindústria e outras unidades de intermediação que exercem impactos na dinâmica agrária. O Complexo Agroindustrial é uma forma de unificação das relações entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias.

Sobre a estrutura e a formação do complexo agroindustrial, GUIMARÃES (1982:134) assim se expressa:

À semelhança do que aconteceu na maioria dos países desenvolvidos, a implantação de uma indústria de insumos modernos, substitutiva de importações geradas pela criação de um mercado especializado, depois de ter, no meio da economia tradicional, emergido e florescido de um setor agrícola mais adiantado, não se verifica isoladamente de outras ocorrências. Quando esse setor mais adiantado passa a depender do consumo de máquinas, fertilizantes e defensivos químicos, sementes e rações aperfeiçoadas, já o faz sob a pressão de uma demanda fortemente estimulada pelo crescimento de uma atuante indústria de transformação de produtos agrícolas. Isso que dizer que os setores industriais fornecedores

et al (1990) o CAI é como uma cadeia de atividades inter-relacionadas entre a produção, comercialização e instituições de organização e elaboração/implementação de políticas setoriais e, para ARAUJO et al (1990) o CAI trata dos segmentos de insumos agrícolas, armazenagem, processamento e distribuição final.

dos insumos agrícolas só começam a implantar-se a montante da agricultura numa fase ulterior do desenvolvimento da economia, depois de um núcleo industrial de certa magnitude se haver instalado a jusante da agricultura e de este impor, à sua maneira, as quantidades e os tipos de produtos mais conformes com as exigências da transformação industrial. Os dois conjuntos de indústrias, um a montante e outro a jusante da produção agrícola, é que compõem, com a agricultura, o complexo agroindustrial.

O processo de modernização agrícola brasileira provém da década de 1950, quando da instalação de padrões momentâneos significativos, inicialmente com a introdução tecnológica na atividade agrícola baseada na importação de produtos industriais e depois, quando se implantaram setores (D1) de bens de produção e de insumos para a agricultura, levando a produção rural a passar por processos industriais; e por fim, quando ocorre o processo de integração das relações agricultura-indústria, ou a integração de capitais intersetoriais, justamente num tempo em que se desenvolvia a urbanização. Constata-se que a modernização tecnológica, da agricultura ou da agropecuária, passou a ser suporte para os CAI's. Nos anos de 1960, período de transição para o desenvolvimento rural devido a mudanças na base técnica da agricultura, registra-se no final da década o auge da constituição do complexo agroindustrial – CAI e o principal momento fixador da indústria no campo.

Os complexos agroindustriais, além de gerarem novas funções setoriais e alterarem a propriedade e os valores da terra, também provocam modificações profundas no setor agropecuário, nas relações com o Estado e suas políticas, principalmente de oferta, distribuição e direcionamento do crédito financiável. Tais ocorrências indicam domínio territorial, industrial, financeiro e produtivo destes complexos, que, ao modernizarem-se, centralizam a produção e conseqüentemente centralizam capitais, segundo GRAZIANO DA SILVA (1991:3-16). Esse autor afirma ainda que a noção de complexo agroindustrial, “objetiva privilegiar a inter-relação entre os setores de demanda final e aqueles produtores de insumos e meios de produção específicos para um determinado produtor de origem agropecuária...”.

O domínio do capital industrial que se apropria da agricultura, com sujeição da renda da terra ao capital, na década de 1980, foi referenciado por KAUSKY (1980), idêntico ao de OLIVEIRA (1981:20): de que assistimos com a expansão capitalista no Brasil, “o predomínio, quase completo, do capital industrial ou comercial atuando na circulação e

sujeitando a renda da terra produzida na agricultura.”

Sobre um dos sentidos do CAI, MÜLLER (1981:36), diz: “...esse amplo espectro das relações setoriais que, num elevado nível de abstração, pode ser entendido como uma forma particular de unificação das conexões entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos econômicos, e que obrigatoriamente levam em consideração as atividades agrárias.” Isto é, a agricultura e todas as atividades a ela ligadas pertencem à nova realidade econômica, formada por um conjunto de segmentos e cadeias vinculadas. Observa-se que a noção de CAI, no sentido amplo, forma uma unidade de análise, a exemplo do parecer de MÜLLER (1989:31).

Por seu turno, LEITE (1990:23-41) diz que esta abordagem pode ser desenvolvida observando-se determinada linha de produto específica, ou seja, uma cadeia produtiva, na qual as atividades agropecuárias estão ligadas às atividades das indústrias (a sua jusante e a sua montante), com o comércio de produtos agrários ou agroindustriais, numa relação de interdependência entre os setores, passando a existir um novo tratamento. E mais: observa que as relações agropecuárias determinam o distinto (ou setor) complexo agroindustrial como sucroalcooleiro, de soja, de avicultura etc., e que para vários autores o termo CAI, em sentido específico, é entendido como um conjunto de relações intersetoriais voltado a um produto ou cadeia. Para concluir este pensamento, acrescenta:

No intento de operacionalizar o conceito, os autores distinguem os diversos complexos, na medida em que o conjunto de indústrias de transformação não é homogêneo. Assim, um conjunto de indústrias que mantenham relações mercantis entre si e poucas transações com o restante da economia, pode delimitar um complexo. Ainda no que tange aos limites, a interrupção do complexo é dada no momento em que aquele conjunto de indústrias atinge outras firmas de produção de um bem de uso difundido.

A fragilidade da estrutura do complexo rural brasileiro favoreceu o processo de modernização no Brasil, secundada pelo papel do Estado com a sua política de crédito agrícola modificando o desenvolvimento das atividades agrárias e da mercantilização, e impulsionou a internalização do D1.

No contexto dos CAI's, a relação integradora faz a agricultura mais dependente da indústria, e o grau de intensidade desta dependência está relacionado,

principalmente, à submissão da produção agrícola pela indústria, nas relações econômicas que os integram e na especialização da produção e do produto para o mercado conforme a demanda.

A modernização agrícola ou agropecuária proporciona a constituição dos vários ramos do complexo agroindustrial brasileiro. A origem do CAI, nos anos de 1960, na formação de um sistema de agroindústrias para atender ao mercado interno e ao externo, segundo DELGADO (1985:35), é constituída de:

...um ramo industrial a montante (meios de produção para a agricultura) e a modernização do ramo industrial a jusante (processamento de produtos agrícolas) passa, necessariamente, pela modernização de uma parcela significativa da agricultura brasileira. Essa agricultura que se moderniza, sob o influxo dos incentivos do Estado é induzida tecnologicamente pela indústria, transforma profundamente sua base técnica de meios de produção. Esse processo significa, também, que, em certa medida, a reprodução ampliada do capital no setor agrícola torna-se crescentemente integrada em termos de relações interindustriais para trás e para frente. No primeiro caso, essas relações implicam a própria mudança do processo de produção rural de forma articulada à indústria produtora de insumos (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, rações e concentrados) e de bens de capital (tratores, implementos diversos, colhedoras, equipamento para irrigação etc.).

Na relação de dependência do controle dos CAI's são encontrados produtores integrados e não integrados neste complexo agroindustrial. No entendimento do processo reprodutivo contraditório do capital, eles podem ser não dependentes, ou por desinteresse do CAI's - porque a produção não satisfaz as exigências das indústrias - ou porque faltam recursos financeiros ao agricultor para permanecer no processo de "caificação". Também podem ser dependentes por estarem integrados ao complexo: dependem da ação negociadora empresarial da agroindústria, a exemplo, dentre outros, dos produtores fornecedores da COCAMAR - Paraná Citrus, única empresa no setor, cuja produção, processamento e produto da laranja dependem da orientação financeira, técnica e mercadológica da empresa. O mesmo ocorre com os produtores da SADIA, empresa com atuação nacional, de produtos derivados principalmente da carne de frango e de suíno.

Em outras palavras, a partir do momento em que a modernização fixa raízes no campo, ela envolve todo um complexo de relações dinâmicas e dominantes, que alteram os

meios, os elementos e as formas produtivas e mercadológicas tradicionais e, ainda impedem à agricultura o seu retorno à sua condição tradicional. Isto explica que mesmo existindo espaço, sobras da cultura tradicional ou resquícios do complexo rural, mesmo com esses excessos permitidos como espaços-reserva do capital agroindustrial, o domínio administrativo e financeiro desta totalidade agrícola é creditado aos complexos agroindustriais - CAI's. A consolidação da agroindústria faz entender a agricultura como dependente de uma dinâmica de relações intersetoriais com a indústria. Esta relação se dá com a indústria aplicando o DI para a agricultura, a montante através das indústrias abastecedoras de insumos e bens de capital, e para a agroindústria, de integração industrial “para frente”, processadora, a jusante.

As afirmativas e citações nos dirigem ao entendimento de que o processo de modernização e industrialização da agricultura transformou os setores agrícolas em um grande complexo agroindustrial; todavia os diferentes casos encontrados na dinâmica da atividade da agricultura indicam diferentes formas de produzir na agricultura.

A conclusão de que não se deve considerar a agricultura como um complexo agroindustrial genérico evidencia-se nas colocações de SILVA (1997:20), de que o setor agrícola, quanto às formas de produzir na agricultura, atualmente é formado por quatro segmentos distintos, que juntamente com nossas inserções citamos:

1. O segmento mais moderno e industrializado, os complexos agroindustriais, os quais possuem integração vertical entre os setores: a indústria a montante, a agricultura ou pecuária e a agroindústria processadora. Há, portanto, nesse segmento, uma integração “para frente” (agroindústria processadora – a jusante) e “para trás” (indústria fornecedora do DI – a montante). Seriam os **CAI's completos**. Exemplo deste segmento é a cana-de-açúcar, que além de ser favorecida por políticas de crédito do Governo Federal e incentivos tecnológicos, por vias principalmente do PROÁLCOOL e do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar - PLANALSUCAR, ainda é beneficiada por ter fortes ligações intersetoriais - a montante com o DI e a jusante com a agroindústria processadora, isto é, tanto na absorção de insumos industriais – “para trás”, quanto com as agroindústrias processadoras – “para frente”; fatores considerados de grande integração agroindustrial.
2. Seriam os **CAI's incompletos**. O segmento integrado à frente, ou seja, às agroindústrias, não estabelecendo relações com as indústrias a montante. Exemplo: laranja para suco.

3. Conjunto de atividades modernizadas que não estabelecem relações específicas nem “para frente” nem “para trás”. Exemplo deste segmento é o feijão, em São Paulo e, acrescentando-se, aqui também no Estado do Paraná. Apesar do grande consumo populacional e dos parques incentivos governamentais a essa cultura, o desestímulo à produção prende-se a vários fatores entre os quais estão: o de financiamento para os tratos culturais; incentivos e possibilidades de modernização e ampliação de áreas para o plantio; e inclusive, a falta de uma política econômica dinâmica que valorize a pequena produção e estimule a constância de preços no mercado, possibilitando a concorrência legal com os outros produtos modernos ou tecnificados, intensivos de capitais, que lideram a economia neste setor agrícola e atraem, movidos pela dinâmica capitalista, os interesses dos produtores. Em síntese, trata-se de **atividades da agricultura sem tomar forma de complexo**.
4. Conjunto de atividades agrícolas no qual a produção apresenta bases quase artesanais, ou seja, agricultura ainda não modernizada, sem ligações intersetoriais, **atividades agrícolas fora do complexo**. Exemplo: alimentos básicos (arroz de sequeiro, milho de roça, etc).

Das posições conceituais referidas sobre os complexos agroindustriais, com a ocorrência de diferentes posicionamentos quanto ao grau de integração à estrutura dos CAI's, totalmente integrado, incompletos ou sem relação de atividades com o complexo, pode-se deduzir em forma de conclusão que, a partir do momento em que as atividades agrárias, direta ou indiretamente, integralmente ou não, participam do processo de industrialização, elas estariam vinculadas ao CAI; ou que, conforme o relacionamento dessas atividades agropecuárias com o capital industrial e financeiro, ligadas não apenas tecnicamente, mas também financeiramente, encontrariam meios vinculativos junto ao complexo. Estas relações e vinculações confirmam as atividades agropecuárias na participação do CAI. Se isto não ocorre, como é o caso de as atividades agrícolas artesanais não participarem do complexo, deve-se ao CAI, representando o capital monopolista, que as coloca de reserva para no momento necessário utilizá-las. É incontestável, o capital industrial e comercial monopoliza e tem o predomínio das atividades e da produção do campo. Assim, num contexto mais amplo, a partir do momento em que o complexo rural cede lugar ao complexo agroindustrial, o universo agrário, já por indução, participa do processo de “caificação”.

Na realidade estas colocações advêm da ocorrência de um sistema

encontrado em um contexto que só pode ser, principalmente, da formação de um complexo entre a agropecuária e a indústria, que gera uma dinâmica de relações e induções, entre segmentos completos, incompletos ou setores, todos conectados: unidades de análises; setores; cadeia produtiva, etc. Neste contexto, as atividades interagem em fluxos intermitentes de trocas, de produto, de produção, de serviços etc, encontrando-se em um meio componente e centralizador articulado pelo modo de produção capitalista, firmado na união do setor agropecuário com o industrial, que resulta no complexo agroindustrial. Das diferentes conceituações, um fator é inegável: o da concordância quanto à existência do complexo agroindustrial, mesmo quando aparece envolto em argumentos que parecem mascarar a formulação de sua estrutura.

A partir dos anos de 1990, estudos sobre o comportamento do complexo agroindustrial passam a questionar a sua dinâmica¹⁰, principalmente como modelo de desenvolvimento para o contexto atual, como se nesses anos um novo cenário agroindustrial estivesse se desenvolvendo, fundamentado na não-participação direta das políticas do Estado Nacional neoliberal, nos novos avanços tecnológicos, nas novas formas de gerenciamento empresarial, nas novas estratégias de mercados regionais e globais, contextualizado por alterações da ordem econômica internacional, dentre outros fatores. Estas fundamentações são referenciadas em seções deste trabalho, sem que, no entanto, se precisem alterações fundamentais de desestruturação do modelo vigente de CAI.

¹⁰ Sobre a perda de dinamicidade do CAI, leia COSTA e MAZZALI (1995:139-152).

CAPÍTULO 4 - A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A CONSTITUIÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS: AS NOVAS FUNÇÕES E CARACTERÍSTICAS DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS COM A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO.

4.1. A política industrial na internalidade da modernização agrícola.

Os estudos que tratam do avanço capitalista no campo em boa parte esclarecem as modificações no processo agrário brasileiro. Durante o século XIX, sob o regime agrícola de colonato¹, ainda e após a economia escravista, o café permaneceu valorizado no mercado capitalista mundial. Esta fase primária exportadora durou até 1930, quando entrou em crise a cafeicultura e automaticamente a economia brasileira, registrando marcas diferenciadas na estrutura fundiária das regiões. Nas décadas de 1930 e 1940, o local estratégico do capital passa por mudanças, da atividade empresarial agrária para as da economia industrial, e o Estado assume nova postura planejadora e mediadora da economia nacional, deixando de favorecer o setor agroexportador, isto é, o rural, ao impor novos mecanismos trabalhistas, fiscais, cambiais e creditícios, antes voltados prioritariamente para o setor urbano, pois esses mecanismos do governo tinham um só intuito, a industrialização.

As ocorrências da década de 1940 e pós-guerra participam do processo de modernização da economia brasileira, tanto na indústria como na agricultura, formalizada no Estado do Paraná, nos anos de 1960 e de 1970. A dependência da agricultura em relação à indústria se deu, segundo MESQUITA (1988:11), “...por um lado, em relação ao forte grupo de indústrias fornecedoras de insumos básicos; e de outro, em relação às grandes indústrias transformadoras e compradoras da maior parte dos produtos agrícolas (...), seja para exportação, seja para o consumo do mercado interno. Assim se implantou o Complexo Agro-Industrial (CAI) no país.”

A partir da década de 1940 foram implantadas no Paraná as cooperativas de produtores rurais, e de forma mais expressiva, na década de 1950, na Região Norte do

¹ O regime de colonato foi considerado como forma de trabalho livre, não escravo, em que a família se encarregava do trabalho produtivo, que ocorreu principalmente nas fazendas de café. Neste regime de trabalho havia uma espécie de contrato, variável de acordo com a área cultivável, o tempo e de um lugar para outro e, de acordo com os interesses pessoais mais do contratante. Para IANNI (1984:28), o contrato de colonato “é o resultado de um processo de tensões, lutas e negociações, no qual envolveram-se fazendeiros, colonos e governos” e tantas “foram as tensões, lutas e negociações, que no Brasil o sindicalismo rural surge nesta época.”

Estado, conforme SERRA (1986:1), como “...instrumento de penetração e de consolidação do capitalismo no campo”, cujo “lucro na compra e na venda adquiriu a conotação de palavra de ordem dentro dessas cooperativas...”, transformando-se, com algumas exceções, “...em grandes empresas comerciais e industriais...” e por extensão, “...os produtores associados – principalmente os grandes produtores rurais – se transformam, via cooperativa, em empresários do campo e donos de indústrias processadoras das matérias-primas que entregam,....”

O surgimento das cooperativas agropecuárias originárias de associações de cafeicultores indicava a postura dos cooperados em evitar o intermediarismo e a perda de lucro verificada quando as safras de café eram entregues aos maquinistas e/ou beneficiadoras ou outra empresa que comercializava o produto, principalmente para a exportação, ficando, geralmente, com a maior parte do lucro. Em síntese, os cooperados visavam, com a criação de cooperativa, a maiores ganhos pecuniários, ou seja, maior rapidez e lucratividade na venda de seus produtos.

Durante a década de 1940, o Estado do Paraná já vinha participando do setor industrial agrosucroalcooleiro com usinas de açúcar e destilarias anexas, atividade que se dilata na década de 1950 - signo da expansão da agroindústria canavieira no Brasil -, vindo a expandir-se de forma significativa na década de 1970, com as destilarias autônomas. O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES (1983:229) registra que o IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool, através do PLANALSUCAR - Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar, posto em prática a partir de 1972, procurou consorciar com outras lavouras a cana-de-açúcar, visando preservar as culturas alimentares e as culturas de exportação, enquanto o Banco Mundial, na tentativa de evitar a concentração fundiária, procurou dar financiamento somente às destilarias controladas por cooperativas e associações de produtores agrícolas.

A fase da agroindustrialização no Estado do Paraná antecedente às transformações técnicas impostas pela recente modernização agrícola provém dos tradicionais ciclos econômicos de produtos primários que marcaram seus processos sociais e geoeconômicos. Essas modificações foram importantes, em momentos em que figurava na economia o extrativismo vegetal, pela retirada da erva-mate e da madeira, que deu origem às primeiras fábricas de beneficiamento de erva-mate e à instalação de serrarias. Estas últimas

cobriram a Região Norte, desde os anos de 1940 até os anos de 1970, juntamente com o ciclo econômico da cultura cafeeira, que deixava na sua passagem beneficiadoras, torrefadoras etc., inclusive uma indústria de café solúvel, na microrregião de Londrina, inclusa da Mesorregião Norte Central. Ao mesmo tempo registra-se, a partir de 1943, o surgimento da forma produtiva agroindustrial: as usinas de açúcar e suas destilarias de álcool anexas, compondo a estrutura agroindustrial do momento as usinas Bandeirantes, Central Paraná e Jacarezinho. A Usina de Açúcar e Álcool Santa Terezinha, localizada no município de Maringá, passaria para a fase produtiva em 1970.

No primeiro momento as cooperativas agrícolas da Região Norte do Paraná estavam vinculadas ao armazenamento e comercialização da produção, principalmente do café, que até a década de 1960 mantinha o privilégio comercial. Em seguida, as cooperativas entram em decadência com a crise da cafeicultura. Esta crise não atinge só as cooperativas, mas, juntamente com as deficientes leis para o campo, também envolvem os produtores rurais, refletindo-se negativamente na economia de todo o setor.

No período político do Governo de 1964, coube ao Estado, em meados dos anos 60, elaborar o modelo de modernização agropecuário, “...motivado pela necessidade de criar uma demanda capaz de absorver a produção das indústrias de bens de capital para o setor, abastecer as agroindústrias e atender a demanda por exportações e por alimentos para o mercado interno, as duas últimas em crescimento a partir do final do período...”, segundo FLEISCHFRESSER (1984:4), que acrescenta:

Essas exigências sobre o setor agropecuário aumentam na década de 70, tanto aquelas a montante como a jusante do setor. As primeiras devido ao fato de as indústrias de bens de capital já terem sido instaladas com uma capacidade de produção à frente da demanda; o que requer um mercado consumidor em rápida expansão. As segundas exigências foram acrescidas em função do próprio ‘modelo’, cujo funcionamento aumentou as necessidades de importação de matérias-primas em geral, e em particular por parte das indústrias produtoras de insumos químicos para a agricultura, trazendo como conseqüência a necessidade de exportar para carrear divisas. Concomitantemente, a característica poupadora de mão-de-obra da tecnologia provoca significativo êxodo rural, o que veio a aumentar a demanda alimentar urbana por produtos agrícolas beneficiados e in natura.

As políticas do Governo de 1964, sobre o desenvolvimento rural, atingem os

anos de 1970, no modelo capitalista de modernização e/ou tecnificação agropecuária. As cooperativas agrárias do Estado do Paraná, enraizadas na tradicional economia cafeeira, em crise, quedam diante do avanço dos novos produtos exigidos pelo mercado, principalmente o externo, o qual as obriga à modernização agrícola e industrial. Esta, por sua vez, as leva ao remodelado e atual complexo agroindustrial, a exemplo de processadoras, refinarias e fábricas de óleos vegetais, indústria de fios de algodão e seda e destilarias de álcool, dentre outras. Esta nova estruturação e configuração agropecuária vinculada à indústria no contexto da modernização técnica e intensiva de capital, faz o setor cooperativista responder também não só pela internalização do sistema de relações setoriais da economia nacional e regional, mas também da local.

No quadro da modernização agrícola, o desenvolvimento do complexo soja é considerado como o mais importante para as cooperativas agropecuárias após o complexo cafeeiro, devido a sua diversidade econômica, para a comercialização e industrialização, e porque o Estado centralizou e articulou neste complexo o papel de financiador.

Com o envolvimento na produção de soja, as cooperativas agrícolas assumem o papel de instrumento de viabilização econômico-produtiva desse processo. Para PANZUTTI (1997:84), “As cooperativas agrícolas se expandem horizontalmente para outros municípios e Estados e seu espaço sócio-econômico não se restringe à agricultura em si, passando a ser elo de ligação com indústrias fornecedoras para a agricultura. Acabam assim, se integrando à agroindústria.” Os produtores atendidos pelo Estado, nos problemas de produção, comercialização, armazenagem, transporte, crédito etc., se unem em cooperativas. “Neste sentido, o Estado vê as cooperativas agrícolas como aliados naturais...”, tendo na produção da soja a integração da estrutura produtiva agrícola junto às esferas da produção capitalista.

Precisamente na Região Norte do Estado do Paraná, onde impera uma das mais organizadas estruturas urbanas de porte médio e estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades até a década de 1970, com expressão demográfica de intensa ocupação a partir da década de 1930 até o esgotamento de suas fronteiras no final dos anos de 1960, baseada quase que exclusivamente na economia cafeeira e suas culturas intercalares, é que se organizaram as cooperativas agrícolas, principalmente de cafeicultores. Com a queda do ciclo econômico cafeeiro e a substituição de culturas pela agricultura moderna, intensiva de capital,

liderada pela soja, com a introdução planejada de modernas técnicas, máquinas e insumos, alteram-se as funções da produção agrícola e de trabalho no campo. A Região Norte e diretamente a Mesorregião Norte Central paranaense, sofreriam profundas alterações em suas organizações espaciais e econômicas, com a queda do café, seu principal produto, e com a modernização agrícola, que exigia mudanças técnicas e substituição de culturas. Neste período de transição econômica, ocorreram ao mesmo tempo a desestruturação de algumas cooperativas e a adaptação de arranjo administrativo estrutural e econômico de outras, preparando-as para as novas funções que o momento apresentava. As cooperativas que não desativaram suas funções recuperaram-se para uma nova fase, a da agroindustrialização, ainda dentro do contexto da modernização recente, atuando inclusive como propagadoras desta modernização.

Até a fase da modernização agrícola, a Região Norte do Paraná constitui-se no maior exemplo brasileiro de rápida ocupação territorial e populacional. Entretanto, já na década de 1970, o Paraná apresentava significativa diminuição de sua população, partes deste contingente dirigindo-se para os centros urbanos do Estado e partes para outros centros, principalmente São Paulo. A questão fundiária, vista pelo prisma dimensional do processo migratório causado pelo êxodo rural, oriundo da expulsão do trabalhador do campo, envolve questões sociais como a concentração fundiária e o desemprego, que indicam um período de crise social, não só paranaense. Os reflexos desta crise atingem a década de 1980, vinculam-se a outros de natureza econômica nacional e mundial, tornando-a maior. Implicam na redução de financiamentos e subsídios à agricultura, contribuindo para que os mais capitalizados na agricultura, com recursos próprios, se mantivessem no campo, elevando os índices de concentração fundiária. Aqueles, atraídos para as culturas de exportação, reduzem as culturas alimentícias².

No jogo do capital as partes, modernização (processo) e indústria (transformações), exercem reciprocidade na aplicação de suas funções. A modernização favoreceu o desenvolvimento industrial, assim como o desenvolvimento industrial favoreceu o desenvolvimento técnico, principalmente agroindustrial. O desenvolvimento industrial

² Em 1980, a inflação brasileira atingia um índice alarmante de 110,2%, para uma elevação mais grave ainda de 365,9% em 1987; período em que ocorreu um paralelo aumento das exportações e um decréscimo das importações, a implementação crescente do complexo agroindustrial, resultando, disto tudo, a consequência mais grave que, conforme MESQUITA (1988:15), foi “a desigual distribuição de renda que se acentuou nos últimos anos.”

favoreceu a aplicação da política governamental de modernização agrícola, posta em prática porque o desenvolvimento a montante, da indústria oligopolista de insumos para o setor agrícola, e a jusante, da agroindústria olipsônica³ beneficiadora de produtos de origem agropecuária, processo aqui entendido por MULLER (1983) como industrialização da agricultura, contribuiu para a sua introdução e expansão.

Quanto à expansão da modernização agrícola e suas implicações para os trabalhadores rurais, a análise e os relatos anteriores sobre o Estatuto do Trabalhador Rural - 1963 indica-o, também, como mais um elemento considerado indutor à modernização agrícola, devido às exigências ou obrigações sociais complexas nele contidas, de difícil cumprimento pelos agricultores. Isto concorreu para a desestabilização da mão-de-obra, com as seguintes conseqüências, entre outras: desemprego, rescisões de contrato e questões judiciais que se fizeram sentir principalmente na cafeicultura, nos regimes de parceria e colonato. A respeito da aplicação desta legislação social para o setor agrícola e sua fiscalização ocorrida no Norte do Paraná, KOHLHEPP (1991:87-91) constatou que “...ocasionaram a rescisão de vários contratos de trabalhos fixos (com direito à residência na própria fazenda) de trabalhadores rurais e a um aproveitamento da mão-de-obra em um sistema de bóias-frias...”, ou seja, como diaristas dependentes dos empreiteiros sem qualquer proteção social.

Na questão do Estatuto do Trabalhador Rural, o entendimento é que a modernização agrícola contribuiu para a desestabilização da mão-de-obra agrícola. Outra percepção é que a modernização, conforme GRAZIANO DA SILVA (1982:49), foi parcial, por atingir somente algumas fases da produção, determinados produtos ou determinadas regiões; foi conservadora, por manter a mesma estrutura de concentração fundiária; e foi dolorosa, por expulsar o indivíduo do campo, acelerando e contribuindo para aumentar o êxodo rural.

No início o Governo, via Instituto Brasileiro do Café, incentivava o setor cooperativista, objetivando a remuneração e aprimoramento na qualidade do café, e depois moldou estes objetivos para intervir nas cooperativas agrícolas para combater a crise instalada na cafeicultura. Na década de 1960, foi lançado o programa de racionalização da

³ Na economia de mercado, o relacionamento entre poucos grandes vendedores e uma infinidade de pequenos compradores é denominada de oligopólio. Olipsonia é a situação de mercado onde, individualmente, poucos

cafeicultura pelo Gerca para estimular a erradicação de cafeeiros. Nesse período as cooperativas agrícolas, principalmente as de cafeicultores, sentiram os efeitos da crise econômica cafeeira e a concorrência de outros setores, inclusive do industrial; mas foi a partir de 1964, com a prioridade política da aplicação financeira visando inicialmente às cooperativas de cafeicultores e produtores de café, que o programa foi acelerado, promovendo na década de 1970, juntamente com outras políticas de crédito à agricultura, a entrada das cooperativas para a agroindustrialização na Região Norte do Paraná.

A desestruturação da atividade agrária no Norte do Paraná já vinha sendo presenciada no final da década de 1960, com a aplicação intensiva de capital na agricultura, na introdução do binômio soja/trigo. Outro indicativo era o desaparecimento de muitos pequenos estabelecimentos agrícolas e perceptível concentração fundiária, podendo-se afirmar que esta ocorrência da dinâmica agrária regional e sua estruturação são reflexos do desenvolvimento capitalista no Brasil.

A iniciativa do Governo Republicano de interferir na agricultura brasileira deu-se no final do século XIX, mas a efetiva interferência do Estado ocorreu na primeira década do século XX⁴, inclusive considerada a década em que o Governo reconheceu a utilidade das cooperativas brasileiras (Decretos 799 de 1903 e 1637 de 1907). Outra e significativa interferência do Estado na agricultura foram as normas do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, com a lei 4.214, que equiparou os direitos dos trabalhadores rurais aos dos trabalhadores urbanos e foi colocada em prática com a sua promulgação pelo Governo de 1964, juntamente com o Estatuto da Terra, envolto em um plano de reforma agrária e sobre a Política de Desenvolvimento Rural, através da Lei nº 4504. O Estado também estimulou, com políticas financeiras do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, principalmente com as políticas de preços mínimos, os capitais privados a aplicarem nas atividades rurais, elevando o grau de integração da modernização na agropecuária.

No contexto do processo de modernização, uma das modificações básicas e de marcante momento foi a da moderna industrialização agropecuária, quando se unem agricultura e indústria, porém com a indústria subordinando e comandando as relações de funcionamento da base técnica agrícola, após a implantação do D1 para a agricultura brasileira,

exercem enorme influência sobre o mercado, enquanto na estrutura-de-mercado, oligopsônia significa apenas o reduzido número de compradores.

resultando na estruturação do complexo agroindustrial, que viria a consolidar-se em meados dos anos 1970.

Em síntese, é bom lembrar neste momento que o processo de substituição de importações no Brasil ocorreu desde a década de 1930 até a de 1950, quando os setores industriais da agricultura conseguiram participar do conjunto de atividades da indústria de transformação, marcando a década de 1950 como de acumulação no país, pela indústria produtora, de bens duráveis de consumo ⁵. No final da década de 1950 e início da de 1960, não mais predominava o padrão de acumulação pelo complexo cafeeiro, mas pelo processo inicial da dinâmica capitalista industrial. Em 1970, a interferência entre agricultura e indústria já formava vários setores, com a agricultura mais dependente desses setores do complexo agroindustrial.

Com a modernização agrícola e a substituição de culturas, as cooperativas aliadas à política industrial transformam-se em agroindústrias, adquirem nova característica administrativa e verticalizam-se no modo de processar a produção.

Com a política de desenvolvimento industrial e com a modernização estimulada via crédito rural, verifica-se a direta intervenção do Estado Nacional na agricultura, favorecendo o capital monopolista, principalmente os latifundiários e as empresas agrícolas. Nesse processo, especificamente no Estado do Paraná, se incluem as agroindústrias envolvidas com as cooperativas agrícolas, não só no sentido da especialização e verticalização empresarial econômica que o momento exigia, mas também em defesa contra intermediários e empresas concorrentes atuantes no setor produtivo agrícola.

O Governo brasileiro induziu à modernização agrícola através de suas políticas econômicas de crédito fácil e financiável a juros baixos ou subsidiados, dentre elas a política de crédito rural, que proporcionou a aquisição de máquinas e dos insumos oriundos das indústrias, e a política de preços mínimos favoráveis, fixados via Valores Básicos de Custeio – VBC. Com isso promoveu a diversificação e aumento da produção de culturas, principalmente de exportação, concorrendo para aprofundar a penetração das relações

⁴ DELFIM NETTO (1959: 3-23), em “O Problema do Café no Brasil”, comenta a intervenção do Estado na agricultura, principalmente no contexto da cafeicultura.

⁵ No “Relatório de Pesquisa”, sobre o CAI brasileiro, MULLER (1981:51) comenta a década de 50 e parte da década de 60 como um período da revolução industrial moderna no país, mostrando ainda que no período de 1960/70, a taxa anual de crescimento foi de 7,7% na indústria da agricultura e de 68,5% na indústria para

capitalistas de produção no campo. Provocou transformações na agricultura brasileira cujos reflexos são sentidos na década de 1970 na Região Norte do Paraná, não só com a modernização agrícola e novas culturas substitutivas da cafeicultura, mas também com a ativação dos projetos do governo voltados à industrialização, contribuindo para a ocorrência da agroindustrialização. Entretanto, os resultados econômicos da modernização provocariam reflexos sociais negativos ao trabalhador rural e às culturas alimentares, em favor da comercial.

Conforme SWAIN (1984:147-166), a década de 1970 é marcada pelo favorecimento do capital em detrimento do trabalho e pela mecanização e/ou a modernização da agricultura e substituição da mão-de-obra do trabalhador rural. Essas intervenções do Estado redefiniram a estrutura agrária e a utilização da força de trabalho rural. Assim, a cultura da soja se desenvolveu com a intervenção direta do Governo, através de estímulos fiscais e da fixação de Valores Básicos de Custeio -VBC. Em "... 1974 o soja ultrapassava também no Paraná a renda obtida com o café nas vendas ao exterior e ocupava 46% da área plantada com culturas temporárias: é evidente que tomando um tal espaço, este produto deveria empurrar e ocupar terras antes cultivadas com outras culturas". O auxílio do Governo com crédito subsidiado favoreceu a capitalização da agricultura, eliminando "...aos poucos as relações de produção não capitalista, assim como seus excedentes de produção alimentícia."

O período de 1930 a 1970 representa para o Estado do Paraná uma fase de crescimento populacional rural e urbano, principalmente na Mesorregião Norte Central Paranaense. A partir dos anos de 1970, ocorre a diminuição desta população, que continua de forma acentuada na década de 1980. Observou-se diminuição da população rural e aumento da população urbana justamente nos primeiros anos, quando o Governo Federal, em 1983, retirou os subsídios da agricultura. No mesmo contexto, os efeitos da modernização técnica da agricultura paranaense, desde meados dos anos de 1960 até os primeiros anos de 1980, foram intensos no Norte Central Paranaense.

Para ALEGRE e MORO (1986:40), o modelo de modernização da agricultura brasileira aplicado no Estado do Paraná, aliado a outros fatores, proporcionou a

agricultura e, em 1970, que metade da produção agrícola e lavouras destinou-se a indústria à jusante da agricultura.

concentração da propriedade da terra e a mobilidade espacial, agravando o processo de expulsão do homem do campo, componente do êxodo rural. FERREIRA (1986:115) contribui para esta análise, destacando que o Estado paranaense apresentou "...a menor taxa negativa de crescimento da população rural na década de 1970. O decréscimo atingiu o total de 1.168.000 pessoas, sendo que, na zona rural, o saldo negativo foi de 2.647.000, e na urbana ocorreu um saldo positivo de 1.355.000. Esses dados indicam um processo migratório intenso da zona rural para a urbana". Nos primeiros anos da década de 80, percebe-se que a atuação do governo para impedir a saída do pequeno produtor do campo diminuiu o fluxo migratório campo-cidade, mas no entender de RAGGIO (1987:6), esta tendência só concorreu para o processo de concentração da propriedade e de diminuição de proprietários da terra.

Quanto à estrutura fundiária do Paraná, a concentração da posse da terra, na relação de diminuição ou aumento dos estabelecimentos agropecuários, nos anos de 1970, foi de tal magnitude que fez desaparecer, até 1985, 87.800 estabelecimentos rurais e de 1970 a 1995, 272.313 estabelecimentos. Somente na Região Norte do Paraná desapareceram 82.576 estabelecimentos rurais até 1985 e 152.523 até 1995, e com esses, um número surpreendente de trabalhadores rurais. Pode-se afirmar que 62,84% dos estabelecimentos agropecuários extintos até 1995 na forma de concentração fundiária no Estado do Paraná encontravam-se nessa região. Atente-se para o detalhe de que o índice só não é maior porque não está incluída na análise a Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, que mantinha vínculo territorial ou identificação geoeconômica com a Macrorregião Norte. Surpreendem também na análise o índice que incide na Mesorregião Norte Central Paranaense, de 42,69 %, por constituir-se em um dos mais altos indicativos de redução de estabelecimentos rurais no período de 1970 a 1995, e o índice de 43,68% de redução de estabelecimentos na Região Norte. Levando-se em conta os dados das duas mesorregiões geográficas, observa-se que ambas, nesses anos, não só tiveram os maiores índices de concentração de estabelecimento rurais do Paraná, mas também, conjugado à modernização técnica da agricultura, o registro de um período dinâmico de grandes alterações sociais e geoeconômicas (TABELA Nº 18).

TABELA Nº 18
Estabelecimentos agropecuários nas mesorregiões geográficas do Paraná
- 1970/1985 a 1985/1995 -

Mesorregiões Geográficas	Número de Estabelecimentos				Menor (-) ou Maior (+) Nº	
	1970	1980	1985	1995	1985-1970 %	1995-1985 %
Noroeste Paranaense	89.890	55.273	54.057	30.941	-39,86	-42,76
Norte Central Paranaense	100.730	64.252	65.620	37.609	-34,85	-42,69
Norte Pioneiro Paranaense	52.100	40.601	40.467	21.647	-22,32	-46,51
Sub-Total : Norte do Paraná	242.720	160.126	160.144	90.197	-34,02	-43,68
Centro Ocidental Paranaense	54.819	32.575	34.152	16.590	-37,70	-51,42
Centro Oriental Paranaense	20.271	25.037	25.954	16.785	+28,04	-36,08
Oeste Paranaense	82.570	75.094	70.075	44.020	-15,13	-37,18
Sudoeste Paranaense	50.451	57.664	57.339	37.869	+ 13,65	-33,96
Centro Sul Paranaense	31.958	38.806	46.917	29.012	+46,81	-38,16
Sudeste Paranaense	38.328	31.575	35.376	28.156	-7,70	20,41
Metropolitana de Curitiba	33.371	33.226	36.731	19.546	+10,07	-46,79
Sub-Total: demais regiões	311.768	293.977	306.544	191.978	- 5,71	-37,37
Total do Paraná	554.488	454.103	466.688	282.175	-15,83	-39,54

Fonte: I.B.G.E.– Censo Agropecuário do Paraná, 1975/1983/1985, 1995/1996. Org. Wilson A. Teixeira

Os dados para o entendimento do processo de modernização técnica da agricultura no Estado do Paraná passam por procedimentos que indicam modificações na estrutura fundiária regional, principalmente quanto à posse, uso produtivo e permanência na terra. As modificações derivam de ocorrências exemplificadas, dentre outros fatores, pela substituição de culturas, tecnificação das atividades agropecuárias, mobilidade da população do campo e diminuição ou concentração de estabelecimentos agropecuários.

No Estado do Paraná, da década de 1970 a meados da década de 1980, ocorreu a redução das pequenas e médias propriedades, enquanto houve um progressivo aumento de grandes estabelecimentos agropecuários. A Mesorregião Norte Central Paranaense, nesta mesma análise comparativa, baseada, entre 1975 e 1990, no Censo

Agropecuário do Paraná, perdeu 36.873 estabelecimentos rurais pequenos e médios, 38,83% no Paraná e 42,84% na Macrorregião Norte, e somou mais 1.260 (18,87%) estabelecimentos de grande porte. Isso permite afirmar, sem dúvidas, que foi na Macrorregião Norte, e com maior intensidade na Mesorregião Norte Central, que ocorreram intensas mudanças com a modernização da agricultura e de técnicas, exigindo a substituição de culturas. Tais mudanças tiveram implicações na estrutura agrária paranaense, que antes era constituída por pequenos e médios estabelecimentos sob o domínio econômico da cafeicultura e passou para os grandes estabelecimentos modernos e mecanizáveis, liderados pelo binômio soja e trigo. Ao mesmo tempo, provocaram o êxodo rural, com o desaparecimento dos pequenos e médios estabelecimentos, e criaram novas condições para o produtor rural qualificado pelo capital permanecer ou estabelecer-se como produtor agropecuário, especialmente de áreas maiores (TABELA N° 18).

Os dados acima quantificados auxiliam ainda no entendimento da modernização agrícola e da acentuada concentração do uso e posse da terra no Paraná. À somatória de 510.202ha de pequenos e médios estabelecimentos agropecuários, entre 1970 a 1985, de menos 10ha a menos 100ha, na Região Norte, corresponde que 72,96% das terras concentradas no Paraná encontravam-se no Norte do Estado, e destas, 41,45% (211.517ha) encontravam-se na Mesorregião Norte Central Paranaense. Ao mesmo tempo, verifica-se a somatória de 993.233ha, dos estabelecimentos acima de 100ha e acima de 1000ha, na crescente forma de concentração de áreas na Macrorregião Norte, correspondente a 35,64% das áreas rurais do Paraná. A Mesorregião Norte Central Paranaense apresentou índice de concentração em estabelecimentos de áreas de mais de 100 e mais de 1000ha, de 35,15% (349.212ha). Destes percentuais analisados depreende-se que houve alto índice de concentração da posse da terra no Estado do Paraná, nas décadas de 1970 e 1980. Somados, esses índices mostram, na paisagem da Macrorregião Norte e internamente, com alta intensidade, na Mesorregião Norte Central, alterações marcantes em suas superfícies, introduzidas, principalmente, pelo modernização agrícola (TABELA N° 18).

A análise do número ou área dos estabelecimentos agropecuários quanto às condições do produtor rural - como proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes - contribui para avaliar a dimensão da concentração da posse da terra, como aspecto do processo de modernização da agricultura. A concentração da posse da terra no Estado do

Paraná provém do final da década de 1960 e intensifica-se na década de 1970, com a introdução da agricultura intensiva de capital via modernização tecnológica, em substituição à cafeicultura.

No Estado do Paraná, somando-se as causas da diminuição de proprietários rurais, da concentração da posse da terra agrícola e da desigual concorrência entre o mercado agroindustrial forte e o produtor com fraco resultado econômico em safras agrícolas, destacamos, no anos iniciais da década de 1980, que a política de crédito rural e a dos preços mínimos passaram a sofrer restrições de garantias, em razão de crise econômico-financeira nacional, ao mesmo tempo em que o valor de custeio (VBC) e os preços mínimos garantidos pelo governo não cobriram os custos de produção das safras. O exíguo crédito retrai o desenvolvimento das atividades agropecuárias, inclusive das cooperativas agrícolas.

Confirma-se que as safras 80/81 e 81/82 coincidiram com anos de crise para os agricultores paranaenses. (IPARDES,1983:52). As crises dos últimos anos da década de 1970 e dos primeiros da década de 1980 no setor agropecuário, as quais atingem os anos seguintes, são reflexo não só da política de preços mínimos do Governo Federal, que não cobriram os custos de safra, mas também da restrição dos recursos financeiros do crédito subsidiado aos agricultores que fizessem frente à crise no próprio mercado setorial inclusive para combater outra crise maior oriunda do descrédito das políticas monetárias de governo, inflacionárias, com as constantes desvalorizações de nossa moeda no mercado interno e externo.

A redução do número de estabelecimentos rurais no Paraná incidiu, de acordo com MORO (1997:45-48), sobre os proprietários e arrendatários, entretanto concorreu para a ampliação da área explorada. Também notou-se redução do número e área dos estabelecimentos dos parceiros e ocupantes nas mesorregiões do Norte do Paraná, “...onde a parceria era comum à época da cafeicultura”. Durante a metade da década de 1980, ainda sob a ocorrência redutora e concentradora da posse da terra, “...verifica-se uma tendência a alterações no quadro da condição dos produtores rurais...” com os proprietários: apesar do número menor de estabelecimentos, “...apresentam crescimento na área sob seus domínios. Os arrendatários, parceiros e ocupantes ganham espaços em número e área dos estabelecimentos”. Estes regimes de exploração provocam o aumento no número e na área de estabelecimentos “...direcionando para uma relativa situação de desconcentração da posse

da terra...” e concorrendo para “...amenizar os números do êxodo rural, conseqüente da modernização da agricultura.”

Durante a década de 1970, outros fatores interferem no meio agrícola paranaense, quando em nível mundial, inclusive no Brasil, se procuraram novas alternativas energéticas para combater a crise mundial de petróleo. Ao criar em 1975 o PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool, o Governo Federal transfere à agricultura mais este encargo via cultura da cana-de-açúcar, para produção do álcool carburante, que de subproduto da cana passa a ser produto.

Os incentivos governamentais aplicados para se ter uma agricultura moderna levaram várias culturas a se expandir e aumentar sua capacidade produtiva a partir dos anos de 1970, destacadamente a soja, o trigo e o milho, passando a indústria a ser o setor dinâmico da economia paranaense.

Os incentivos à modernização tecnológica da agricultura prestigiaram não só a agricultura intensiva de capital, mas também as grandes empresas rurais, na aquisição de equipamentos industriais, maquinários agrícolas, implementos e insumos, conforme BRAY (1985:115), “...subordinando cada vez mais a agricultura ao capital industrial ”. Reforçando esta colocação, GRAZIANO NETO (1982) diz: “O capital industrial que controla o processo de modernização de nossa agricultura prejudica a própria acumulação de capital à medida que, pela imposição de tecnologia e pelo controle de preços, afeta a rentabilidade no setor agrícola”.

Envoltas nestas contradições da modernização agrícola, as culturas expandiram suas áreas agrícolas. Na Macrorregião Norte do Paraná, de 1970 a 1983, evoluíram as culturas de grãos, dentre as principais culturas e áreas produtivas. Apesar do crescimento evolutivo de culturas, o final da década de 1970 e anos seguintes a 1980 não foram bons para os agricultores, devido à crise econômica inflacionária no Brasil, que atingiu o setor, complicada ainda mais pela defasagem das garantias da política governamental de preços mínimos.

Nos dados do IPARDES (1983:14), o crédito agrícola comprova a abrangência limitada e seletiva da modernização agrícola paranaense, quando ao longo dos anos 1970, “...as culturas de soja e trigo consumiram os maiores montantes do crédito destinado à agricultura”. Diante do enorme número de máquinas empregadas na agricultura,

principalmente de tratores, o Paraná passou a ser o 2º parque de máquinas no Brasil; porém a posse desses equipamentos foi diferente entre os pequenos e descapitalizados produtores e os grandes produtores com maior acesso aos recursos financeiros.

A rapidez da expansão das culturas de produtos agrícolas, desde o ciclo econômico cafeeiro até o atual ciclo da soja, envolvendo também a cana-de-açúcar, a laranja e outras culturas, em detrimento dos produtos alimentícios destinados ao mercado interno, se relaciona com a análise da lógica contraditória do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira, conforme as colocações de OLIVEIRA(1994:32), de que a

...industrialização da agricultura brasileira vem sendo feita no interior do processo de **internalização da economia brasileira**, ou seja, a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista na agricultura se fez e se faz, no seio de um capitalismo mundializado. Portanto, está relacionado com o mecanismo da dívida externa. É através deste mecanismo, que diferentes governos brasileiros tem tomado dinheiro emprestado no mercado financeiro internacional, com a finalidade de ampliar sua produção, particularmente no setor industrial. Para pagar a dívida o país tem que exportar, quer dizer, tem que se sujeitar a vender seus produtos pelos preços internacionais.

(...)

O processo de internacionalização da economia brasileira tem revelado, então, que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura em nossos dias está marcado, sobretudo, pela sua industrialização. Esta industrialização deve ser entendida como o processo de introdução do **modo industrial de produzir** no campo, e isto faz com que ocorra uma inter-relacionamento intenso entre a indústria e a agricultura.

Para OLIVEIRA (1994:33), existe uma forte articulação entre a indústria e a agricultura, mas não é verdade que “...ocorra o domínio absoluto do modo industrial de produzir...”, já que

... o capital não transforma de uma só vez todas as formas de produção em produção ditadas pelo lucro capitalista. O desenvolvimento do capitalismo se faz de forma desigual e contraditória. Embora, muitos autores afirmem que o campo brasileiro está totalmente marcado pela modernização da agricultura, e que inclusive, o consumo de tratores, máquinas e insumos agrícolas são a expressão material desta modernização.

Levando-se em conta que nem todos os agricultores utilizam-se de financiamentos agrícolas ou de tratores, máquinas e insumos, “...a chamada modernização agrícola não está generalizada por todo campo brasileiro”. Portanto, o desenvolvimento da agricultura via industrialização revela que o capitalismo está unindo – contraditoriamente – o que ele separou no início do seu desenvolvimento: indústria e agricultura. “Esta unificação está sendo possível porque o capitalista tornou-se também proprietário das terras, latifundiário, portanto. Isto se deu igualmente também porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria.”

(...)

Os agricultores capitalistas continuarão a produzir apenas aqueles produtos que lhes permitirão obter lucros certos nos mercados externos e internos. Os agricultores camponeses por sua vez, têm sido pressionados no rumo da especialização. Muitos autores progressistas têm apontado as cooperativas e a especialização como a alternativa aos camponeses que chegam à terra, depois da luta.” (OLIVEIRA, 1994:48-49)

Foram notadas, de acordo com MORO (1997:28-29), transformações no campo desde meados da década de 1960, com a substituição de culturas, e na década de 1970, com a introdução tecnológica na agricultura, que se utilizou de insumos e máquinas de origem industrial. Afirma aquele autor que o processo de substituição de culturas, “...num momento parece como indutor da modernização agrícola regional e, noutra momento, como consequência dessa modernização...” ; em linhas gerais, “...a cultura associada da soja e trigo apresenta-se como o ‘carro chefe’ introdutor e condutor da modernização da agricultura paranaense, verificada nas décadas de 1970 e 1980”. Esses fatos levam a entender por que a pequena propriedade, com módulos inferiores a 30 alqueires (726.000m²) ou no caso paulista-paranaense, 72,6 hectares, não é compatível com estas culturas.⁶

As mudanças que provocaram uma dramática alteração tecnológica, resultando em impactos sociais, econômicos e ambientais no Paraná na década de 70, também são notadas por CASTOR (1984:139), ao perceber que “...depois de décadas de

⁶ ALQUEIRE: Unidade de medida de superfície agrária equivalente a 10.000 braças quadradas (4,84 há) em MG, RJ e Go e 5.000 braças quadradas (2,42 ha) em SP. 1 (um) alqueire em MG, RJ, GO, corresponde a 48.400 m², 1 (um) alqueire paulista corresponde a 24.200 m². HECTARE: Unidade de medida agrária

contínua subdivisão e diminuição do tamanho médio das propriedades rurais, a propriedade da terra começou a concentrar-se novamente...”, denotando grande concentração fundiária e intensa urbanização durante esta década.

Nos últimos anos da década de 1970, já se percebe nas políticas econômicas do Governo Federal o intuito de frear o crédito financeiro rural como meio de contenção desta política, que com oscilações chega às primeiras décadas de 1980, restringindo em boa parte e de forma desarticulada os créditos de investimentos aos setores agroindustriais, inclusive com a contenção do crédito à comercialização, atingindo a modernização agrícola, até então considerada conservadora. A diminuição das compras de bens de capital da agricultura para a indústria – máquinas, tratores, equipamentos, etc. -, também cria dificuldades para a economia do segmento industrial a montante da agricultura.

A evolução da política rural, desde meados da década de 1960 e no transcorrer da década de 1970, registrou um dos períodos mais férteis de aplicação de crédito à agropecuária, remanejando o mercado para os complexos agroindustriais – CAI's. Entretanto, estas políticas seriam arrefecidas a partir de 1978 e nos primeiros anos da década de 1980, não na produção, mas diretamente na atuação do crescimento agrícola, devido às restrições de crédito, tanto para investimentos quanto para a comercialização. Para DELGADO (1985:46),

...o Estado começa a desvencilhar dessa política financeira, elevando taxas de juros, reduzindo subsídios financeiros e apontando crescentemente para o sistema de crédito privado e para as condições gerais do mercado financeiro, como nova forma de inserção da clientela agropecuária. Essa tendência muito recente, que se acentua particularmente em 1983, com a interferência do FMI sobre a política econômico-financeira, é, possivelmente, o momento de maior embaraço e crise do projeto de modernização conservadora, sob a égide financeira estatal.

O entendimento do processo de uso do crédito agrícola subsidiado aos capitais agrícolas, agroindustriais e comerciais que constituem o pólo industrial a jusante do setor agrícola volta-se para o processo de integração de capitais dos anos de 1970 e tendências para o início dos anos de 1980, que envolveram os ramos da agropecuária. No ramo

equivalente a cem ares ou um hectômetro (hm) quadrado (100 metros). 1(um) hectare é igual a 100 ares, ou 2471 acres, ou 10.000 m².

especificamente agrícola, DELGADO (1985:87) afirma: “...as linhas de financiamento da política de preços mínimos e de empréstimos para beneficiamento, e os créditos para agroindústrias de oleaginosas, açúcar, torrefação de café e moagem de trigo (...), constituem uma importante compensação financeira às atividades industriais e comerciais engajadas no complexo agroindustrial.” No ramo da pecuária, os maiores beneficiários do crédito rural foram as indústrias frigoríficas e de laticínios e a avicultura.

Entende-se neste caso como forma desarticulada as grandes parcelas do crédito rural que ainda foram fornecidas aos setores da modernização agroindustrial mas que continuaram privilegiando os setores capitalistas de alta integração de capitais. No Estado do Paraná, as cooperativas agrícolas e a agroindustrialização foram os setores que detiveram a concentração ou centralização da maior parte de capitais provenientes do crédito rural destinado à região. Ressalvadas as fases de transição e de oscilações na economia nacional, o crédito rural subsidiado tem sido a principal política de desenvolvimento para estes setores.

Os registros que marcam o processo social e econômico do Estado do Paraná até a década de 70 do século XX são os que destacam a tecnificação agrícola, a concentração fundiária e o êxodo rural, todos relacionados ao setor agrícola. No entender de CAMARA (1985:34), eles se devem às seguintes causas: a elevação dos preços relativos da soja no mercado internacional; tecnologia disponível e poupadora de mão-de-obra (insumos mecânicos e bioquímicos) para o cultivo da soja; a disponibilidade de recursos financeiros subsidiados e crédito rural, que alteram os preços relativos dos insumos da terra, mão-de-obra e capital, em favor deste último. Outras causas que também acarretaram a concentração fundiária foram a especialização da produção agropecuária, a decomposição da pequena produção e a emigração rural. Assim, o intuito modernizante era elevar a produção e a produtividade da agricultura para satisfazer o processo de desenvolvimento econômico e industrial brasileiro. A crítica maior ao processo modernizante diz respeito ao avanço capitalista na agricultura e suas conseqüências sobre o homem do campo, e menos para as condições de implementação dessa para o setor agrícola.

Na década de 1970, 87,76% das culturas permanentes encontravam-se na Macrorregião Norte Paranaense, aqui representada pelas mesorregiões Noroeste, Norte Central e Norte Pioneiro, constando apenas 12,24% para o restante do Paraná. As lavouras temporárias respondiam por 46,06% e as pastagens por 47,33%. Em 1985, na Macrorregião

Norte, restavam apenas 37,43% das lavouras permanentes, enquanto as lavouras temporárias e as pastagens respondiam pelo aumento de 85,92%. No Estado do Paraná o aumento de lavouras temporárias (59,25%) e pastagens (32,80%) atingiu a somatória de 92,05% em 1985, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística elaborados por MORO (1997:37).

As culturas permanentes no Estado do Paraná, representadas pelo café, foram reduzidas, entre 1975 e 1985, em cerca de 59,89%, se comparadas com as lavouras temporárias, relacionadas nas culturas associadas da soja e do trigo, que cresceram 59,25%. A decadência da cafeicultura foi contínua, chegando até o ano 2000 com apenas 0,91% das áreas ocupadas pelas principais culturas do Paraná. As pastagens e as culturas intensivas de capital, mecanizáveis, lideradas pela soja, tiveram áreas ampliadas, ocupando espaços em grande parte deixados pela cultura do café. A cultura do algodão teve área aumentada até a década de 1990, passando por meados da década em decadência e chegando ao ano 2000 com apenas 0,35% das áreas agrícolas plantadas. Os anos de 1980 a meados de 1990 foram de auge para a produção do trigo paranaense, que a partir daí, por motivos de baixa produtividade e concorrência de mercado externo, perde áreas e vê decair a sua produção, chegando em 2000 com apenas 2,71% de área plantada. Até os anos de 1980, o Paraná tinha significativa produção de arroz. Começa então a perder áreas de cultura e, com apenas 0,51% de área ocupada no ano 2000, está a findar na economia no Estado. A área da cultura de feijão também diminui a partir dos anos de 1980, porém ainda ocupa 3,45% da área total das principais culturas paranaenses. A cana-de-açúcar no Paraná evoluiu de 0,27% em 1975 para 2,08% de área plantada no ano 2000, índice crescente e destacável em se tratando de uma cultura localizada quase que totalmente na Região Norte do Estado. Do total da área rural ocupada no Paraná até o ano 2000, a área de pastagens, com 42,68 %, a de soja, com 18,20 %, e a de milho, com 14,20 %, representam o predomínio ocupacional do espaço agropecuário paranaense (TABELA Nº 19).

Na FIGURA Nº 12, pode-se visualizar a evolução das principais formas de uso do solo pela agropecuária paranaense dos anos de 1970 ao ano 2000, destacando-se a crescente evolução da cultura da soja, da cana-de-açúcar, do milho e das pastagens, assim como as oscilações de aumento e decréscimo de área plantada com as decadentes culturas do algodão e do trigo e a diminuição significativa de áreas com as culturas do café, arroz e feijão.

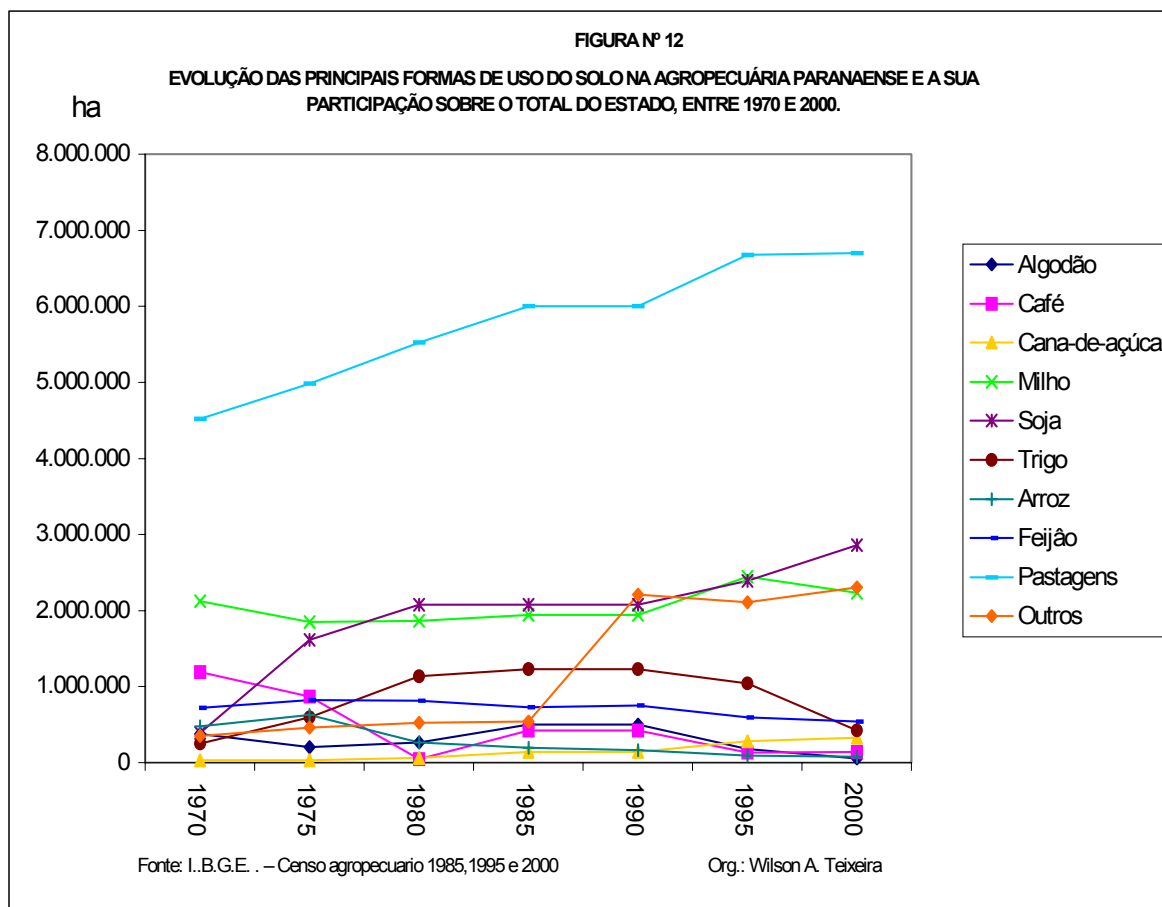
TABELA Nº 19
 EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS FORMAS DE USO DO SOLO NA AGROPECUÁRIA
 PARANAENSE E A SUA PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL DO ESTADO - 1970 /
 2000.

FORMAS DE USO DO SOLO	1970 (ha)	%	1975 (ha)	%	1980 (ha)	%	1985 (ha)	%
Algodão	373.287	3,58	203.421	1,69	263.731	2,16	499.300	3,62
Café	1.192.367	11,42	866.724	7,19	47.101	0,39	422.762	3,07
Cana-de-açúcar	30.035	0,29	32.480	0,27	62.092	0,51	144.412	1,05
Milho	2.121.208	20,32	1.848.380	15,33	1.862.670	15,28	1.940.642	14,08
Soja	395.484	3,79	1.615.302	13,40	2.075.657	17,03	2.079.973	15,07
Trigo	250.213	2,40	596.939	4,95	1.135.263	9,31	1.228.742	8,92
Arroz	480.900	4,61	628.160	5,21	263.958	2,17	196.000	1,42
Feijão	720.274	6,90	822.320	6,82	813.265	6,67	730.764	5,30
Pastagens	4.517.592	43,28	4.979.480	41,30	5.520.175	45,29	5.999.562	45,54
Outros	356.014	3,41	464.289	3,85	522.454	4,29	536.845	3,90
TOTAL	10.437.374	100,00	12.057.855	100,00	12.189.143	100,00	13.779.002	100,00

FORMAS DE USO DO SOLO	1990 (ha)	%	1995 (ha)	%	2000 (ha)	%
Algodão	618.000	3,91	181.906	1,14	54.709	0,35
Café	383.355	2,43	134.857	0,85	142.718	0,91
Cana-de-açúcar	172.280	1,09	284.586	1,78	327.163	2,08
Milho	2.358.797	14,93	2.448.510	15,36	2.229.947	14,20
Soja	1.972.538	12,48	2.386.523	14,97	2.857.967	18,20
Trigo	1.138.302	7,20	1.038.758	6,51	425.973	2,71
Arroz	121.287	0,77	93.173	0,58	79.822	0,51
Feijão	624.036	3,95	593.590	3,72	540.882	3,45
Pastagens	6.200.000	39,24	6.677.312	41,87	6.700.000	42,68
Outros	2.211.405	14,00	2.106.417	13,21	2.300.000	14,65
TOTAL	15.800.000	100,00	15.946.632	100,00	15.700.000	100,00

FONTE: I.B.G.E. – Censo agropecuário 1985,1995 e 2000

Org.: Wilson A. Teixeira



Considerando-se a forte ocupação inicial da Macrorregião Norte do Paraná, desde os anos de 1930 até o fechamento da fronteira agrícola estadual na década de 1960, juntamente, com a ocupação do seu Oeste a partir dos anos de 1950, registra-se o período de maior ocupação de estabelecimentos agropecuários na estrutura fundiária paranaense. Entretanto, a partir de 1960, é decrescentes a taxa de incorporação de terras, passando de 41% para 12% nos anos 1970 e 80. Os anos 1970 e 80, demonstram a retração no número de estabelecimentos e a diminuição dos mesmos em 18,1%. Enquanto isso, com menos 27,1% de heqetares, ocorre nas lavouras permanentes a maior incidência de perdas de culturas em sua área plantada, ocorrências que confirmam a substituição por culturas lideradas pela soja, em detrimento da cafeicultura e das culturas intercalares, discriminando o pequeno produtor, valorizando a posse da terra e acarretando a concentração da mesma (TABELA Nº 20).

TABELA Nº 20

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DOS ESTABELECIMENTOS, DAS ÁREAS, DAS LAVOURAS, DO PESSOAL OCUPADO E DE TRATORES NO PARANÁ.

- Censos de 1920 a 1995 -

Componentes Agropecuários	Taxas de Crescimento (%)					
	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/85	1985/95
Nº. de Estabelecimentos	38,9	200,9	106,0	- 18,1	2,71	-20,70
Área total em há	28,5	41,7	28,5	12,0	1,94	-4,50
Área de lavoura em ha	77,7	153,3	37,1	28,9	-1,73	-17,62
Lavoura Permanente	145,5	239,1	- 21,2	- 27,1	-34,05	-50,42
Lavoura Temporária	53,8	105,3	91,3	50,4	3,55	-14,21
Pessoal Ocupado	94,7	153,1	54,2	- 8,8	2,61	-30,59
Tratores	330,8	1.750,3	259,4	338,6	22,91	90,54

Fonte: FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário - 1980

As décadas de 1960 e 1970 registram os mais altos aumentos do uso de tratores nos estabelecimentos agropecuários do Paraná, traduzindo os efeitos da aplicação da modernização agrícola nacional na região, enquanto os demais componentes agropecuários, da década de 1970 a 1995, com pequenas oscilações, continuaram com índices decrescentes. A lavoura permanente foi o componente decrescente, com menos 50,42 % entre 1985/1995, período em que também diminuiu o pessoal ocupado nas atividades agropecuárias em 30,59 % (TABELA Nº 20).

4.2. A atuação das cooperativas agrícolas no Norte Central Paranaense no contexto da modernização e da agroindustrialização

Coube ao sistema cooperativista a responsabilidade pela reformulação da comercialização da safra de grãos no Estado Paraná, desde o início da década de 1960, com o beneficiamento e padronização do café para obtenção de melhores preços de venda no mercado; mas a contínua crise cafeeira não conseguiria suportar a nova e crescente cultura de

exportação. Coube também às cooperativas e a outras poucas empresas a diversificação das atividades agrícolas, que ocorreu com maior intensidade a partir da geada de 1975, com o plantio de soja, trigo e algodão, e no início do anos de 1980, com a expansão da cultura da cana-de-açúcar.

No Norte do Paraná, transforma-se uma economia exportadora baseada no café, substituída por outra economia exportadora, intensiva de capital, tecnificada e mecanizável, a exemplo da soja, cuja expansão representativa ocorreria em meados da década de 1970, auxiliada pela política de erradicação dos cafeeiros, apesar da resistência econômica da cafeicultura, diferenciada, neste período, de outros estados da União. As cooperativas agrícolas paranaenses aderem à nova exigência produtiva nacional baseada no modelo de modernização agrícola, para geração de recursos, introduzida na transição dos anos de 1960 para os de 1970, com a produção de grãos voltada para a exportação, isto é, estabelece-se um novo perfil de produção para o Estado. As cooperativas agrícolas, que vinham atendendo os seus associados recebendo e comercializando seus produtos, passam a estimulá-los para atender ao novo mercado, exigindo deles, conforme as regras do capital, que se adaptassem a esta nova exigência produtiva.

O que se identifica no processo de desenvolvimento econômico e industrial paranaense, principalmente na região Norte, é que com a modernização e a agroindustrialização, os estabelecimentos econômicos rurais que mais aparecem neste contexto são as cooperativas agroindustriais, que na realidade, como elo negociante, se constituem atualmente na principal via de agregação econômica entre o produtor rural e a demanda.

A política econômica aplicada à agricultura na década de 1970 atinge a década de 1980 com menor intensidade. Esta fase, considerada de progresso técnico da agricultura, cede posições ao processo de industrialização, que para a agricultura é a fase dos complexos agroindustriais. O crédito rural e a introdução tecnológica via modernização contribuíram para a estruturação dos CAI's, no setor a montante, de agricultura, com a alta agregação de capital para executar a transferência de tecnologia aos outros setores, e a jusante, da agroindustrialização. As relações não se dão somente entre indústrias, mas também vinculam o produtor rural ao consumo desta tecnologia, para que ambos possam manter-se no processo. A fase da modernização tecnológica da agricultura voltada para exportação, nos

anos de 1970, continua, entretanto, com a implantação de indústrias e a transformação da produção. O mercado se especializa na oferta de novos produtos, ao mesmo tempo em que, na dinâmica do processo industrial, as cooperativas agroindustriais, ao estilo empresarial, e outros setores consumidores de máquinas e insumos industriais, continuam dependentes das indústrias processadoras. Assim ambos, a indústria processadora de máquinas e insumos a montante da produção agrícola e a indústria a jusante da produção agrícola, mantêm o fornecimento de produtos à agricultura e à indústria, mantendo também o contexto de relações formador do complexo agroindustrial.

Os níveis de relações entre os vários segmentos internos e externos do complexo agroindustrial são tão intensos na sua dinâmica integradora social e geoeconômica, que os componentes deste complexo, no caso as cooperativa agroindustriais, atuam como agentes da organização espacial, regional e local. Por esse motivo os estudos sobre a introdução, estruturação e evolução das cooperativas agrárias e agroindustriais são importantes para o entendimento da organização espacial da Mesorregião Norte Central paranaense.

Assim, no Estado do Paraná, com algumas mudanças, priorizou-se a industrialização, acentuando-se a agroindustrialização, principalmente entre as cooperativas agrícolas, e estimulou-se o aparecimento de novas formas de produção agrícola, subordinando a agricultura à indústria. Todas estas mudanças na agricultura, ocorridas diretamente nos anos 1970, geraram novas formas de produção e redefiniram as relações de trabalho no campo.

Os anos de 1970 foram férteis para a expansão do setor cooperativista brasileiro. Em 1975, no Estado do Paraná constavam como autorizadas pelo Incra a funcionar 311 cooperativas, a quarta maior cota entre os estados brasileiros, divididas entre as 75 de consumo, 133 escolares, 98 de produção (agropecuárias), 20 de eletrificação rural e 9 de serviços. Em 1984, com exceção das de crédito e de serviço, as cooperativas diminuíram em número de participação funcional. Os setores cooperativistas que mais diminuíram foram, por ordem, o de consumo, em 84% (menos 63 cooperativas); o de produção, em 36% (menos 36 cooperativas agropecuárias); o escolar, em 26% (menos 34 cooperativas); e o de eletrificação rural, em 25% (menos cinco cooperativas). No ano 2000, o setor das cooperativas agropecuárias do Paraná passou a contar com 58 unidades, significando que de 1975 ao ano 2000, desapareceram 40 cooperativas agropecuárias no Estado, por incorporação, fusão ou

outra forma de extinção legal/judicial, já que não pode ocorrer, por força de lei, falência das cooperativas deste setor (TABELA N° 21).

TABELA N° 21

COOPERATIVAS AUTORIZADAS PARA FUNCIONAMENTO NO ESTADO DO
PARANÁ

COOPERATIVAS	1975	%	1976	%	1984	%	2000	%
DE PRODUÇÃO – AGROPECUÁRIA....	98	31,5	72	29,0	62	29,8	58	28,1
ELETRIFICAÇÃO RURAL.....	20	6,4	21	8,4	15	7,2	-	-
DE CONSUMO.....	75	16,4	23	9,2	12	5,8	-	-
CRÉDITO.....	-	-	3	1,2	10	4,8	-	-
CRÉDITO RURAL.....	-	-	-	-	-	-	30	14,6
ESCOLARES.....	133	42,8	122	49,0	99	47,6	-	-
DE SERVIÇO – TRABALHO.....	9	2,9	8	3,2	10	4,8	42	20,4
SAÚDE.....	-	-	-	-	-	-	30	14,6
OUTRAS.....	-	-	-	-	-	-	46	22,3
TOTAL.....	311	100	249	100	208	100	206	100

Fonte: OCEPAR - Organização das Cooperativas do Paraná, 1984 e dezembro / 2000. Obs.: Pode ter ocorrido fusão ou desaparecimento de rubricas no ano 2000. Organizador: Wilson A. Teixeira.

No início da década de 1980, ocorreu retração nas atividades agropecuárias, atingindo principalmente o campo e, por vinculação, as cooperativas do setor. A retração foi devida à falta de oferta do crédito rural e à própria evolução da modernização agrícola, consumidora do exíguo crédito, ainda mais dividido entre os diversos segmentos do setor agropecuário. De 1975 a 1984, desapareceram do total paranaense 103 cooperativas. Mais significativa neste caso foi a diminuição de 36 cooperativas de produção agropecuária: de um total de 98 restaram 62, conforme TABELA N° 21. Esta realidade representa as modificações do processo agropecuário para o agroindustrial. Mesmo convivendo com um período econômico crítico para o setor, as cooperativas que não investiram na modernização, na substituição de culturas e na industrialização desapareceram ou foram incorporadas por

outras. A Cocamar, por exemplo, em planos de expansão econômica na fase de intensa modernização agrícola incorporou em 1979 a Cooperativa Regional de Pérola - COOPÉROLA, de Ibiporã, e na fase de retração econômica, em 1981, incorporou a Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Paranavai – COACA.

A Cocamar conseguiu colocar em funcionamento sua primeira indústria de esmagamento de soja no final do ano de 1978 e início do ano de 1979, o que a estimulou a implantar novas unidades industriais nos anos seguintes. Em 1980, foi implantada uma destilaria de álcool; em 1981 é colocada em funcionamento uma indústria de fiação de algodão; em 1984, passou a funcionar uma refinaria de óleos vegetais e em 1985, foi posta em funcionamento uma indústria de embalagens para óleos comestíveis, e nesse mesmo ano já estavam em testes para funcionamento as indústrias de fiação de seda e outra de fiação de algodão (SERRA, 1986:114).

Aos momentos críticos citados somaram-se mudanças nas políticas econômicas de Estado, e as novas formas de administrar o setor cooperativista agropecuário, observadas em outras seções, em continuidade nos anos de 1990, levaram ao desaparecimento de mais cinco cooperativas e à aquisição de empresas agroindustriais. A Cocamar adquiriu a Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Cana de São Tomé – COAMTO, e deu-se a incorporação de algumas cooperativas por outras, a exemplo da Intergrada, que passou a ocupar os bens da Cotia, de Londrina e da Nova Produtiva, de Astorga, que ocupa os bens da Cocafé. Esta mudança administrativa operada no setor cooperativista é definida como uma reestruturação da anterior.

No contexto da década de 1970, no Estado do Paraná, surgem os grandes complexos agroindustriais ligados às corporações transnacionais e à expansão de cooperativas. Antes da erradicação dos cafeeiros que se seguiu à grande geadada de 1975, as destilarias de álcool estavam ligadas às usinas de açúcar, denominadas de anexas, e a partir daí, as cooperativas agrícolas infiltram-se no setor alcooleiro. Com a instituição do Proálcool, pelo Decreto 76.593, de 14 de novembro de 1975, principalmente, durante a década de 80 e com o aumento de mais duas unidades nos anos 90, atualiza-se no ano 2000 (TABELA Nº 22) o setor produtivo das agroindústrias alcooleiras. São na sua maioria, destilarias autônomas vinculadas às cooperativas agropecuárias como alternativa de diversificação agrícola e mais um meio de agregar valor à produção, influenciadas originariamente pelas políticas creditícias

dos anos de 1970 e de 1980 do Proálcool, que cobriam de 80% a 100% dos investimentos.

As agroindústrias de produção agropecuária que mais cresceram em unidades produtivas, no Estado do Paraná, foram as vinculadas ao setor agrosucroalcooleiro, que de 23 destilarias em 1984 aumentaram para 35 em 2000, significando um crescimento de 64,7% para o segmento álcool da cana. Ao mesmo tempo o número de unidades produtoras de açúcar subiu de 11 para 17, mostrando um crescimento de 64,7%, no segmento cana-de-açúcar para açúcar (TABELA Nº 22). Dado importante é que o setor das cooperativas agroindustriais do Norte do Paraná, onde se situa a quase totalidade das agroindústrias agrosucroalcooleiras do Estado, insere no conjunto de sua internalidade a maioria das empresas deste setor.

Conforme a TABELA Nº 21, anteriormente citada, em 1975 o número de cooperativas agropecuárias autorizadas para funcionamento no Estado do Paraná chegou a 98. A partir de 1976 o montante dessas cooperativas passou a diminuir substancialmente, de 72 em 1976 e 62 em 1984 para, 58 cooperativas no ano 2000.

Para as cooperativas agropecuárias, o período 1984/1989, foi um momento modificador do processo de agroindustrialização, que continuou na década de 1990, intensificando-se o desenvolvimento das atividades agroindustriais mas foi também um momento de desativação de cooperativas agropecuárias. Em 1984, na Mesorregião Norte Central Paranaense existiam 16 cooperativas agropecuárias, número que diminuiu para 11 em 1997. No ano 2000, duas novas denominações sociais cooperativas aparecem por mudanças de razão social, ao substituírem os bens deixados pelas cooperativas desativadas; todavia, conforme referências posteriores, permanece o total de 11 cooperativas na mesorregião.

A agricultura paranaense atendeu à política governamental para o setor, consumindo os novos produtos industriais alterando as relações de produção e comercialização. Antes a intermediação da comercialização, era feita pelo mercado; depois, mesmo com a intermediação, substancialmente repassou-se a produção ao mercado via industrialização. Existem casos em que a agroindústria beneficia o produto e o coloca no mercado regional ou internacional e casos em que o produto é repassado ao segmento industrial para processamento. O produto soja, assim como outros produtos modernos e intensivos de capital, reflete esta seqüência quando comercializado na forma de grãos, farelo,

torta ou óleo comestível. As cooperativas agrícolas não só contribuíram para a indução industrial na agricultura, mas também funcionaram como as principais intermediaristas na relação da dinâmica comercial entre produtor e comprador.

A Modernização Agrícola no Estado do Paraná, iniciada a partir de meados dos anos de 1960 e fixada nos anos de 1970 em processos de implantação industrial, principalmente no Norte do Estado e na sua Mesorregião Norte Central, contextualiza, até os anos de 1980, o período processual mais intenso de agroindustrialização de cooperativas. Na Região Norte, localiza-se o maior número de cooperativas agropecuárias do Estado e praticamente a totalidade das agroindústrias sucroalcooleiras, desde os anos de 1970 até o ano 2000, em sua maior parte vinculadas às cooperativas agroindustriais e localizadas na Mesorregião Norte Central Paranaense, polarizada por Maringá e Londrina.

A política para a agricultura brasileira do Governo de 1964, que impôs inicialmente medidas restritivas de crédito e baixos preços para o café junto aos produtores, forçando estes à erradicação de cafeeiros de um lado e por outro favorecendo e estimulando a diversificação de culturas, consistiu de ações de planejamento e programas de desenvolvimento rural que vão desde meados dos anos de 1960 ao final dos anos de 1970, implantados como estratégia ou modelo capitalista de modernização tecnológica para agropecuária brasileira.

As cooperativas agropecuárias, diante da exigência concorrencial do mercado na quase totalidade da comercialização e enraizadas tradicionalmente na economia cafeeira, são influenciadas pelo avanço tecnológico-modernizador deste período para a substituição de culturas, lideradas pela soja e pelo trigo. Motivam-se para a industrialização, criando na espacialidade rural ambientes industriais, como processadoras de óleos vegetais e de fios de algodão e seda, fábricas de óleo e destilarias de álcool, dentre outros, incluindo segmentos no processo de agroindustrialização cuja configuração como cooperativas agroindustriais as leva aos complexos agroindustriais.

TABELA Nº 22

Destilarias de Álcool em Atividade no Estado do Paraná – 2000

DESTILARIA	MUNICÍPIO	TIPO (*)	ANO ATIVID.
Bandeirantes	Bandeirantes	Anexa	70/71
Central Paraná	Porecatú	Anexa	70/71
Jacarezinho	Jacarezinho	Anexa	70/71
Santa Terezinha	Maringá	Anexa	71/72
Casquel	Cambará	Autôn./anexa: 00	77/78
Damisa	Santo A. Platina	Autônoma	78/79
Alto Alegre	Colorado	Autôn./anexa:91	79/80
Goioerê	Moreira Sales	Autôn./anexa:95	80/81
Santa Laura	Ibaiti	Autônoma	80/81
Copagra	Nova Londrina	Autônoma	81/82
DaCalda	Jacarezinho	Autônoma	81/82
Usaciga	Cidade Gaúcha	Autôn./anexa:94	83/84
Cocafé	Astorga	Autônoma	83/84
Cocari	Marialva	Autônoma	83/84
Cooperval	Jandaia do Sul	Autôn./anexa:96	83/84
Corol	Rolândia	Autôn./anexa:93	83/84
Cotal	Tapejara	Autônoma	83/84
Covapi	Paranacity	Autônoma	83/84
Melhoramentos	Jussara	Autônoma	83/84
Coopcana	São C. Ivaí	Autônoma	83/84
Vale do Ivaí	S. Pedro do Ivaí	Autôn./anexa:93	83/84
Dail	Ibaiti	Autônoma	84/85
Americana	Nova Am. Da Colina	Autônoma	84/85
Coamo	Campo Mourão	Autônoma	85/86
Sabarálcool	Eng. Beltrão	Autôn./anexa:93	85/86
Coamto	São Tomé	Autônoma	86/87
Cofercatu	Porecatu	Autôn./anexa:93	86/87
Coocarol	Rondon	Autônoma	86/87
Julina	Tapejara	Autôn./anexa:93	86/87
São José	Paranacity	Autôn./anexa:94	86/87
Cocamar	Maringá	Autônoma	87/88
Mideçu	Mandaguaçu	Autônoma	88/89
Ivaté	Ivate	Autôn./anexa:96	88/89
Perobalcool	Umuarama	Autôn./anexa:98	89/90
Nova Produtiva	Astorga	Autônoma	99/00

FONTE: MIC/IAA, ALCOPAR, 1987 e 2001. (*) Tipo Anexa: atividade ligada a usina de açúcar.

Org.W..A.Teixeira

Obs.:A Cotal, Covapi e Ivaté foram adquiridas pela Usina Sta.Terezinha e a Coamto pela Cocamar.

O aprimoramento das cooperativas agroindustriais e a sua especialização na verticalização industrial colocam-nas, em termos de categoria funcional, no meio competitivo capitalista de administrar, e para competir neste meio elas assumem padrões específicos de conduta no modo de gestão empresarial, podendo ser consideradas, conforme determinadas referências, cooperativas agroindustriais empresariais ou multicooperativas.

Por outro lado, não podemos esquecer, que devido às influências da política do Governo de 1964 para livre concorrência, mais propriamente entre 1966 a 1971, muitos incentivos tributários para as cooperativas foram cancelados, assim como houve restrição de crédito e proibição de operação com terceiros, que levaram diversas cooperativas ao fechamento. Para aqueles que superaram esta fase, a falta dos incentivos creditícios ao setor foi superada em seguida via processo de modernização agrícola, já que o Governo aproveitou-se das cooperativas para aplicar a sua política de modernização, isto é, em um período curto e transitório, fecharam-se e abriram-se portas de restrição e incentivos às cooperativas. Deve-se observar, também, que no Estado do Paraná, grande parte das cooperativas agrárias estavam voltadas para a produção cafeeira e que superaram a crise, ao aderir à nova economia das culturas intensivas de capital, no processo de substituição de culturas. Nos anos de 1980, as cooperativas agropecuárias paranaenses voltam-se para a industrialização, com a criação de unidades processadoras da produção, deixando de ser apenas veículo de comercialização para entrar na internalidade do complexo agroindustrial, como agroindústrias.

A entrada das cooperativas no setor agroindustrial, para COSTA e HESPANHOL (1995:379), “...reflete-se na estrutura funcional das organizações, uma vez que passam a atuar em ambientes distintos, ou seja, com a sua base rural e com o mercado de produtos industriais”. Concorda com o IPARDES (1985:45), em que as cooperativas, ao se agroindustrializarem, encaixam-se “...entre as duas pontas do mercado, procurando responder simultaneamente às exigências de dois ambientes distintos: de um lado, exigências dos associados que não necessariamente se limitam a preços mais vantajosos e, de outro, exigências impostas pelo mercado, principalmente quanto ao tamanho e eficiência, cujo atendimento é condição para sua sobrevivência.” Ainda mais que a entrada das cooperativas na agroindustrialização não se deu pelo aumento quantitativo de cooperativas, mas por aquelas, em menor número, que sobreviveram às transformações das políticas governamentais

para o setor e à transição para a modernização agrícola, pois conforme indicativo da OCEPAR (1992), no início da década de 1970, o setor cooperativo paranaense compunha-se de 100 cooperativas, diminuindo para 67 em 1992, enquanto o número de produtores rurais cooperados aumentou de 30.000 em 1975 para mais de 150.000 em 1992.

Estas ocorrências de diminuição do número de unidades cooperativistas agropecuárias no Paraná, devido, também, às falhas administrativas e/ou concorrenciais, resultaram em desaparecimento, incorporação ou fusão de cooperativas. As fusões ou incorporações de cooperativas por outras ocorreram para se evitar a liquidação. Registros desses fatos são evidenciados no processo cooperativista paranaense, destacadamente dos anos de 1970 aos de 1990. Atualmente, em 2001, ainda são encontrados tramitando judicialmente processos de liquidação contra cooperativas, principalmente dos anos de 1990.

4.3. A agroindustrialização no processo geoeconômico paranaense: A Região Norte e a Mesorregião Norte Central Paranaense.

A modernização tecnológica da agricultura, envolta na substituição de culturas desde a década de 1970, envolve profundas modificações no processo social e geoeconômico do Estado do Paraná. Dentre as transformações verificadas na economia da região Norte destacam-se as mudanças na produção agrícola e o crescimento da produção industrial, sobretudo agroindustrial.

No tratamento das organizações econômicas que atuam na organização espacial, SANTOS (1997:114) enfoca as cooperativas como transformadores do espaço, por atuarem em

... determinadas áreas de forma regionalizada, estabelecem também uma parcela de divisão do trabalho, colaborando para o arranjo territorial (local e regional) e para a definição (temporal) de uma certa dinâmica social, resultando numa ação no espaço. 'A cada divisão do trabalho, muda o uso do território em virtude dos tipos de produção e das formas como se exercem as diversas instâncias de produção, exigindo novos objetos, geográficos (casas,

silos, etc...) e atribuindo valores novos aos objetos preexistentes’.

O complexo agroindustrial não é só econômico, como uma totalidade espacial, mas configura-se em uma dinâmica integrada e relacional entre o agrário, o industrial e o financeiro, daí porque não se pode pensar simplesmente nas relações cidade/campo. As cooperativas integrantes do complexo respondem por um nível de relações recíprocas entre os ideais coletivos dos associados. Neste contexto as cooperativas são, também, consideradas como agentes de organização espacial.

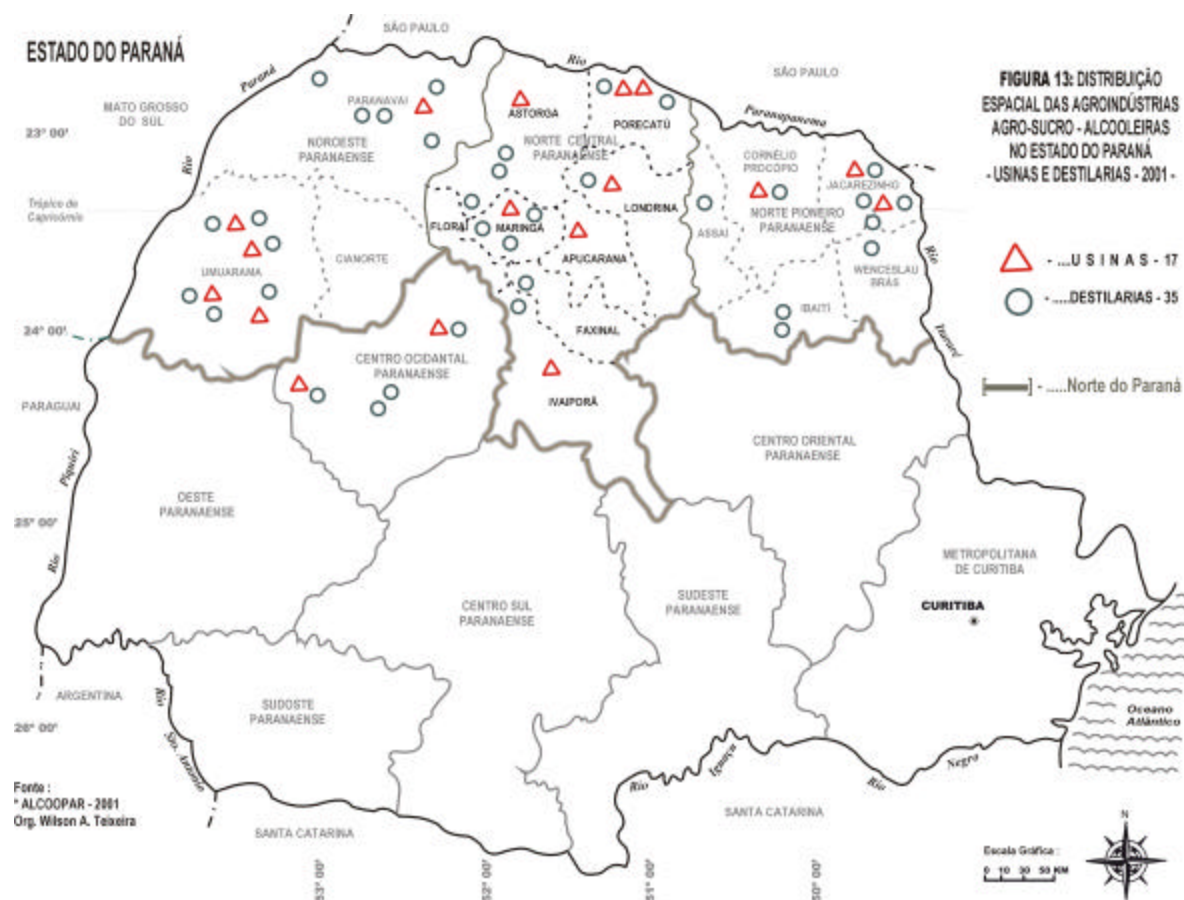
O processo geoeconômico do Estado do Paraná expande-se com o desenvolvimento industrial moderno na década de 1970, com as alterações exigidas à agricultura para o avanço da modernização tecnológica, obrigando-a à agroindustrialização, inserida pelo setor industrial. Estas mudanças impostas à agricultura são notadas na divisão internacional e nacional do trabalho e na desconcentração industrial física a partir de São Paulo, em momentos - mas não só - em que se distribuem espacialmente elementos do setor para a criação de novos pólos industriais. Exemplo dessa realidade é a Mesorregião Norte Central Paranaense, dos pólos geoeconômicos de Maringá e Londrina, em que, segundo ROLIM (1995:52), a desconcentração industrial, “...estabelece-se em decorrência tanto da incorporação e transformação de novas áreas como, nos períodos mais recentes, da crise da economia nacional, que por ser uma crise urbano industrial afetou com mais intensidade o seu núcleo”.

O Estado Paraná aplica sua política de atração industrial através da concessão de subsídios e incentivos fiscais, e na década de 1980, a esses recursos em grande intensidade são distribuídos às regiões mais especializadas. ROLIM (1995:67) destaca que o desenvolvimento industrial recente do Paraná direcionou-se para os setores mais modernos e dinâmicos do Estado, a iniciar pela concentração dessas atividades na Região Metropolitana de Curitiba, de expressivo crescimento demográfico, onde indústrias e agroindústrias se destacaram e espalharam-se pelo interior do Estado, normalmente nos pólos agroindustriais já estabelecidos e na indústria ligada ao ramo de confecções. Destaca-se novamente a Mesorregião Norte Central Paranaense, de Londrina e Maringá, e por extensão e proximidade econômica do pólo maringaense, na fronteira Mesorregião Noroeste, revela-se no ramo de

confeções a cidade de Cianorte. Ressalta-se aqui a procura do capital por aplicar, como forma de produção, suas reservas deixadas pela decadência de outros setores, inclusive o da economia cafeeira.

Enquanto aplicava sua política industrial na década de 1980, canalizando recursos para regiões e setores especializados, anos antes, o Paraná, a partir da primeira fase do PROÁLCOOL (1975/1979), recebeu financiamento para instalar 10 destilarias álcool, fato que o colocou em segundo lugar do País, depois de São Paulo, na implantação de destilarias autônomas e como o terceiro em recebimento de recursos. Na segunda fase do programa (1980/1985), recebeu recursos para instalar mais 22 destilarias autônomas, continuando a ser o segundo Estado brasileiro em número de destilarias e o terceiro em recursos recebidos (BRAY & TEIXEIRA, 1985:30).

Neste contexto ocorreu a consolidação do cultivo da cana-de-açúcar no Paraná, com a instalação de destilarias anexas e autônomas, cujo domínio produtivo localiza-se principalmente na Região Norte. A partir de 1987, o Estado paranaense passa a contar com as já existentes 4 usinas de açúcar e suas destilarias de álcool anexas, que ainda permanecem até 1999. A partir da segunda fase do PROÁLCOOL, o Estado paranaense contava com 4 usinas de açúcar e 25 destilarias de álcool autônomas e anexas. Atualmente, no ano 2001, o Estado do Paraná registra 17 unidades agroindustriais de açúcar (usinas) e 35 destilarias, formando com esta somatória o universo da organização espacial do setor agrosucroalcooleiro do Paraná (TABELA Nº 22 e FIGURA Nº 13), estando grande parte dessas destilarias vinculada às cooperativas agroindustriais.



Ocorrências diversas, no Paraná, como a diminuição substancial do trabalho mercantil na agricultura cafeeira e alimentar, somadas ao acesso limitado ao crédito e à tecnificação agrícola para determinados agricultores, principalmente de limitação econômica, também constituem motivos para a exclusão ou saída do homem do campo. Mantendo-se o pequeno proprietário, no geral, a precariedade de acesso a terra está ligada aos que constituem os não-proprietários, utilizadores de técnicas mais simples e mão-de-obra familiar. As pequenas propriedades⁷ no campo, em grande parte, limitam-se às pequenas plantações – amoreira, uva, mandioca, etc – assim como servem para granjas, atividades de lazer; ou são alugadas, dentre outros fins, para plantações de cana-de-açúcar à agroindústria canavieira e pastagens-reserva para rotação do gado. O que se percebe nos anos de 1980, ainda de forma inicial, é o retorno da produção diversificada, embora não de resultado

⁷ Área dimensionada no campo para diferenciar os tamanhos dos estabelecimentos dos produtores rurais. Para o IPARDES (1983:16), a denominação da relação produtor-área é a seguinte: Pequeno Produtor, até 20ha ; Médio Produtor, entre 50 a 500ha ; e Grande Produtores, mais de 500ha.

competitivo com as denominadas agriculturas modernas, intensivas de capital, a exemplo, dentre outros, da soja e da cana-de-açúcar; porém percebe-se com mais intensidade a produção diversificada nos anos de 1990, por exigência das agroindústrias vinculadas ao novo padrão de desenvolvimento econômico.

As respostas para se afirmar que houve vários fatores para a substituição de produtos agrícolas no Estado do Paraná, mais diretamente vinculados a substituição da cafeicultura, por desfavorável momento econômico temporário de sua cultura, fundamentam-se no mercado consumidor, interno e externo, onde aparecem oscilações de preços e exigências de novos produtos para exportação. Observamos que nos últimos anos da década de 1990 e no ano 2000, vem ocorrendo o retorno da cafeicultura, ainda modesta mas significativa na Região Norte paranaense, com a inclusão, junto à cafeicultura já existente, do cafeeiro adensado. Neste caso entendemos que o fator geada foi mais uma ocorrência circunstancial de aceleração do processo de substituição de culturas do que um fator preponderante. Assim, confirma-se que a substituição de culturas, como um dos aspectos da modernização da agricultura, contribuiu, somada a outros fatores, para a instalação de novos estabelecimentos agroindustriais, para a desestabilização do pequeno agricultor e para o desaparecimento de muitas pequenas propriedades na Região Norte do Estado e com maior intensidade, na Mesorregião Norte Central Paranaense.

No Estado do Paraná, os estudos que envolvem o desenvolvimento econômico regional, neste caso o agroindustrial, do Norte do Paraná e particularmente da Mesorregião Norte Central Paranaense, destacam dois padrões: o padrão tradicional de desenvolvimento agroindustrial e o padrão recente, novo, de desenvolvimento agroindustrial.

CAPÍTULO 5 – MULTICOOPERATIVA: A MORFOLOGIA EMPRESARIAL DE UM NOVO ESTILO FUNCIONAL NO COOPERATIVISMO AGROINDUSTRIAL DO NORTE CENTRAL PARANAENSE.

5.1. O duplo caráter do cooperativismo agroindustrial : a cooperativa é uma associação de pessoas ou uma empresa?

Baseado na fundamentação teórica sobre as “...especificidades das sociedades cooperativas e suas estratégias...”, de que “...o cooperativismo tem duplo caráter: o de sociedade de pessoas e o de empresa”, PANZUTTI (1997:86) parafraseia DESROCHE (s.ref.) e FLEURY (1983), definindo a cooperativa como “...uma associação de pessoas que tem três características básicas”: 1) propriedade cooperativa: significa que os usuários da cooperativa são os seus proprietários e não aqueles que detêm o capital; 2) gestão cooperativa: implica concentração do poder decisório em mãos de associados; 3) repartição cooperativa: significa que a distribuição do lucro da cooperativa (sobras líquidas) é feita proporcionalmente à participação dos associados nas operações da mesma.

Tais características conferem à cooperativa o caráter de ‘empresa-associada’, já que esta inclui:

- a) Associação voluntária de pessoas que constituem uma sociedade; e
- b) Empreendimento comum pelo qual esta sociedade alcança seus objetivos.

(...)

A empresa cooperativa terá as características acima, que lhe dão peculiaridades específicas, tais como:

- a) A de serem idênticos os objetivos da empresa e do cliente associado, denominado por BENECKE (1980:85) de ‘critério de identidade’;
- b) O próprio cooperado é que detém a propriedade da empresa. Na teoria dos contratos, o controle é exercido pelo próprio cooperado, ou seja, a decisão e o controle são exercidos pelo mesmo agente.

A empresa cooperativa, enquanto pessoa jurídica tem por objetivo a defesa da economia individual dos seus associados. Daí porque nessas empresas o fim visado pelo empreendimento se identifica com o da clientela-associada, e sua relação com a empresa se

desenvolve de conformidade com o ‘critério de identidade’, ou seja, são idênticos os objetivos da empresa e os do cliente associado (FRANCK, 1973:16).

(...)

... Elas não possuem, assim, do ponto de vista econômico, uma existência autônoma e independente dos seus membros, como ocorre nas sociedades de capital...

Apesar da natureza econômica da cooperativa agrícola divergir da sociedade de capital – pois aquela tem por objetivo essencial a prestação de serviços, enquanto esta tem por objetivo o lucro – pode-se afirmar que o agricultor cooperado não procura a valorização do seu capital investido na empresa, mas sim, a sua produção, ao contrário de qualquer acionista de uma sociedade de capital cuja finalidade é maximizar a riqueza de seus sócios através do capital investido.”

A partir destas referências questiona-se: como os usuários da empresa cooperativa são seus próprios clientes, não teria sentido obterem lucro de si próprios; e como a empresa cooperativa, destituída de finalidades lucrativas e destinada à prestação de serviço, pode fazer face aos gastos com o custeio de suas atividades?

A resposta para estes gastos é que a empresa cooperativa arrecada através de contribuições de seus associados. Estas contribuições servem não só para custeio das atividades, mas também para fazer frente às inversões existentes em um sistema de capitalização efetivo (PANZUTTI, 1997:88).

As necessidades e demandas do associado, a competição e as transformações cíclicas de mercado levam as cooperativas a constantes especializações e as dirigem para a constituição de grandes cooperativas ou conglomerados cooperativistas, processo também conhecido por concentração empresarial ¹.

O desenvolvimento das cooperativas sempre esteve atrelado aos mercados interno e externo concorrenciais e às políticas de crédito do Governo nacional. No processo de agroindustrialização das cooperativas, o cooperado passa a ter participação mais ativa, por responder diretamente pela escolha das pessoas que vão administrar a cooperativa, nesta nova

¹ São destacados três tipos de concentração empresarial mais frequentes entre as empresas cooperativas, com base em LAUSCHNER (1984): 1. Integração horizontal, quando as empresas cooperativas que exercem a mesma função econômica se unem para formar uma só, em tese, maior e mais forte. Ex.: cooperativas de comercialização que se unem em uma central (para as cooperativas é o método mais importante de expansão). 2. Integração vertical, quando as empresas cooperativas exercem funções econômicas complementares e formam uma só para todas as funções. Ex.: cooperativas de crédito, compras de insumos e vendas de produtos agrícolas, transporte, de inseminação etc. 3. Integração na forma de Conglomerados, quando as empresas cooperativas exercem funções não relacionadas.

fase do gerenciamento coletivo moderno do trato das atividades produtivas, que implica não só a organização administrativa empresarial, mas também a capacidade de relações espaciais que a cooperativa tem com o desenvolvimento local e regional. Assim, a dependência e a formalização do capital empresarial cooperativista, buscado junto aos órgãos financeiros de crédito, está também na relação direta da captação de recursos dos cooperados. Não se trata só manutenção cooperativista: a capitalização empresarial, novamente, rege-se do lucro e do imediato retorno da aplicação que o cooperado exige, já que na internalidade do capital, as pessoas somente aplicam seu capital na esperança da lucratividade.

A cooperativa agroindustrial, na forma do gerenciamento empresarial com especialidades próprias que a diferem de outras empresas, pode traçar estratégias para as suas demandas e para as demandas dos cooperados, sem, no entanto, dilapidar o capital disponível. O gerenciamento administrativo tem sido, no processo regulador da funcionalidade cooperativista, a causa principal da manutenção ou não da sua atividade. A questão de as cooperativas não visarem lucro torna-se desconexa, pois é administrada empresarialmente no modo capitalista de pensar.

O processo de desenvolvimento das cooperativas e de sua transformação em agroindústrias processadoras, segundo PANZUTTI (1997:79), “...a partir de estratégias diferenciadas, deu-se num contexto de transformação do conjunto do agrobRASILEIRO, no período pós-guerra e, mais recentemente, com mudanças no mercado geral, devido à globalização, abertura econômica e integrações regionais.” Acrescente-se ainda que em um dado momento o:

crescimento das cooperativas agrícolas deu-se de maneira diferente da ocorrida nas empresas capitalistas. As empresas capitalistas atuam, no sistema econômico, pautando-se pela remuneração do capital e retenção do lucro, enquanto empresa cooperativa não tem fins lucrativo, mas tem como objetivo prestar serviços aos seus associados. O capital, para estas organizações, é um meio e não finalidade. Por isso, essas empresas utilizam o capital como ‘meio função’.

No entanto, por mais paradoxal que seja, devido à natureza econômica da cooperativa que ‘não busca na organização cooperativa a valorização do seu capital, mas uma valorização dos produtos agrícolas que produz’ (BASTIANI, 1991:289), torna-se imperativo que um dos objetivos da empresa cooperativa seja geração de excedentes.

Tal comportamento impõem-se porque essas cooperativas atuam num

mercado capitalista em que se exige eficiência e competitividade, e também para se ajustar às exigências de seus associados. Em outros termos, as empresas cooperativas investem, e tornam-se grandes conglomerados.

(...) as mudanças no mercado em geral, exigiram das empresas cooperativas agrícolas a elevação de seu patamar de operações, tornando-as macroorganizações.”

Quanto ao **lucro** e à relação com **sobras**, deduz-se das referências teóricas que o lucro da cooperativa para o associado transforma-se em “sobras líquidas”- retiradas das despesas da receita.² Por outro lado, entendendo-se que o cooperado associa-se para utilizar os serviços da cooperativa e não para a obtenção de um dividendo de capital, apesar da intenção de apropriar-se do lucro do intermediário - neste caso da cooperativa, nota-se que o lucro do cooperado está na venda de seu produto pela cooperativa. Simplificando, procura-se o lucro na somatória cooperativa-comercialização na forma empresarial ou o lucro pela produção do cooperado, na associação de pessoas. Outra colocação é a de que “sobras” nem sempre são lucros. Quando são “sobras da cooperativa”, consideram-se sobras da movimentação financeira a partir do momento em que a cooperativa assume o controle da produção do associado. Quando são “sobras da agroindústria”, consideram-se lucros da verticalização – agregação de valores industrializados. Na realidade “sobra”, desde que haja diferença entre as receitas e os custos durante um período determinado, é “lucro”, fundamentado no conceito de lucro empresarial, que para as cooperativas é denominado “sobras”. Assim, com terminologias diferentes, ambos podem ser interpretados por “lucro”, mesmo que o interesse principal de investimento do cooperado esteja na produção, pois sabe-se que : *o cooperado investe mais na produção do que na cooperativa*; logo, o retorno do lucro imbutido está na produção do cooperado.

Ao tratar da natureza das sobras nas cooperativas, BENETTI (1989:135) diz que as cooperativas são importantes centros de comercialização e industrialização e as “...sobras que aparecem anualmente em seus balanços de resultados devem ser consideradas como sendo lucro comercial e lucro industrial”. Por hipótese, explica que quem executa a

² RECEITAS: são as quantidades em moeda corrente que a empresa obtém pela venda de seus bens e serviços durante um período determinado. É o resultado da multiplicação do número de unidades vendidas pelo seu preço de venda (MOCHON e TROSTER, 1994:78)

tarefa de *comerciante* é a cooperativa, e ela, ao vender os produtos, recebe uma quantidade de dinheiro na qual já está embutido o lucro comercial – disfarçado por sobras e lucro industrial, quando o produto é processado.

Supondo que a “...cooperativa não é um simples agente de vendas do agricultor...”, para poder caracterizar melhor o lucro comercial, BENETTI (1988:137), acrescenta:

Afinal ela é uma ‘multicooperativa’. Assim, além de atividades produtivas – correspondentes a simples atos de compra e venda de mercadorias -, exerce a mesma série de atividades produtivas, ou seja, atividades que geram diretamente valor e mais-valia, isto é, precisamos reconhecer a cooperativa como verdadeira indústria de armazenagem, transporte, secagem, limpeza e beneficiamento de grãos.

(...)

Sendo assim, o desenvolvimento das cooperativas pode ser explicado pela inversão do produto excedente gerado em suas atividades comerciais e industriais.

(...)

E, como as cooperativas, são o elo de transmissão imediata entre produtores e esses setores capitalistas urbanos, seria ela que ficaria com esse valor nas mãos.

Baseado nestas colocações deduz-se que a acumulação do capital nas cooperativas – lucro comercial e industrial - eleva-as à denominação de **multicooperativa**, dada pela expropriação dos produtores – na comercialização, nos fundos de financiamento da produção, na aplicação dos fundos-cotas de participação, na verticalização industrial, quando embute valores ao produto etc.³ Esta fundamentação de multicooperativa data dos primeiros anos da década de 1980, quando ainda não se previa - antes da Constituição Brasileira de 1988 - maior abertura administrativa empresarial, pelo direcionamento legal e liberal da **autogestão** às cooperativas, intensificada no Paraná a partir da década de 1990, o qual possibilitou, ainda mais, a atuação empresarial das cooperativas agroindustriais.

5.2. Do padrão tradicional ao padrão moderno de desenvolvimento agroindustrial no contexto do multicooperativismo paranaense.

A existência da oferta da matéria-prima, inicialmente não induzida pelo setor industrial, como fator dinâmico do desenvolvimento da agroindustrialização, constitui-se no primeiro padrão de desenvolvimento econômico agroindustrial. É a matéria-prima atraindo a implantação de indústrias processadoras.

Compreendidas no espaço agrícola, as primeiras atividades agroindustriais no Estado do Paraná estavam voltadas principalmente para o extrativismo vegetal, do qual se valeram os setores industriais para localizarem-se próximo da fonte produtora de matéria-prima que suprisse suas necessidades. O exemplo é dado inicialmente com a industrialização da erva-mate e da madeira, destacadamente enquanto duraram como ciclos econômicos. Seguiu-se a expansão da economia cafeeira, na Região Norte paranaense, abrindo para a agroindustrialização novas atividades, como as das unidades beneficiadoras, não no campo, mas nas áreas urbanas periféricas ou centrais, circundadas por cafeeiros.

Da década de 30 à década de 60 do século XX, registra-se o predomínio do ciclo econômico do setor cafeeiro no Paraná, cultura que dominava os solos férteis da Região Norte. A partir daí, pelos vários fatores citados, começou sua decadência, inclusive decorrente da modernização técnica e substituição de culturas, as quais na realidade aconteceram por falta de mercado consumidor e pela orientação governamental, cujas políticas financeiras estimulavam outro mercado, que viesse atender ao avanço da industrialização no setor agropecuário. Enquanto permaneceu o ciclo econômico cafeeiro, empresas e indústrias localizaram-se próximas desta matéria-prima, inseridas no processo do primeiro padrão econômico industrial.

Para justificar as afirmativas sobre os esforços do governo em aplicar a política de incentivo à industrialização na década de 1960, citamos PADIS (1981:197), que ressalta que dos financiamentos aplicados às atividades industriais, até 1967,

³ Fundamentações e maiores detalhes sobre a questão da retenção (lucro-sobra, captação de investimentos e os princípios que regem a retenção, agregação vertical, etc), e os princípios que regem a retenção nas cooperativas, leia BENETTI (1982:146).

... uma quinta parte foi destinada à indústria de extração e exploração de produtos de origem florestal, ou seja, à produção de conglomerados de madeira, de pasta mecânica e de papel; trinta por cento à indústria de beneficiamento e transformação de produtos da lavoura, donde se destacam as indústrias de óleos vegetais e de café solúvel; e 15 por cento à indústria de produtos de origem animal, especialmente frigoríficos.

Com a substituição da cultura cafeeira, transforma-se a produção agrícola, diversificando-se e favorecendo o crescimento do setor agroindustrial. As atividades agroindustriais que mais cresceram de 1966 até o ano de 1970 foram as ligadas à produção de óleos vegetais, destacadamente da soja, e à agropecuária, especialmente para atividades frigoríficas e produção de couros. Estas atividades econômicas de desenvolvimento regional foram mais destacadas na Região Norte do Paraná por encontrar-se aí a maioria dessas fontes produtivas. No processo de diversificação, a década de 1970 foi marcante para a indústria de transformação no Paraná, chegando a superar a agricultura em geração de renda. Destacou-se a agroindústria de alimentos e óleos vegetais brutos, e no período a matéria-prima exigiu atividade de elaboração mais aprimorada pelo setor agroindustrial. Neste período destacam-se o eixo industrial Curitiba-Ponta Grossa, que participou em 1971, com 36% do valor adicionado da indústria de transformação e 20% da agroindústria do Paraná, e o eixo Maringá-Londrina, que participou com 22% do valor adicionado da agroindústria e 19% da indústria de transformação (IPARDES, 1974:18-34).

É evidente, diante de várias contradições, que as cooperativas agroindustriais, para efetivarem-se na economia nacional e primordialmente na estadual e devido ao contexto da sua relação regional e local, reestruturaram suas economias e filosofias de trabalho. Além disso contribuíram para a execução das políticas da modernização agrícola e promoveram a organização capitalista da produção e o desenvolvimento da industrialização. As cooperativas agroindustriais, de repassadoras de matéria-prima passaram à verticalização da produção agropecuária.

Confirma-se que a década de 70, no processo de diversificação agrícola, foi o período mais marcante para a indústria de transformação no Paraná, chegando a superar a agricultura em geração de renda. As cooperativas agrícolas, como organismos representativos de associados da produção agropecuária, que eram favorecidas pela proximidade, controle e comercialização da matéria-prima, diante das profundas modificações na agricultura nas

décadas de 1960 e 1970, voltaram-se para a instalação de unidades industriais, principalmente agroalimentares, passando a fornecer não só a matéria-prima e insumos, mas também bens de consumo final, a exemplo do óleo de soja refinado. Este contexto, destacadamente formado na década de 1970, é considerado como impulsor da verticalização agroindustrial no processo produtivo paranaense, mediante incentivos do governo, já relatados, entre os quais consta o de favorecimento creditício. A passagem pela década 1970 caracteriza o período de criação de uma novo estilo de cooperativismo, mais fortemente perceptível ao passar por aprimoramentos nas décadas seguintes, envolto em nova estrutura dominante de associação de capitais de estilo empresarial, denominada multicooperativa, diferente da associação cooperativa simplesmente de pessoas dos anos iniciais de sua conformação.

Tanto no mais simples processo produtivo como na mais sofisticada empresa moderna pode-se identificar o predomínio de um determinado padrão de desenvolvimento, segundo ASSUMPCÃO, CONSONI e GALINA (1990:136), os quais deduzem que, “...conforme o padrão tradicional, a produção agrícola seria o principal fator na determinação dos tipos de investimentos agroindustriais na região.”

O primeiro padrão de desenvolvimento agroindustrial, para KAGEYAMA *et al.* (1987:3), refere-se às instalações nas tradicionais regiões agrícolas do Estado – Norte e Oeste – após a fase mercantilista de produção e definição do complexo rural, no momento em que as agroindústrias processadoras e exportadoras de produtos agropecuários, buscando a matéria-prima de que necessitavam, instalaram-se na região produtora. Este padrão se estenderia aproximadamente até meados dos anos de 1980, enquanto o segundo padrão já estava se impondo na década de 1970. Sobre o primeiro padrão de desenvolvimento industrial, MORO (1997:55) diz que

...foi muito bem ilustrado pela presença pioneira das unidades industriais da SANBRA, ANDERSON CLAYTON, CARGILL, BRASWEY, dentre outras, presentes nos principais pólos agroindustriais da região (Londrina, Maringá, Apucarana). Simultaneamente, cumpre destacar a presença, na maioria das cidades de porte médio da região, de unidades produtivas menores, formadas por capitais locais, algumas das quais implantadas pelas cooperativas agropecuárias (COAMO – Campo Mourão, COCAMAR – Maringá, COROL – Rolândia, dentre as principais). Quanto ao desenvolvimento agroindustrial nas cooperativas agrícolas, com transformações para o novo perfil empresarial multicooperativo, recorda-se que somente após o final da década de 60 e início dos anos 70,

é que foi presenciado.

No processo de modernização e substituição de culturas, as principais cooperativas passam por uma transição econômica, e até então a fase inicial de industrialização era o processamento da produção. A partir do momento, nos anos de 1970, em que as cooperativas transformam-se em empresas agroindustriais, acrescentaram-se, no processamento, outras formas à produção. As cooperativas agroindustriais verticalizam-se de modo empresarial na industrialização da produção agropecuária. Estas ocorrências melhoraram o posicionamento econômico das cooperativas no mercado e acentuou-se a dependência da agricultura em relação aos processos da industrialização.

A lógica capitalista é determinante não só para a indicação modernizadora, mas também para a produção e a demanda da agricultura e da indústria. Sobre o assunto, DELGADO (1985: 124) destaca:

Em particular, as empresas integradas verticalmente na agricultura e na indústria, as cooperativas centrais de comercialização rural e os ramos agrícolas de alta integração com o comércio, desfrutam de condições privilegiadas de planejamento da produção, tendo, ao mesmo tempo, acesso privilegiado aos canais de financiamento do crédito rural em geral e do crédito favorecido para exportação. Ademais, o seu próprio poder de monopólio, combinado aos benefícios diferenciais da política agrícola conferem-lhes margens de lucratividade mais estáveis e generosas.

Na relação capitalista, não se pode esquecer, nos processos de integração social ou empresarial, que o Estado, conforme MULLER (1981:74), “... é o agente que converte parte do capital social total na agricultura em capital geral. É que o Estado erigiu-se em capitalista financeiro por excelência, levando também para a agricultura a separação entre o grande e o pequeno capital (...). O Estado planifica a agricultura para o lucro, no interior do qual opera uma certa taxa média que distribui os capitais privados e, por força, as diversas formas de riqueza produtiva.”

É evidente que as políticas financeiras de crédito favoráveis aos setores agrários, a juros subsidiados e a longo prazo, favoreceram as cooperativas agrárias na verticalização industrial, incluindo-as no processo estrutural do complexo agroindustrial. Mesmo quando, no período crítico de crédito que afetou o setor cooperativista nos primeiros

anos da década de 1980, por falta de crédito subsidiado, as cooperativas agrárias, em maior parte, superaram este momento crítico, valendo-se de seus próprios recursos. A crise, todavia, não durou por muito tempo, tendo retornado o crédito em meados da década. Enquanto dependentes de seus próprios recursos, as cooperativas agrárias tiveram que mostrar as suas potencialidades de autocapitalizar-se.

O modo capitalista busca na produção agrícola recursos para acumulação do capital, e a necessidade de produzir e alcançar produtividade passa a ser motivo de a direção de cooperativas ao estilo empresarial buscar caminhos para o seu desenvolvimento. Um dos caminhos é a expansão pela agroindustrialização, incorporando às cooperativas novas formas de verticalização industrial e comercial da produção agrícola, como meio para agregar valores ao conjunto empresarial cooperativa-associados. As cooperativas juntam em seu contexto empresarial corporações associadas e não associadas ao seu estilo empresarial e comercial, inclusive somente por vinculações contratuais de fornecimento ou comercialização da produção industrial. Exemplos específicos são: suco de laranja, envase de óleo comestível, realce nominativo empresarial emprestado a outros produtos, etc., todos produtos de outras empresas que recebem acompanhamento técnico, comercial e mercadológico da empresa agroindustrial cooperativista.

A agroindustrialização constitui-se do processo de internalização, por fusão da agropecuária com a indústria e de agregação de valores pela verticalização da produção. A transformação da produção agropecuária, conhecida como uma etapa do processo produtivo, agrega valores à verticalização industrial. Daí o motivo por que, na produção agrícola entre agricultura e indústria, a agroindústria é a que orienta e cria condições de dependência para que a agropecuária forneça sua produção para o processamento industrial ou para a comercialização. A relação ou a integração entre agricultura e indústria dá-se pelo entendimento, principalmente contratual, sob direcionamento da agroindústria, em troca do pagamento em espécie, orientação dos tratos culturais, fornecimento de sementes, assistência técnica, garantia de comercialização, dentre outras formas. As cooperativas agroindustriais assumem o papel administrativo na forma empresarial, até mesmo do tipo *holding*⁴.

A introdução das cooperativas agrícolas no contexto do processo dinâmico

⁴ HOLDING = controlando. HOLDING Company = Companhia que controla outras. Sobre a integração de capitais cooperativista e em forma de *holding*, etc, assim como, sobre as formas ou integração de capitais e integração técnica, vide maiores detalhes em COSTA (1992) e ABRAMOVAY (1981).

de agroindustrialização como grupo integrante do processo geoeconômico rural nos leva ao esclarecimento principalmente de suas estratégias locacionais, regionais ou locais – localização industrial, matéria-prima, mercado e investimentos produtivos do setor. Dos investimentos diversos pode resultar o aparecimento, além das cooperativas agrícolas, de cooperativas do tipo multiempresarial ou multicooperativas, que estruturalmente podem compor-se para a verticalização industrial, a integração empresarial de participação associativa ou até mesmoem decorrência do caráter de interligações multissetoriais na agropecuária, em uma forma administrativa coletiva empresarial do tipo **holding**, a exemplo da Cocamar, no papel de **multicooperativa** para evitar a similaridade entre uma associação cooperativista juridicamente limitada, com uma associação no estilo empresarial, que aliás, a associação cooperativista, nos termos de **multicooperativa** é facilmente encontrada no setor agropecuário brasileiro, porém, todas de conformação integradora de capitais na agricultura. O fato é que a atividade fundamental de uma empresa é a produção e o seu objetivo principal é o lucro.

Conforme afirmam MOCHON & TROSTER (1994:77), “A atividade fundamental da empresa é a produção, e seu principal objetivo é maximizar o lucro. Para isso, a empresa deverá ajustar os fatores que emprega – isto é, trabalho, maquinaria e planta – de forma tal que minimize o custo de produção da quantidade oferecida.” Quanto à concorrência de mercado, ela pode ser perfeita quando um mercado se encontra em equilíbrio comercial entre compradores e vendedores; e imperfeita, quando o produtor ou produtores são suficientemente grandes para ter efeito notável sobre o preço.

Em um mercado onde a concorrência é imperfeita, isto é, oligopolista ou monopolista, em que a grande empresa nacional ou multinacional controla a produção e os preços, as atividades produtivas das empresas menores devem se especializar para evitar as ocorrências oscilativas e negativas de mercado. Devem inclusive promover a modernização de suas fábricas ou indústrias para combater esta concorrência, ou procurar crescer através de associações empresariais, ou diretamente e internamente promover a verticalização empresarial. Em qualquer dos casos, devem agregar valores à produção, objetivando nesta agregação a maximização do lucro. O investimento modernizador envolve grandes alterações tecnológicas, que às vezes são conflitantes para a sociedade e para a natureza; daí alertarmos para que as ocorrências modificadoras estejam vinculadas a conceitos de desenvolvimento

que tenham valor coletivo no equilíbrio entre sociedade e natureza.

Para o seu desenvolvimento, a cooperativa agroindustrial depende da capacidade empreendedora de seus administradores diretamente interligados à ação profissional administrativa: depende do conhecimento, zelo pelo trabalho, ética, etc., de seus diretores, gerentes, ou outras pessoas que exerçam ou ocupem cargos da mesma relevância. O desenvolvimento da agroindústria se apóia não só na aplicação de recursos gerados pela capacidade técnica industrial, mas também na sua capacidade empresarial. Independentemente dos recursos – que entretanto são necessários – o desenvolvimento não resulta unicamente da poupança e dos investimentos no meio produtivo. O desenvolvimento supõe diferentes formas de aplicar recursos, independentemente do crescimento das aplicações. Daí entender-se que toda aplicação econômica, em um setor, interna ou externa, responde ao estímulo do desenvolvimento.⁵

A existência de um complexo agroindustrial interno, estruturado na primeira fase industrial da Cocamar, com a introdução da fábrica de óleo comestível, da indústria de farelo de caroço de algodão, da unidade de refino e envasamento de óleos vegetais e de torrefadora de café, seguida por outra fase, a dos anos de 1980, com o processamento de casulos do bicho-da-seda, a fábrica de suco de laranja e a destilaria de álcool, indicam os procedimentos empresariais de suas diretorias, que nesta análise, nos leva ao entendimento de que a verticalização empresarial, partiu do pensamento econômico de desenvolvimento industrial, calcado no protecionismo do lucro, contra as grandes empresas capitalistas ou multinacionais que atuavam concorrencialmente no setor agropecuário e, ainda, de que a verticalização empresarial ocorreu como forma de agregar valores a produção. Assim, o comportamento da Cocamar com as atividades administrativas de uma **holding** está na relação de domínio da cooperativa no ciclo econômico e social das empresas associadas. A empresa orienta quanto aos tipos de produtos e de produção e às formas de relações comerciais; inclusive delimita áreas de produção e o número de sócios segundo as disponibilidades e exigências da cooperativa. Exemplo disso é empresa Paraná Citrus, fábrica produtora de suco concentrado e congelado de laranja no Paraná, administrada pela Cocamar, que detém o maior número de suas ações. A destilaria de álcool de São Tomé, na Região

⁵ SHUMPETER (1989:49-56), discute o desenvolvimento, na perspectiva espacial e que o mesmo não é originário somente da economia. Ao mesmo tempo em que comenta a administração empresarial como um promotor de inovações no meio produtivo, apesar da sua temporalidade – a pessoa pode ser mudada.

Noroeste paranaense, também é resultado de projetos implementados diretamente pela Cocamar.

É observada nas cooperativas agrícolas do Norte Central paranaense a existência de consenso em participarem da integração de capitais a jusante da agricultura, com indústrias de óleo vegetais, usinas de açúcar e destilarias de álcool, como forma de verticalização empresarial da produção, ao mesmo tempo em que esta integração ocorre com a agregação de valores à produção.

Nas sociedades cooperativas, inclusive a Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda – Cocamar, a responsabilidade do associado, para com terceiros, sómente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida da cooperativa e esta responsabilidade fica limitada ao valor do capital por ele subscrito, representado por cotas-partes.

Considerada singular, a Cocamar, encontra a origem de seu nome no ciclo progressivo da economia cafeeira. Hoje atua em vários setores da agropecuária e da indústria, e mesmo com atividade intensa voltada à agroindustrialização, exerce significativa influência nos meios sociais, econômicos, políticos e, nos segmentos rural e urbano local e regional. Oferece orientação técnica, compra e armazenagem da produção, a comercialização da produção agrícola e dos seus produtos, e promove relações mercadológicas de compra e venda, relações sociais funcionais e/ou empregatícias, comerciais, financeiras, publicitárias, etc.

O crédito rural e a modernização tecnológica na agricultura favoreceram antes e depois os CAI's. Antes, na sua estruturação; e depois, para que os setores industriais de alta agregação de capital a montante da agricultura executassem transferência de tecnologia aos outros setores industriais a jusante da agricultura, elaborando novas formas de relações na agricultura. As cooperativas agrícolas entram nesse processo modernizador e a maioria passa a mudar o seu comportamento empreendedor.

O comportamento de cooperativas agrícolas, principalmente devido à formação da agroindústria e a sua verticalização industrial, de conotações empresariais, nos remete ao estudo do multicooperativismo, no intuito de entender melhor a sua estrutura de alto padrão de integração entre empresas e associados e as suas relações dinâmicas endógenas ou exógenas, diversas e complexas, como veículo de concentração da produção e de capitais na agricultura.

Abordando a temática das cooperativas empresariais na agricultura e a participação de empresários agrícolas na associação cooperativa com objetivos de ganhos pecuniários e comerciais provenientes da concentração da produção e de sua negociação no mercado, DELGADO (1985:164) acrescenta que esse entendimento era “...basicamente comercial e agrícola, com uma estrutura organizacional relativamente simples e adaptada às necessidades do capital agrário da época, na Europa”. Tal situação contrastava, no Brasil, com com uma estrutura cooperativista de característica comercial predominante até o início dos anos de 1970.

Isto denota que os interesses comerciais e de ganhos capitalistas não desapareceram, mas que na nova dinâmica associativa cooperativista, via modernização, especializada em empresas agroindustriais, as formas de expansão e ganhos são mais especializadas, dentro do novo contexto geoeconômico, no trato da produção e reprodução de bens comerciais. As cooperativas, de simples associações de comercialização agrícola, passam a unidades conglomeradas, inclusive verticalizadas na agroindústria, com diversificação multi e inter-regional

O surgimento de um novo estilo de cooperativismo agrário no final dos anos de 1960, empresarial, denominado multicooperativismo, com base na **multicooperativa**, enseja as colocações de DELGADO (1985:165), de que se trata de uma

...entidade cuja estrutura e dinâmica de crescimento apresenta várias similaridades com a morfologia da empresa controladora de um grupo empresarial. Tais similaridades manifestam-se pela diversificação multissetorial e espacial de operação econômica, e pela complexidade da estrutura organizacional, sob a hegemonia de um **staff** que centraliza as decisões de investir. As diversidades entre a morfologia de um grupo econômico e a figura da multicooperativa, convém ressaltar, são múltiplas, a começar pela própria definição da cooperativa como uma associação de pessoas e não uma associação de capitais ao estilo da empresa.

A diferença entre uma multicooperativa com relações complexas e uma cooperativa de pequena escala é aferida pela medida de suas estruturas físicas e administrativas. A cooperativa simples é realmente de pequena escala comercial produtiva e de mercado, com relativa produção, baixa diversificação, nenhuma verticalização e reduzidas interligações com outras cooperativas. Na multicooperativa ocorre justamente o

oposto, a exemplo das cooperativas empresariais que agregam em conglomerado diversas cooperativas singulares e/ou grandes cooperativas singulares, que para tanto se especializam na verticalização industrial da produção, inclusive podendo ser comparadas a uma **holding**. Nas cooperativas centrais pode ocorrer a instalação do estilo multicooperativa, entretanto no Estado do Paraná não foi observada esta ocorrência. Para ocorrência do multicooperativismo é necessária a continuidade do padrão de integração, que é expresso na relação produtiva entre as cooperativas e os seus associados, mas quando tratar-se da decisão final, nivelada a gestão empresarial, a multicooperativa centraliza as decisões de investir, com pequena ou quase nula participação dos cooperados.

A **multicooperativa** deixa de ser uma simples associação de pessoas ⁶ para ser uma complexa e dinâmica estrutura de verticalização da produção e de administração no sentido empresarial. Neste padrão de integração, mesmo existindo exceção, quanto menor for a expressão produtiva do produtor rural, associado ou não, menor será a sua influência na participação e no gerenciamento da empresa. Em outras palavras, a multicooperativa domina o processo de desenvolvimento e polariza administrativamente as suas funções, dentre outras, a de indicador da produção agropecuária e industrial, de controle e comercialização da produção e do produto, de determinação mercadológica e de preços. O domínio também aparece quando ela detém vinculação com outras cooperativas ou empresas associadas ou contratadas.

As cooperativas agropecuárias ao se industrializarem participam do CAI, nas mesmas condições de outras empresas capitalistas. Atuando no mercado devem assumir determinados padrões de conduta que possibilitem sua participação neste meio competitivo, daí por que assumir a aparência de uma empresa capitalista (FLEURY, 1983:143).

As cooperativas agrícolas, ao ingressarem na agroindustrialização, verticalizam-se no processo produtivo, não só para o fornecimento de técnicas e insumos à agricultura, mas também para processar e industrializar seus produtos. Esta relação vinculante de poder industrial acontece através dos projetos geoeconômicos via modernização agrícola,

⁶ A cooperativa é uma sociedade cuja atividade econômica funcional é formada pelo capital dos associados e objetiva o benefício comum do grupo econômico. Existem vários tipos de cooperativas, que diferem de acordo com os seus objetivos – de produção; de consumo; de crédito; de prestação de serviços; etc. A título de exemplo, a cooperativa de produção objetiva a comercialização da produção dos sócios junto a terceiros ou, tem a finalidade de comercializar os bens produzidos pelos seus membros; enquanto a cooperativa de consumo tem a finalidade de comprar bens de consumo revendendo-os aos sócios ou, objetiva atender os sócios no fornecimento de bens produzidos por terceiros.

isto é, por facilidades locais regionais e créditos agrícolas favoráveis investidos nestes setores. A expansão das cooperativas facilitou a inversão de capitais em segmentos industriais articulados com a agricultura, permitindo a PEREIRA (1995:36) afirmar que a expansão ocorreu

... principalmente na verticalização da produção em direção às indústrias de processamento e distribuição de matérias-primas. Isto significa que a incorporação do capital da própria agricultura mediante a migração de recursos, oriundos do patamar de acumulação já alcançado pelas cooperativas, para a agroindustrialização contribui para a transformação da agricultura paranaense em direção a produtos de maior valor adicionado, resultando em mudanças significativas na estrutura produtiva do Estado.

Ao entrarem para a agroindustrialização, as cooperativas centralizam as relações de atividades entre elas e os cooperados e passam a ser garantia de tecnologia e informações diversas e de retorno econômico geralmente favorável, da produção comercializada.

Quanto à participação dos produtores, associados ou não, nos lucros do processo produtivo, as relações com eles estão expressas em contratos reguladores desse processo, já previstos pela multicooperativa. A relação, neste caso, poderá ser encontrada, na região Norte do Paraná com as agroindústrias que trabalham, mais diretamente: com a cultura da laranja, na produção de sucos; com a cultura da cana-de-açúcar, na produção de açúcar e álcool. A título de exemplo citamos algumas cooperativas, altamente de relações integradoras empresarias ou de característica multicooperativa. No Estado do Paraná: Cocamar - Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá Ltda.; Coamo – Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda., de Campo Mourão; Cooperativa Central Agropecuária dos Campos Gerais Ltda.; Cocap – Cooperativa Central Agropecuária do Paraná; Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda.

O desenvolvimento das cooperativas, na maioria das vezes, dependeu do crédito agrícola, favorável ou subsidiado, além de outros incentivos governamentais para o setor, e não exclusivo do fornecimento da produção agrícola de seus associados. No final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, a perda substancial dos financiamentos impõe às cooperativas crescimento conforme sua autocalcapitalização. A sua base associativa de

produtores rurais não é suficiente para arcar com os compromissos com a agroindustrialização. Ao mesmo tempo as cooperativas agroindustriais que funcionam no contexto da modernização agrícola, intensiva de capital, movidas pela dinâmica do modo de produção capitalista, procuram vincular-se a estas regras acumuladas no exercício diretivo empresarial, por imposição desta relação empresarial capitalista, como se seus administradores fossem mais diretores de uma empresa associativa do que de um agrupamento associativo de pessoas da atividade cooperativista tradicional.

Os anos da agroindustrialização moderna refletem a procura das cooperativas agroindustriais, pela mudança variável através da diversificação empresarial, da verticalização industrial, da relação de atendimento não só para os cooperados, mas também para que outros produtores agropecuaristas se integrem à empresa cooperativista sob contratos de diversos vínculos, da relação de atendimento a outras empresas, mais diretamente do seu universo empreendedor, como terceirização, gerenciamento diretivo e de instrumentação técnica a outras agroindústrias de segmentos afins a exemplo da industrialização da sericicultura pela Cocamar, uma das principais cooperativas do Paraná, localizada na mesorregião Norte Central, que iniciou suas atividades industriais em 1978 com o esmagamento da soja. Todo este contexto administrativo visa adicionar valores aos produtos, agregar valores à produção, tanto agrícola como industrial, e levar à procura da maximização do lucro no modo capitalista de pensar, identificando o direcionamento de uma **multicooperativa** do estilo formulado nos anos de 1960, quando a cooperativa agrícola era **única** e a agroindústria era **outra**.

Quanto aos produtores agropecuários não cooperados que se integram às agroindústrias através de contrato, encontramos em BRADENBURG E FERREIRA (1995:66) que essas integrações representam controle industrial sobre a produção agrícola, determinação tecnológica da atividade, controle de qualidade, quantidade e fixação de preços. Significa que esta relação contratual “moderniza” o produtor, mas cria relação de dependência entre ele e a agroindústria, conforme afirma LAUSCHNER (1984:78): “O empresário rural já não será orientado pelas grandes oscilações de preços, mas pelo planejamento racional da agroindústria, esta, por vezes, o substitui e realiza mesmo toda ou parte da produção rural”. Quanto às vantagens oferecidas ao agricultor cooperado pela cooperativa agroindustrial, são citadas a possibilidade de participação nos resultados econômicos favoráveis, assistência e

orientação técnica constante e facilidades de créditos na compra de insumos. Para demonstrar os serviços relevantes das cooperativas, as fundamentações são de CARVALHO, BRITO e PEREIRA (1993:47):

Estabelecem diretrizes para a produção dos associados numa perspectiva mercadológica, vendem em comum os produtos 'in natura' ou elaborados, dando maior poder de barganha aos seus associados. Outra função relevante é o fornecimento de bens de consumo e de bens duráveis, reduzindo através de compra comum e de maior volume o processo de intermediação, consequentemente os preços finais a serem pagos pelos cooperados.

As observações relativas à estruturação da agroindustrialização moderna não podem levar em conta somente as alterações técnicas, mas devem ser somadas a outros fatores que concorreram para a fase de modernização agroindustrial, como a queda econômica do café, a entrada do ciclo da soja que ensejou a agroindustrialização, o intermediarismo da produção agrícola num momento e industrial no outro, a concorrência com grandes empresas nacionais e multinacionais atuantes no setor, a procura da agregação de valores e o favorecimento cíclico de um conjunto de crédito subsidiado que favoreceu a implantação de indústria ao setor cooperativista. A cooperativa, que é uma sociedade de pessoas, que é de comercialização, que é agrária, que é indústria, passa a se comportar em função de suas atividades econômicas ao estilo de uma empresa, agregando funções das atividades administrativas empresariais - daí a sua semelhança com uma empresa capitalista, podendo ser caracterizada como **multicooperativa**.

Na realidade, as restrições financeiras de crédito não atingiram somente os setores da agropecuária, mais precisamente os voltados à agroindustrialização: a situação financeira do Governo Federal no início dos anos de 1980 já deixava prever o período como **a década perdida**. As reformas governamentais impostas, inclusive externas, para enfrentamento da dívida externa e das distorções inflacionárias já indicavam outros segmentos nacionais debilitados, como: transporte, energia, abastecimento de água, telecomunicações, etc.

Estes dados revelam que a retração da oferta do crédito rural do Governo Federal no início da década de 1980 resultou do período negativo do PIB brasileiro. As restrições econômicas adotadas pelo Estado nacional na política financeira de crédito na

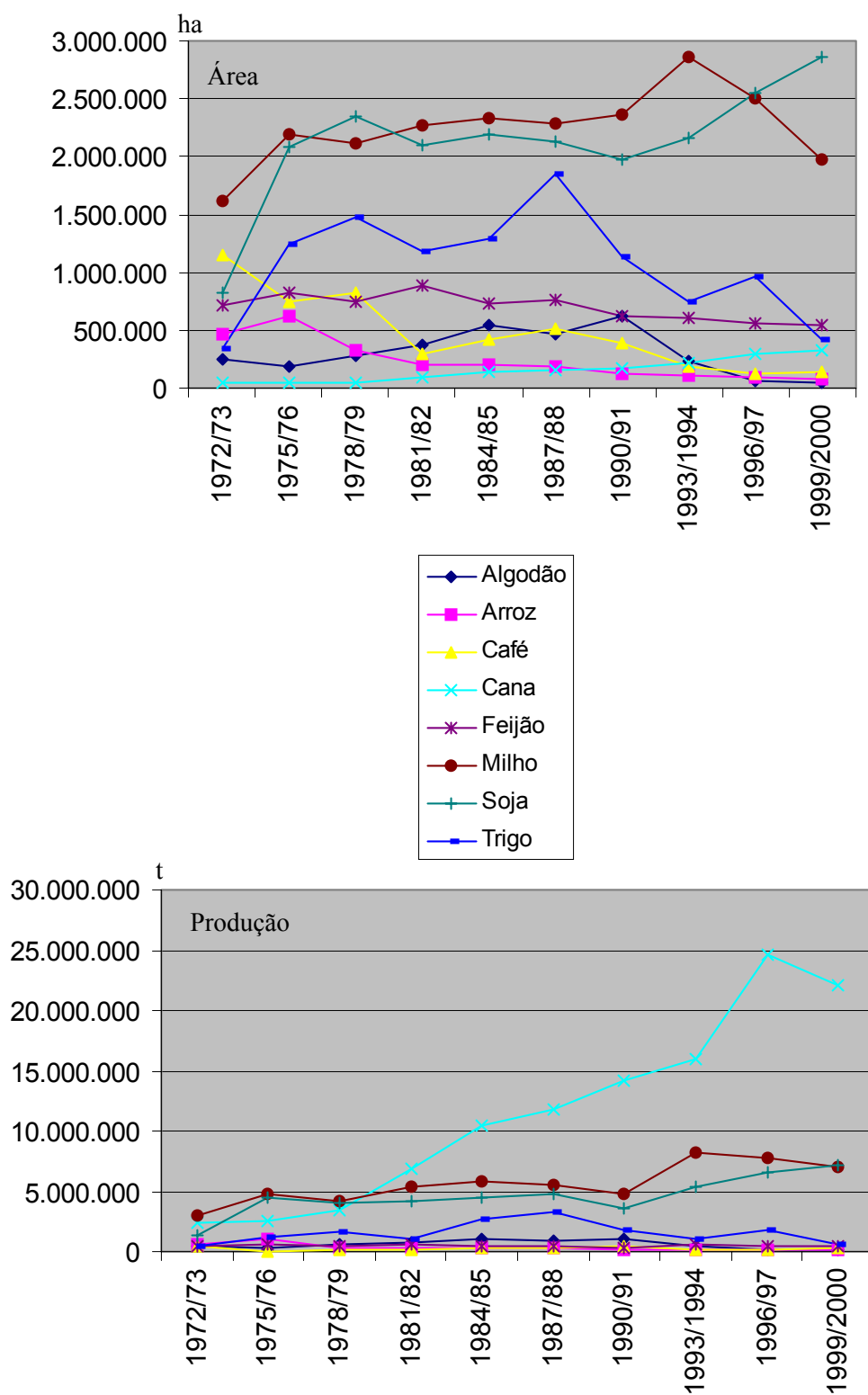
década de 1980 afetaram mais diretamente o setor da agroindustrialização. Verifica-se crescimento industrial entre 1983 e 1987, conforme FIGURA Nº 14, e crescimento menor na produção agrícola do Paraná, mentendo-se as principais culturas em médias estáveis de evolução. Tiveram crescimento razoável as áreas de culturas da cana-de-açúcar, milho, algodão, trigo, soja e diminuição das áreas com café, arroz e feijão, constante da FIGURA Nº15. Mas reafirmamos que, principalmente em relação às cooperativas agroindustriais e agroindústrias sucroalcooleiras, a década de 1980 foi considerada não satisfatória para o desenvolvimento desses setores.

FIGURA Nº 14



Nas FIGURAS Nº 14 e Nº 15 também se pode observar o comportamento dos anos de 1990, com o retorno do crescimento industrial positivo entre 1992 e 1998; mas trata-se de um período de manutenção de área e produção das principais culturas do Paraná, com exceção para o crescimento, tanto em área como na produção, da soja, da cana-de-açúcar e do milho. As culturas do trigo, algodão, arroz, feijão e café, com pequenas oscilações, continuam diminuindo em área e produção até a safra de 1999/2000.

FIGURA Nº 15
EVOLUÇÃO DA ÁREA E DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS DO PARANÁ
- 1972 / 2000 -



Fonte: IBGE /SEAG/DERAL – 1984/1985. Anuário Estatístico do Brasil, LSPA, 2001

Organizador: W. A. Teixeira

No período que abrange a década de 1970 até o início da década de 1990, os anos de 1970 constituíram-se no auge do crescimento da produção industrial brasileira, quando se constituem os complexos agroindustriais, alguns ligados às corporações transnacionais e às cooperativas agropecuárias. Até 1980, a taxa de crescimento da produção industrial no Brasil manteve-se em alta, atingindo mais ou menos 8%, mas de 1981 a 1983 aconteceram oscilações de queda, em média de 6%. Neste crescimento que vai até 1983 insere-se a expansão de áreas agrícolas, porém os resultados econômicos da produção não satisfazem os agricultores, por causa dos preços mínimos da safra cujos ganhos foram diluídos pela crise inflacionária da época. Os anos posteriores, de 1984 a 1987, foram de alta de crescimento da produção industrial brasileira. Teve participação significativa neste contexto o Estado do Paraná, cujos percentuais refletem, praticamente, os dois momentos oscilatórios destes anos para o crescimento da produção industrial. O primeiro o da queda da produção, no início da década, refletindo crises no processo da produção que, neste caso do Estado do Paraná, atingiram as cooperativas agropecuárias. O segundo foi o das altas taxas de crescimento da produção industrial, de 1984/87, decorrentes do retorno dos incentivos financeiros e fiscais favoráveis ao setor agroindustrial paranaense, que estimularam o crescimento do parque industrial, a produção de novas mercadorias da agricultura e a introdução de outras agroindústrias, a exemplo das destilarias alcooleiras, em grande parte vinculadas às cooperativas agrícolas, mencionadas na (FIGURA Nº 14).

Quanto ao crescimento econômico brasileiro, a sua medida refere-se à tendência a longo prazo da produção brasileira pela evolução do PIB – Produto Interno Bruto. O que se percebe com os percentuais de crescimento do PIB total e o PIB *per capita*, conforme TABELA Nº 23 e FIGURA Nº 16. Quando sobrepostas, elas reproduzem os mesmos períodos de ocorrências de crescimentos negativos ou positivos, tanto para a produção industrial quanto para o produto interno bruto brasileiro. De 1971 até 1980, o crescimento percentual do PIB total e do PIB *per capita* se manteve nas médias de 8,7% no PIB total e 6,1 no PIB *per capita*, as mais altas taxas de crescimento econômico de todo período analisado. Isto se deve às medidas do Governo, dos anos de 1960 e de 1970, como intermediador das políticas de preços no comércio interno e externo, e à concessão de crédito favorável, com estímulos fiscais e isenção ou redução do IPI e do ICM para a agricultura e indústrias, via Sistema Nacional de Crédito Rural e o Funagri – Fundo Geral para a

Agricultura e Indústria, além do apoio prestado pelas políticas do IBC – Instituto Brasileiro do Café e do IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool, ambos extintos. O crescimento econômico passa a ter percentuais negativos em média de (-)2,4% no PIB Total e (-) 4,6% no PIB *per capita*, nos anos de 1981 a 1983, recuperando-se em alta de desenvolvimento positivo, com 6,1% e 3,8%, respectivamente, nos anos de 1984 a 1987. No período de 1988 a 1991, novamente as taxas de desenvolvimento econômico, em média, têm crescimento negativo de (-)0,2% no PIB Total e (-)2,2 no crescimento do PIB *per capita* brasileiro ⁷.

A Fundação Iparde (1991) destaca que, enquanto no Brasil a taxa de crescimento do setor industrial foi em torno de pouco mais de 4%, a do Paraná atingiu 8,62% em 1987 e 6,70% em 1991. A recuperação e a expansão das áreas das principais culturas agrícolas do Estado do Paraná aconteceu a partir de 1982, atingindo altos picos na safra 1987/88, razoáveis índices na safra 1993/94, quando decrescem em direção ao ano 2000. A única exceção foi a cultura da soja, que continua crescendo (FIGURA Nº 16)., coincidindo também com o crescimento do PIB brasileiro até 1989; em 1990 e 1991 a evolução passou a apresentar taxas negativas (TABELA Nº 23 e FIGURA Nº 16). O segundo lustro da década de 1980 representa uma fase de recuperação limitada do crédito rural e de expansão do setor agroindustrial cooperativista.

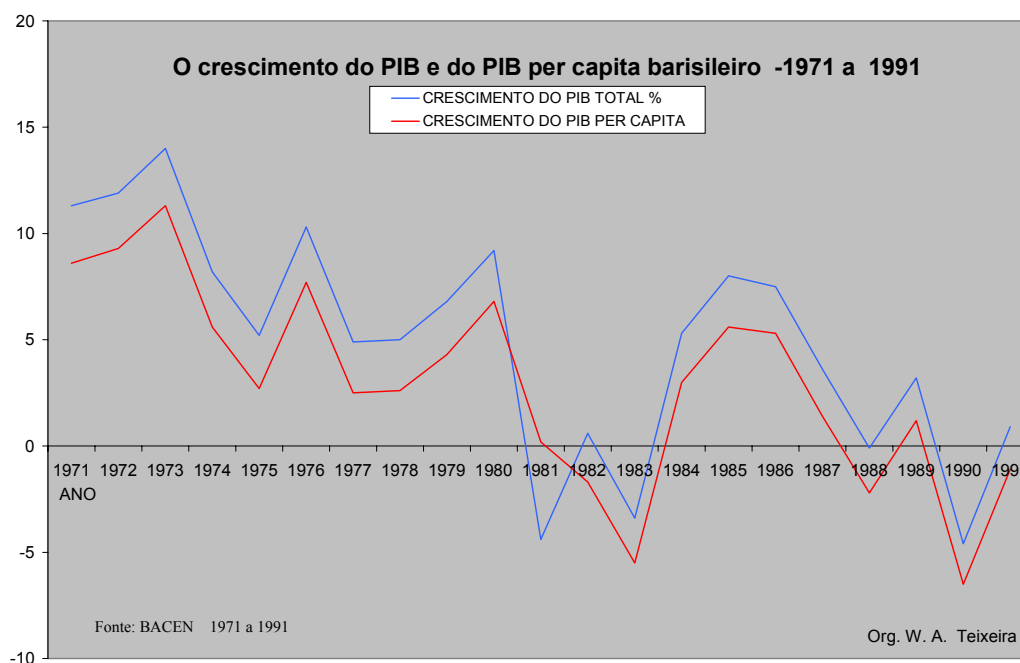
⁷ Lembramos que, o PIB é soma das riquezas produzidas e que a ocorrência da sua expansão, leva a deduzir que houve aquecimento econômico do setor ou de setores.

TABELA Nº 23
O CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO E DO PRODUTO
INTERNO BRUTO PER CAPITA BRASILEIRO de 1971 a 1991

ANO	CRESCIMENTO DO PIB TOTAL (%)	MÉDIA % PERÍODO	CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA	MÉDIA % PERÍODO
1971	11,3	+	8,6	+
1972	11,9	+	9,3	+
1973	14,0	+	11,3	+
1974	8,2	+	5,6	+
1975	5,2	+	2,7	+
1976	10,3	+	7,7	+
1977	4,9	+	2,5	+
1978	5,0	+	2,6	+
1979	6,8	+	4,3	+
1980	9,2	+(8,7)	6,8	+(6,1)
1981	- 4,4	-	- 6,5	-
1982	0,6	+	- 1,7	-
1983	- 3,4	- (- 2,4)	- 5,5	- (- 4,6)
1984	5,3	+	3,0	+
1985	8,0	+	5,6	+
1986	7,5	+	5,3	+
1987	3,6	+(6,1)	1,4	+(3,8)
1988	- 0,1	-	- 2,2	-
1989	3,2	+	1,2	+
1990	- 4,6	-	- 6,5	-
1991	0,9	+(- 0,2)	- 1,1	- (-2,2)

Fonte : BACEN – Banco Central, 1971/91.

FIGURA Nº 16



5.3. O novo padrão de desenvolvimento agroindustrial.

A partir do momento em que a agricultura passa a ser induzida pela indústria na produção de matéria-prima, isto é, quando a indústria dita as normas de produção para o setor agrícola, o padrão econômico deixa de ser considerado como inicial ou tradicional de desenvolvimento agroindustrial. Esta alteração indutiva, ditada pela indústria passa a integrar indústria- e a agricultura em um segundo padrão de desenvolvimento, não considerando a existência da produção da matéria-prima ofertada inicialmente – do primeiro padrão, que pode coincidir, porém, o direcionamento do estímulo produtivo não parte da agricultura, mas sim da indústria. Em síntese, no segundo padrão de desenvolvimento agroindustrial é a indústria, para servir-se, que estabelece qual matéria-prima deverá ser produzida.

O primeiro padrão de desenvolvimento coexistiu, até meados da década de

1980, com o segundo padrão, introduzido nos anos de 1970. O segundo padrão de desenvolvimento agroindustrial refere-se àquele em que a indústria se estabelece na região para aproveitar a potencialidade da agricultura e, por conseguinte, do produtor rural, em se enquadrar nas condições empresariais. Essa capacidade passa, então, a ser o fator de atração de investimentos, sobretudo nas tradicionais regiões agrícolas do Estado, onde o produtor já é detentor de um capital técnico capaz de responder às condições procuradas e exigidas pela indústria.

As cooperativas entram no processo produtivo de verticalização industrial, não só para fornecer insumos e assistência técnica à agricultura, mas também, nas etapas da produção agrícola, processar e industrializar produtos. No caso da soja, inicialmente a industrialização se dedicou ao trato do óleo bruto, e finalmente, à produção do óleo refinado para consumo. A agroindústria representava em 1970 aproximadamente 75% do valor da produção da indústria paranaense, 45 % do pessoal ocupado e 65% do valor da transformação industrial, segundo ASSUMPÇÃO, GALINA E CONSONI (1991:21), que já indicava em outra fonte (1990:135), a indústria superando a agricultura na geração de renda a partir de 1976, principalmente no gênero agroindustrial de produtos alimentares e de produção de óleos vegetais brutos. Ainda, sobre a superação da agricultura pela indústria em geração de renda interna no Estado do Paraná, LEÃO (1989:28) diz que parte da explicação pode ser dada pelo caráter da dinâmica da modernização agrícola. Para aquele autor a agroindustrialização constituiu-se na principal vertente do crescimento industrial, mas a indústria se diversifica ao instalar gêneros e grupos industriais novos. Para isto contribuíram diversos fatores como: “...as condições locais do Paraná, a definição de uma política de desenvolvimento, centrado no Badep, a instalação de uma infra-estrutura de transporte e energia elétrica adequada ao investimento industrial e o fato de a economia brasileira atravessar um período expansivo, com retomada dos investimentos privados.”

No segundo Padrão econômico, a indústria passa a ditar as normas de produção à agricultura e faz surgir na Região Norte, em especial, na Mesorregião Norte Central Paranaense, em resposta à modificação do processo econômico, a necessária integração da transformação industrial da produção agrícola de suco à citricultura, da produção de adoçante dietético à esteviocultura, da produção de fios de seda à sericicultura, contribuindo para novas formas de agroindústrias empresariais. Estas formas empresariais de

agroindústrias, na sua maioria, estão vinculadas às cooperativas agrícolas. A Cocamar, por exemplo, passou pelo padrão tradicional agroindustrial através do beneficiamento de produtos agrícolas e agora, quando dita normas à produção agrícola, em momentos de vertilização empresarial, envolve-se com o segundo padrão de desenvolvimento agroindustrial.

Conforme MULLER (1990:5), o complexo agroindustrial foi um dos resultados da modernização agrícola. A modernização, com seus vários indicadores – tecnologia, uso do solo, tratos culturais, mão-de-obra especializada, etc. explica modificações no espaço e nas atividades rurais. Estes fatores, segundo DAVID e MARAFON (1994:69), acarretaram “... transformações significativas no meio rural à medida em que afetam direta e indiretamente os meios de produção e, conseqüentemente, as formas de exploração agrícola.”

Enquanto no Estado do Paraná as formações agroindustriais modelavam o espaço, na Região Norte a integração indústria-agricultura pode ser verificada através do processamento de novos produtos, desde os primeiros anos da década de 1970, quando da substituição, tecnificação e diversificação da agricultura.

A sericicultura, na Mesorregião Norte Central Paranaense, de forma produtiva acontece na Cocamar, com a produção entregue a partir da década de 1980, quando 50 produtores participam deste segmento, com produção de casulo verde, na safra de 1984/85, de 53.533kg. Em 1990, na produção de casulos encontravam-se 1.500 sericultores, aumentando a produção para 2.200.000kg. de casulos na safra 1989/90, conforme TABELA Nº 24.

TABELA Nº 24
NÚMERO DE PRODUTORES E PRODUÇÃO DE CASULO VERDE
RECEBIDOS PELA COCAMAR – SAFRAS 1984/85 - 1989/90.

Safra	Número de produtores	Casulo verde (em kg)
1984/85	50	53,533
1985/86	200	385.010
1986/87	350	816.167
1987/88	420	1.200.000
1988/89	750	1.434.948
1989/90	1.500	2.200.000

Fonte: COCAMAR – Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá. Divisão da Seda - 1990

No novo padrão de desenvolvimento, “... não é mais apenas a existência de matéria-prima em abundância que estimula e determina a instalação das indústrias processadoras. As agroindústrias são projetadas, até mesmo instaladas e, paralelamente, são realizados projetos para estimular a produção da matéria-prima pelo setor agrícola de forma integrada...”, afirmam ASSUMPTÃO, CONSONI e GALINA (1990:137). Afirmam ainda que a sericicultura paranaense, iniciada nos primeiros anos da década de 1970, enviava para São Paulo a produção de casulos para processamento e, posteriormente, para as indústrias japonesas Bratac, em Londrina e Kanebo, em Cornélio Procópio, ambas localizadas na Região Norte do Paraná. Acrescentam ainda que

A produção se dava de forma integrada, uma vez que as indústrias forneciam o insumo básico - as lagartas - para o produtor, e se constituíam em únicas compradoras da matéria-prima - o casulo. Isto colocava os produtores em total dependência dessas empresas. Deve-se ressaltar que o produtor, para ingressar na sericicultura, realiza investimentos expressivos no estabelecimento da lavoura - que é perene - e na construção de instalações, - que não possuem uso alternativo. Desta forma, ele não pode deixar a atividade sem incorrer em perdas.

Assim, as duas empresas que detinham poder de oligopólio na comercialização do produto, definiam um preço único, e os sericultores não possuíam qualquer outro parâmetro para comparação. Essa situação levou à criação de uma associação no município de Nova Esperança. Por reivindicação dessa associação, a COCAMAR - Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda. - dá início aos estudos necessários à instalação de uma fiação de seda.

A Cocamar, após verificar as viabilidades econômicas do projeto, desenvolve estudos para o domínio tecnológico da criação do bicho-da-seda e introduz a indústria de fiação de seda no seu complexo agroindustrial cooperativista, aumentando o número de associados e expandindo o seu setor industrial, mantendo ainda hoje a indústria de fiação. A empresa passa a limitar o número de produtores e o “quantum” produtivo para este setor regional da sericicultura, procedimento que a coloca no novo padrão de desenvolvimento agroindustrial - segundo padrão, pois é a indústria cooperativista que dita as normas para o funcionamento produtivo do setor.

Ocorrência idêntica de percepção do segundo padrão de desenvolvimento econômico agroindustrial no Norte do Paraná, devido à localização quase total da cultura da

cana-de-açúcar, é encontrada no setor agrosucroalcooleiro, na década de 1970, mais precisamente a partir de 1975, com a criação do Proálcool. Antes deste evento, o açúcar era considerado um produto da cana, enquanto o álcool era um subproduto. A matéria-prima processada atendia às necessidades da agroindústria açucareira e as sobras serviam à produção de álcool. Com os novos incentivos dados ao setor canaveiro, via crédito financiável fácil, a cultura canavieira e as destilarias de álcool se espalham pela Macrorregião Norte do Paraná, ocupando, na forma de substituição de culturas, áreas deixadas pela cafeicultura e/ou aumentando em produtividade a cultura, quando estimulada pelo Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar – Planalsucar

No setor alcooleiro, das 31 destilarias (TEIXEIRA 1988: 258) relacionadas até o final da década de 1980 consideradas agroindústrias autônomas, sem contar as destilarias anexas ligadas às usinas de açúcar, aproximadamente a metade estava vinculada às cooperativas agrícolas. O fato caracteriza fortemente a presença do novo padrão de desenvolvimento agroindustrial, onde o setor agrosucroalcooleiro passa a determinar a capacidade necessária ou ideal da produção de matéria-prima, através de produção própria ou de terceiros fornecedores, para o abastecimento do setor transformador agroindustrial. Novamente é a indústria que impõe as normas à agricultura para a produção da cana-de-açúcar, mesmo quando o governo regula as cotas de produção para as usinas de açúcar destilarias de álcool.

As transformações na produção agrícola fazem, ao mesmo tempo, a expansão, a diversificação e a concentração no setor agroindustrial regional, segundo ASSUMPÇÃO, GALINA E CONSONI (1990:135), segundo os quais as atividades que mais cresceram no Paraná foram a produção de óleos vegetais, especialmente de soja, o beneficiamento de fibras, o abate de animais e a produção de couros, peles e similares. “Essas atividades encontram, no norte do Estado, vantagens em relação à abundância de matéria-prima para a localização de suas unidades processadoras. Portanto, a disponibilidade de matéria-prima foi fundamental para o estabelecimento e expansão das atividades agroindustriais.” A década de 1960 foi importante para a indústria de transformação do Paraná, porém a década de 1970 foi a mais marcante para a indústria de transformação do Estado do Paraná, quando, repita-se, após meados de 1970, passa a superar a agricultura na geração da renda, destacando-se a agroindústria de produtos alimentares e de produção de

óleos vegetais brutos. Quanto à produção da cultura da estévia na região de Maringá, as safras de 1988 a 1990 indicaram as oscilações econômicas desta cultura, com a queda na safra 1988/89, de 190 para 110 produtores, ocorrendo o mesmo com a área plantada, de 254 para 120 hectares, e na produção de folhas, de 421 para 328. Salvou-se pela produtividade, que de 1,66 toneladas por hectare na safra 1988/89 passou para 2,73 t/ha na safra 1989/90. Estes contrastes continuaram nos anos seguintes, e atualmente significativa parcela da produção de estévia – para produto adoçante dietético -, procede do mercado exterior, principalmente do Japão.

A redução da produção de estévia no Paraná decorre, além do problema de mão-de-obra, principalmente da relação produção agrícola e custos industriais. A produção agrícola da estévia concorre internamente com outros segmentos especializados, em cadeia produtiva, na comercialização e na industrialização, a exemplo da soja, do milho, da cana-de-açúcar, da laranja, etc., enquanto para a estévia, o primeiro momento de processamento industrial em *steviosídeo*, fora do país, torna-se custo vantajoso para a sua compra pelas empresas brasileiras, pois o mesmo é transformado novamente em produtos dietéticos.

A estévia, conforme o jornal O Estado do Paraná (2000:6), já foi sensação entre os produtores durante os anos de 1980 na região de Maringá. Porém a sua cultura quase sumiu da região, mesmo com a boa aceitação do adoçante produzido, cuja demanda ocuparia aproximadamente 300 hectares e em todo o Paraná o cultivo não passa de 50 hectares. A Steviafarma Industrial S.A. prevê exportar nos próximos 5 anos, US\$ 5 milhões em adoçantes produzidos a partir das folhas da estévia para os Estados Unidos, além de suprir o mercado interno crescente. Deduz-se que os motivos para a grande diminuição da cultura da estévia estão vinculados aos problemas de mão-de-obra relativa a concorrência de outras culturas e à compra do produto externo industrializado *steviosídeo* a custos menores do que o interno.

Duas empresas localizadas em Maringá participam da comercialização e da industrialização da estévia. Uma é a Light Sweet Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., que distribui para os mercados interno e externo os produtos *Lowçúcar*, nas linhas *Louçucar Magro*, *Stévioside* e *Stevia Plus*. A Light Sweet importa do Japão e da China o produto processado “*steviosídeo*” para a sua transformação industrial e elaboração do produto; e a outra empresa, é a Steviafarma Industrial S.A. importa do Paraguai a maior parte da matéria-prima que consome e adquire tudo o que é encontrado na região de Maringá, produzido pela

cultura da estévia, e a sua marca aparece no mercado com a denominação *Stevita*, em todas as linhas de produto.

Relacionada como exemplo de um novo padrão de desenvolvimento agroindustrial ou segundo padrão foi a produção do adoçante dietético extraído da planta **stevia rebaudiana**, que possui poder adoçante 300 vezes maior que a sacarose de cana. A esteviocultura foi implantada na agricultura norte-paranaense polarizada regionalmente por Maringá, após utilização do projeto de pesquisa desenvolvido por professores da Universidade Estadual de Maringá. Atualmente, este produto adoçante é produzido em escala industrial e facilmente encontrado no comércio mercadista nacional. Também ao participar da industrialização da laranja para produção de suco, o setor cooperativista encaixa-se no novo padrão do modelo econômico recente de desenvolvimento agroindustrial norte-paranaense, tornando-se a Cocamar a principal (era a única até a entrada recente da Corol, de Rolândia no ramo) responsável pela industrialização e comercialização de suco do Estado do Paraná.

A existência prévia da matéria-prima, nestes casos, deixa de ser condição para a decisão locacional da indústria na agropecuária, por se organizarem os produtores, estruturalmente, no setor cooperativista já em atividade, e conjunturalmente, num mercado privilegiado no segundo padrão de desenvolvimento agroindustrial. É o que ocorre com a verticalização industrial no setor cooperativista, constituindo-se as cooperativas agroindustriais.

Percebe-se agora, com maior clareza, que a concorrência no setor agrícola paranaense existente desde o complexo formado pelas grandes empresas ou multinacionais e as cooperativas agrícolas, juntamente com as alterações promovidas via modernização agrícola e o papel do Estado, com suas políticas creditícias, contribuiu para a tecnificação e industrialização das cooperativas, impulsionando-as para a agroindustrialização, internalizando-as com relações integradoras ao CAI. No encaminhamento do processo, estas ocorrências, somadas à produção agrícola para o mercado consumidor interno e externo, cada vez mais globalizante e exigente, induziram as cooperativas agroindustriais ao aprimoramento de novo estilo empresarial para dirigir suas atividades funcionais, no modo de *multicooperativas*.

Atuando as cooperativas agroindustriais na forma capitalista de

administração empresarial, o trato das funções econômicas no setor junto ao cooperado se distancia da tradicional cooperativa agrícola dos anos iniciais de sua estruturação, em decorrência de interesses diferentes entre as partes, quanto à manutenção da fidelidade nas transações econômica da sociedade implicando na ocorrência de casos de desvio da entrega da produção para outras empresas por parte do cooperado, notadamente quando este vende a sua produção a quem pagar mais por ela. Do outro lado, a cooperativa não vê o cooperado como simples depositário da produção, mas um sócio que pode aplicar mais na expansão da empresa que lhe oferece contrapartida.

De modo geral a produção agrícola relaciona-se com as atuações econômicas empresariais em um mercado concorrencial e competitivo muito dinâmico. Atualmente, a contínua participação das cooperativas agroindustriais no mercado é menos concorrencial e mais competitiva, levando-se em conta o gerenciamento funcional e a especialidade da produção para o mercado consumidor. Para atender à demanda de mercado exige-se cada vez mais, da agroindústria e dos produtos, produtividade e competitividade. No caso específico das cooperativas agroindustriais do Norte Central Paranaense, percebe-se a relativa diminuição da concorrência com as tradicionais grandes empresas no setor agrícola, devido à crescente verticalização da produção, à expansão industrial das cooperativas, aos novos arranjos de política administrativa econômica para o setor baseados na competitividade e na produtividade, e ao desfrute que o espaço regional e local permite. Junta-se uma somatória de interesses e parcerias nos setores produtivos, promovendo internamente o desenvolvimento industrial como mais um veículo (meio) de agregação de valores à produção agrícola e ao próprio setor agroindustrial.

Na atualidade, as cooperativas agroindustriais definem-se menos como sociedades de pessoas, sem finalidade lucrativa, organizadas para prestação de serviços de interesse comum dos associados, e mais como empresas capitalistas. Indicando um descompasso entre a doutrina cooperativista como uma sociedade de pessoas e a cooperativa agroindustrial empresarial.

CAPÍTULO 6 – A DINÂMICA DO CAI E AS RECENTES ALTERAÇÕES NO SETOR DAS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS DA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE

Envolto no contexto amplo das políticas agrícolas do Governo Federal que visavam o mercado para a indústria de bens de capital, o Estado do Paraná, através de projetos, principiou o seu desenvolvimento industrial na década de 1950, assentado no setor agrícola, mais diretamente vinculado à cultura cafeeira, isto é, aproveitando os recursos de que a sua agricultura dispunha. Nos anos de 1960, o Estado do Paraná dirigiu o seu planejamento para a Modernização Agrícola, cuja aplicação efetivou-se nos anos de 1970. O Governo estadual e as cooperativas agropecuárias utilizaram decretos anteriores que regulavam o sistema cooperativista no País. Um desses, de nº 784, de 1969, disciplinava o crédito às cooperativas de produtores rurais, prevendo antecipação de recursos para financiamento e aparelhamento e a integralização do cotas-partes de capital social; outro, de nº 764, de 1971, definia a política e a instituição do regime das sociedades cooperativas, dentre outras normas. Coube ao Banco de Desenvolvimento do Paraná – BADEP ¹ - a captação e o repasse de capital financiável para os empreendimentos agroindustriais envolvendo as cooperativas. Os recursos eram oriundos de fundos com orientação específica do Governo Federal, redistribuído pelo Banco Central – BACEN - e pela Caixa Econômica Federal, ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE e aos bancos estaduais.

Ressaltamos, de acordo com referências anteriores, que os complexos agroindustriais sempre tiveram a presença do Estado, mediante ações políticas de créditos e financiamentos, desde quando o **Complexo Rural**, de dinâmica simples fundamentada no comércio exterior é suplantado pelo **Complexo Agroindustrial**, nos anos de 1970, com a implantação e internalização do D1 - indústrias produtoras de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura - no estabelecimento e estruturação da **Modernização Agrícola**, nos momentos de integração técnica e mercantilização da agricultura e momentos

¹ O BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná, foi o agente financeiro para a execução das políticas agropecuárias do Estado do Paraná.

de substituição e especialização de culturas, criando uma nova estrutura e dinâmica espacial, modeladas pelas implicações modificadoras das novas funções e formas cooperativistas, principalmente de características agroindustriais. Os benefícios do crédito rural ao D1 até os anos de 1980 continuaram favorecendo as indústrias a montante da agricultura, mas não impediram as cooperativas de expandirem-se ao utilizarem os incentivos fiscais e de créditos para financiamento do setor agroindustrial, a exemplo da produção de óleos alimentícios vegetais.

Essa expansão de intensa concentração possibilitou às cooperativas inversão de capitais, conforme PEREIRA (1992:131),

em segmentos industriais articulados com a agricultura, principalmente na verticalização da produção em direção às indústrias de processamento e distribuição de matérias-primas. Isto significa que a incorporação do capital da própria agricultura mediante a migração de recurso, oriundos do patamar de acumulação já alcançados pelas cooperativas, para a agroindustrialização contribui para a transformação da agricultura paranaense em direção a produtos de maior valor adicionado, resultando em mudanças significativas na estrutura produtiva do Estado.

Os anos de 1970 estão marcados nas cooperativas agrícolas do Paraná por alterações das políticas estruturais exigidas no processo de modernização da agropecuária, simultâneo ao processo de agroindustrialização e na internalização constituída do CAI paranaense alterações que, ao mesmo tempo foram representantes do Estado na difusão da modernização e instrumento de transformações técnicas junto ao setor agrário, viabilizando a diversificação agrícola. Estas ocorrências implicativas na substituição do ciclo econômico cafeeiro, em crise principalmente de setores a este vinculado, especializaram as cooperativas para atenderem seqüencialmente aos novos produtos impostos às atividades agrárias e modernizaram segmentos para a industrialização. Estes fatores contribuíram para a especialização da estrutura e desenvolvimento econômico das cooperativas paranaenses, impulsionando-as a saírem da crise setorial, energizando suas economias para a nova dinâmica moderna e agroindustrial. A disposição espacial das cooperativas não cria conflitos

de interesses entre elas, o que é um fator positivo da orientação filosófica elaborada e constituída para o setor cooperativista, constituído da associação de pessoas com interesses coletivos, mesmo existindo características empresariais de menor intensidade para algumas e fortíssimas para outras (isto é, na internalidade das cooperativas existem fundamentos constituídos de igualdade para o grupo social, quando tratado nas suas inter-relações, que impedem a concorrência entre eles, porém podem não ser regra geral).

Tratando-se da comercialização e mercado, independentemente de ser local ou regional, nacional ou internacional, desde que envolva agroindústrias fornecedoras, estas dominam o mercado, no aspecto econômico de monopólio ou de oligopólio, conforme ALBUQUERQUE e GARCIA (1988:14), “...tanto para as indústrias que fornecem insumos à agropecuária quanto para as que processam a produção”, motivo pelo qual algumas agroindústrias têm dificuldade de colocar seus produtos no mercado. As cooperativas nos anos de 1980 receberam restrito e diregido apoio governamental para consolidação da infraestrutura industrial e contaram, também, conforme MORO (1991:238), “...com os interesses do setor – urbano-industrial que viam na modernização e na industrialização da agricultura, um amplo mercado para colocação de seus produtos. Da mesma forma, para os setores industriais a montante e a jusante da agricultura, abria-se um promissor espaço para a reprodução ampliada do capital.”

Centrada nas questões de política de planejamento econômico rural do Governo e na sua articulação de crédito aos setores da agropecuária, o início e o final da década de 1980, com oscilações, refletem os momentos críticos que a restrição de crédito fez ao setor cooperativista paranaense, limitando suas aplicações e a segurança na competição junto ao mercado agroindustrial em expansão. Os patrimônios das cooperativas, acrescido ou montados nos anos de 1970, mediante os incentivos governamentais direcionados para a produção de alimentos para abastecer o mercado interno e para o exportador, agora com mudanças, envolvidos na dinâmica do processo de agroindustrialização, sentiram-se (em momentos), com possibilidades remotas de adquirir recursos externos, o que fez com que a maioria das cooperativas se voltassem à capitalização de seus próprios recursos. A responsabilidade dos dirigentes das cooperativas aumentou, no enfrentamento das dificuldades no trato e na aplicação dos investimentos e na inversão de recursos para sua

expansão. Estas ocorrências explicam os momentos de crise para o setor cooperativista, originárias também da imposição das políticas econômicas de governo em crise. Mas o Estado sempre manteve, com oscilações, dependendo do momento crítico de suas políticas econômicas, o crédito para os setores agrários. Confirmações sobre a aplicação das políticas econômicas governamentais, envolvendo o crédito para a agropecuária nacional foram evidenciadas, e atualmente, conforme TABELA Nº 25, registramos, para o ano 2000, o demonstrativo das linhas de crédito existentes para o custeio e investimento do setor agropecuário.

Mesmo com as oscilações na aplicação das políticas econômicas para o setor agropecuário nacional, fica evidenciado que desde as primeiras atividades ligadas à comercialização dos produtos agropecuários, armazenagem e assistência técnica aos associados, até a participação no processo de Modernização Agrícola, inclusive como difusoras das inovações tecnológicas, as cooperativas continuam exercendo papel relevante na organização do desenvolvimento geoeconômico, regional e local, ainda mais dinamizadas por comporem-se da internalidade estrutural do Complexo Agroindustrial. Os valores e os instrumentos da participação social coletiva e as políticas governamentais contribuíram para o desenvolvimento agroindustrial do setor cooperativista agropecuário e para a organização da espacialidade paranaense.

TABELA Nº 25
DEMONSTRATIVO DAS LINHAS DE CRÉDITO EXISTENTES PARA O SETOR
AGROPECUÁRIO CUSTEIO E INVESTIMENTO - 2000

LINHA/NOME	FONTE	FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS	LIMITES	ENCARGOS	PRAZOS
INVESTIMENTO - AGROPECUÁRIO						
PROSOLO	BNDES	Calcário e Corretivos	Prod. Rurais	Até 90% do Orçamento	8,75% a.a.	Até 48 meses
PROLEITE	BNDES	Equipamentos	Produtores Rurais e Coop.	Até R\$ 25,0 mil/prod.	8,75% a.a.	Até 60 meses c/2 anos carência
PRONAF AGREGAR	FAT	Agroindústria, Lazer e Turismo Rural	Produtores c/renda bruta até R\$ 27,5 mil e área até 4 mod. Fiscais. Assoc. e Coop.	Individual R\$ 15,0 mil Grupal R\$ 75,0 mil 20% p/ cap.giro	TJLP + 6% aa. com rebate de 50% p/ pgtº até o vencimento	96 meses com até 2 anos de carência
PRONAF GRUPO D	FAT BNDES -BB	Produção Agropecuária	Idem	Idem	Idem	Idem
GRUPO C	IDEM	Idem	Produtores c/renda bruta até R\$ 8,0 mil aa e área até 4 mod. Assoc. e Coop.	Individual R\$ 3,0 mil Grupal R\$ 30,0 mil 20% p/ cap.giro	Idem Mais rebate De R\$ 700,00 p/contrato Pgtº. Ventº.	Idem
FINAME PRÉ (Finaminho)	FINAME	Implementos/ Equip. Agríc.	Produtores Rurais	Até 90% do Valor Orçtp.	11,95% aa. (0,9451% AM)	Até 18 meses
FINAME PRÉ	IDEM	Máq. Rodantes Impl. e Equip.p/ Armazenagem	Produtores rurais Cooperativas	Idem	Idem	Até 60 meses
FINAME PRÉ	IDEM	Ord/Tanq/Resf.	Idem	Idem	Idem	Idem
REFORMA MÁQUINAS	BNDES	Manutenção e Reforma	Produt. Agropec. Cooperativas	90% orçamento Piso R\$3,0 mil	11,95% aa (0,9451AM)	Até 18 meses
COOPERFAT INTEGRADO	FAT/ PROGER	Proj.Integrados Empr.Agroind. Cooperativas	Cooperativas Agroindústrias e Empresas	90% orçtp. 50% p/ cap.giro	TJLP + 6% aa.	Até 96 meses Car.2anos
PROGER RURAL	IDEM	Equipamentos e Construções	Produtores Rurais e Cooperativas Renda Bruta Até R\$ 48,0 e até 6 mod.fiscais	Indiv. R\$ 48,0 mil Grupal R\$ 150,0 Mil	TJLP + 6% aa.	Até 96 meses c/18 meses carência
BB-AGRO	MCR 6.2	Div./Convênios	Produtores rurais e Coop. 80% renda agropecuária	Até R\$ 40,0 mil	8,75% aa. (0,7015% AM)	Até 36 meses
CUSTEIO - AGROPECUÁRIO						
PROGER RURAL	FAT/ PROGER	Produção Agropecuária	Produtores rurais e Coop. Renda Bruta Até R\$ 30,0 mil e até 6 mod. Fiscais	Até R\$ 30,0 Mil P/benfic.	8,75% aa. Fixo	Até 24 meses máximo
PRONAF GRUPO - A	FAT/ PRONAF	Idem	Produtores Assentados	Até R\$ 2,0 P/Prod. C/frustr. Safra	TJLP c/reb. De 75% e Piso 3,25% aa.	Até 24 Meses de acordo c/ Ciclo cultura
PRONAF GRUPO - C	FAT/ PRONAF	Idem	Produtores c/renda bruta até R\$ 8,0 mil aa e área de até 4 mod. Fiscais. Assoc. e Coop.	Até R\$ 1,5 mil P/benef.	Taxa efetiva de 5,75% aa.	Até 2 anos observado o ciclo/cultura
PRONAF GRUPO - D	FAT/ PRONAF	Idem	Produtores c/renda bruta até R\$ 27,5 mil aa e área de até 4 mod.Fiscais. Assoc. e Coop.	Até R\$ 5,0 mil P/benef.	Idem	Idem
PRONAF ROTATIVO	FAT/ PRONAF	Idem	Idem	Idem	Idem	Renovação Anual

FONTE: Ministério da Agricultura/CONAB, BACEN e BB. 2000.

Quanto à distribuição do crédito rural destinado às atividades agropecuárias, o Estado do Paraná de 1970 a 1980, mesmo com um pequeno aumento nos índices, manteve-se entre as médias estaduais de recebimento de crédito rural. Entretanto, para o Paraná, a

leitura dos percentuais nos indica, em apenas cinco anos, um crescimento de 346,5% dos créditos aplicados no Estado de 1970 a 1975, considerado o período de maior aplicação do crédito rural, mantendo-se quase os mesmos valores até 1980 (359,9%), com mais 4,4%, conforme TABELA Nº 26 .

TABELA Nº 26

ÍNDICE DE DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO RURAL DESTINADO A
 ATIVIDADE AGROPECUÁRIA: RELAÇÃO BRASIL - PARANÁ

- Em percentuais (%) -

Ano	Brasil: crescimento		Paraná:crescimento		PR/Subsídios
1970	100,0	-	100,0	-	100,00
1975	358,6	258,6	446,5	346,5	959,27
1980	458,3	99,7	450,9	4,4	2885,78

Fonte: BACEN/Banco do Brasil: Crédito Rural, 1970/ 80. IBGE - Produção Agrícola,1974/ 80.

A partir dos primeiros anos de 1980, o governo nacional faz diminuir sistematicamente as aplicações via créditos e subsídios. Em decorrência da crise nacional, de profunda crise fiscal, para HESPANHOL (1996:192), o volume de crédito e subsídios ofertados pelo governo diminuiu, nos primeiros anos de 1980, atingindo diretamente o modelo de modernização agrícola.

A política de crédito financiável do Governo Federal, nos anos de 1970 e início dos anos de 1980, com oscilações nos anos seguintes, foi favorável para uma parcela maior e não para todos os setores da agropecuária, a exemplo da pecuária. Nos índices de participação dos principais clientes nos financiamentos concedidos pela política de preços mínimos no Brasil de 1977 a 1980, identificam-se os principais setores beneficiados por créditos. No ramo agrícola, as linhas de financiamento da política de preços mínimos e de empréstimos compensou financeiramente o Complexo Agroindustrial, com as agroindústrias

oleaginosas, açúcar, torrefação de café e moagem de trigo e, na pecuária, as indústrias frigoríficas, de laticínios e a avicultura. A participação nestes financiamentos pelas cooperativas de produtores rurais foi de 21,9% em 1978 para 23,0% em 1980, enquanto as agroindústrias, comércio e outros, atingiram 64,8% em 1978 e 69,2% em 1980; aumentado em 1982, o crédito para a comercialização agrícola atingiu 65% em 1982, conforme registra DELGADO (1985:87), acrescentando:

Ora, a prevalência do crédito vinculado à política de preços mínimos nos setores capitalistas onde há maior concentração ou centralização de capitais, como é o caso das agroindústrias e das cooperativas(...), leva-nos a concluir que quase todo o crédito de comercialização rural dirige-se explicitamente a contemplar setores capitalistas de alta integração de capitais. Sendo assim, a desaceleração do crédito observada intensamente em 1980 para a pecuária, e o pequeno crescimento observado no crédito agrícola de comercialização, representam uma mudança na política de financiamento, que se tem acentuado nos últimos anos.

As cooperativas especializam-se na agroindustrialização e ampliam a circulação de suas mercadorias. Da comercialização da produção agropecuária às transformações processadas pela agroindústria, formam-se interesses relativos a sociedade e à economia do conjunto cooperativista que devem favorecer cooperado e cooperativa. Dependendo do estágio da relação, é dada à cooperativa a produção e aos cooperados, em contrapartida, a comercialização, armazenamento, assistência técnica, transporte, etc., podendo ser, neste relacionamento processual, um avanço do cooperativismo. Para a OCEPAR (1986:1-10), as cooperativas evoluíram, também, na agroindustrialização em grande parte devido à utilização do crédito rural do Governo Federal, desde os anos de 1970, pois nas décadas seguintes a oferta foi diminuída. A diminuição da oferta de crédito, no período crítico e inflacionário dos anos 80, implicou na descapitalização do setor cooperativista caracterizando-se um contexto de “quebra” para algumas unidades do setor. As crises setoriais exigiram das agroindústrias replanejamento econômico no modo de administrar os recursos e na sua aplicação. Assim, a partir dos anos de 1980, passando pela nova capacidade de gerenciar implícita na Constituição Brasileira de 1988, as cooperativas agroindustriais passam para as novas formas de administração do setor – *holding* ;

multicooperativa -, percebíveis nos anos de 1990, quais continuam até o momento.

Para a atuação das cooperativas agroindustriais paranaense no mercado dos anos de 1980 seus administradores viram na capitalização os meios para se manterem no mercado, investindo na industrialização de segmentos agropecuários, em processo de verticalização da produção para a melhoria da renda do produtor e do desenvolvimento de modernização da cooperativa. Os investimentos aplicados no segmento de óleos vegetais e leite foram detectados pelo IPARDES (1984:9). Tais investimentos caracterizam as cooperativas nas formas empresariais com seus corolários administrativos funcionais.

O que se conclui dos dados acima é que as cooperativas agroindustriais tiveram, além da importância das aplicações de crédito, com oscilações, da década de 1970 até meados dos anos de 1980, os melhores momentos do auxílio das políticas creditais do Governo paranaense.

No setor agrosucroalcooleiro as cooperativas participam discretamente da fabricação de açúcar, mas intensamente na fabricação de álcool, através das destilarias autônomas. A participação das cooperativas entre os cinco maiores estabelecimentos agroindustriais no *valor adicionado*⁶ no Estado do Paraná, em 1983, já se mostrava muito acentuada, com 74,43%, na atividade de beneficiamento de café, cereais e produtos afins em comparação com os 25,57% das agroindústrias não de cooperativas, acentuando-se, também, quanto aos grupos de fabricação de produtos de laticínio, todos (100%) vinculados às cooperativas (TABELA 27).

As cooperativas não aparecem entre os maiores grupos que dominam a produção do milho, café solúvel, fabricação de rações balanceadas e, refino e preparo de óleos vegetais. No refino e preparo de óleos vegetais, as cooperativas não constavam entre os cinco maiores estabelecimentos, e quanto à produção de óleo em bruto, mesmo aparecendo em destaque entre os principais grupos produtores, as cooperativas em 1983 apresentavam apenas 25,22% dentre esses, enquanto outros grupos industriais que não cooperativas respondiam por 74,78% do acumulado (TABELA N° 27).

⁶ **Valor Adicionado:** É a diferença entre o valor dos bens produzidos e o custo das matérias-primas e os bens intermediários que se utilizam na sua produção ou, valor do produto de uma empresa menos o custo dos produtos intermediários comprados de seus provedores externos (Ex.Vv.-C.=V.Ad.). **Valor Agregado:** É o valor do produto vendido menos os custos dos insumos comprados de outras empresas (Ex.Pv.-C.=V.Agr.). MOCHON e TROSTER (1994:112)

TABELA Nº 27

PARTICIPAÇÃO DOS CINCO MAIORES ESTABELECIMENTOS AGROINDUSTRIAIS
DO ESTADO DO PARANÁ NO VALOR ADICIONADO POR GRUPO INDUSTRIAL –
1983

GRUPO INDUSTRIAL	CLASSIFIC.	NATUREZA	%	ACUMULADO %
Benef. Cafê, cereais e prod. Afins	1	COOP.	10,62	10,62
	2	NÃO-COOP.	7,61	18,23 25,57
	3	COOP.	4,97	23,20
	4	COOP.	3,87	27,07
	5	COOP.	2,69	29,76 74,43
Fabricação e produção do milho	1	NÃO-COOP.	40,27	40,27
	2	NÃO-COOP.	22,73	63,00
	3	NÃO-COOP.	17,19	80,19
	4	NÃO-COOP.	8,39	88,58
	5	NÃO-COOP.	6,09	94,67 100
Fabric. De produtos do laticínio	1	COOP.	61,71	61,71
	2	COOP.	9,32	71,03
	3	COOP.	6,26	77,29
	4	COOP.	4,08	83,37
	5	COOP.	2,70	84,07 100
Fabricação de café e mate solúvel	1	NÃO-COOP.	70,22	70,22
	2	NÃO-COOP.	29,57	99,79
	3	NÃO-COOP.	0,19	99,98 100
Fabricação de açúcar	1	NÃO-COOP.	60,24	60,24
	2	NÃO-COOP.	18,82	79,06
	3	COOP.	14,97	94,03 14,97
	4	NÃO-COOP.	5,95	99,98 85,03
	5	NÃO-COOP.	0,00	-
Abate de animais	1	NÃO-COOP.	58,05	58,05
	2	NÃO-COOP.	7,61	65,66
	3	NÃO-COOP.	3,43	69,09
	4	NÃO-COOP.	2,54	71,63 96,7
	5	COOP.	2,44	74,07 3,3
Produção de óleos em bruto	1	NÃO-COOP.	51,29	51,29
	2	COOP.	13,95	65,24
	3	NÃO-COOP.	11,34	76,58
	4	COOP.	8,66	85,24 25,22
	5	NÃO-COOP.	4,41	89,65 74,78
Fabricação de rações balanceadas	1	NÃO-COOP.	25,80	25,80
	2	NÃO-COOP.	19,13	44,93
	3	NÃO-COOP.	14,07	59,00
	4	NÃO-COOP.	5,00	64,00
	5	NÃO-COOP.	4,71	68,71 100
Ref. e prep. De óleos vegetais	1	NÃO-COOP.	25,96	25,96
	2	NÃO-COOP.	20,30	46,26
	3	NÃO-COOP.	12,04	58,30
	4	NÃO-COOP.	10,99	69,29
	5	NÃO-COOP.	10,33	79,62

Fonte: IPARDES (1985:220)

Considerando os números quanto à produção de óleos em bruto, confirma-se que o domínio neste segmento era das grandes empresas nacionais ou multinacionais a exemplo da SANBRA, ANDERSON CLAYTON, etc; concorrências que dificultaram neste mercado a expansão das cooperativas que, no entanto, procuraram especializar-se na agroindustrialização e na verticalização da produção industrial como meios para se evitar a concorrência.

6.1. A Perspectiva de uma nova dinâmica no modelo de desenvolvimento do CAI.

Conforme referências, a partir dos anos de 1990, novas condicionantes envolveram as atividades agroindustriais. A dinâmica do Complexo Agroindustrial passa a ser questionada como se um novo cenário agroindustrial estivesse surgindo diferente do CAI. Que termo seria dado a este complexo ?

O novo cenário dos anos de 1990, segundo COSTA e MAZZALI (1995:139-145), decorre: “a) do intenso processo de inovação tecnológica; e b) das alterações na ordem econômica internacional.” Estas transformações levam “à discussão da vigência do padrão de modernização anterior, assim como à problematização da capacidade explicativa da noção de ‘ Complexo Agroindustrial ’ (...)”. Neste novo cenário no Brasil, o aspecto central “é a ampliação considerável do campo de ação por parte dos diferentes capitais com interesses na atividade agroindustrial. A redução considerável da intervenção do Estado potencializa a possibilidade de formulação de estratégias alternativas e autônomas, assentadas na diversidade de oportunidades advindas da implementação das novas tecnologias.”

Pode-se deduzir nestas afirmativas, onde os próprios autores reconhecem ser recente o fenômeno, que ainda não existem estruturas teóricas para fundamentar um novo modelo econômico atual de Complexo Agroindustrial; todavia eles demonstram alterações na dinâmica do CAI que, podem ser, mudanças da própria dinâmica do CAI. Portanto, a título de contribuição a esta perspectiva, acrescentamos, no contexto do Complexo Agroindustrial, *a questão da autogestão* no setor das cooperativas agropecuárias, principalmente as agroindustriais, aplicada após a Constituição do Brasil de 1988, alterando sobremaneira o modo administrativo e gerencial, ao estilo mais empresarial do que associativo, ao tratar à

maneira capitalista, principalmente com os meios produtivos.

Na realidade a percepção das recentes mudanças na economia brasileira, envoltas nas contradições e domínio da economia global, nos indica mais acentuadamente alterações mercadológicas no modo da produção concorrencial regional e global e na forma executiva de administração empresarial, as quais contribuem para a alteração, reorganização ou criação de um novo cenário da dinâmica agroindustrial brasileira.

Esta colocação quanto à reorganização do setor agroindustrial brasileiro espelha-se no comentário de COSTA e FONSECA (1995:368), de que nos anos de 1990, “...a evolução da economia brasileira em geral e, mais especificamente do setor agroindustrial, passaram a impor aos agentes produtivos uma reestruturação para poderem continuar ‘vivos’.” Dentre os motivos para isso destanca -se: “Primeiramente, o Estado começou a sofrer uma grave crise fiscal e a se desvencilhar do papel financiador do processo de modernização agroindustrial, iniciado nos meados de 1960. A ‘onda neoliberal’ contribuiu para acentuar essa tendência, levando o Estado a deixar de exercer as funções que anteriormente cumpria junto ao setor agroindustrial.” Outro motivo, foram as “...transformações no âmbito da economia mundial; como contrapartida ao processo de globalização. Assim, as cooperativas, buscam estratégias para continuarem competitivas e inseridas no mercado – aliança / associação com outras empresas; realocização geográfica; aquisição de unidades de outras empresas; construção de fábricas e indústrias – verticalização; sofisticação / diferenciação e diversificação de produtos; mudança na relação com cooperados; reestruturação administrativa; e terceirização. Enfim, as “...adoções dessas estratégias empresariais modernas é atualmente a principal forma de dotar as empresas de competitividade.”

A partir da Constituição Brasileira de 1988, as cooperativas agropecuárias ou agroindustriais asseguram autonomia social e administrativa por formulação jurídica de autogestão, quando foi vetada a interferência estatal nas atividades das cooperativas. Isto é, permite-se ao Sistema Cooperativista assumir sua autogestão, sem tutela governamental. Em 1991, representantes do setor cooperativista do Paraná aprovaram o *Programa de Autogestão* desenvolvido pela Ocepar, que objetiva a orientação, acompanhamento econômico financeiro e organização das cooperativas, dentre outros postulados, inclusive dando sustentação ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo paranaense – SESCOOP/PR,

vinculado ao Conselho Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo-CNA, também integrado à Ocepar.

Em 1998, o Governo Federal lançou o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária-RECOOP e em 1999 regulamentou-o, objetivando reestruturar e capitalizar as cooperativas agropecuárias. Em 2000, o Recoop, autorizou a criação do Sescoop/PR, dispondo sobre a contratação de operações de crédito ao amparo do Programa de Revitalização das Cooperativas. Quanto à aplicabilidade do Programa de Revitalização, ainda pouco se sabe devido a sua recente atuação junto ao setor das cooperativas agroindustriais. Entretanto, o que se percebe é a manutenção de um órgão representativo e administrativo para a política de desenvolvimento econômico do setor cooperativista com “status” de organização e controlador do setor, apesar da individualidade administrativa de cada cooperativa.

No intuito de fortalecer as cooperativas agropecuárias paranaenses descapitalizadas, o Recoop, atende principalmente ao fortalecimento das indústrias das cooperativas através de financiamento para recuperação e revitalização das mesmas. O Recoop, nesses dois anos de atividade, através de contratos, liberou recursos financeiros para onze cooperativas: Cotrefal, Batavo, Sudcoop, Cotriguaçu, Copacol, Agrária, Coasul, Castrolanda, Coopervale, assim como, para as localizadas no Norte Central Paranaense: Cocamar-Maringá e Cofercatu-Porecatu (O ESTADO DO PARANÁ, 2000:4).

Graças ao Recoop, a Cocamar em processo de reestruturação, conseguiu negociar sua dívida, avaliada em R\$ 200 milhões, junto a um grupo de instituições financeiras liderado pelo Banco do Brasil, dívida que, segundo a sua administração, originou-se com a instabilidade econômica do País e os sucessivos pacotes de políticas econômicas de 1986 a 1994, que levaram muitas empresas à bancarrota (O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ, 2000:12). No entanto, análises anteriores ao processo de reestruturação das cooperativas demonstram também que falhas ou formas de administração contribuíram para a desestabilização de cooperativas agropecuárias.

Nos anos de 1970, em que o crescimento industrial foi superior ao da agricultura, indica-se que os primeiros responsáveis pela dinâmica do Complexo Agroindustrial brasileiro foram os setores produtores de insumos industriais e os próprios setores agrícolas. Nos anos seguintes, entre o Complexo Rural e o Agroindustrial,

envolvendo as cooperativas, é que se destacam as teorias voltadas para o processo socioeconômico de estruturação e funcionalidade dos CAIs brasileiros, relacionados principalmente com o desenvolvimento de mercado orientado pelo modo de produção capitalista. Por esses motivos o entendimento do CAI cooperativista passa pelas relações dos setores industriais voltados para a agropecuária, a exemplo das indústrias processadoras de produtos e/ou insumos. Nestas relações o Estado nacional sempre esteve presente, direta ou indiretamente, com a aplicação de suas políticas agrícolas, de crédito financiável, de cotas, de investimento e custeio, dentre outras, e mais, desde os anos de 1980, com a política de preços mínimos em vigor até o presente momento de 2001.

Na década de 1980, envolta em oscilações econômicas, antes do regime de autogestão das cooperativas após 1988, o Governo paranaense procurou estimular a agroindustrialização, ao criar o PAGRI – Programa Agroindústria, incentivando a localização industrial próxima da produção de matérias-primas. A partir dos primeiros anos da década de 1990, comprometidas pelo novo ordenamento jurídico de autogestão, as cooperativas desenvolvem e expandem suas atividades sob nova ordem administrativa. Em 1991, com a finalidade de implantar as bases para autogestão do sistema cooperativista, a OCEPAR (2001), criou núcleos regionais para atender à “...modernização imposta às empresas pela globalização mundial”. Ao passar por reforma estatutária, em Assembléia Geral Extraordinária, a Ocepar³ passou a ser também sindicato, com a denominação de Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.

De acordo com PIERUCCINI (1998:221-223), o Governo do Paraná, através do BADEP com 72% do total dos financiamentos, e do BRDE com 61%, creditou em 1984, financiamentos às cooperativas e às indústrias de produtos alimentares. Em 1985, o Governo estadual auxiliou 6 cooperativas ao fornecer crédito para viabilizar investimentos de infra-estrutura e armazenagem de produtos; em 1986 o BRDE cedeu 30% do crédito para projetos de indústrias alimentares e 25,3% do crédito total para empreendimentos dos setores alimentar, têxtil e químico (óleos vegetais); em 1987, o governo investiu nestes segmentos diversos apenas 24,1% ; em 1988, 85,6% dos financiamentos ao setor primário destinaram-se às cooperativas; em 1989, somente 19,95% foram para as atividades agroindustriais,

³ OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná: “Entidade sindical patronal, sem fins lucrativo, com sede e foro na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, filiada à Organização das

especificamente para produtos alimentares; já entre 1990 e 1994 houve retração financeira para as atividades agroindustriais do porte da cooperativa agroindustrial, a não ser simples repasses de crédito ao setor e apoio à agroindustrialização, através do crescimento de novos pólos de excelência, enquanto em 1996 as aplicações à agroindustrialização foram no sentido de integrar a produção agrícola à agroindústria.

Após seguidos anos de retração das atividades agroindustriais, a agropecuária também se ressentiu. Conforme a SEAB (2000), o PIB do Estado do Paraná em 1997, foi de R\$ 52,44 bilhões, ficando o setor de serviços com a maior fatia aplicada de 47,83%, o setor industrial atingiu 38,13% e o menor índice coube ao setor primário com 14,04%.

No final dos anos de 1990, a participação das cooperativas nos segmentos agroindustriais do Estado do Paraná atinge percentuais significativos de crescimento e de expansão, muito superiores aos da década de 1980, considerado como período de crises no seu início e no seu final, para as cooperativas agropecuárias. Em 1983, os segmentos agroindustriais de rações, do milho, de café, do mate solúvel e do refino e preparo de óleos vegetais não constavam como segmentos agregadores do setor cooperativista. No entanto viriam a ser, somados nos anos de 1990, em cujos registros de 1998 indicam a participação das cooperativas nestes segmentos agroindústrias, com percentuais de 32% para rações, 2% para milho, torrefação de café 10%, refino de óleos vegetais 17%, dentro de um montante geral muito mais significativo e diversificado, que inclui também outros segmentos que vinham e outros que estão em expansão, internamente diretos ou indiretamente associados como os do suco de laranja, fiação de seda e do óleo comestível da canola, indústria de rações, etc; já que a quase totalidade das cooperativas atuavam no complexo soja, no beneficiamento e esmagamento, preparando o principal produto das exportações brasileira. (TABELA N° 28)

TABELA N° 28

SEGMENTOS AGROINDUSTRIAIS NO ESTADO DO PARANÁ E PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS INSTALADAS

1998

Segmento Agroindustrial	Capacidade Total Instalada	Participação das Cooperativas (%)
Rações	9.400 ton/dia	32
Leite		
Usina de beneficiamento	2.500.000 ton/dia	86
Derivados lácteos	500 ton/dia	52
Leite em pó	150.000 ton/dia	100
Queijos	120 ton/dia	75
Carnes		
Suínos	2.850 cab/dia	25
Aves	98.800 cab/hora	25
Bovinos	1.650 cab/hora	3
Beneficiamento		
Algodão	1.200.000 ton/ano	70
Fiações		
Algodão	61.000 ton/ano	55
Seda	2.420 ton/ano	28
Malte	85.000 ton/ano	100
Trigo	1.400.000 ton/ano	14
Milho	245.161 ton/mês	2
Mandioca		
Farinha	250.000 ton/ano	5
Fécula	138.000 ton/ano	33
Oleaginosas		
Esmagamento de soja	33.240 ton/dia	22
Esmagamento caroço algodão	2.430 ton/dia	17
Cana		
Açúcar	4.000 ton/dia	9
Álcool	1.270.000 m ³ /a	37
Arroz	5.060 on/dia	5
Café		
Beneficiamento	950 ton/dia	60
Torrefação	220 ton/dia	10

Fonte: OCEPAR - 1999

O Paraná é considerado como um dos principais estados produtores de trigo do Brasil e as cooperativas agropecuárias, no total de 64, respondem por 79% do trigo comercializado no ano de 2000 (TABELA N° 29). Entretanto, as cooperativas agroindustriais do Norte do Paraná e especificamente as do Norte Central não mostram significativa

participação no segmento trigo, em parte devido à falta de uma política agrícola específica dirigida para o setor desde os anos de 1980 e de aptidão agrícola para o plantio, mais voltada para a cultura da soja, do milho, da cana-de-açúcar, etc. Inclusive algumas áreas antes utilizadas para o plantio de trigo, foram substituídas por essas culturas. Revela-se, ainda em 1998, na TABELA Nº 28, a pequena participação de 14%, do segmento trigo, pelas cooperativas agroindustriais de todo Estado do Paraná.

TABELA Nº 29

Comercialização dos principais produtos agropecuários pelas cooperativas do Paraná - 2000

Cooperativas Paraná	Agricultores Associados	Produtos Comercializados (%)							
		Soja	Milho	Trigo	Algodão	Café	Suínos	Aves	Leite “in” Natura
64	110 mil	65	33	79	71	18	24	21	62

Fonte: SEAB – 2000

Org.: Wilson A. Teixeira

Quanto à participação em segmentos agropecuários pelas cooperativas, reportamo-nos à questão do padrão de desenvolvimento – o Complexo Agroindustrial, no contexto da modernização, quando a agricultura integra-se com os segmentos a montante – produtor de bens de capital e insumos para a agricultura; e a jusante – processador de produtos agrícolas. Nos anos de 1960 e de 1970, enquanto o Governo Federal bancou os segmentos agropecuários, as relações sociais e econômicas foram mais intensas; no entanto nos anos de 1980, quando alguns benefícios e subsídios foram eliminados devido à crise financeira, alguns segmentos foram mais atingidos. Segundo COSTA e MARJOTTA (1995: 520-521), a crise atingiu diretamente o segmento trigo, lembrando que o “...setor tritícola não abrange um segmento específico a montante da agricultura; no caso do segmento a jusante, ele se compõe não só de indústrias processadoras do grãos (os moinhos), mas também de

indústrias de transformação final, ou seja, as indústrias de massas, biscoitos e ração.”

Evidencia-se assim a não-participação do setor agroindustrial cooperativista do Norte Central Paranaense, no segmento trigo, pela diminuição dos incentivos econômicos e por não habilitarem-se na industrialização deste segmento.

Neste fomento de atividades agroindustriais, os segmentos de menor capacidade de agregação das cooperativas paranaenses revelam a fraca especialização agroindustrial das cooperativas nestes produtos, como já foi referido no caso, por ordem, do milho, da carne bovina e do arroz. Porém, notar-se-á que atualmente, a exemplo de outras regiões, na Mesorregião Norte Central paranaense, com exceção da carne bovina e do arroz, o segmento milho também tem significativa participação, na totalidade do Estado, inclusive por estar vinculada ao setor das cooperativas, depois do soja, algodão, café e a cana-de-açúcar, no contexto agroindustrial das cooperativas.

Apesar de não ser destaque entre os principais segmentos agroindustriais, conforme referências anteriores na TABELA N° 24, o milho tem significativa participação na produção estadual, pois esta cultura e a da soja responderam junstas, em 1999, por 85,4% do total da safra agrícola paranaense. Em uma área de 22%, espalhada e ocupada do total do Paraná a safra foi de 8,71 milhões, correspondendo a 27% do milho produzido no Brasil (TABELA N° 30), razão pelo qual o estado é considerado o maior produtor nacional desde os anos 1970. Porém sabe-se que toda a produção nacional ainda não é satisfatória para o consumo interno brasileiro. O milho no Paraná tem uma demanda industrial diversificada e grande parte da produção fica retida no próprio setor agrícola.

TABELA N° 30

PRODUÇÃO DE MILHO NO ESTADO DO PARANÁ COMPARADA À DO BRASIL

-Safrá:1998/1999-

Local	Área (há)	Produção (t)	Área (%)	Produção (%)
Brasil	11.787.791	32.026.479	-	-
Paraná	2.538.000	8.710.000	22	27

Fonte: FIBGE,SEAB/DERAL – 2000

Para PIERUCCINI (1998:146), “...a produção do milho é significativa, porém a mesma é tratada regionalmente muito mais como ‘commodity’⁴ e como insumo importante para a fabricação das rações necessárias à avicultura e suinocultura integradas, do que como parte de um processo de diferenciação do produto na região.” As cooperativas agropecuárias são as principais responsáveis pela comercialização do milho no Paraná.

Algumas agroindústrias do Estado do Paraná, vinculadas às cooperativas ou atuando separadamente no mercado nos segmentos do leite e no segmento da cana-de-açúcar, por exemplo, revelam atividades diferenciadas de acordo com o produto utilizado, por se tratar de setores agroindustriais com atividades de características produtivas únicas. No segmento leite, os laticínios dominam economicamente a maior parte da produção leiteira de sua área de influência, na industrialização do leite e derivados. Quanto ao segmento da cana-de-açúcar, também de atividade industrial caracterizada por um único produto, as usinas e/ou destilarias apropriam-se das atividades produtivas, na maioria das vezes, auxiliadas por totais investimentos cedidos pela política financeira de crédito governamental. Pode-se perceber as características diferenciais únicas, particularizadas, de um setor, na menção sobre a tecnologia agrícola e fabril inserida por THOMAZ JÚNIOR (1996:138) em sua afirmativa sobre a intervenção do Estado no setor agrosucroalcooleiro:

A confluência do aumento da produção e da absorção de capital e investimentos, bem como a reorganização político-econômica do capital sucro-alcooleiro, se materializa na apropriação diferenciada de tecnologia, tanto na parte agrícola quanto fabril, a partir de um conjunto articulado de inovações mecânicas, microeletrônicas e de gerenciamento, que particularizam-se, concretamente, ao revelar-se no território canavieiro em produtividade agroindustrial. Por sua vez, numa relação de determinância, está imbricada às mediações econômicas e políticas, ponto chave e referência para a garantia do controle do processo de trabalho.

O quadro de participação das cooperativas no Estado do Paraná, quanto à capacidade instalada, ainda demonstra em 1998, a intensa participação das cooperativas em diversos segmentos agroindustriais. Os segmentos mais destacados em aproveitamento industrial da produção, por ordem, são: do malte, 100%; do leite em pó, 100% e beneficiado,

⁴ COMMODITY: “produto de exportação”.

86%; do beneficiamento de algodão, 70%; do café beneficiado, 60%; da fiação de algodão, 55%; do álcool, 37%; de rações, 32%; da seda, 28%; de carnes: suínos, 25% e aves, 25%; de esmagamento: da soja, 22% e do caroço de algodão, 20% - dentre outros com menor participação, conforme acima mencionado. A não ser o malte, os demais segmentos encontram-se na Mesorregião Norte Central paranaense, acrescentando-se ainda, os do arroz e da mandioca, de acordo com a TABELA 28, já citada.

Agregar valores pela agroindústria é muito importante para o desenvolvimento da cooperativa e para o agricultor associado, já que o fator produção é apenas uma etapa do complexo agropecuário cooperativista e o produto retirado das atividades agrárias tem um caminho processual que envolve outras etapas como: transporte, armazenagem, industrialização, comercialização, etc., exigindo das cooperativas estrutura e dinamismo diretivo, para dar continuidade ao empreendimento e aos novos investimentos produtivos na agricultura e na industrialização. Não se deve generalizar na importância da agregação de valores pela agroindustrialização, como se fosse o único veículo agregador de valores. As aplicações modernas, de máquinas, de técnicas e insumos, a produtividade, os tratamentos culturais, o rearranjo de produtos agropecuários para o próprio consumo do campo, a exemplo de silagem para pecuária, culturas produzindo alimento para animais – o milho, alimento de porcos -, também, representam elementos agregadores de valores a produção agropecuária.

As modificações básicas registradas no processo geoeconômico paranaense, em relação à Mesorregião Norte Central, analisadas sob o prisma da organização espacial - regional, local, em parte refletidas pela agroindustrialização, reporta-nos ao Complexo Agroindustrial (CAI), quando a agricultura passou a ser dominada pelos segmentos industriais, com a *indústria para a agricultura* fornecendo bens de produção e insumos - máquinas, implementos agrícolas, fertilizantes, adubos; e com a *indústria da agricultura* processando as matérias primas agrícolas - indústria de açúcar, de álcool, de suco de laranja, de adoçante dietético, de óleos vegetais. Esses fatos resultantes de uma série de inter-relações agroindustriais de mercado, principalmente externo, foram intensos nas relações do CAI, num primeiro momento, mas não se reflete em nível nacional, atualmente, a mesma intensidade de dependência desses agentes nas agroindústrias da Mesorregião Norte Central Paranaense, justamente por agregarem, por força de inter-relações de mercado, economias regionais e

locais, que contrabalançam esses efeitos.

A título de exemplo da *indústria para a agricultura*, no Estado do Paraná é a agricultura não só fornecedora de matéria-prima para a indústria, mas uma das grandes consumidoras dos produtos industrializados, pois um único produto, o fertilizante, é utilizado por 65% (SEAB,2000) dos seus estabelecimentos agrícolas.

A OCEPAR (1999), em boletim informativo, destaca que as cooperativas paranaenses respondem por mais de 55% do Produto Interno Bruto da agricultura. As cooperativas formam uma dinâmica cadeia de relações econômicas para o Estado do Paraná e significam não só um instrumento de difusão tecnológica e de políticas de planejamentos de governos, desde o municipal ao federal, e de interligação destes governos aos produtores, mas são também divulgadoras e consumidoras de inovações tecnológicas, intermediaristas e transformadoras da produção e, veículo das interações de mercado. Criam entre eles, governo, cooperativa e produtor rural, um triângulo de relações que se refletem na organização socioeconômica do espaço regional. Os dados e as observações demonstram a intensa e significativa participação das cooperativas no processo de agroindustrialização no Paraná. O significado prende-se às atividades que ela emprega no desenvolvimento social e geoeconômico, não só em relação ao espaço regional paranaense em seu todo, mas também, em relação ao seu significado **local**.

Neste contexto que envolve os principais segmentos agropecuários do Paraná e em especial, de sua Mesorregião Norte Central, vinculam-se as estruturas dos produtores quanto a propriedade, posse e uso do solo. A grandeza dos índices de 1996 revela que uma grande maioria de proprietários, 71%, detém a posse das terras paranaenses, mas a maioria das propriedades, 44%, estão entre 10 a 50 hectares e ocupam 23% das áreas, e 42% dos proprietários com áreas de até 10 hectares representam apenas 5% de sua ocupação. O dado que chama a atenção é o de que as propriedades com mais de 100 hectares, isto é, 61% da área, estão nas mãos de apenas 7% dos proprietários, de acordo com a TABELA Nº 31.

Quanto ao uso do solo, 5,5 milhões de hectares são ocupados por lavouras (34%); 18% por matas e florestas e; 42%, a maior parte são ocupados por pastagens. Nas mesorregiões Norte Central e Noroeste Paranaense, na região do arenito caiuíá, existe um plano em ação entre associações comerciais e comunitárias, prefeituras, governo, cooperativas, e agropecuaristas, de ocupar as áreas do arenito, principalmente as de pastagens,

com a cultura da soja (TABELA N° 31).

TABELA N° 31
NÚMEROS DA POSSE DA TERRA, DO TAMANHO DAS PROPRIEDADES E USO DO
SOLO NO ESTADO PARANÁ - 1996.

Posse da Terra	Do total dos estabelecimentos (%)	Da área (%)
Proprietários	71	62
Arrendatários	14	6
Outros	15	32
Tamanho das Propriedades	Do Total (%)	Da Área (%)
Até 10 ha	42	5
10 a 50 ha	44	23
50 a 100 ha	7	11
Mais de 100 ha	7	61
Uso do solo	Milhões de hectares	Participação (%)
Lavouras	5,5	34
Pastagens	6,7	42
Matas/florestas	2,8	18

Fonte: SEAB, Aspectos Socioeconômicos da Agropecuária Paranaense – 2000.

Todavia, no ano 2000, a recente participação das cooperativas agropecuárias no Paraná demonstra a contínua importância de suas atividades no contexto geoeconômico estadual. Para uma visão conjunta, dados da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB, 2000) revelam que as ações implementadas na agricultura via governo para as cooperativas levou o Paraná a ser um dos principais líderes nacionais na produção e produtividade agrícola, “...transformando as cooperativas em agentes de desenvolvimento econômico e social”. As cooperativas agropecuárias respondem por 50% do PIB da agricultura paranaense. Cerca de 35% dos produtores do estado são associados a cooperativas e 73,23 % dos pequenos produtores rurais, locados em área de 50 hectares, são associados das cooperativas, significando “expressivo índice de participação já que são normalmente considerados, no segmento produtor, de menos favorecidos”. As cooperativas

respondem pelo suprimento de 70% do leite pasteurizado comercializado e por 44% do milho produzido pelos cooperados e comercializado pelas cooperativas, pois 25% do milho é consumido na propriedade.

As cooperativas representam, aproximadamente 46% da capacidade de armazenagem da produção agropecuária paranaense e, ainda mais, no contexto do aspecto agropecuário e socioeconômico, 64 cooperativas, com 110 mil agricultores associados, são responsáveis por 65% da soja comercializada, 33% do milho, 79% do trigo, 71% do algodão, 18% do café, 62% do leite *in natura*, 24% dos suínos e 21 % das aves. Em 1999, o valor de exportação do Paraná atingiu 4,0 bilhões de dólares, 8,23% do volume total brasileiro, dado expressivo levando-se em conta que 70 % do total exportado resulta do setor primário (SEAB, 2000).

O final da década de 1980 até 1994 constituiu-se no período brasileiro com o maior índice inflacionário ⁵, e foi a produção agrícola nacional a mantenedora do ritmo de crescimento dos anos de 1990, atingindo a cifra de 94 milhões de toneladas de grãos na safra 2000/2001. Nos últimos três anos, a expansão da área plantada de grãos foi de 8,9%. O segundo quinquênio dos anos de 1990, período exportador brasileiro crescente em vários segmentos, teve na agricultura o seu melhor desempenho produtivo liderado pelo Estado do Paraná, por força maior de suas 64 cooperativas agropecuárias. Para acentuar o grau de desenvolvimento do setor agropecuário estadual, constata-se que o Paraná é o maior produtor de grãos do país, com 22% da sua totalidade, seguido pelo Rio Grande do Sul com 16,9%, Mato Grosso com 12,9% e Goiás com 9 %, seguidos pelos demais estados referenciados na TABELA Nº 32.

⁵ De 1989 a 1994, no Governo Collor, com os planos 1 e 2, foi o período nacional de maior índice inflacionário, com picos de 80% em 1990 e 20% em 1991 e 50% em 1994. A partir do Plano Real, de 1994 a 2000, os índices oscilaram entre zero a 4%, baseados pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, conforme fonte da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE, 2001), apesar de que, no período de 1994 a 2000, mesmo com o crescimento de 26% nas exportações brasileiras, a importação esteve com média percentual um pouco superior a 26%, em momentos do ano com saldo da balança comercial positivo e momentos com saldos negativo. As exportações brasileiras durante 1994 e 2000 aumentaram em 26%.

TABELA Nº 32

**COMPARATIVO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS NO PARANÁ EM RELAÇÃO AOS
OUTROS ESTADOS**

- 1998 /1999 -

Nº	Estado	%	Nº	Estado	%
1	Paraná	22,0	6	São Paulo	7,5
2	Rio Grande do Sul	16,9	7	Mato Grosso do Sul	6,0
3	Mato Grosso	12,9	8	Santa Catarina	5,0
4	Goiás	9,0	9	Bahia	3,3
5	Minas Gerais	8,7	10	Demais	8,2

Fonte: SEAB – Aspectos Socioeconômicos da Agropecuária Paranaense, 2000.

Para KAGEYAMA et al (1987:90), a lavoura de café tem fortes relações com a sua indústria a montante e fortes ligações com a indústria de processamento.

Com relação ao café, o Brasil em 1992 exportou 18,8 milhões de sacas de 60 quilos, no valor de US\$ 1,1 bilhão e, em 1995, o volume exportado caiu para 14,6 milhões de sacas, mas o valor aumentou para US\$ 2,4 bilhões. Isto é, em 1995 exportou 22,3% menos de café e recebeu 118,1% a mais em dólares. Em 1999, o volume exportado foi de 23 milhões de sacas e o valor foi de US\$ 2,4 bilhões, bem menor, comparado com os dois anos anteriores. Estes números justificam a posição do Brasil em ter firmado em maio de 2000, acordo com a Associação dos Países Produtores de Café – APPC, como forma de diminuir a quantidade disponível de café no mercado e deter a queda dos preços, pois percebe-se que as causas da queda dos preços estão relacionadas aos grandes estoques do produto nos EUA e na Europa (TABELA Nº 33).

TABELA Nº 33
PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ EXPORTADO
 - 1992 / 2000 -

Ano	Volume (em milhões de sacas de 60 Kg)	Valor (em bilhões de S\$)
1992	18,8	1,1
1993	17,8	1,2
1994	17,3	2,5
1995	14,6	2,4
1996	15,3	2,1
1997	16,8	3,1
1998	18,2	2,6
1999	23,0	2,4
2000	18,0*	-

Fonte: CECAFE, 2000.

(*) Estimativa.

A engrenagem comercial no mercado exportador é complexa e muito especulativa. Em 2000, o Brasil, no jogo da retenção do café, destinou R\$ 300 milhões para financiar a retenção de 4 milhões de sacas, e 20% do que é exportado fica retido em armazéns como estoque. O dinheiro veio do Funcafé (fundo destinado à atividade cafeeira), criado em 1986 (VIEIRA, 2000:11).

O Estado do Paraná continua sendo um grande produtor de café. A diversidade de suas atividades e a possibilidade de obtenção de boa receita, principalmente para pequenas áreas, e ainda de geração de empregos, faz da cafeicultura um segmento novamente em processo de desenvolvimento, embora a geadas continue a ser um dos entraves para o seu cultivo. As reclamações dos agricultores recaem, principalmente, nos poucos recursos financeiros destinados para a lavoura.

O Estado do Paraná, no ano 2000, conta com 163 mil hectares de café. Destes, 47 mil são do **sistema adensado**, 11 de café dobrado e, a maior parte, 105 mil hectares, são áreas ocupadas pelo plantio tradicional (KOSLOVSKI, 2000:5).

O processo de implantação agroindustrial, lento a partir dos anos de 1950, consolidou-se nos anos de 1970, e a partir daí verificou-se a maior implantação tecnológica

nos sistemas produtivos. Considerado economicamente como o principal produto da agricultura moderna, o produto soja é exemplo de intensa relação agricultura-industria. Nos anos de 1990, a oferta de grãos continuou a atrair grandes projetos agroindustriais, a exemplo de empresas que investem em projetos de transformação de soja e milho, em proteína animal e derivados de leite, assim como na aplicação de novas instalações de processamento de grãos⁶. O Brasil constitui-se no maior produtor de farelo de soja do mundo e o segundo na produção de grãos, ficando atrás somente dos Estados Unidos.

Em 1974, a Cocamar projetou a instalação da indústria de processamento de óleo de soja, iniciando suas atividades em 1979; e em 1983 investiu na segunda unidade industrial, a de extração de caroço de algodão. Também no ano de 1983, como o Estado do Paraná era considerado o maior produtor nacional de algodão e não detinha indústria do gênero, a Cocamar inicia as atividades com a sua Indústria de Fios de Algodão, ampliada em 1986. Este foi também um período de expansão de unidades de distribuição da Cocamar, a exemplo da aquisição em meados de 1970 de imóveis em Iporã, que pertenceram a Cooperola e de imóveis em Paranavai no início da década de 1980, que pertenceram a Copagra.

Na evolução da cultura da soja no Paraná, a média dos anos de 1980, em área colhida, foi de 2.158 milhões de hectares para 2.304 milhões de hectares nos anos de 1990, revelando nestes períodos a quase-manutenção das mesmas áreas, com um pequeno crescimento, que não chega a ser muito significativo, próximo a 7% para os anos de 1990. No entanto nos anos de 1990 a produção aumentou 27%, concluindo-se que este aumento é resultado da produtividade (TABELA N° 34).

⁶ O produto soja é encontrado sob a forma de: tortas, farelos, óleo bruto, ou refinado e outros alimentos, *in natura* ou preparados, usados por pessoas ou para animais, etc. Sobre a participação da soja no processo socioeconômico nacional e paranaense leia: KAGEYAMA et al(1987: 80-93) e PIERUCCINI (1998:131-138).

TABELA Nº 34
EVOLUÇÃO DA CULTURA DA SOJA NO ESTADO DO PARANÁ
 - 1980 / 2000 -

Ano	Área Colhida (mil ha)	Produção (mil t.)	Produtividade (kg/ha)
1980	2.410	5.400	2.241
1985	2.196	4.413	2.009
1990	2.268	4.650	2.050
1995	2.200	5.624	2.557
2000*	2.837 (7,%)	7.050 (27,%)	2.485

Fonte: SEAB / DERAL, IPARDES – 2000. (*).Estimativa. Org.: Wilson A.Teixeira

No ano 2000, no Estado do Paraná, a soja foi colhida numa área estimada em 2.837 milhões de hectares, produzindo 7.050 milhões de toneladas, e respondendo por 25% da produção nacional. Segundo a SEAB (2000), as culturas de grãos lideradas pelo binômio soja-trigo responderam em 1999 por 85,4% do total da safra agrícola paranaense, com maior comercialização dos produtos pelas cooperativas agropecuárias; e os núcleos regionais que mais produzem são: Oeste, 29%, Norte, 26%, Sul, 17%, Centro-Oeste, 16%, Sudoeste, 10% e Noroeste 2%. Dados do jornal O ESTADO DO PARANÁ (1999:10), referem que no último ano de 90, “...a soja movimentou mais de 260 mil pessoas em 70 mil propriedades.”

Para PIERUCCINI (1998:122): “O algodão tem sua produção dirigida, a nível nacional, para os setores industriais de processamento, não se verificando, localmente, a integração completa da cadeia têxtil ”; e, citando KAGEYAMA et al (1987:98), diz que a regularidade da oferta da matéria-prima dificulta a inserção da região na agroindustrialização do algodão.

Atualmente a Região Centro-Oeste revela-se como a maior produtora de algodão do Brasil. As regiões Sul e Sudeste, lideradas por São Paulo e Paraná, foram consideradas as maiores produtoras de algodão, conforme os dados de meados da década de 1990, de O ESTADO DO PARANÁ (1999:12), mas esse momento foi marcado também pela alta redução da área de plantio, em 45,75%. A título de comparação refere que em 1991, o

Estado do Paraná chegou a produzir algodão em 730 mil hectares, e mais recentemente, em 1999, demonstrando a decadência da cultura, destina-se a produzir em menos de 10% daquela área. O Brasil, nos anos de 1990, com a queda da sua produção, constituiu-se no grande importador de algodão em pluma, principalmente da Argentina. O seu mercado difere de outras nações produtoras por transações do produto em caroço, enquanto nos outros países predomina o beneficiamento como estrutura de prestação de serviço. Assim, de acordo com GONÇALVES (1997:9-15), existem “...dois mercados: o de algodão em caroço, no qual se envolvem cotonicultores, maquinistas, compradores, cooperativas e algumas indústrias têxteis com integração para traz, e o pluma, onde atuam cotonicultores, indústrias têxteis, corretores e ‘traders’⁷ importados.”

No Estado do Paraná, o segmento seda, com muitas oscilações econômicas de mercado e perdas devido à fragilidade na manutenção da cultura, vem se mantendo desde os anos de 1980, graças à produção de casulos verdes concentrada na Mesorregião Noroeste Paranaense. O Paraná, na safra 1998/1999, respondeu por 87,8% da produção nacional, e lidera a produção industrial da seda com 53,4%, seguido por São Paulo com 46,6%. O destaque paranaense de maior concentração da produção fica na cidade de Nova Esperança, considerada a capital nacional da seda. Juntas, as regiões de Maringá, Paranavaí e Umuarama foram responsáveis por 69,7% da produção total de casulos do estado, entretanto, o maior centro produtor é a Mesorregião Norte Central Paranaense, respondendo o núcleo de Maringá por 30% deste total, acompanhado pelos núcleos de Umuarama (23%), Paranavaí (15%), Ivaiporã (6%), Cascavel (6%), Campo Mourão (5%), Jacarezinho (5%) e outros (10%), segundo a SEAB (2000).

De manutenção muito sensível, a produção na sericicultura exige muito nos tratamentos culturais - sanidade, qualidade dos ovos e larvas, constantes análises e recuperação (adubagem) de solo onde estão plantadas as lavouras de amora, higienização dos barracões, etc. Em função do segmento seda, a relação entre indústrias de fiação, sericicultura e técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER é uma constante, na orientação dos sericultores, que devem ter especial vocação para essa atividade, para a adoção de práticas na melhoria das atividades de criação e qualidade dos casulos verdes, pois

⁷ “TRADERS”: Comércio ou negócios com importados.

praticamente toda a produção de fios de seda é exportada, comprada principalmente pelo Japão, seguido pela Índia, Coréia do Sul, França, Suíça, Estados Unidos e Itália. Para os técnicos, a sericicultura é um bom negócio para a pequena propriedade, evidenciando atividades desenvolvidas por pequenos produtores em sistema de parceria.

Constata-se a participação das cooperativas nos diversos segmentos agroindustriais do Paraná e este comportamento estadual é muito representativo quando se trata das atividades destes segmentos no espaço regional do Norte Central. As cooperativas agrícolas voltadas para a industrialização, localizadas na Mesorregião Norte Central Paranaense apóiam-se nas culturas da soja, do algodão, do café, da cana-de-açúcar, mandioca e outras. Mas contam também com culturas em expansão econômica, como a laranja e a canola e destacadamente, em função do produto para a industrialização, de óleos especiais, insumos agropecuários, café (bebida), fios de algodão, fios de seda e outros produtos de menor processamento; e recentemente, a Cocamar já está aplicando na industrialização do óleo de girassol (TABELA N° 35)

TABELA Nº 35

PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO NORTE

CENTRAL PARANAENSE EM 1997

	AGROINDUSTRIAS PRODUTOS PROCESSADOS	COCAMAR MARINGÁ	COLMAR MARINGÁ	COCARI MANDAGUARI	COLARI MANDAGUARI	COROL ROLÂNDIA	VALCOOP LONDRINA	INTEGRADA LONDRINA	CATIVA LONDRINA	COCAFÉ ASTORGA	COPERCATU PORECATU	COOPerval JANDAIA DO SUL
ALGODÃO	Benefício fardos/dia	400	-	60	-	28	-	70	-	21	13	-
	Enfardamento fardos/dia	672	-	300	-	140	-	350	-	109	64	-
	Fiação ton/dia	13500	-	3600	-	-	-	7200	-	-	-	-
ARROZ	Benefício ton/dia	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-
	Empacotamento ton/dia	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-
CAFÉ	Torrefação ton/dia	11	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-
	Benefício ton/dia	240	-	-	-	45	-	258	-	-	30	-
CANVA	Moagem ton/dia	2500	-	3360	-	4200	-	-	-	3600	2300	6000
	Destilaria litros/dia	170000	-	30000	-	200000	-	-	-	250000	150000	300000
	Açúcar ton/dia	-	-	-	-	32500	-	-	-	-	23000	-
LEITE	Pasteurização litros/dia	-	70000	-	80000	-	-	-	120000	-	-	-
	Empacotamento litros/dia	-	40000	-	40000	-	-	-	50000	-	-	-
	Queijos ton/dia	-	3	-	2	-	-	-	60	-	-	-
	Manteiga ton/dia	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-
MANDIOCA	Moagem ton/dia	350	-	-	-	200	-	-	-	100	-	-
	Fécula ton/dia	80	-	-	-	50	-	-	-	25	-	-
	Farinha ton/dia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SOJA	Esmagamento ton/dia	1500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Farelo ton/dia	1200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Refino ton/dia	200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: OCEPAR – 1998.

COFERCATU: Atua somente no segmento cana

As cooperativas do segmento leite atuam na comercialização do leite *in natura* ou na industrialização, principalmente para a produção de leite pasteurizado, leite em pó, queijo e manteiga. Em 1997, as cooperativas que mais participaram da produção agropecuária *in natura* foram, por ordem, a Corol, com 5,04%; a Integrada, com 5,03%; e a Cocamar, com 3,45%. A Colari não participou da comercialização de produtos *in natura* pois a sua especialidade está ligada à agroindústria do leite. Na comercialização agroindustrial, a Cocamar é a mais representativa das cooperativas na região, com 15,50%, seguida pela Cocari, Integrada, Corol e a Cativa, em média de 2,17% a 2,52%. A Valcoop não participou

da agroindustrialização de produtos, mantendo-se somente na comercialização da produção *in natura*. Outra significância que os números apontam são os dados que apresentam na quase totalidade os produtos *in natura* e agroindustrializados, a participação da Cocamar representando, regionalmente, 93,33% nas exportações desses produtos.

Novamente fica registrada a importância das cooperativas agroindustriais e principalmente da Cocamar na organização geoeconômica e social da Mesorregião Norte Central Paranaense, com faturamento anual superior a R\$ 270 milhões, em 1997, acompanhada, com certa distância, pela Integrada, próxima de R\$ 116 milhões, e a Corol, com pouco mais de R\$ 114 milhões (TABELA Nº 36), razão pela qual dedicamos à COCAMAR uma análise individualizada, na próxima seção.

TABELA Nº 36
PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO NORTE CENTRAL
PARANAENSE NA PRODUÇÃO GROPECUÁRIA * - 1997

Cooperativas	In Natura		Agroindústria		Total		Exportações	
	Em R\$	%	Em R\$	%	Em R\$	%	US\$/FOB % * ¹	
COCAMAR	57.216.000	3,45	215.040.000	15,50	272.256.000	18,45	54.751.086	93,33
COLMAR	4.554.975	0,27	1.095.829	0,08	5.650.804	0,35	0	0
COCARI	33.073.310	1,99	34.905.562	2,52	67.978.872	4,51	916.965	1,56
COLARI	0	0,00	7.157.039	0,52	7.157.039	0,52	0	0
COROL	83.612.185	5,04	31.248.702	2,25	114.860.887	7,29	2.510.324	4,28
VALCOOP	33.563.524	2,02	0	0,00	33.563.524	2,02	354.084	0,61
INTEGRADA	83.435.602	5,03	33.455.043	2,41	116.890.645	7,41	0	0
CATIVA	119.000	0,01	30.116.689	2,17	30.235.689	2,18	130.850	0,22
COCAFÉ* ²	19.306.664	1,16	19.524.758	1,41	38.831.422	2,57	0	0
COFERCATU	15.255.135	0,92	21.312.317	1,54	36.567.452	2,46	0	0
COOPERVAL	4.400.000	0,27	20.732.904	1,49	25.132.904	1,76	0	0
Totais	334.536.38	20,16	414.588.790	29,89	749.125.190	50,05	58.663.309	100,0

(*¹) Participação das cooperativas nas exportações totais da mesorregião Norte Central Paranaense. (*²) A COCAFÉ foi substituída em 1999 pela NOVA PRODUTIVA. (*) Exceto o segmento carne.

Fonte: OCEPAR, 1998 : 37.

Organização com totais e percentuais: W.A.Teixeira.

Nos valores expressos na Tabela Nº 36, é bom que se diga, não está

embutida a produção animal de carnes, que é significativa na mesorregião, mas não de interesse comercial para as cooperativas agrárias. A agroindústria frigorífica não é interessante para as cooperativas da região, cuja atividade leiteira e, principalmente de grãos, aquece toda a atividade comercial, industrial e mercadológica das cooperativas, ao mesmo tempo em que atende praticamente a totalidade dos associados, com as propriedades ocupadas quase que integralmente por atividades da agricultura.

Na realidade, a pecuária paranaense, presente na maioria dos municípios, vem sofrendo problemas estruturais desde 1990. Aproximadamente há 10 anos o rebanho de 9 milhões de cabeças encontra-se estacionado, em decorrência dos baixos índices de produtividade; da degradação da maior parte dos 7 milhões de hectares de pastagens; da perda de áreas para a agricultura, que tem maior dinamismo econômico; da fragilidade da estrutura industrial, pois poucos frigoríficos estão capacitados tecnologicamente e com suporte financeiro. Isto, apesar das vantagens competitivas que a pecuária paranaense oferece, tais como: mercado interno consumidor em expansão; financiamento para formação de pastagens; expectativa de atuação de novos frigoríficos; previsão do aumento de rentabilidade para o gado de corte, etc. (O ESTADO DO PARANÁ, 2001:7).

6.2. O contexto geoeconômico da cooperativa agroindustrial COCAMAR

Encontra-se a Mesorregião Norte Central ocupada por cidades economicamente dinâmicas, entrelaçadas no eixo Maringá-Londrina, uma das mais importantes áreas agroindustriais do Paraná, onde se concentra grande parcela das cooperativas do Estado do Paraná. Nesta região localiza-se a Cocamar. Criada em 1963, com sede em Maringá, tinha o nome de Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá Ltda., por predomínio social dos cafeicultores, mas, com a perda desta participação para a maioria agropecuarista, passou a denominar-se, em 1984, Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda. Situa-se, atualmente no Paraná como a mais importante cooperativa agropecuária, especializada na verticalização agroindustrial e com relação de sociedade com outras empresas, e sua administração geral a caracteriza também como uma

empresa **multicooperativa**. A Cocamar tem na viabilidade da agroindústria, o objetivo de agregar valores, unindo produtores e consumidores, razão pela qual, além dos 2.285 funcionários e 5.544 cooperados, conta com associados admitidos dos estados do Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e relaciona-se espacialmente com 29 entrepostos, conforme FIGURA Nº 17.



A vinculação cooperativa como empresa, envolve relações complexas, principalmente econômicas, que podem mascarar a função predominante, dificultando a identificar, não o registro da denominação ou razão social, mas em que grau maior de atividade encontra-se caracterizada. Os princípios fundamentais de uma associação cooperativista são os de atender às necessidades comuns dos associados, ao mesmo tempo em que estes compartilham igualmente dos benefícios e riscos, enquanto a empresa, para MOCHON e TROSTER (1994:20), "...é a unidade de produção básica. Contrata trabalho e

compra fatores com o fim de fazer e vender bens e serviços.” A vinculação entre cooperativa e empresa, em que o predomínio das relações volta-se para a direção ou gerenciamento de uma delas e neste caso, é o da cooperativa, nos permite identificar nela, as características de **multicooperativa**.

As empresas com as quais a Cocamar tem sociedade são: a Transcocamar Ltda.: com a participação acionária integral da cooperativa, esta empresa efetua toda a locação do transporte rodoviário de cargas da cooperativa, assim como pode executar serviços para outras empresas; a Cooperfios Ltda.: com 25,33%, a cooperativa participa desta empresa que industrializa e comercializa algodão na forma de fios; a Paraná Citrus S/A, da qual a cooperativa detém 61,30%, mas segundo a sua direção, atualmente sua participação chega a mais de 90% nesta empresa, que atua na industrialização e comercialização de laranja na forma de suco, e por fim, a Textilpar LTDA, empresa que produz e comercializa tecidos de algodão, na qual o vínculo participativo da cooperativa é de 36,75%, conforme TABELA Nº 37.

TABELA Nº 37

PARTICIPAÇÃO DA COCAMAR EM SOCIEDADE COM OUTRAS EMPRESAS – 1999

EMPRESAS	(%)	PRINCIPAL ATIVIDADE	SÉDE
Transcocamar Ltda.	100,00	Transporte rodoviário de cargas e locadora de veículos.	Maringá
Cooperfios Ltda.	25,20	Industrialização e comercialização de algodão na forma de fios	Maringá
Paraná Citrus S/A.*	61,30	Industrialização e comercialização de laranja na forma de suco	Paranavaí
Textilpar Ltda.	36,75	Produção e comercialização de tecidos de algodão	Paranavaí

(*) Refere-se ao total das ações, nas ações ordinárias a participação da Cocamar é de 92,9%

Fonte: COCAMAR – Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá. Informações Gerais, maio, 2000.

Na realidade, o maior ou menor índice de participação acionária da cooperativa com estas empresas não invalida nem diminui o alto domínio administrativo, praticamente integral, da Cocamar sobre estas empresas, inclusive constando dos faturamentos anuais da cooperativa, de acordo com a TABELA Nº 38, casos em que o

domínio abrange toda a cadeia produtiva.

TABELA Nº 38

DESCRIÇÃO POR EMPRESA NO FATURAMENTO DO GRUPO COCAMAR

Anos 1997 / 98 / 99 - Em R\$ milhões

Descrição	1997	1998	1999
Cocamar	310	255	344
Transcocamar	19	22	38
Cooperfios	12	11	15
Paraná Citrus	8	11	18
Textilpar	12	6	13
Total	361	305	428

Fonte: COCAMAR – Boletim Informativo, 1999.

A Cocamar, com sede em Maringá, localizada na Mesorregião Norte Central Paranaense, que foi fundada em 27 de março de 1963 e iniciou suas atividades no mesmo ano, e a Coamo, com sede em Campo Mourão, localizada na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, fundada em 28 de novembro de 1970, inicialmente por 79 produtores pioneiros, com início das atividades em seguida, são as maiores e mais dinâmicas cooperativas agrícolas do Estado do Paraná, no número de associados, no recebimento de grãos e na verticalização agroindustrial. A Coamo, em 1992, segundo o IPARDES (1993:8), a maior cooperativa do Paraná, mantinha o maior número de associados, com 26.359, contra 10.040 da Cocamar; os maiores índices de quantidade recebida de grãos, 1.887.823 toneladas, contra 461.176 toneladas da Cocamar; de capacidade de armazenagem, com 1.321.580 contra 595.839; e de assistência técnica, com 122 contra 46 técnicos; mantendo atualmente, mesmo com alterações nos índices de crescimento para maior, estes posicionamentos. Ao desempenho da Coamo cabe o título de maior cooperativa da América Latina. Nos balanços anuais de 1999 destas cooperativas de grande expressão, a Coamo apresenta faturamento anual de R\$ 1.228 bilhão;

a Cocamar, considerada a segunda maior cooperativa do Paraná, de 344 milhões (COCAMAR,2000:s/n.); e a Corol, em torno de 200 milhões.

O processo de industrialização da Cocamar teve início no final dos anos de 1970, quando inaugurou “uma fábrica de extração de óleo e farelo de soja com capacidade para esmagar 1.400 toneladas de grãos/dia” deixando de ser uma mera “fornecedora de matéria-prima para outras indústrias e passava a investir na agregação de valores. Nos anos seguintes, surgiram fábrica de extração de óleo e farelo de caroço de algodão; a unidade de refino e envasamento de óleos; fiação de algodão e a torrefadora de café que, juntas, formavam um ativo parque industrial”(O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ, 1999:8).

Durante os anos de 1980 a Cocamar implantou sua fábrica de suco concentrado de laranja, adquiriu a cooperativa de produtores de cana Coamto e inaugurou seu segundo parque industrial, de processamento de casulos do bicho-da-seda.

Entretanto, ressalva-se que a Cocamar, em termos de especialização e verticalização industrial, além de vínculos associativos com outras empresas, a exemplo da Cooperfios, Paraná Citrus e Textilpar, mantém uma dinâmica empresarial muito expansiva, comparada ao desempenho da Coamo. A Cocamar na agroindustrialização destaca-se, conforme TABELA N° 38, na indústria de fios de algodão, indústria de fios de seda, indústria de fécula de mandioca, destilaria de álcool, indústria de extração de soja, indústria de extração de caroço de algodão, indústria de extração de canola, refino de óleos de soja e de canola, envase de óleos de soja (frascos), óleos especiais - PET (frascos), envase de óleos de soja (lata) e torrefadora de café, enquanto a Coamo, beneficia café, algodão e arroz; industrializa a soja e a canola (óleo e farelo); tem fiação de algodão e seda; destilaria de álcool e torrefadora de café, destacando-se, já que a sua matéria-prima procede totalmente da área de ação da cooperativa, na transferência e padronização de grãos na região e comercialização dos subprodutos ou resíduos da padronização.

A significância das relações regionais ou locais entre a Coamo e a Cocamar pode ser verificada pela vinculação comercial entre ambas. As relações de interesse comercial e/ou industrial criam dinâmicas econômicas próprias entre elas, por favorecimento de mercado acordado para a distribuição de produtos, normalmente industrializados. De de um lado é apenas um produto de uma determinada cooperativa que, do outro lado, empresta no rótulo indicativo do produto, apenas a denominação comercial para dar ao produto elaborado

maior expressão publicitária na mídia comercial e maior poder de venda. O empréstimo da “marca publicitária” mais conhecida, local e regionalmente, favorece o reconhecimento do produto e facilita a sua aquisição pelo consumidor. Exemplo desta prestação de serviço pode ser dado pela Cocamar, com a torrefação e moagem de café, na produção do café embalado, que é registrado com o seu C.G.C. – Cadastro Geral do Contribuinte, mas que por força contratual, sai com a denominação “Café Coamo”. Outro exemplo é o da empresa Oderich, do Rio Grande do Sul, na produção de maionese: a Cocamar transfere aproximadamente 80% do óleo comestível, que é transformado em maionese pela Oderich e volta para a Cocamar, que lhe dá o nome publicitário e o comercializa.

TABELA Nº 39

ESTRUTURA DE BENEFICIAMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA COCAMAR – 1999			
ITENS	LOCAL	ANO INSTALAÇÃO	CAPACIDADE
COMPLEXO ALGODÃO			
		ampl.	
Indústria de Fios de Algodão	Maringá	1982/86-93-95	1.400 ton. de fios por mês
COMPLEXO SEDA			
Unidade de Criação Sericícola I	Pr.Castelo Bco.	1985	20.000 caixas de 20g lagartas/ano
Unidade de Criação Sericícola II	Cianorte	1988	20.000 caixas de 20g lagartas/ano
Unidade de Criação Sericícola III	Iporã	1989	20.000 caixas de 20g lagartas/ano
Instit. de Sementagem Sericícola	Nova Esperança	1984	1.200 kg de ovos por ano
Indústria de Fios de Seda	Maringá	1985/91	500 ton.de fios por ano
COMPLEXO ÁLCOOL/AMIDO			
Indústria de Fécula de Mandioca	São Tomé	1993	200 ton. de fécula por dia
Destilaria de Alcool (cana)	São Tomé	1992	45.000 m ³ de álcool por ano
COMPLEXO ÓLEOS VEGETAIS			
Indústria de Extração de Soja	Maringá	1978	2.100 ton. de soja por dia
Indústr.de Extraç.de Car.Algodão	Maringá	1982	400 ton. de caroço por dia
Indústria de Extração de Canola	Maringá	1992	250 ton. de óleo de canola p/dia
Refino de Óleos: Soja e Canola	Maringá	1984	200 ton.de óleo degomado p/dia
Envase de Óleos de Soja	Maringá	1984	300 frascos por minuto
Óleos Especiais – PET	Maringá	- - -	90 frascos por minuto
Envase de Óleos de Soja – LATA	Maringá	1984	300 latas por minuto
COMPLEXO CAFÉ			
Torrefadora	Maringá	1990	3.900 ton. de café torrado p/ano

Fonte: COCAMAR, Estrutura de Beneficiamento e Industrialização. Folheto: Industrial, 1999.

Para efeito comparativo, a Coamo e a Cocamar, apesar da prioridade, não são simples agregadoras de produção para os associados. A abrangência das suas competências diretivas no desempenho de suas funções e o dinamismo que as caracteriza como empresas multicooperativas extrapolam as fronteiras do pensamento cooperativista e as colocam, dessa forma, no modo capitalista de pensar, como as grandes empresas capitalista. Precisam preterir a concorrência perfeita, de equilíbrio entre muitos compradores e muitos vendedores, para assumir a concorrência imperfeita de momentos monopolizantes ou oligopolizantes, fundamentando-se em outras características administrativas empresariais, a exemplo do sistema *holding*. No entanto, mesmo com todas estas características atribuídas aos grandes complexos cooperativistas, o entendimento de uma sociedade de pessoas ainda predomina, conforme nossa percepção empírica.

As diversas atividades, como a comercialização e a agroindustrialização, indicam o sistema de representação das cooperativas entre setores a montante e a jusante do Complexo Agroindustrial, assim como o grau de dominação das cooperativas, na cadeia produtiva agropecuária, no processo CAI, que pode ser um ou mais produtos do segmento agrário, dominados em todas as suas fases produtivas, da origem ao produto final.

6.3. O desenvolvimento e a dissolução das cooperativas agropecuárias do Norte Central Paranaense.

Na década de 1950, o Estado do Paraná ocupou o primeiro lugar na produção mundial de café, detendo a Região Norte a totalidade desta cultura. Os primeiros anos da década de 1960 foram críticos para a economia brasileira e cafeeira e, automaticamente, para a paranaense e diretamente para a Região Norte, pela predominante economia cafeeira de superprodução. As cooperativas agrícolas que atuavam até meados da década de 1960 praticamente dependiam das atividades econômicas do café, que era o principal suporte estrutural da economia paranaense, até o governo militar de 1964, que passou a aplicar uma nova política econômica, de modernização técnica e intensiva de capital, para a agropecuária. O IBC, com os prenúncios de superprodução de café, ativou a política de erradicação dos cafeeiros brasileiros no intuito de limitar a oferta de café no mercado, e segundo NICHOLLS (1970:53), foi auxiliado pelas geadas de 1962 e de 1963 que atingiram

“...64 % na zona de Londrina até Maringá e 77% para o oeste e sul de Maringá”, isto é, atingiram praticamente toda área da mesorregião Norte Central Paranaense.

Apesar da regulação econômica imposta à cafeicultura pelo Governo via IBC, esta instituição foi, ao mesmo tempo, responsável pelo funcionamento da política e utilizou-a para assistir cooperativas e agricultores no combate à crise vigente na época, evitando inclusive a concorrência interna, o que estimulava a manutenção das cooperativas, na união societária, para evitar repassadores e intermediaristas concorrentes dos produtos agropecuários da região.

As cooperativas agropecuárias da época funcionaram prioritariamente na comercialização dos produtos agrícolas, principalmente do café; entretanto, assistiam os sócios cooperados na aquisição de máquinas e insumos agrícolas, assim como orientavam os agricultores na aquisição de crédito junto ao Banco do Brasil. Desde os anos de 1950, período em que o Brasil foi o maior produtor mundial de café, e depois mesmo com a crise cafeeira, ficou demonstrado que o principal problema do crescimento econômico para este setor foi a concorrência das grandes empresas nacionais ou multinacionais atuantes neste setor, juntamente com outros compradores intermediaristas isolados. Neste contexto, de grande produção e de crise econômica nacional e de superprodução de café, foram criadas na Mesorregião Norte Central Paranaense, as cooperativas Valcoop (1956), Cocari (1962), Cocafé (1962), dirigida desde 23 de julho de 1999 pela Nova Produtiva, Corol (1963) e a Cocamar (1963).

A Cooperatiava Agropecuária Vale do Tibagi Ltda. - VALCOOP, com sede em Londrina, originária da Cooperativa Londrinense de Cafeicultores - COLOCA, foi fundada em 31 de outubro de 1956, no período de domínio do ciclo econômico da cafeicultura paranaense. Relevante foi o Papel do Estado, que proporcionou a construção das primeiras instalações dos imóveis da cooperativa através de créditos financiáveis oficializados e orientados pelo extinto Instituto Brasileiro do Café – IBC.

Em 1969, a Coloca adquiriu o imóvel próximo ao município de Cambé antes ocupado pela Federação Paranaense das Cooperativas de Cafeicultores – FEPAR, para a expansão das atividades com os produtos soja e trigo. Mesmo com a existência da cultura do algodão na área de influência da Coloca, a produção, principalmente a dos cooperados, foi insuficiente para manter a usina da cooperativa em funcionamento, obrigando-a a desfazer-se

dela em 1972, ano das décadas iniciais de 1970 em que também, a cafeicultura passava por crise econômica, prejudicada ainda mais com os ataques aos cafeeiros por *ferrugem e geada*. Estas ocorrências deixaram na ociosidade 80% da capacidade produtiva do complexo agroindustrial da cooperativa, obrigando-a ao replanejamento das atividades para evitar a recessão econômica interna. Para tanto, recorreu a empréstimos bancários e à venda de alguns imóveis, medidas que não foram suficientes para conter o que poderia ser a liquidação de seus bens. Antes disso, os associados adaptaram novos planejamentos ao estatuto da cooperativa de acordo com a Lei 5764 de 1971, para em 1976 mudarem a denominação da Coloca para Cooperativa Agropecuária Vale do Tibagi Ltda. – VALCOOP, inclusive ampliando sua área de atuação para outros municípios. (DIAS, 2001:87-88).

Constata-se também a vivência da Coloca, no período de crise da cafeicultura e de transição da agricultura, dos anos de 1960 e de 1970, envolta com a introdução e substituição de culturas exigidas pela Modernização Agrícola.

A crise financeira da Valcoop chegou até o ano de 1978, quando praticamente normalizou sua dívida. Descapitalizada recorreu ao apoio do Banco do Brasil, conseguindo aumentar o seu capital social, voltando a crescer no ano seguinte para, em 1980 adquirir uma unidade de beneficiamento de algodão e em 1981 construir quatro unidades de recebimento de grãos. Entretanto, em 1983, conforme DIAS (2001:92),

um alto custo financeiro em suas contas, fruto da falta de autofinanciamento e das elevadas taxas de juros, situação resultante da conjuntura da agricultura da época e da descapitalização do agricultor, que teve que conviver com elevadas taxas de juros depois de um longo período de crédito subsidiado, fez com que a cooperativa, tentando atenuar o problema de seus cooperados, embarcasse numa política de endividamento crescente.

Junta-se a essas ocorrências a crise política interna entre diretores e funcionários, culminando com a demissão de dirigentes e a eleição de nova diretoria, que como as outras, recorreria a financiamentos, neste caso, do Banco Central, para atenuar a crise. Em 1987, são concluídas as obras do armazém graneleiro e da unidade da fábrica de ração; em 1988, é adquirida a unidade de produção de sementes de algodão da “Café do Paraná”, em Ibitiporã, e em 1994 já se verificava recuperação financeira em suas atividades econômicas.

No ano 2000, a Valcoop apresentou faturamento anual em torno de 40 milhões de reais, decorrente da comercialização, armazenagem e beneficiamento, principalmente de algodão, milho, soja, trigo e insumos - fertilizantes, sementes, produtos químicos etc. Nas áreas de sua atuação foram criados entrepostos em diversas localidades conforme FIGURA Nº 18.



A COCARI – Cooperativa de Cafeicultores de Mandaguari Ltda., com sede em Mandaguari, foi fundada em 7 de fevereiro de 1962. Atualmente conta com 3.765 associados e 12 entrepostos no Paraná (FIGURA Nº 19), com extensão na cidade de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso. Em sua fase inicial, a cooperativa servia ao atendimento social e de instrumento de apoio aos seus cooperados, na aquisição de equipamentos agrícolas, insumos e acesso às disponibilidades de crédito agrícola. Assim, a cooperativa encontrava-se a jusante do CAI brasileiro em expansão estadual, devido à necessária aquisição de bens

industriais, de máquinas e insumos. Com o processo de modernização agrícola e de agroindustrialização, muitas alterações funcionais ocorreram e, no tocante à agroindustrialização, o posicionamento a jusante ou a montante, no CAI, altera-se de acordo com a transformação do produto de um setor e sua oferta em repasse de venda para outro ou para o próprio setor produtor. No segmento agroindustrial de rações encontram-se as cooperativas que estão a montante do setor agropecuário, a exemplo das cooperativas Corol, Cocari e Integrada, que se mantêm em fortes relações intersetoriais nestas transações comerciais.

A dinâmica operacional da Cocari baseia-se na orientação e comercialização de negócios e produtos. Participa das atividades industriais no beneficiamento, embalagem e fios de algodão, da mesma forma que, com a industrialização, produz rações para suínos, eqüinos, bovinos, coelhos, cães, peixes e aves - galináceos e codornas, assim como, atua no segmento cana-de-açúcar com uma destilaria de álcool autônoma, mas inserida no complexo agroindustrial da cooperativa. Fora do processo de industrialização, atua na comercialização de grão *in natura*. Quanto à sua participação no CAI, busca na agroindustrialização internalizar-se neste contexto de relações, principalmente econômicas, como meio de agregar valores à produção, no intuito de criar condições para o agricultor na perspectiva de proporcionar-lhe lucro.



Envolvidos pela dinâmica da economia cafeeira, 28 produtores rurais fundaram, no dia 11 de junho de 1963, a Cooperativa dos Cafeicultores de Porecatu – COFERCATU e dois anos após, ainda contando com a comercialização do café, passaram a atuar também na produção e comercialização de adubos. Em 1970, a cooperativa alterou sua denominação social para Cooperativa Agropecuária dos Cafeicultores de Porecatu Ltda., mantida até o presente momento. Atualmente a Cofercatu detém unidades armazenadoras de grãos em Porecatu, Florestópolis, Prado Ferreira e Centenário do Sul; de armazenagem e comercialização de insumos em Mirassolva, Lupionópolis e Bela Vista do Paraíso; usina de açúcar e destilaria de álcool, departamento de transporte e máquinas em Florestópolis (FIGURA Nº 20).



Em 30 de novembro de 1963, na Região Norte do Paraná, quando predominava o domínio do ciclo econômico da cafeicultura e propriamente por este motivo e para evitar concorrência com empresas e máquinas de café que atuavam no setor, um grupo em forma de sociedade cooperativista fundou a Cooperativa Agropecuária de Rolândia Ltda. - COROL. Em seguida iniciaram as atividades da cooperativa, justamente com a construção de máquina de café para satisfazer, no momento econômico concorrencial, os sócios agricultores na deposição, beneficiamento e comercialização do café. Nas décadas seguintes a cooperativa evoluiu com a comercialização de soja, milho, trigo, café e sementes. Atua na agroindustrialização nos segmentos, cana-de-açúcar com a industrialização para produção de açúcar e álcool; produz rações e sais minerais; não produz laranja ou frutas, mas tem importante beneficiadora e trato de preparação de frutas frescas, que a coloca como a primeira distribuidora deste gênero no Estado do Paraná, inclusive na preparação, além de frutas frescas e de cestas matinais, compostas por chocolates, capuccino, café solúvel e outros.

A área de atuação da Corol é bem extensa e o atendimento se faz através do direcionamento com sede em Rolândia e seus entrepostos localizados em: Arapongas, Cambé, Jaguapitã, Pitangueiras, Sabaudia, Bela Vista do Paraíso, Primeiro de Maio, Alvorada do Sul e Sertanópolis (FIGURA Nº 21).

A Corol que inaugurou sua indústria de suco de laranja em 2001, consta associada a outros grupos empresariais, dentre os quais se citam a Paraná Citrus S/A, para industrialização e comercialização de laranja na forma de suco e a Cooperfios S/A, para industrialização e comercialização de algodão na forma de fios, ambas do Grupo Cocamar de Maringá e também, com a CONFEPAR - Cooperativa Central Agropecuária Ltda., com sede em Londrina, onde é feita a concentração da produção de leite *in natura* para industrialização, na forma de leite pasteurizado, leite em pó, queijos e manteiga; com a COCEAL - Cooperativa Central de Algodão, regional, que atua na produção de sementes de algodão. A Corol, com faturamento anual em torno de 200 milhões, é destacadamente a segunda cooperativa na dinâmica econômica espacial da Mesorregião Norte Central Paranaense.



Lembramos nesta passagem que as cooperativas agroindustriais do Norte Central Paranaense - e ao que parece, não foram as únicas - estiveram envoltas sob a fiscalização do Incra até a Constituição Brasileira de 1988 e que passaram, em seguida, pela transição do uso de uma nova fase administrativa de *autogestão*, que exigiu das cooperativas atuarem ou buscarem recursos para as suas atividades através das próprias habilidades administrativas. Esta nova motivação, mesmo que possa ser aparente, já que as cooperativas convivem ainda com o apoio das políticas financeiras de governo para o setor, viabilizaram, em contrapartida, possibilidades amplas de verticalização da produção e de agregação de valores a elas, no contexto do processo produtivo capitalista de administrar, não só no sentido associativo cooperativo, mas como grandes empresas.

A fase satisfatória para as cooperativas foi, aproximadamente, até 1984, antes da nova crise econômica nacional no Governo Fernando Collor de Melo (1990 / 92). As taxas do PIB Industrial brasileiro, conforme referimos, foram positivas em meados dos anos de 1980, caindo no seu final e, ainda mais, nos anos de 1990 a 1992, recuperando-se com taxas positivas, de 1994 a 1997, voltando a taxas negativas de 1998 a 2000. Este período de oscilações econômicas foi desastroso para as atividades das cooperativas agroindustriais. Entretanto foram a capacidade administrativa empresarial de autogestão pós- 1998 e novamente o auxílio do Governo Federal, antecipando recursos com o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuário - RECOOP, junto às cooperativas, que possibilitaram a permanência de agroindústrias no setor agropecuário. Aquelas que não conseguiram ajustar suas atividades às novas exigências de crédito e principalmente de mercado, sucumbiram, ou encerraram suas atividades de forma semelhante ao modo falencial, através de incorporações e/ou fusões. No primeiro quinquênio da década de 1990, pararam suas atividades as cooperativas Camas, de Alvorada do Sul; Canorpa, de Apucarana; Casul, de Centenário do Sul; Copiva, de Ivaiporã; Sul Brasil, regionais de Maringá e Londrina e a Cotia de Londrina (TABELA N° 40).

A história da falência da Cooperativa Sul Brasil Ltda., na Mesorregião Norte Central Paranaense, com unidades distribuídas por alguns estados da nação, a exemplo das localizadas no Paraná e São Paulo, insere-se no processo de dissolução, venda ou fusão de cooperativas do pós-1990, mas de ocorrências econômicas negativas, a partir do momento, em 1983, em que o Governo de João Batista Figueiredo (1979 / 85), na tentativa, sem sucesso,

de diminuir os gastos públicos, freou ou praticamente cortou os créditos e subsídios dos setores da agropecuária, atingindo as cooperativas agroindustriais. Na realidade a quebra da Sul Brasil ocorreu muito mais em função de sua má gestão em superar crises, do que por falta de política de crédito paternalista, pois a maioria das cooperativas com atividades diversificadas e administrativamente viáveis suplantaram esta crise. Das 16 cooperativas existentes entre 1984 a 1989, 11 permaneceram em atividade até o presente momento (TABELA N° 40).

TABELA N° 40

Cooperativas agroindustriais em atividade no Norte Central Paranaense
- 1984 a 1999 -

N°	AGROINDÚSTRIA	SEGMENTO	1984	1989	1997	1999
1.	VALCOOP	Diversos (*)	Ativa	Ativa	Ativa	Ativa
2.	COCARI
3.	CACAFE	N. Produtiva
4.	COROL	Ativa
5.	COCAMAR
6.	COFERCATU
7.	COTIA NORTE	Integrada	..
8.	COOPerval	Cana	Ativa	..
9.	CATIVA	Leite
10.	COLARÍ
11.	COLMAR
12.	CANORPA	Diversos	Desativada	Desativada
13.	SUL BRASIL
14.	CAMAS
15.	CASUL
16.	COPIVA

Fonte: Pesquisa – 2000.

Org. Wilson A. Teixeira

* Diversos: Representados pela produção agrícola – grão, algodão, cana, mandioca etc. As .. cooperativa agroindustriais do Norte Central Paranaense não atuam no segmento carne.

Ainda a título de evidenciar o processo de dissolução das cooperativas

agropecuárias que findaram suas atividades nos anos 90, pode-se afirmar que as cooperativas agropecuárias do Norte Central Paranaense, que entraram em processo de dissolução societária, quer por liquidação judicial, quer por incorporação ou fusão, o fizeram em decorrência da falta de apoio financeiro governamental específico pós-1984 e com as crises do Planos Collor nas primeiras décadas de 1990, assim como pela má gestão dos recursos ou investimentos econômicos incorretos aplicados por administradores das cooperativas agroindustriais. A Cooperativa Agrícola Mista de Alvorada do Sul Ltda. – CAMAS, na metade dos anos de 1990 entra em processo de dissolução por votação em assembléia geral; entretanto, credores da massa em dissolução propõem execução judicial na tentativa de se furtarem aos efeitos da liquidação extrajudicial.⁸ A tramitação de processos judiciais como estes demonstra o processo de dissolução das cooperativas na internalidade do setor agropecuário, dificultando precisar a data exata de sua extinção no setor e as possíveis causas da dissolução, ao mesmo tempo contribui para promover o discurso sobre a *autogestão* cooperativista, propalado após a Constituição Brasileira de 1988, inclusive com a perda de poder fiscalizador do Inbra, na significância do poder do Estado junto às cooperativas agropecuárias, isto é, as cooperativas não mais estão sujeitas a fiscalização da Secretaria Nacional do Cooperativismo - SENACOOOP, órgão extinto que estava vinculado ao Ministério da Agricultura.

No Agravo de Instrumento Nº 91404-9, é observado pelo relator Dr. Sérgio Rodrigues, juiz do Tribunal de Alçada do Paraná, que a cooperativa Camas, pleiteia a suspensão do processo e que se permita a liquidação extrajudicial da sociedade cooperativa por seus cooperados. O probo juiz decide que o recurso merece ser provido, entendendo “...que tal modalidade de dissolução não afasta a possibilidade de liquidação judicial a requerimento de parte interessada...” e acrescenta: “...o que não se tem admitido, é a interferência ou intervenção estatal em tal espécie de sociedade em seu funcionamento, ainda que em fase liquidatória, eis que nesse momento ainda subsiste a personalidade jurídica da cooperativa...” e que ela “...continua em funcionamento, não havendo a cessação de suas atividades em decorrência daquele ato, mas sim continuidade de seus negócios, ainda que em outra esfera e visando outros fins, para que seja viável a realização de seu passivo e

⁸ O assunto consta do Processo Judicial conforme Agravo de Instrumento Nº 91404-9, fls.1-5, de 9 de outubro de 1996: Relator Dr. Sérgio Rodrigues, Juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná. Vara Civil de

pagamento de seus credores”. Por fim, entende “...ser possível de reforma a decisão atacada...”, sustentando a ação executiva que impedia a cooperativa de procedimento de liquidação extrajudicial.

A Camas, em processo de liquidação judicial, cessou suas atividades produtivas. A disponibilidade dos seus bens móveis e imóveis, valorizados por avaliação em alta, colocou em dificuldade a venda dos mesmos; assim, pelo processo de arrendamento, a Cooperativa Agropecuária de Rolândia - COROL, passou a utilizar partes essenciais desses bens.

No mesmo período, a Cooperativa dos Cafeicultores de Ivaiporã Ltda. - COPIVA, entrou em liquidação judicial e seus bens ajuizados foram a leilão. A Cooperativa Agropecuária Mourãoense - COAMO, de Campo Mourão, localizada na mesorregião do Centro Ocidental Paranaense, comprou em leilão os bens úteis para sua atividade, da massa “falida” ou melhor dissolvida - neste momento pode discutir-se o enfoque: *cooperativa empresa* -, da Copiva. Da mesma forma, a Cooperativa Agropecuária Centro Norte do Paraná - CANORPA, localizada em Apucarana, colocou em liquidação seus bens móveis e imóveis, disponibilizados através de venda para diversos grupos, dentro e fora do setor cooperativista. Parte significativa dessas instalações foi adquirida pela Coamo, a exemplo do entreposto na cidade de Faxinal.

Quanto à Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Centenário do Sul - CASUL, que também passou pela processo de dissolução e disponibilização dos seus bens, ela foi totalmente incorporada pela Cooperativa Agrária de Cafeicultores de Porecatu – COFERCATU.

Dos processos ajuizados envolvendo o setor das cooperativas agroindustriais da Mesorregião Norte Central paranaense, os quais, ao mesmo tempo, são ocasiões de firmação de jurisprudência, destacamos, a título de exemplo, o da Cooperativa Agrícola Mista de Alvorada do Sul Ltda. – CAMAS, assim como poderíamos ter citado o caso da Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda., situada na cidade de Toledo, dentre as ocorrências implicativas de dissolução societária, fusões e incorporações, no Estado do Paraná. Pode-se constatar nesses processos, uns de dissolução e outros de superação e desenvolvimento do setor cooperativista, indicativos da nova fase de *autogestão* ou *gestão*

empresarial para as cooperativas Agroindustriais, pós-1988.⁹

A Cooperativa Agrícola de Cotia, que se encontrava em atividade até a primeira metade dos anos de 1990, também passou pelo período processual de dissolução que envolveu o desaparecimento da Sul Brasil. A Cotia foi desativada, mas grande parte das suas unidades funcionais no Paraná, com sede localizada em Londrina, foram aproveitadas e ativadas pela Cooperativa de Produção Integrada Ltda. Durante os primeiros anos da década de 1990, em período recessivo do governo com o Plano Collor, de negativas taxas do crescimento industrial e do PIB brasileiro, a diretoria da Cotia, com gerenciamento administrativo conturbado envolveu a cooperativa em processo de liquidação e dissolução, e seus bens em 1997 foram ocupados pela Integrada, de acordo com a TABELA Nº 39, já indicada.

A Cooperativa de Produção Integrada do Paraná Ltda. resulta da ocupação das instalações e áreas deixadas pela falência da Cooperativa Agrícola de Cotia. Em 19 de abril de 1996, os ex-sócios, diante do impasse da “quebra” da cooperativa, uniram-se novamente e juntamente com outros agricultores, fundaram a cooperativa hoje denominada de Integrada. Esta expressiva cooperativa, com a matriz localizada em Londrina, filiada à Ocepar, Coceal, Coodec e Apasem, mantém 22 entrepostos ou locais de atuação no Paraná (FIGURA Nº 22). A Integrada atua no recebimento e comercialização de soja, milho, trigo, aveia, café, algodão e frutas e tem como atividades industriais a produção de sementes de trigo e soja, ração animal, fios de algodão e suplemento mineral, conforme TABELA Nº 35 anteriormente citada. A sua participação no CAI encontra-se a montante da agropecuária na produção de suplementos minerais e rações balanceadas para bovino, suínos, aves, cães, eqüinos, coelhos e peixes.

Poderes de autogestão liberados às cooperativas pela Constituição Brasileira pós-1988 são percebidos no próprio Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural - DENACOOOP, do Governo Federal, ao viabilizar a expansão do cooperativismo, com qualidade e *autonomia*. A participação no CAI já indicava o grau de industrialização e de verticalização das cooperativas e o apressamento de incorporar suas atividades na nova fase

Progresso S / A.

⁹ O Artigo 5º, XVIII, da Constituição Federal de 1988, dispõe: A dissolução das Cooperativas se opera através de decisão formalizada pelos seus associados em assembléia Geral (Art. 63, da Lei Nº5.764/71), não estando sujeita a intervenção, ou fiscalização do órgão executivo federal (previsto no Art.75 da Lei) e Artigo 50, Inciso XVIII CF/88, vedou expressamente a interferência estatal em seu funcionamento.

administrativa, no estilo de multicooperativa, voltadas à agregação de valores a produção.



Registra-se que três anos após a falência da Cotia e a sua imediata substituição pela Integrada ocorreu também a “quebra” da COCAFE – Cooperativa Agrícola de Astorga Ltda., em 1999, substituída, inclusive na utilização de suas instalações e bens, móveis e imóveis, no mesmo ano, pela Nova Produtiva, mantendo-se a sede em Astorga. Atualmente percebe-se, quando enfocada a natureza jurídica funcional da cooperativa Nova Produtiva, a complexa mistura de bens com a Cocafe, ficando dúvidas sobre a quem pertencem estes bens envolvidos nesta relação transitória.

A Nova Produtiva, fundada em 16 de novembro de 1999, atua principalmente nos ramos de comercialização de grãos, industrialização do café e fécula da mandioca. Aproveitando a estrutura da massa falida da Cocafe, com propriedades em Astorga, Santa Fé, Ângulo e Colorado, a Nova Produtiva, mantém a sede em Astorga, articulando

atualmente um universo de mais ou menos 3.000 sócios. Os entrepostos estão localizados em Astorga, Santa Fé, Colorado, Ângulo, Flórida, Lobato e Nossa Senhora das Graças (FIGURA Nº 23).



Em Colorado mantinha-se uma indústria produtiva de fécula de mandioca, mas em decorrência da crise interna que refletiu na criação da Nova Produtiva, com isolamento de alguns segmentos econômicos internos e a desestabilização do grupo social, que viria a ser composto pela nova razão social, a atual cooperativa arrendou a indústria de fécula. Ainda, sob efeito funcional da razão social anterior, seu início deve-se à influência, inclusive de aptidão regional, do ciclo econômico da cafeicultura. Esta influência, que fique bem evidenciado, foi um dos principais fatores da introdução e expansão de cooperativas na Região Norte do Paraná, especialmente na Mesorregião Norte Central. Também, segundo as avaliações questionadas, essa influência contribuiu para evitar a concorrência das máquinas

de café e das grandes empresas que atuavam neste setor.

A participação da Nova Produtiva na agroindustrialização ocorreu ainda no processo funcional da Cocafé, quando a cooperativa trabalhava somente com o recebimento para comercialização dos produtos soja, milho, café e trigo, e vislumbrou possibilidades do desenvolvimento com a industrialização. Entendo ser uma das saídas para agregar valores à produção, investiram então neste setor. A partir da década de 1980, a cooperativa passa a atuar também na compra e venda de insumos agrícolas - adubos, inseticidas e herbicidas. Como a cultura da cana-de-açúcar, regionalmente, estava em expansão econômica e de área, para atender ao setor agrosucroalcooleiro, e constituía-se em mais uma opção para as economias locais e regionais, favorecidas pelas facilidades de crédito do Governo para estas agroindústrias, na segunda fase do Proálcool, a cooperativa em 1983, no município de Astorga, coloca em funcionamento a sua destilaria de álcool.

No período da segunda fase do Proálcool é fundada a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Cana do Vale do Ivaí Ltda. – COOPERVAL, em 5 de julho de 1980, e a partir de 1983, no trato exclusivo do segmento cana-de-açúcar, é colocada no setor agrosucroalcooleiro a sua indústria de álcool e açúcar em funcionamento. Este setor difere das outras cooperativas agroindustriais do Norte Central pela sua especialidade bem localizável e funcionalidade única - a cana, não dispondo de entrepostos, pois a produção agrícola provém de fornecedores, de contratos de arrendamento de áreas produtivas de terceiros, e de áreas próprias da cooperativa. Neste setor é significativo o faturamento anual da Cooperval, em torno de 33 milhões de reais no ano de 2000.

Os fatores facilidades de crédito expansão de culturas e de áreas agrícolas favorecem a localização industrial dos setores envolvidos na agroindustrialização. Desde os últimos anos da década de 1960, as cooperativas agropecuárias que se especializaram envolveram-se no processo de industrialização utilizando-se das aptidões agrícolas impostas pela modernização e paralelamente, aproveitaram os benefícios do Programa Nacional do Álcool, tanto na primeira fase até o início dos anos de 1980, como após, na segunda fase, para entrarem na agroindustrialização dos segmentos açúcar e álcool, da cana.

6.4. O segmento leite e as cooperativas agroindustriais.

Inseridas no contexto dos setores agroindustriais cooperativistas, mas de atuação separada pela especificidade do segmento leite, encontram-se as cooperativas de laticínios, indústrias voltadas para produção de leite pasteurizado e seus derivados: queijos, iogurtes, manteiga, etc.

O leite passa a ser um instrumento gerador de renda principalmente para o produtor ocupante das pequenas e médias propriedades, inclusive na relação integrada com outros produtos gerados na propriedade, como agregador de valores à produção. A relação entre o produtor e a agroindústria é a de fornecedor ao comprador, e a localização industrial perto do segmento leite é o que mais favorece a localização agroindustrial - localização da matéria prima, tempo de recolhimento e condicionamento do leite, transporte, resfriamento do produto, etc. As cooperativas de laticínios organizam-se na verticalização da produção para agregar valores ao produto industrializado, isto é, além da venda do leite pasteurizado, verticalizam os seus subprodutos em derivados: queijo, manteiga e outros.

O Estado do Paraná é considerado um dos principais produtores nacionais de leite e, segundo os dados de 1999 da SEAB (2000), as cooperativas agroindustriais respondem por 47% da produção de leite e os laticínios privados por 53%. A localização paranaense de maior comercialização do produto está na Região Sul, com 32%, seguida pela Região Norte com 27%, a Oeste com 20%, a Noroeste com 10%, a Sudoeste com 8% e a Centro-Oeste com 3%. Os núcleos regionais que mais se destacam na produção estadual são: Toledo, 15%; Ponta Grossa, 13%; Francisco Beltrão, 10%; Cascavel e Londrina, 9%; Umuarama e Paranavai, 6%; Maringá e Jacarezinho 5% e outros com 22%.

As cooperativas do segmento agroindustrial leite, Cativa (1964), Colmar (1965) e Colari (1966), respectivamente de Londrina, Maringá e Mandaguari, com atividades voltadas para a preparação do leite e para a fabricação de produtos derivados, respondem pela principal comercialização e industrialização do leite da Mesorregião Norte Central Parananense. Quando questionados, os representantes administrativos das cooperativas indicaram faturamentos favoráveis para as agroindústrias do setor, com maior intensidade nas

décadas de 1970 e de 1980 ¹⁰. A partir dos planos Collor (1990/92), o setor passa por momentos de oscilação financeira devido à falta de sustentação da política econômica agropecuária voltada para o segmento leite e ao envolvimento do mercado local-regional no mercado de concorrência intensa, nivelado nacionalmente pela entrada concorrencial aberta para outros grupos no setor, inclusive de capital externo, no Estado do Paraná.

A Cooperativa de Laticínios de Maringá Ltda. - COLMAR, iniciou suas atividades em 27 de novembro de 1965. A matéria-prima utilizada pela cooperativa provém de localidades rurais polarizadas por Maringá e de outras, que não atuam localmente no setor agroindustrial com o segmento leite. A agroindústria, denominada de laticínio, atua na comercialização do leite e na produção e comercialização dos subprodutos: queijo, manteiga, doce e iogurte.¹¹

No entendimento do complexo agroindustrial, envolvendo a agropecuária, o segmento carne não aparece entre as cooperativas da Mesorregião Norte Central Parananense, entretanto três cooperativas despontam na produção de leite e seus derivados, a COLMAR – Cooperativa de Laticínios de Maringá Ltda., a COLARI – Cooperativa de Laticínios de Mandaguari Ltda. e a CATIVA – Cooperativa Agropecuária de Londrina Ltda., regionalmente, a mais representativa cooperativa no segmento leite e derivados com, em 1997, 120.000 litros/dia de leite pasteurizado, 50.000 litros/dia em pacotes de leite, 60 toneladas/dia de queijo e 2 toneladas/dia de manteiga, seguida pela Colari de Mandaguari e Colmar de Maringá, já citadas na FIGURA Nº 9. Estes números mantêm grande significância na agregação de valores para os produtores de leite, já que a pequena pecuária leiteira, não especializada intensamente na moderna tecnologia e de baixo custo, consorciada às atividades agrícolas, fornece rendimentos pequenos, porém reais, que ajudam nas despesas da propriedade rural dos agricultores. Elas são da pequena produção paralela à especialidade regional voltada mais para a agricultura, parte para pecuária de corte e menos para a pecuária leiteira, de acordo com a SEAB (2000:29-31). Assim, os dados referidos sobre a produção de leite são confirmados na Mesorregião Norte Central, significando que as três cooperativas

¹⁰ Na década de 70, o faturamento médio anual da Colmar em apenas cinco anos (1973 / 1977) foi da ordem de 9,5 para 55,8 milhões de cruzeiros, e seu crescimento foi acompanhado nos anos 80. Fenômeno que ocorreu também com as demais cooperativas do setor.

¹¹ Principais localidades fornecedoras de matéria-prima para Colmar: Maringá, Campo Mourão, Astorga, Paiçandu, Flórida, Iguaçu, Itambé, Marialva, Itaguapé, Santa Fé, Mandaguari, Paranacity, Lobato, Quinta do Sol, Santa Inês, Colorado, Tapejara, Cianorte, Barbosa Ferraz, Jussara e Nova Esperança.

produzem pouco menos de 10% do leite produzido no Paraná, que apresenta, em estimativa do ano 2000, de 2.014 milhões de litros (TABELA Nº 41).

TABELA Nº 41
PRODUÇÃO DE LEITE, VACAS ORDENHADAS, PRODUTIVIDADE E
DISPONIBILIDADE POR HABITANTE PARANÁ - 1980 a 2000

ANO	PRODUÇÃO LEITE (MILHÕES LITROS)	VACAS ORDENHADAS (MIL CABEÇAS)	PRODUTIVIDADE (LITROS VACA/ANO)	DISPONIBILIDADE (LITROS/HAB/ANO)
1980	795	890	883	104
1981	867	899	964	112
1982	897	917	978	113
1983	906	901	1005	112
1984	940	898	1047	113
1985	980	928	1054	115
1986	1031	975	1060	118
1987	1060	1001	1060	121
1988	1125	1051	1070	122
1989	1134	1064	1066	125
1990	1160	1090	1064	130
1991	1240	1098	1132	140
1992	1277	1113	1147	150
1993	1363	1188	1147	160
1994	1400	1200	1166	165
1995	1577	1286	1226	181
1996	1650	1305	1264	188
1997	1750	1331	1315	198
1998	1795	1355	1328	201
1999 (1)	1900	1375	1382	202
2000 (2)	2014	1392	1447	206

(1) Estimativa. (2) Previsão. Acompanhamento da Situação Agropecuária do Paraná, abr/00.

Fonte: IBGE – SEAB/DERAL. Elaboração: SEAB/DERAL.

A liderança da produção no segmento leite em 1997, dentre as cooperativas agroindustriais, coube à Cativa de Londrina seguida pela Colari de Mandaguari e pela Colmar de Maringá, indicadas pelos números da TABELA Nº 42.

TABELA Nº 42

PRODUÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS DA MESORREGIÃO
NORTE CENTRAL PARANAENSE NO SEGMENTO LEITE - 1997.

Cooperativas – sede.	Pasteurização % PR		Empacotamento % PR		Queijos % PR		Manteiga %PR	
	Litros/dia		Litros/dia		Ton/dia		Ton/dia	
COLMAR – Maringá	70.000	1,46	40.000	0,84	3	0,07	-	-
COLARI – Mandaguari	80.000	1,67	40.000	0,84	2	0,05	1	0,03
CATIVA – Londrina	120.000	2,50	50.000	1,04	60	1,24	2	0,05
Totais (PR.4.794.521 l/d)	270.000	5,63	130.000	2,72	65	1,36	3	0,08

Fonte: OCEPAR, 1998. IBGE-SEAB/DERAL-2000.

Organizador: W. A. Teixeira.

Sobre o setor de laticínios, FAJARDO e MORO (2000:106) comentam que nos últimos anos o setor sofreu um período de crise e que “...um dos fatores determinantes foi a concorrência com o produto importado que conseguia preços inferiores devido a subsídios nos seus países de origem e ainda uma alta produtividade com, muitas vezes qualidade superior ao nacional.” Acrescentam que na cadeia comercial do leite, “...a participação do cooperativismo não encontra paralelos em outros agronegócios” e exemplificam citando PINAZZA e ALIMANDRO (1998:10), que afirmam: “O setor administra 50% da produção de leite tipo C sob inspeção federal; 80% da produção de leite tipo B; 30% do leite longa vida integral; 75% do leite longa vida desnatado; 25% do leite em pó desnatado; 35% da produção de manteiga; 40% da produção de outros lácteos”. A administração dos outros 50% da produção de leite tipo C, dos 70% do leite longa vida, dos 75% do leite em pó desnatado e demais; parte pequena fica no mercado paralelo consumidor interno e a outra fatia do mercado fica para as empresas concorrentes de produtos em boa parte, importados, no caso procedentes da Argentina e Uruguai.

As cooperativas Colari, Colmar e Cativa, também estão envolvidas nos momentos críticos, pela concorrência no mercado interno das multinacionais, inclusive

imposta por qualidade e produtividade facilitadas pela abertura comercial brasileira a concorrentes externos globalizados. Os fatores concorrenciais revelam os motivos para a parceria entre as três cooperativas do Norte Central Paranaense e a Centralnorte, no sentido de centralizar a produção ao adquirirem a CONFEPAR - Cooperativa Central Agropecuária Ltda., que recolhe 650 mil litros/dia, utilizados na fabricação de queijo, doce de leite e leite em pó. Assim, especializam-se, com a estrutura industrial moderna, na qualidade produtiva, para fazerem frente ao mercado concorrencial.

A Colari iniciou suas atividades em 1997, com 1372 associados, e devido as implicações concorrenciais, que impunham a seleção e especialização dos produtos para o mercado consumidor, para reestruturar-se e como forma de qualificar a produção e por exigência do Governo Federal com a Portaria Ministerial nº 56, passou a exigir de seus associados uma nova transição técnica, a instalação de resfriadores de leite em suas propriedades, concorrendo para o aumento de custos, fato que desestimulou produtores não intencionados às mudanças técnicas. A cooperativa ao promover a reestruturação industrial e funcional da empresa, reduziu o quadro de funcionários e desativou unidades industriais (FAJARDO e MORO, 2000:107). Mostrando que existem diferenças entre a agroindústria cooperativa e as outras agroindústrias, Quando comparados as estratégias e os impactos sobre o desenvolvimento regional, as rendas dos agricultores e a geração de empregos, de acordo com KONZEN (1998:111), o fator concorrencial que envolve as agroindústrias é motivo dos constantes aprimoramentos técnicos e comerciais, portanto, as fortes empresas capitalista influenciam na seleção de seus fornecedores por nível tecnológico de qualidade e produtividade, porque o que interessa à majoritária empresa é a maximização dos benefícios - principalmente do lucro.

Para TAVARES (1985:4), cabe às cooperativas, no processo de agroindustrialização, agregar valores à produção dos seus associados, enquanto para BERNARDO (1998:106), a cooperativa é referência de garantia de orientação, controle e poder dos seus produtores, cuja relação é feita pelo poder de cooperação agrícola, baseada nos ideais coletivos e no poder de orientação para o desenvolvimento industrial.

Quando uma cooperativa atinge um estágio avançado de desenvolvimento, no contexto capitalista de direcionamento e gerenciamento produtivo, os níveis na escala do CAI podem ser alterados e o posicionamento a montante ou a jusante da produção encontra-se

na escala de especialização agroindustrial determinante; assim as formações multicooperativas podem estar a montante, já que passa, em cadeia, a fornecer para outras agroindústrias a jusante. Quanto à especialização das cooperativas na verticalização, especialização e comercialização da produção na característica empresarial – multicooperativa, *holding*, etc. -, de liderança econômica regional, ou seja, a cooperativa que mantém o controle de diversas etapas nos segmentos de produção, em especial de soja, trigo, algodão, leite, cevada e café, no contexto do CAI, LOURENÇO (1998:6), acrescenta que sua estratégia “...abarca a implantação dos ciclos finais de beneficiamento por meio de ganhos tecnológicos e de escala, facilitados pela alteração radical da postura do segmento nos anos 1990, adotando novo modelo de gestão financeiro-operacional, priorizando a terceirização, a utilização em comum de parceiros e alianças estratégicas, entre outros avanços.”

Na realidade as cooperativas transformam-se em veículos de difusão econômica e agentes modificadores do espaço, significando que o desenvolvimento cooperativista implementa um contexto de relações internas e externas, sociais ou econômicas, organizações e arranjos significativos no espaço local e regional, que permitem identificar nas suas modificações básicas, o grau de desenvolvimento deste processo espacial. As cooperativas agroindústrias representam uma das modificações básicas do processo geoeconômico paranaense.

Os dados referidos na definição e estruturação dos CAI's permitem entender no processo agroindustrial se é o objeto processador (indústria) ou se é o objeto produtivo (agroindústria) que está a montante ou a jusante, ou é o elemento produtor (agropecuária), que está a montante ou a jusante. Estas colocações são motivações de estudos para identificar quem está a montante e quem está a jusante no processo do Complexo Agroindustrial.

A modernização agrícola, juntamente com a agroindústria articulando a agricultura com a indústria, de máquinas e insumos para agricultura, deu origem ao CAI. A mesorregião objeto deste estudo está entre as regiões de mais altos índices de modernização tecnológica, por ter espaços agrícolas dinâmicos e concentradores de alta produção agrícola ligada às indústrias processadoras desta produção intensiva de capital. Todo esse processo veio acompanhado por políticas econômicas de Governo de crédito agrícola, que no contexto do CAI atendeu a interesses de setores industriais e agroindustriais, tanto a montante quanto a

jusante.

No ramo industrial a montante, a indústria abastece de insumos e bens de capital a agropecuária, e quanto ao ramo a jusante, fornece produtos de relações interindústrias para frente, normalmente lideradas por agroindústrias de alimentos. Na estrutura dos CAI's, o setor a montante da agricultura tem alta agregação de capital para a transferência de tecnologia para outros setores a jusante da agroindustrialização. É nesse momento de transição indústria- agricultura que as cooperativas agropecuárias se caracterizam como empresas agroindustriais, tanto na forma administrativa quanto no trato da produção do modo capitalista. Daí por que as relações não são somente entre indústrias, mas também envolvem os agricultores. As cooperativas, inclusive as dependentes das indústrias processadoras, em maior ou menor grau, também fazem dependentes os produtores da agropecuária, como elementos de grupo de força, para representá-los em funções administrativa, de crédito, de consumo, de mercado, no intuito da reprodução capitalista de suas aplicações. Esta reprodução pode ocorrer na comercialização de seus produtos ou na industrialização e venda dos mesmos. Outra forma, é o atendimento administrativo, em casos até paternalista, aos agropecuaristas, na orientação técnica e de produtividade, dentre outras, como veículo de melhoria produtiva para agregar valores à produção.

As relações entre cooperativas e produtores associados transformam-se em agentes produtores da organização espacial, de entendimento regional, com suas especificidade locais. Nos conceitos de CAI's, encontram-se, devido aos segmentos de relações diversas, diferenças que interferem no entendimento do Complexos Agroindustriais, mas não se pode negar a relação interativa entre indústria e a agropecuária. Para contextualizar a participação das cooperativas da Mesorregião Norte Central Paranaense, no CAI, pela predominância, mais voltada para a produção de alimentos, a existência dos CAI's, além da relação vinculante agropecuária-indústria, depende da somatória de segmentos a montante - indústria de bens de produção e de insumos básicos para a agricultura -, a jusante - indústria processadora de alimentos e matérias-primas -, e o consumidor.

O Complexo Agroindustrial não é só agroindústria, porque é uma cadeia de atividades não só produtivas, mas de relações internas e externas, passando por procedimentos de produção até o consumo, registrados no processo geoeconômico e social no entendimento das organizações estruturais, técnicas e espaciais. O relacionamento empresarial

agroindustrial pode ocorrer em um sistema interativo denominado de cadeia produtiva, que pode ser entendida pelos estágios ou etapas de realizações, desde a elaboração da produção à industrialização e à demanda, que pode ser completa, quando domina toda as etapas, e incompleta, por não completar a direção de uma das etapas ou não completar pequenos procedimentos finais.

A Paraná Citrus, única fábrica de suco concentrado e congelado de laranja no Paraná ¹², localiza-se na Mesorregião Noroeste Paranaense, no município de Paranavaí, mas é polarizada economicamente pela Mesorregião Norte Central, por força do *domínio setorial*, gerencial e principalmente acionário, da Cocamar - Maringá, que detém, como já referido na TABELA Nº 37, 61,30% do total das ações e 92% das ações ordinárias.

No tocante à citricultura, a empresa Paraná Citrus, da Cocamar, informa a expectativa para o período de julho de 2000 a janeiro de 2001, de que sejam processadas 6 milhões de caixas de 40,8 quilos. Deste montante esperado, 5 milhões de caixas serão produzidas pelos 220 citricultores, em uma área de 7 mil hectares de pomares, localizados na região de influência do município de Paranavaí, Mesorregião Noroeste, e 1 milhão de caixas pelos produtores ligados à cooperativa Corol - Cooperativa Agropecuária de Rolândia Ltda., sediada em Rolândia, na Mesorregião Norte Central Paranaense. Na maioria das vezes, a passagem da safra para a indústria se faz mediante contrato de entrega, porque a Paraná Citrus “...precisa conhecer o volume a ser entregue para planejar o esmagamento ao longo dos próximos meses...” e quando isto não ocorre, o produtor fica “...sujeito ao preço do portão, o qual, normalmente, poderá ser bastante inferior...” (O ESTADO DO PARANÁ, 2000:7). O destaque da observação é que a própria empresa depende de uma administração regional, central, corporizada pela Cocamar-Paraná Citrus, mesmo tendo uma administração local. O significado de relação está no domínio diretivo das etapas produtivas deste segmento pela multiempresa em função da empresa dependente.

A Corol, em 20 de outubro de 2001, inaugurou, na cidade de Rolândia, localizada na Mesorregião Norte Central paranaense, a sua indústria de suco. Até essa recente data, a Cocamar de Maringá, era a única agroindústria do Paraná a atuar no segmento da produção da laranja e de sucos. A Corol objetiva vender suco concentrado para os mercados interno e externo, dentro do sistema integrado de produção, isto é, entre a cooperativa e os

produtores - a fábrica tem garantia da matéria prima e o produtor a segurança de comercializar a sua produção -, visando agregar valor à produção, no intuito de conseguir um preço diferenciado e remunerar melhor o produtor, estimativamente em até 30% a mais de agregação no valor de mercado. As exportações do suco concentrado da marca Corol Citrus já estão previstas a partir de 2001 em torno de 500 toneladas. De imediato existem 2.300 hectares de pomares para atender à demanda da fábrica, capaz de processar as 2,5 milhões de caixas de laranjas, estimadas até 2005. A produção atual é fornecida por 150 cooperados, com projeto aberto para a participação de outros produtores, e a futura expectativa é a de receber 4,5 milhões de caixas de laranja e produzir 17 mil toneladas de suco (BARBERATO, 2001:6-7).

Devido ao capital industrial, a Modernização Agrícola transforma a agricultura num ramo industrial, assim o setor econômico não é mais o agrícola, mas o agroindustrial. Como o processo de modernização não é homogêneo, ele pode regular ou selecionar parte dos elementos da produção que indicam o grau de desenvolvimento geoeconômico e social, regional ou local. Por exemplo, as empresas agroindustriais oligopólicas ou oligopsônicas, via setor industrial, subordinam o trabalho ao capital. Outro exemplo, é quando a indústria manipula a transformação da produção agrícola através da direção e controle dos processos produtivos.

Ressaltamos que todas as cooperativas agropecuárias em atividade no Norte Central Paranaense participam do CAI, no consumo de máquinas e insumos, ao mesmo tempo em que podem ser intermediaristas destes produtos de origem industrial ou pela capacidade de transformação industrial própria, comercializando os produtos que inicialmente tiveram origem na agropecuária, repassando por transformação a outros setores, inclusive à própria agricultura. Entre todas as cooperativas da Mesorregião Norte Central, que participam do CAI paranaense, conforme registro de produção agroindustrial, destacamos a Cocamar, que na sericicultura orienta na administração e nos tratos culturais, fornecendo mudas de amoreira para o plantio das árvores cujas folhas servem de alimento para o bicho-da-seda, ainda mais, o que é muito importante, produzindo material genético (larvas), que é entregue aos produtores os quais, em contrapartida, devolvem os casulos do bicho-da-seda para abastecerem a sua indústria de fios. Esta relação indica um outro enfoque econômico: quem domina esta

¹² Em tempo, a COROL – Cooperativa Agropecuária de Rolândia, em 2001, implantou a sua indústria de suco

relação? O processo, neste caso de dominância integral, é da Cocamar, cujo domínio ocorre em todas as etapas produtivas, desde o fornecimento da matéria-prima à industrialização, inclusive em todas as fases de administração técnica e comercial. Considera-se este procedimento o exemplo de domínio empresarial de uma **cadeia produtiva**, na agroindustrialização.

O procedimento empresarial que integra o sistema econômico agroindustrial na relação de **cadeia produtiva**, quando integral, envolve todas as etapas, da produção à comercialização, e outras agroindústrias ou empresas associadas poderão vir a compor uma cadeia produtiva integral. Atualmente pode-se citar como exemplo deste encaminhamento, de cadeia produtiva não integral, a destilaria de álcool autônoma de São Tomé, adquirida da extinta COANTO - Cooperativa Agrícola de São Tomé, pela Cocamar e ativada em 1992, que só não é uma cadeia produtiva integral, porque uma das fases, a da produção de cana-de-açúcar, em parte ainda é fornecida por produtores associados à COCAMAR.

A economia brasileira é considerada como uma das mais fechadas do mundo. Os anos de 1970 foram marcados por sucessivos choques externos: aumento do preço do petróleo em 1974 e 1979 e aumento dos juros internacionais em 1979. O grau de abertura das economias do Brasil era de apenas 15%, como resultado da dívida externa, acentuadamente em 1982. Em 1987, a tarifas de importação eram de 57,5%, baixando em 1998 para 15%, devendo-se isto, mais à promoção significativa da liberação comercial na década de 1990 do que ao grau de abertura da economia. A liberação comercial diz respeito as restrições impostas ao comércio com outros países, como tarifas e cotas de importação. A crítica à liberalização comercial da economia brasileira é a de que esta abertura, considerada por muitos de excessiva, gerou desemprego, por conta do fechamento de unidades produtivas nacionais incapazes de concorrer com a produção estrangeira e que a fragilidade da economia, ficaria mais exposta a choques externos. Entretanto, esses dados mais recentes ainda merecem melhor investigação (LISBOA e TERRA, 2000:12).

Pode-se deduzir que os principais problemas encontrados atualmente nas cooperativas agroindustriais do Norte Central Paranaense decorrem, em ordem crescente, da baixa produtividade e altos custos dos corretivos agrícolas e das oscilações constantes do mercado interno e principalmente do externo. O outro problema é a descapitalização dos

de laranja, inicialmente, na produção de suco concentrado.

produtos gerados por estas ocorrências, aliada, inclusive, à falta de uma política econômica constante para o setor agropecuário, apesar da existência das linhas de crédito e de custeio para o setor. Recentemente o Governo Federal, na expectativa de atender às cooperativas agropecuárias, dispõe, com o Decreto Nº 3.399, de 31 de março de 2000, lançado em 1999, sobre a contratação de operações de crédito com o amparo do Programa de Revitalização das Cooperativas - RECOOP.

Dentre os diversos problemas que dificultam o desenvolvimento do setor cooperativista agroindustrial brasileiro e atingem diretamente o produtor rural, além dos choques econômicos com os planos governamentais e a concorrência no mercado pelas grandes empresas, subsidiárias ou multinacionais, merece destaque desde o último quinquênio dos anos de 1990, o protecionismo estrangeiro, acentuadamente dos europeus, através de subsídios agrícolas dados pela Comunidade Econômica Européia - C.E.E. aos seus produtores, os quais ameaçam com forte concorrência à agricultura brasileira. Consta no jornal O ESTADO DO PARANÁ(1999:8), que a Comunidade Econômica Européia, em 1997, subsidiou seus produtores com um valor de US\$ 151 bilhões, que representa 34% do valor da produção agropecuária. É como se os produtores recebessem um reajuste de 50% em relação aos valores internacionais. Este protecionismo não só afeta os setores agropecuário e agroindustrial, mas diretamente os países em desenvolvimento ou emergentes, a exemplo do Brasil.

O Estado do Paraná contribui substancialmente para o equilíbrio da balança comercial brasileira, pois é considerado o celeiro da produção agropecuária nacional e, só não o é mais devido à alta carga tributária e ao elevado custo Brasil, o que não acontece, principalmente, com os países da Comunidade Européia. Mas, mesmo com o achatamento dos preços agrícolas provocado pela globalização da economia que reduziu a renda do setor, durante a década de 1990, a agricultura tem se ajustado a essa realidade, em muitos casos superando as oscilações de mercado.

6.5. A organização geoeconômica da cultura da soja no Arenito Caiuá – Um novo projeto de desenvolvimento regional ?

Com base no Programa Arenito Nova Fronteira, do Governo paranaense em parceria com prefeituras, cooperativas e associações municipais, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/Paraná – EMATER e produtores rurais, e fundamentados nos métodos técnicos do Instituto Agrônômico do Paraná, de recuperação de pastagens com integração de lavoura-pecuária, recomendados para a região do arenito caiuí, a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, visando estimular o desenvolvimento geoeconômico e social da Região do Arenito Caiuí, procurou parceria com a iniciativa privada e associações do Norte do Paraná, localizadas principalmente na Mesorregião Norte Central e diretamente no Noroeste Paranaense, onde se encontra o maior afloramento do arenito. A Associação Comercial e Industrial de Maringá - ACIM e o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá - CODEM, são entidades mantenedoras do Instituto de Desenvolvimento Regional - IDR. O IDR fez estudos de planejamento regional, indicando projeto, juntamente com outros órgãos, ao Ministério da Integração Regional, via governo estadual, que prevê possibilidades de um grande impacto regional de aumento do valor agregado e benefícios econômicos para a economia local e regional.

A perspectiva de uma nova dinâmica de desenvolvimento envolvendo a agropecuária atraiu e impôs à liderança cooperativista regional da Cocamar na participação direta do projeto Arenito Caiuí como dentre outros, instrumento de divulgação, orientação e apoio aos cooperados e a população envolvida com a produção agropecuária, inclusive com orientação induzida para essa aplicação no trato da cultura do soja. Segundo a COCAMAR et al (2001:3):

A região do Arenito Caiuí estende-se por 3,2 milhões de hectares do Noroeste do Paraná, abrange 107 municípios dos quais Maringá é o principal pólo geográfico, tem 1,7 milhão de habitantes e é pouco menor que um Estado como o Sergipe. Dessa área total, 2,3 milhões de hectares são destinados à atividade econômica, pecuária principalmente.

Levantamentos recentes apontam que 68% de todo o território nacional ocupado pela pecuária seriam considerados improdutivos – e sujeitos à desapropriação – se passassem pelo filtro dos técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Ou seja: O Noroeste bateu no fundo do poço e, acreditam os entendidos, não suportaria

mais 15 ou 20 anos sem transformar-se em deserto, pois a cobertura é cada vez mais escassa.

Investimentos no programa “Arenito Nova Fronteira” são feitos pelo Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, na “ordem de 8% do total de seu orçamento anual de R\$ 25 milhões (dados de 2000), além de recursos obtidos através de parcerias com empresas como Zeneca do Brasil Ltda. e Fapeagro - Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Agronegócio”. Sobre o assunto, o presidente da Cocamar, Luiz Lourenço, explica que a cultura da soja na região do Arenito Caiuá se expande-se rapidamente em pouco tempo e em grandes áreas, porém com poucos riscos e sem que esta ocasione problemas de superabastecimento. Cita que a expansão de outras culturas, a exemplo da cana, criaria dificuldades de mercado, assim como, apregoar a expansão pelo arenito de culturas, como laranja e café, cujos tratos, além de muito caros, colocariam à economia grandes riscos (COCAMAR et al. 2001:6-9).

O atendimento ao “Projeto Arenito Nova Fronteira” pelos produtores rurais encontra adeptos inclusive já com aplicação da cultura da soja - e resistência de outros, talvez por estar o projeto em fase inicial de implantação e carece ainda de informações convincentes de sua aplicabilidade. No entanto, ouvidas as lideranças regionais, a perspectiva é que o projeto seja aceito pela maioria dos produtores rurais.

6.6. A constante diversificação dos investimentos no agronegócio paranaense.

O próprio setor cooperativista agroindustrial, prevendo novas exigências do competitivo mercado regional e global, vem promovendo alterações no seu perfil empresarial, continuando a investir na modernização da produção em diversos segmentos e adequar-se ao novo momento, utilizando-se ainda das políticas econômicas do Governo Federal e do Estadual. O setor de agroindustrialização paranaense, antes vinculado apenas ao beneficiamento de matérias-primas, chegou ao fim. Segundo os estudos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, de que o agronegócio ainda constitui o principal vetor de desenvolvimento da economia paranaense, mas o modelo vigente até 5 anos atrás está terminado. Os motivos da mudança são o esgotamento da fronteira agrícola do Estado e as constantes mudanças que influenciam os mercados interno, e

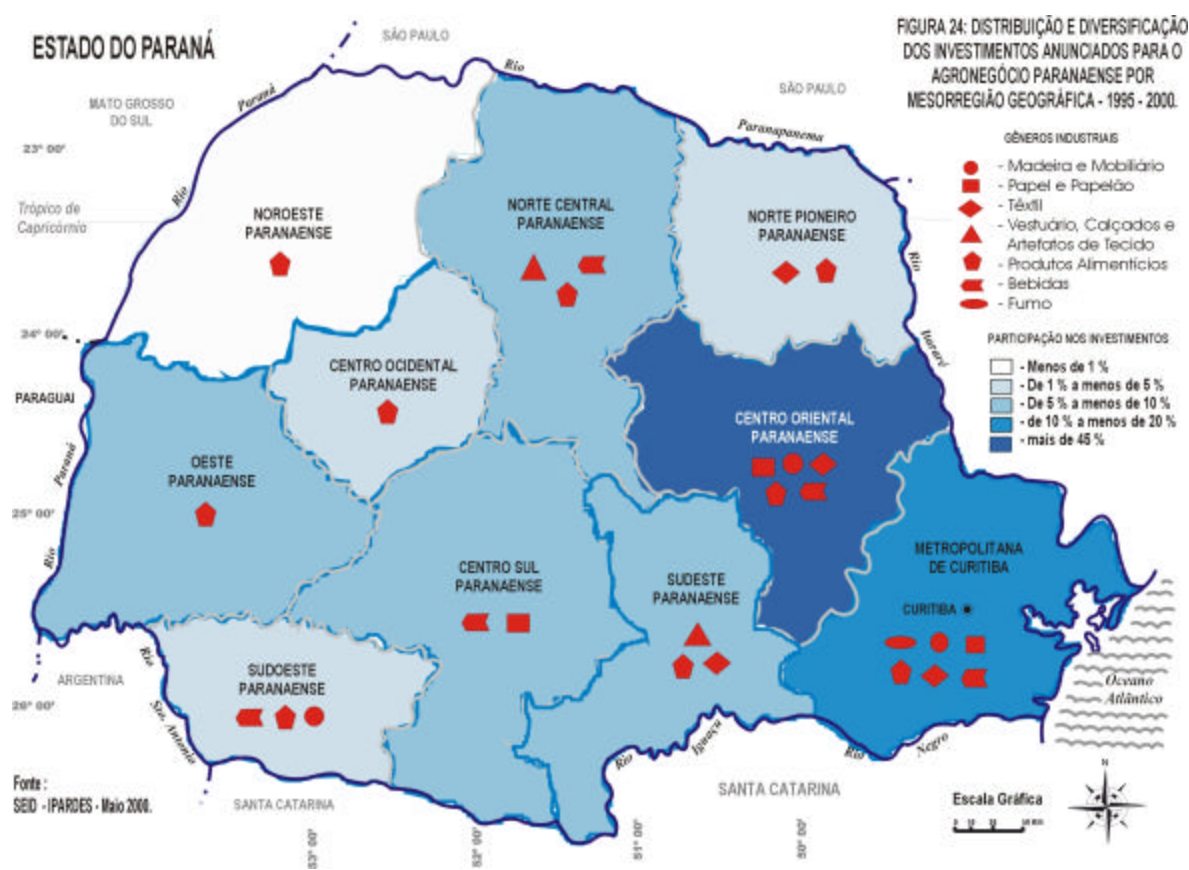
externo, mais globalizantes, fazendo as empresas meramente processadoras buscarem outras regiões do país, ou aprofundarem os seus conceitos de desenvolvimento empresarial na exigência constante da modernidade, como coloca o jornal O ESTADO DO PARANÁ (2000:6): que em vez de indústrias que “...simplesmente esmagam soja ou moem café, os últimos investimentos agroindustriais do Estado se caracterizam por agregar maior valor ao produto final. São empresas que produzem laticínios finos e longa vida, bebidas prontas, café solúvel *freeze - dried*, hortifrutis congelados, confeitos, chocolate e outros alimentos.” Como exemplos citam-se, entre outras, a Schreiber Foods Incorporated, dos Estados Unidos, e a Companhia de Café Solúvel, de Londrina, a mais expressiva exportadora desse setor.

Apesar dos exemplos mostrarem empresas não vinculadas diretamente ao cooperativismo, elas se utilizam dos produtos comercializados pelas cooperativas; e, ainda mais, as cooperativas agroindustriais também participam deste contexto de mudança de perfil. A questão de fronteiras como novas fontes geoeconômicas para a agropecuária atender à agroindústria leva à procura de outros caminhos produtivos, até mesmo no próprio Paraná, de fronteiras agrícolas escassas, a exemplo do novo projeto de desenvolvimento regional na espacialidade do *arenito caiuíá* para a exploração agrícola ajustada no cultivo da soja.

A estrutura das cooperativas agroindustriais, que ao longo dos anos, passou da organização da produção para o armazenamento, comercialização e industrialização, para garantir aos produtores cooperados o atendimento às exigências de mercado e influenciar no equilíbrio dos preços dos produtos do agronegócio e dos insumos, é responsável pelo posicionamento de quatro cooperativas agroindustriais entre as dez mais desenvolvidas do Estado do Paraná, quanto ao crescimento e rentabilidade, que são: Coamo, Copacol, Coopervale e Coopavel. A Coamo é a segunda empresa em rentabilidade, perdendo apenas para a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR; a Copacol e a Coopervale são, respectivamente, a terceira e quarta em rentabilidade, à frente da Empresa de Café Solúvel CACIQUE e da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL. Salienta-se que entre as dez maiores empresas não há, além das cooperativas, nenhuma outra no setor do agronegócio e que o cooperativismo é o responsável pelo desenvolvimento agroindustrial do Paraná, organizando a produção e colocando produtos processados no mercado consumidor, caminho

em que encontrou concorrentes poderosos, inclusive empresas multinacionais¹³. As cooperativas dinamizam o desenvolvimento socioeconômico local e regional nos seus espaços de relações.

Para acentuar o atual comportamento das aplicações econômicas das cooperativas e outras empresas vinculadas ao agronegócio do Estado do Paraná, ilustramos na FIGURA Nº 24, a localização dos principais segmentos dos gêneros industriais e respectivos índices de participação nos investimentos.



¹³ A Revista EXAME, no título “Maiores e Melhores”, in: Jornal “O Estado do Paraná” (2000:8), faz uma análise do desempenho das dez maiores empresas paranaenses, quanto ao crescimento, rentabilidade, vendas e liquidez e entre elas, aparecem quatro cooperativas ligadas diretamente a agropecuária. Consta ainda que as cooperativas sofreram vários reveses econômicos, porque o setor primário acabou sendo a âncora dos planos econômicos de governos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação das cooperativas agropecuárias no Estado do Paraná teve início a partir da década de 1940. Na Região Norte Paranaense esta ocorrência deu-se nos anos de 1950, mas produtivamente as cooperativas aparecem no início da década de 1960, visando à melhoria da produção cafeeira e indicando a postura dos cooperados de evitar intermediários e a perda de lucro. Políticas de estímulo à produção, à qualidade e ao mercado já vinham sendo executadas desde a criação do IBC, que apoiava a cafeicultura e incentivava o cooperativismo, originando a criação de várias cooperativas. O sistema cooperativista foi um dos responsáveis pela reformulação das formas de produção e da comercialização da safra de grãos no Paraná, não só da cafeicultura, que deixou de ser representativa após a década de 1970. Entretanto, foi no Governo Militar de 1964, postulador da livre concorrência empresarial no mercado, que a partir de 1966, via decreto, se cancelaram créditos e subsídios à agricultura, os quais retornariam aproximadamente seis anos depois. As cooperativas agropecuárias perderam muitos incentivos fiscais e liberdades conquistadas devido à submissão ao centralismo estatal, que provocou o desaparecimento de algumas cooperativas agropecuárias.

No processo de modernização, grupos econômicos empresariais, nacionais ou multinacionais, ou cooperativistas, concorrenciais entre si, envolvem-se no setor agropecuário, num conjunto de relações econômicas de mercado, oligopolizado de um lado e oligopsônico de outro. As cooperativas agroindustriais, neste conjunto, passaram a concorrer no mercado, procurando administrar suas atividades ao estilo empresarial, embasadas nos novos padrões de desenvolvimento econômico - centrados principalmente na verticalização da produção industrial -, objetivando, além de evitar a concorrência, agregar valores à produção entre elas e os cooperados.

A autonomia das cooperativas agroindustriais vincula-se à moderna tecnologia para manter a geração de suas novas atividades, acrescida a melhor retorno de investimento. Por essa razão também deixam de ser apenas intermediaristas da comercialização para tornarem-se empresas orientadoras e transformadoras da produção –

verticalização. Fica claro que as cooperativas agroindustriais, para sobreviverem à concorrência, passaram a utilizar métodos organizacionais e operacionais da empresa capitalista, pois as grandes empresas nacionais ou multinacionais, que detêm o maior capital, criam estratégias para dominar a agropecuária e captar a parte principal da renda gerada nas suas atividades – o maior lucro entre as partes.

No contexto dos CAI's, a relação integradora faz a agricultura mais dependente da indústria, e o grau de intensidade desta dependência está relacionado, principalmente, à submissão da produção agrícola pela indústria, nas relações econômicas de mercado.

A partir do momento em que a modernização fixa raízes no campo, ela envolve todo um complexo de relações dinâmicas e dominantes, que alteram os meios, os elementos e as formas produtivas e mercadológicas tradicionais, e ainda impedem à agricultura o seu retorno ao sistema tradicional. Isto explica o fato de que, mesmo existindo espaço, sobras da cultura tradicional ou resquícios do complexo rural, mesmo com esses excessos permitidos - espaços-reserva do capital agroindustrial -, o domínio administrativo e financeiro desta totalidade agrícola é creditado aos CAI's. A consolidação da agroindústria faz entender a agricultura como dependente de uma dinâmica de relações intersetoriais com a indústria. Esta relação ocorre desde os anos de 1950, ao aplicar a indústria o D1 para a agricultura, a montante, através das indústrias abastecedoras de insumos e bens de capital, e para a agroindústria, de integração industrial “para frente”, processadora, a jusante.

Quanto ao grau de integração na estrutura dos CAI's, pode-se deduzir que a partir do momento em que as atividades agrárias, direta ou indiretamente, integralmente ou não, participam do processo de industrialização, elas estariam vinculadas ao CAI; ou que, conforme o relacionamento dessas atividades agropecuárias com o capital industrial e financeiro, ligadas não apenas tecnicamente, mas também financeiramente, encontrariam meios vinculativos junto aos complexos. Estas relações e vinculações confirmam as atividades agropecuárias na participação do CAI. Se isto não ocorre, como é o caso das atividades agrícolas artesanais, o fato deve-se ao CAI, representando o capital monopolista, que as coloca de reserva para no momento necessário utilizá-las. É incontestável, o capital industrial e comercial monopoliza e tem o predomínio das atividades e da produção do

campo. Assim, num contexto mais amplo, a partir do momento em que o complexo rural cede lugar ao complexo agroindustrial, o universo agrário, já por indução, participa do processo de “caificação”.

Na Mesorregião Norte Central Paranaense, foram dinâmicas as forças de desagregação da população ativa. Elas se manifestaram dentro da cafeicultura, intensificando o êxodo rural, principalmente a partir de 1965 e 1967, quando se ampliou a política de erradicação, cujos reflexos aumentaram com as geadas da década de 1970 - 1972 e 1975. Mas também juntaram-se outros fatores, como a queda nas exportações e a entrada das culturas modernas, intensivas de capital, auxiliadas pelas políticas de crédito do governo federal através do Gerca, com a utilização dos financiamentos ofertados pelo Banco do Brasil para subsidiar a cafeicultura antieconômica, em troca da sua erradicação e substituição por outras culturas.

A compra e estocagem de café pelo governo continham efeitos inflacionários, que levaram o Governo Federal a medidas restritivas de crédito e de preços baixos para conter a sua desvalorização. A crise da cafeicultura de um lado desestruturou a economia das cooperativas agrícolas e do outro estimulou a modernização, com a substituição de culturas e a industrialização. As cooperativas agrícolas voltaram a ser atendidas, parcialmente, pela política de incentivos do governo, após 1971, com a Lei 5.764, que definiu a política das cooperativas e reformulou seu regime.

As cooperativas agropecuárias do Paraná, a partir de meados da década de 1970, envolvem-se na economia agroindustrial, com o processamento de grãos e a produção de óleo vegetal comestível, fiação de seda, produção de suco de laranja e com a incrementação do setor alcooleiro, na aquisição e incorporação de destilarias. Constituíram-se assim como outros componentes de formação industrial, nas denominadas cooperativas agroindustriais. Observamos que a cafeicultura em pequena escala comercial continuou existindo no Paraná, e que dos últimos anos de 1990 até o presente momento, vem ocorrendo o seu retorno, estimulado pela nova técnica agrícola do café adensado promovido pelo governo do Paraná e pelas cooperativas agropecuárias como mais um segmento disponível para o setor, permitindo afirmar que o fator geada foi mais uma ocorrência circunstancial de aceleração do processo de substituição de culturas do que um fator preponderante.

A Mesorregião Norte Central Paranaense, considerada como importante espaço econômico e social paranaense, continua, desde os anos de 1970, com sua economia moderna centrada nos pólos de Maringá e Londrina, e na atualidade este eixo, à semelhança da região metropolitana de Curitiba, constitui um dos maiores centros industriais e agroindustriais do Paraná.

A década de 1970 foi marcada pela aplicação de créditos subsidiados à agricultura de exportação e à integração da economia brasileira no mercado internacional. Mas aquela década, em função dos grandes investimentos e excesso de liquidez financeira internacional, foi também de aumento da dívida externa do Brasil, cujos reflexos atingiram os anos de 1980.

O planejamento agrário inicial do Norte do Paraná sucumbiu devido a um novo ciclo econômico, representante do capital financeiro, que instalou, na década de 1970, a moderna agricultura intensiva de capital, liderada pela cultura da soja. O fato indica o avanço capitalista no campo, que fez declinar a cafeicultura, impondo a substituição da mão-de-obra do trabalhador rural, maior capitalização e o aumento de espaços agrícolas. Isso, por outro lado, implicaria na eliminação das culturas intercalares a aos cafeeiros erradicados, na desestabilização da pequena propriedade familiar, na concentração da propriedade da terra e na expansão do êxodo rural. Estas ocorrências contribuíram para a redefinição da estrutura agrária paranaense. Em contrapartida e de acordo com a autorização para funcionamento do Incra, os anos de 1970, até o presente momento, foram os mais férteis para a implantação do setor cooperativista paranaense.

De 1975 a 1984, as cooperativas ligadas somente à comercialização da produção agropecuária extinguíram-se ou foram incorporadas, devido, principalmente, da à falta de investimentos para modernização tecnológica da agricultura, à não-substituição de culturas e ao não-acompanhamento do processo de transformação no do setor para a agroindustrialização. A produção não lucrativa e a não-especialização tecnológica no momento da modernização e da agroindustrialização relegaram os produtos não especializados, e somente ao produtor capitalizado foi permitido o lucro. No Paraná, apesar da centralização do relativo crédito rural na agroindustrialização e do crescimento evolutivo de culturas, o final da década de 1970 e anos seguintes de 1980 não foram bons para os

agricultores, devido à crise econômica inflacionária nacional que atingiu o setor, agravada pela defasagem dos preços mínimos e das garantias de crédito pelo governo.

No período 1975/84, desapareceram do total paranaense 103 cooperativas; mas significativo, neste caso foi o desaparecimento de 36 cooperativas de produção agropecuária. Em 1984, na Mesorregião Norte Central Paranaense, existiam 16 cooperativas agropecuárias, diminuindo para 11 em 1997, número que continua até o presente momento. Na Região Norte localiza-se a maior quantidade de cooperativas agropecuárias do Paraná e praticamente a totalidade das agroindústrias sucroalcooleiras, desde os anos de 1970 até o ano 2001, em sua maior parte vinculadas às cooperativas agroindustriais e localizadas na Mesorregião Norte Central Paranaense, polarizada por Maringá e Londrina. A diminuição do número de unidades cooperativistas agropecuárias no Paraná também deve às falhas administrativas e/ou à concorrência, que resultaram em desativação e em incorporação ou fusão de cooperativas, para se evitar a sua liquidação. Desde os anos de 1970 ao ano 2001, são encontrados processos julgados ou em tramitação judicial, de liquidação ou outros, contra as cooperativas, acentuadamente nos anos de 1990.

As décadas de 1980 e 90 foram de oscilações negativas e positivas para o PIB industrial brasileiro. Este período foi desastroso para as atividades das cooperativas agroindustriais. Entretanto foram a capacidade administrativa empresarial de *autogestão* e o auxílio do Governo Federal, com o Recoop, que possibilitaram ou a permanência de agroindústrias cooperativistas no setor agropecuário do Paraná. Aquelas que não conseguiram ajustar suas atividades a este modelo econômico sucumbiram.

Os estabelecimentos econômicos rurais que mais aparecem são os das cooperativas agroindustriais, pois na realidade, como elo negociante, intermediaristas na relação da dinâmica comercial, elas se constituem atualmente na principal via de agregação econômica entre o produtor rural e a demanda. As cooperativas respondem não só por fatores econômicos que constituem as atividades agropecuárias, mas também pelo nível de relações entre os ideais coletivos dos associados e a sua região, pois são consideradas agentes da organização espacial.

Desde a criação do Proálcool, em 1975, a agropecuária e as cooperativas agrícolas são estimuladas por crédito fácil financiável a atuarem no setor agroindustrial da

cana-de-açúcar, e no Paraná contribuem para a instalação das destilarias de álcool, principalmente nos anos de 1980. As cooperativas paranaenses modernizaram-se e ao mesmo tempo são instrumentos de acumulação e difusão de novas técnicas para o campo. As agroindústrias de produção agropecuária que mais cresceram em unidades produtivas no Estado do Paraná foram as vinculadas ao setor agro-sucro-alcooleiro. Dado importante é que o setor das cooperativas agroindustriais do Norte do Paraná, onde se situa a quase totalidade das agroindústrias canavieiras do Estado, insere no conjunto de sua internalidade a maioria dessas empresas. As cooperativas participam discretamente da fabricação de açúcar, mas intensamente na fabricação de álcool, principalmente através das destilarias autônomas.

As ocorrências econômicas no processo agropecuário na década de 1970 oportunizaram a criação de um novo estilo de cooperativismo, mais perceptível e aprimorado nas décadas seguintes, envolto em nova estrutura dominante de associação de capitais no estilo empresarial, denominado *multicooperativa*, diferente da associação simplesmente de pessoas, dos anos iniciais de sua conformação. As mudanças do comportamento cooperativista coincidem com as alterações no padrão de desenvolvimento econômico, com o processo de modernização agrícola. O primeiro padrão econômico tratou da matéria-prima como atração para a localização industrial ou implantação de indústrias processadoras; e o segundo padrão trata do momento em que a agricultura passa a ser induzida pela indústria à produção de matérias-primas: a indústria dita as normas de produção para o setor agrícola. Uma empresa ou cooperativa pode ser determinada pelo seu padrão econômico de desenvolvimento, dependência produtiva e tipos de investimentos.

As cooperativas agroindustriais modernas incluem segmentos agropecuários para a industrialização, amparadas no segundo padrão de desenvolvimento, que as coloca na categoria funcional do meio competitivo capitalista de administrar, e por isso elas assumem padrões de conduta ao modo de gestão empresarial, podendo ser consideradas cooperativas agroindustriais empresariais ou multicooperativas. As cooperativas modernas fizeram surgir na Região Norte, em especial na Mesorregião Norte Central Paranaense, a integração da transformação industrial da produção agrícola de suco à citricultura, da produção de adoçante dietético à *steveocultura*, da produção de fios de seda à sericicultura e da produção de açúcar e álcool à cana-de-açúcar, contribuindo para a organização espacial com novas formas de agroindústrias empresariais.

Assim, o modo capitalista retira da produção agrícola recursos para acumulação do capital, e a necessidade de produzir e alcançar produtividade passa a ser motivo de dirigir as cooperativas ao estilo empresarial de buscar caminhos para o seu desenvolvimento. Um dos caminhos é a expansão pela agroindustrialização, como meio para agregar valores ao conjunto empresarial cooperativa-associados. As estratégias locais, regionais ou locais e os tipos de investimentos resultam no aparecimento, além de cooperativas agrícolas, de cooperativas ao estilo de multiempresas ou multicooperativas, que podem resultar na forma administrativa coletiva empresarial do tipo **holding**. A Cocamar, localizada na expressiva Mesorregião Norte Central Paranaense, onde domina a dinâmica econômica do eixo Maringá-Londrina, caracteriza-se pelo estilo **multicooperativa** e atua como uma **holding**.

A partir da Constituição de 1988, consideram-se cooperativas as sociedades constituídas entre pessoas físicas para o exercício profissional ou de produção de bens e serviços em comum, em regime de autogestão e participação nos resultados, com o objetivo de fazer retornar aos associados o resultado econômico de suas atividades. Este pensamento vai no sentido de maior autonomia das cooperativas, já evidenciada na organização da sociedade cooperativista, indicando os interesses do setor em dinamizar, conforme exigências atuais e mais amplas, seu desenvolvimento econômico. Antes da Constituição de 1988, a relação entre o Estado e as cooperativas, em função da fiscalização do Incra, órgão federal, era baseada no regime de **co-gestão**, que por entendimento ou ordenamento jurídico, hoje se encontra alterado para regime de **autogestão**.

Constata-se, novamente, na cessão de autonomia do cooperativismo, a obtenção da autogestão por parte das cooperativas a qual lhe proporciona o desenvolvimento através da agroindustrialização, da verticalização produtiva e da expansão em novos procedimentos administrativos gerenciais e comerciais, a exemplo da **multicooperativa** ou a de uma cooperativa ao estilo empresarial **holding**, ampliando a abertura para investimentos que geram agregação de valores à produção, dentre outros resultados. As cooperativas adquirem novas estratégias para atender às suas demandas e às dos cooperados. O gerenciamento administrativo tem sido, no processo regulador da funcionalidade cooperativista, a causa principal da manutenção ou não da sua atividade. A questão de as cooperativas não visarem lucro torna-se desconexa quando elas são administradas

empresarialmente, segundo o modo capitalista de pensar, pois entre os objetivos da empresa cooperativista encontram-se a geração de excedentes e a defesa contra as grandes empresas concorrenciais do setor.

Os anos da agroindustrialização moderna refletem a procura das cooperativas agroindustriais pela mudança através da diversificação empresarial, da verticalização industrial. Essas mudanças se verificam também na relação de atendimento, para que não só os cooperados, mas também que outros produtores agropecuaristas se integrem à empresa cooperativista, estes últimos sob contrato de diversos vínculos. Verificam-se ainda mudanças na relação de atendimento a outras empresas, mais diretamente àquelas do seu universo empreendedor, com a terceirização, gerenciamento diretivo e de instrumentação técnica a outras agroindústrias de segmentos afins, a exemplo da industrialização de produtos da sericicultura e da citricultura pela Cocamar. Todo este contexto administrativo visa adicionar valores aos produtos, agregar valores à produção, tanto agrícola como industrial, e levar à procura da maximização do lucro no modo capitalista de pensar, identificando o direcionamento para uma *multicooperativa* do estilo formulado nos anos de 1960, quando a cooperativa agrícola era uma coisa e a agroindústria era **outra**.

Na época o aumento da dívida brasileira foi ainda maior. Os choques da crise do petróleo, a elevação das taxas de juros internacionais - que incidiu na dívida - e a recessão mundial entre 1980 e 1983 debilitaram a economia do Brasil, forçando-o a procurar o FMI e a negociar os débitos junto aos bancos estrangeiros. Durante vinte anos, de 1980 a 2000, o Brasil teve, com a soma da produção de bens e serviços, praticamente dois momentos de relativo crescimento do PIB: 1984-1987 e 1994-1997. Mesmo assim, esses períodos não representam alto grau de desenvolvimento do país, pois, além de outros problemas enfrentados, a moeda nacional era diluída por índices inflacionários e o país pagava altas taxas de juros com a dívida, principalmente a externa. O aquecimento da economia demonstrado no PIB nacional no início do Plano Real (1994) até 1997, favoreceu a produção industrial. Detecta-se que a expansão do PIB brasileiro no ano 2000, foi propiciada principalmente pela indústria, seguida com certa distância pela agropecuária. Os investimentos aplicados na indústria revelam perspectiva de desenvolvimento para o período de 1998 a 2002 graças às inversões fortes e sustentáveis da indústria, já demonstradas pelo crescimento nos anos de 1990 e a ligeira recuperação nos investimentos pelo setor em 2000.

Neste contexto, a participação das cooperativas nos segmentos agroindustriais do Paraná foi razoavelmente crescente, mas no final dos anos de 1990 e no ano 2000 atinge percentuais significativos de crescimento e de expansão, muito superiores aos da década de 1980, considerada como período de crises no seu início e no seu final para as cooperativas agropecuárias.

Dentre os segmentos agroindustriais relacionados no final dos anos de 1990, as cooperativas agropecuárias da Região Norte do Paraná não participam do segmento carne e apresentam índices pequenos ou praticamente desvinculados da produção e comercialização nos segmentos trigo e algodão, que neste caso regional são de pouca integração agroindustrial, mesmo sendo o Paraná considerado um dos principais estados produtores de trigo. Muito diferentes são os segmentos do milho - importante agregador de valores e insumo para a fabricação de rações, cuja produção, além de ser considerada uma das maiores do Brasil, é tratada muito mais como *commodity* - e da soja, produto líder dos segmentos modernos e exemplo de intensa relação agricultura-indústria. Quanto ao segmento seda, vinculado ao setor cooperativista, a maior produção concentra-se na Região Norte do Paraná, que responde pela liderança industrial e por 87,8% da produção nacional. As cooperativas paranaenses em 1999 responderam por 55% do PIB da agricultura, em razão de sua significância geonômica regional e local, que as transforma em agentes de desenvolvimento econômico e social.

Algumas cooperativas agroindustriais do Paraná atuam no setor pecuário, que está dividido em dois segmentos distintos: o segmento leite e o segmento carne. No Norte, em especial no Norte Central Paranaense, o segmento leite encontra-se nas cooperativas singulares e nas cooperativas formadas por laticínios, enquanto o segmento carne é dominado totalmente por frigoríficos. São três as cooperativas agroindustriais do Norte Central que atuam no segmento leite, através da comercialização do leite *in natura* ou da industrialização do leite e seus derivados. Presente na maioria dos municípios do Paraná, a pecuária, desde a década de 1990 ao ano 2000, durante dez anos, mantém o seu rebanho estacionado, apesar de ser um setor bastante dinâmico. Essa situação é decorrente dos baixos índices de produtividade, da degradação da maior parte dos 7 milhões de hectares de pastagens, da perda relativa de áreas para agricultura - que demonstra maior dinamismo econômico - e da fragilidade da estrutura técnica industrial e financeira dos frigoríficos.

O leite passa a ser um instrumento gerador de renda, principalmente para o produtor ocupante das pequenas e médias propriedades, inclusive na relação integrada com outros produtos gerados na propriedade, como agregador de valor à produção. O Paraná, um dos mais representativos produtores nacionais de leite, encontra nas cooperativas agropecuárias o domínio de 47% e nos laticínios 53% da produção estadual. A abertura comercial brasileira no segmento leite promoveu a concorrência interna mas facilitou a entrada no setor agroindustrial de empresas multinacionais tecnicamente globalizadas, que impôs qualidade e produtividade ao setor. Esta inserção concorrencial do capital monopolista no mercado impôs às cooperativas do segmento leite, especificamente no Norte Central Paranaense, ajustes técnicos e estratégias comerciais, a exemplo da parceria das três cooperativas de laticínios com a Centralnorte, ao adquirirem a Confepar.

A década de 1980 e os anos iniciais de 1990 foram momentos de crise financeira nacional. O problema passa a ser ainda maior quando as agroindústrias ou empresas agropecuárias, para desenvolverem suas atividades, envolvem-se em grandes mudanças regionais, locais e globais; a competição internacional e local é intensa e as mudanças tecnológicas ocorrem com grande velocidade; e quando os necessários recursos e fatores qualitativos têm uma grande importância para a localização dessas atividades. Daí por que se diz que o nível local (ação) é tão importante quanto o nível global (pensar) para o entendimento funcional da economia. Na dinâmica do desenvolvimento regional, agroindústria e região se relacionam num espaço previsto, em cuja relação podem existir fatores que ultrapassam fronteiras regionais, atingindo níveis nacionais e globais, de acordo com o envolvimento econômico.

Enquanto as cooperativas agropecuárias deixam de ser meras repassadoras de matérias-primas para as indústrias, para participarem ativamente do processo geoeconômico e social paranaense, com a montagem de infra-estrutura básica para atender à produção estadual, com a verticalização industrial produtiva, com a difusão das inovações tecnológicas, com a representação dos interesses dos produtores rurais e com a promoção do desenvolvimento regional, no Estado do Paraná e na sua Mesorregião Norte Central constatou-se que a limitação de suas fronteiras agrícolas e os altos níveis de consumo técnico e, em contrapartida, altos níveis de despesas, movidos pela dinâmica de custos da modernização agrícola e da funcionalidade do CAI, nos anos de 1980/90, privilegiaram o

capital agroindustrial. Estas ocorrências mantiveram intensificada a evasão populacional no Paraná desde a década de 1970 e somente nos anos finais de 1990 ao ano 2000 é que esse fenômeno migratório praticamente se estabiliza.

Nos anos de 1990, também período de extinção ou incorporação de cooperativas agropecuárias - em meados da década de 1980 existiam 17 cooperativas -, já se visualiza uma nova configuração espacial das cooperativas do tipo singular no Norte Central Paranaense. Um total de 11 cooperativas, estão integradas no complexo agroindustrial da Região Norte do Paraná, distribuídas entre os estabelecimentos de segmentos agrícolas diversos (soja, milho, café, cana, etc) e pecuários (laticínios).

O Programa de Autogestão do Paraná, aprovado em 1991, tem a pretensão de ser um instrumento de modernização social das cooperativas, de melhoria empresarial para agregação de valores aos cooperados e de capacitação dos cooperados para serem mais competitivos. Ainda em 1999, o Governo Federal regulamentou o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária – Recoop, objetivando reestruturar e capitalizar as cooperativas agropecuárias. Este programa salvou praticamente da incorporação ou fusão várias cooperativas altamente endividadas. A aplicação dos créditos e os investimentos na verticalização industrial promoveram a recuperação e a expansão das cooperativas agroindustriais no Paraná.

Todas as cooperativas agropecuárias em atividade na Mesorregião Norte Central Paranaense participam do CAI, na intermediação e consumo de produtos industriais e de produtos da agropecuária, industrializados ou não. O domínio total ou parcial de uma cooperativa agroindustrial sobre a atividade funcional de outra ou mais empresas relaciona-se com a **cadeia produtiva**. A Cocamar, a título de exemplo, tem domínio empresarial total na sericicultura e parcial na citricultura.

O agronegócio ainda constitui o principal vetor de desenvolvimento da economia paranaense. Atualmente, a participação das cooperativas agroindustriais no mercado é menos concorrencial e mais competitiva, levando-se em conta o gerenciamento funcional e a especialidade da produção para o mercado consumidor. Para atender à demanda do mercado exige-se cada vez mais, da agroindústria e dos produtos, produtividade e competitividade. No caso específico das cooperativas agroindustriais do Norte Central

Paranaense, percebe-se a relativa diminuição da concorrência com as tradicionais grandes empresas no setor agrícola. Isso se deve à crescente verticalização da produção, à expansão industrial das cooperativas, aos novos arranjos de política administrativa econômica para o setor baseados na competitividade e na produtividade e ao desfrute que o espaço regional e local permite. A somatória de interesses e parcerias nos setores produtivos promove internamente o desenvolvimento industrial como mais um veículo de agregação de valores para a produção agrícola e para o próprio setor agroindustrial. As agroindústrias deixam de ser simplesmente esmagadoras de soja ou moedoras de café para investirem em empresas que produzem laticínios finos e de longa vida, bebidas prontas, café solúvel *freeze-dried*, hortifrúti congelados, confeitos, achocolatados, etc.

Entre os diversos problemas que afetam a economia agropecuária e agroindustrial, envolvendo as cooperativas destaca-se, principalmente desde o último quinquênio de 1990, o protecionismo estrangeiro, acentuadamente dos europeus, através de subsídios agrícolas dados pela Comunidade Econômica Européia aos seu produtores, que correspondeu a um reajuste de 50% em relação aos valores internacionais. Mesmo assim, no Estado do Paraná, das 10 principais empresas mais desenvolvidas, 4 são cooperativas agroindustriais. Além das cooperativas não há nenhuma outra no setor do agronegócio, valendo afirmar que o cooperativismo é o responsável pelo desenvolvimento agroindustrial do Paraná.

Quanto à questão das parcerias e a significância das relações regionais e locais, elas podem ser notadas pela vinculação comercial entre a Cocamar e a Coamo. As relações de interesse comercial e/ou industrial criam dinâmicas econômicas próprias entre elas. O mercado é objeto de acordo para a distribuição de produtos, normalmente industrializados: de um lado apenas um produto de uma determinada cooperativa, e do outro lado, outra cooperativa empresta o rótulo indicativo do produto, apenas a denominação comercial para dar ao produto elaborado maior expressão publicitária na mídia comercial e maior poder de venda. O empréstimo da “marca publicitária” mais conhecida, local e regionalmente, favorece o reconhecimento do produto e facilita a sua aquisição pelo consumidor. Exemplo desta prestação de serviço pode ser dado pela Cocamar, com a torrefação, moagem e embalagem de café, que é registrado com o seu CGC, mas que por força contratual, sai com a denominação “Café Coamo”. Outro exemplo é o da empresa

Oderich, do Rio Grande do Sul, na produção de maionese: a Cocamar lhe transfere aproximadamente 80% do óleo comestível, que é transformado em maionese pela ODERICH, e volta para a Cocamar, que lhe dá o nome publicitário e o comercializa.

Nos anos de 1990, em decorrência do intenso processo de inovação tecnológica e das alterações na ordem econômica internacional, a dinâmica do CAI passa a ser questionada, sem que, na nossa análise, fosse alterado de forma significativa o seu padrão. A percepção das recentes mudanças na economia brasileira, envoltas nas contradições e domínio da economia global, nos indica mais acentuadamente alterações mercadológicas no modo da produção concorrencial regional e global e na forma executiva de administração empresarial, as quais contribuem para a alteração, reorganização ou criação de um novo cenário da dinâmica groindustrial brasileira. A título de contribuição a esta perspectiva, acrescentamos neste contexto a questão da *autogestão* no setor das cooperativas agroindustriais, aplicada após a Constituição de 1988. Com esse sistema alterou-se sobremaneira o modo administrativo e gerencial, que assumiu um estilo mais empresarial do que associativo, ao tratar no modo capitalista, principalmente com os meios produtivos, indicando que o novo cenário é mais de reformulação funcional do que mudança de padrão. Em 1991, baseado no programa de autogestão cooperativista, a Ocepar criou núcleos regionais para atender à modernização imposta às empresas pela globalização mundial.

Na atualidade, ainda é essencial o vínculo das cooperativas às estratégias de desenvolvimento do Estado, na conjugação de esforços para a obtenção de recursos para elas e para a região, para juntarem forças contra a competição internacional. É motivo do constante aprimoramento das cooperativas agropecuárias na produtividade de suas atividades geoeconômicas - aumento do valor agregado à produção, com conseqüente aumento da agregação de valor à região e ao local. As cooperativas agroindustriais são agentes modificadores e elemento constante de integração e desenvolvimento regional.

Em outras palavras, as cooperativas agropecuárias, ao participarem da organização da nova e moderna agricultura, integra-se ao novo e moderno padrão econômico agrário, inclusive ao processo de agroindustrialização como componente do complexo agroindustrial e entram no círculo de internalização econômica com aplicação e inversão de capitais entre agricultura e indústria. As cooperativas deixam de ser simples depositárias e

repassadoras de matéria-prima para, verticalizando-se na industrialização de modo empresarial, somar a este processo produtivo outras atividades de transformação da produção agrícola, em diversificadas mercadorias, ao mesmo tempo em que passam a ser fornecedoras de produtos para a agricultura, incorporando capital da agricultura e agregando valores à produção. Da mesma forma, na conformação espacial do complexo agroindustrial, agregam valores, não só à produção, mas também à região.

Assim, não se pode deixar de observar que, na atualidade do processo de globalização da economia, a estratégia de atuação das cooperativas agropecuárias centra-se na ação de pensar globalmente e agir localmente, para não sucumbirem diante do capital monopolista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABROMOVAY, R. **Transformações na vida camponesa – o sudoeste paranaense**. Mestrado. USP, Departamento de Ciências Sociais. São Paulo, 1981.
- ALEGRE, Marcos e MORO Dalton Aureo . A mobilidade da População nas antigas áreas cafeeiras do Norte do Paraná. **Boletim de Geografia**. UEM, Maringá, 04/jan, 1986, pp.28-73.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. “ O Conceito de Região e a Problemática dos Assentamentos Rurais”. In: **Núcleo de Estudos , Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária** . Série Estudos, n2, UNESP, Departamento de Geografia. Presidente Prudente, 1998, pp.74-93.
- AMARAL Filho , Jair do. Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. Vol. 14, dez. 1996, Brasília, pp.35-74.
- ARAÚJO Filho, José Ribeiro de . **Santos : O Pôrto do Café** , IBGE, Biblioteca Geográfica Brasileira, Série A, n° 24, Rio de Janeiro, 1969, 200p.
- _____. O Café, Riqueza Paulista. In: **Boletim Paulista de Geografia**. Geografia Econômica, n° 23, jul., São Paulo, 1956, pp. 1-70.
- ARAÚJO, Sílvia Maria. **Eles: A Cooperativa – Um Estudo sobre as Ideologias da Participação**. Projeto. Curitiba, 1982, 215 p.
- ASSUMPÇÃO, Antonio Gomes de. CONSONI, Reinaldo . GALINA, Laudénir Aparecido. Mudanças no Padrão de Desenvolvimento agroindustrial: O Caso do Norte do Paraná. In **Revista Economia e Sociologia Rural** . Brasília, 28(4),out./dez., 1990, pp. 133-142.
- AZEVEDO, A.R.O. **O Pequeno Produtor Rural de Concórdia –SC: suas reações com a empresa Sadia**. Dissertação de Mestrado. FFCH/UESP, São Paulo, 1993.
- BADEP - Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A . **Erradicação de Cafeeiros e Mobilidade da Mão-de-Obra Agrícola no Paraná – Período 1961/1972** . Assessoria de Estudos, set./1973, 47p.
- _____. Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A. **Brasil – Uma Visão Geográfica nos anos 80** . Rio de Janeiro, 1980, 353 p.

- ____ Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A. Censo Agropecuário do Paraná. **IX Recenseamento Geral do Brasil –1980**, vol.2, t.3, nº 20, 1ª Parte. Rio de Janeiro, 1983, 517 p.
- ____ Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A. In **Paraná Informações** , Curitiba, ABRIL, 1985, 25 p.
- BADEP - Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A. **Censo Agropecuário do Paraná: Censos Econômicos de 1985**. Fichas Computadorizadas. Rio de Janeiro, 1990.
- BARBERATO, Cláudia . Do Pomar à Indústria: Projeto integrado resulta em indústria de suco. In: **Folha Rural – Suplemento Folha de Londrina/Folha do Paraná**. Ano 30, nº 1289, 27 de outubro, 2001, 12 p.
- BASTIANI, Ivonete C.R . **Risco e taxa de retorno: agroindústria cooperativa versus pequena propriedade rural** . Doutorado. F.G.V. São Paulo, 1991.
- BENECKE, Dieter W. Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo. **Coleção Cooperativismo – Debate 2**. Coojornal/Assocene, Porto Alegre/Recife, 1980, 240 p.
- BENETTI, Maria Domingues. **Origem e Formação do Cooperativismo empresário no Rio Grande do Sul: Uma análise do desenvolvimento da COTRIJUÍ, COTRISA e FECOTRIGO – 1957/1980**. FEE – Fundação de Economia e Estatística. Nº 5, Porto Alegre, dez., 1982, 170 p.
- BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. Ed.. HUCITEC, 1996, Cap.6, pp.131-151.
- BERNARDES, Nilo. Expansão do Povoamento no Estado do Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, C.N.G (4), 1953, 456 p.
- BERNARDO, E.E.R. Repensando o Cooperativismo Agroindustrial Perante o Desafio da Agricultura Hoje. **Anais da 6ª Reunião Especial da SBPC**, Maringá, UEM, 1998, pp.105-109.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo e FONSECA, Renato. **Opinião Econômica: Investimentos na indústria brasileira**. In **Folha de São Paulo**, INVEST, B2, 9 de jul.2001.
- BOISIER, Sergio. **Modernidad Y Territorio**. ILPES-CEPAL. Santiago do Chile, 1996, pp.15-37.
- ____ La gestión de las regiones en el nuevo ordem internacional: cuasi-estados y cuasi-empresas. In: **El difícil arte de hacer región**. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos, 1992, pp. 169-214.

- BRANDENBURG, e FERREIRA, A .D. Os Agricultores e suas Estratégias : A Relação Contratual com as Agroindústrias. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 33/3, Brasília, 1995, pp. 63-82.
- BRAY, Silvio Carlos. As Políticas do Instituto do Açúcar e do Alcool e do Programa Nacional do Alcool e suas Influências na Área Açucareira-Alcooleira de Catanduva, In **Geografia**, v.10, n.20, out., Rio Claro, 1985, pp. 99-123.
- _____. “O ciclo açucareiro paulista no século XIX: uma revisão. **Anais, XI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, dez. 1992, v.I-B, Universidade Estadual de Maringá, CCH, Departamento de Geografia, 1992, pp.450-465.
- BRAY e TEIXEIRA, Wilson Antonio. O Processo de Implantação e Expansão do Complexo Açucareiro e Alcooleiro no Estado do Paraná . **Boletim de Geografia** - UEM/DGE, ano 3, nº 3, jan., 1985, pp.17-30.
- BULGARRELLI, Waldírio. A Nova Legislação Cooperativista Brasileira. In: **A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico**. ARTEGRÁFICA, São Paulo, pp.133-165.
- CABRAL, Mário da Veiga. **História do Brasil**. Curso Superior. Livraria Francisco Alves/Editôra Paulo de Azevedo Ltda., 19ª edição, Rio de Janeiro, 1959, 612 p.
- CAMARA, Márcia Regina Gabardo da . **Transformação Agrícola e Êxodo Rural no Paraná na Década de 70** . (Dissertação Mestrado) Faculdade de Economia e Administração – Departamento de Economia. USP- Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985, 154 p.
- CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafecultura Paranaense-1900/1970: Estudo de Conjunturas**. Tese de Doutorado, História, USP, 1977, 497 p.
- CARDOSO, Jayme Antonio e Westphalen, Maria Cecília. **Atlas Histórico do Paraná**. 2ª ed., Ed. CHAIN, Curitiba, 1986, 70 p.
- CARLI, Gileno de. **Gênese e Evolução da Indústria Açucareira de São Paulo**. Ed. IRMÃOS PONGETTI. Rio de Janeiro, 1943.
- CARVALHO, J.M; BRITO, M.J. e PEREIRA. V.G. O Cooperativismo e a Dinamização Tecnológica e Empresarial do Agricultura Brasileira. **Caderno de Administração Rural** . Lavras, 5 (1-2), 1993, pp.39-50.
- CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. Um Caso de Mudança Sócio-Econômica e Tecnológica: O Paraná : do Café á Agricultura Moderna. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paranaense**. Vol. XIII, Curitiba, 1984, pp. 87-144.
- CASTRO, Antonio Barros de . **Ensaio sobre a Economia Brasileira** . Forense, 2ª ed., Vol.1, Rio de Janeiro. 1972, 193 p.

- _____. **Ensaio sobre a Economia Brasileira**. Forense, 1ª ed., vol. II, Rio de Janeiro, 1973, , 283 p.
- C.M.N.P. – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. Ed. Av. Maria, 2ª ed., São Paulo, 1977, 296 p.
- COCAMAR – Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda et al. **ARENITO – A nova Fronteira Agrícola do Paraná**. In: Edição Especial “**Arenito Nova Fronteira**” . Ed. FLAMA, COCAMAR/ACIM/CACINOR/SYNGENTA. 27 de abril, Maringá, 2001, pp.1-16.
- CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná. In: **Contribuição do Governo Estadual ao Desenvolvimento da Agro-Indústria Açucareira do Paraná**. SPL, Janeiro, 1965, pp.01-93.
- COOKE, P. Institutional reflexivity and the rise of the regional state. In: BENKO, G. E STROHMAYER, U. (Eds.). **Space & social theory**. Interpreting modernity and postmodernity. Cambridge: Blackwel, 1997, pp. 285-304.
- CORRÊA, Walquíria Kruger. **Transformações Sócio Espaciais no Município de Tijucas (SC): O Papel do Grupo Usati-Portobello**. Doutorado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 1996, 214 p.
- COSTA, Vera Mariza Henrique de Miranda. A Modernização da Agricultura no Contexto da Constituição do Complexo Agroindustrial no Brasil. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Geografia Agrária-Mesas Redondas**. CCH, Departamento de Geografia, UEM. Dezembro, v.2, Maringá, 1992, pp.2-26.
- _____. e FONSECA, Sandra Regina da. As Transformações Recentes no Setor Agroindustrial Brasileiro: Uma Abordagem da Atividade Cooperativista. In: **Boletim de Geografia Teórica – Anais, XII ENGA**. Vol. 25(1), Nº 49-50, Rio Claro, 1995, pp.363-372.
- _____. e MARJOTTA, Marta Cristina. A Reestruturação do CAI Triticola no Contexto das Transformações Recentes do Setor Agroindustrial Brasileiro. In: **Boletim de Geografia Teórica – Anais, XII ENGA**. Vol. 25 (2), Nº 49-50, Rio Claro, 1995, pp.519-545.
- _____. e MAZZALI, Leonel. A Perda de Dinamicidade do Modelo de Desenvolvimento Via CAI e a Necessidade de um Novo Aparato Conceitual. In: **Boletim de Geografia Teórica – Anais, XII ENGA**. Vol. 25 (1), Nº 49-50, Rio Claro, 1995, pp. 139-152.
- CRIVELLI, Ericson. Crivelli Advogados Associados: Resposta a Consulta da Central Única dos Trabalhadores – CUT sobre os substitutivos apresentados ao Projeto de Lei nº 31 da Câmara dos Deputados. **Pedido para revogar o parágrafo único do artigo 442 da CLT e proposta de alterações em parte da Lei nº 5.764/71, que regulamenta as sociedades cooperativas**. (Apostila). Brasília/Curitiba, março de 1988.

- DAVID, Cesar de e MARAFON, Glaucio José. O Processo de Modernização da Agricultura e a Constituição do Complexo Agroindustrial no Município de Cruz Alta – RS. In: **Geografia: Ensino & Pesquisa**. Universidade Federal de Santa Maria, C.C.N.E., Departamento de Geociências. 6-7, 295 p., Santa Maria, set.1994, pp.63-92.
- DELFIM NETTO, Antônio. **O Problema do Café no Brasil** . IPE/USP, Ensaio Econômico – 16, São Paulo, 1959, 359 p.
- DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. ICONE, Ed. UNICAMP, São Paulo, 1985, 240 p.
- De MATTOS, C. A. Modelos de Crescimento Económico Endógeno y Divergência Enterregional, Nuevos Caminos para la Gestion Regional ? **Documentos**, Série Azul, Instituto de Estudos Urbanos, Pontificia Universidad Católica de Chile, nº 11. 1996.
- DENIS, Pierre. **Le Brésil au XX Siècle** . Paris, 1910, pp.161-162.
- DIAS, Luís Fernando Pinto. **Transformações Sócio-Espaciais Decorrentes da Ação das Cooperativas Agropecuárias: O Caso da Cooperativa Agropecuária Vale do Tibagi Ltda “VALCOOP” - Londrina - PR**. Mestrado. Departamento de Geografia - UEM, Maringá, 2001, 157 p.
- EDWARDS, M. The irrelevance of development studies. **Third World Quarterly** . London, v.11, 1989, pp.116-135.
- EGGLER, Cláudio A. G. **“Questão Regional e Gestão do Território do Brasil”**. Castro, I.E.; CORREA, R.L.; e Gomes, P.C.C. (ORG.). In: **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, pp.207-238.
- FAJARDO, Sérgio e MORO, Dalton Aureo. O Complexo Agroindustrial e a atuação das Cooperativas Agrícolas no Norte Central do Estado do Paraná. In: **Boletim de Geografia**. Departamento de Geografia, UEM, ano 18, nº1, Maringá, 2000, pp.85-111.
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classe**. V.1., Ed. DOMINUS – USP, São Paulo, 1965, p.20.
- FERREIRA, Yoshiya Nakagawara. **Industrialização e Urbanização do Paraná**. Geografia. v. 3. 1985/1986, Londrina, 1986, pp.113-128.
- FIGUEIREDO, Adma Hamam de. Crédito Rural e Mudança Tecnológica no Oeste do Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia** . IBGE, Rio de Janeiro, v.54, nº 2, abr./jun., 1992, pp.83-117.
- FLEISCHFRESSER, Vanessa. **A Modernização da Agricultura Paranaense na Década de 70: Difusão, Contrastes Regionais e Conseqüências Sócio-Econômicas**. Mestrado

– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro . Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Itaguaí, Rio de Janeiro, 1984, 318 p.

FLEURY, Maria Teresa Leme. **Cooperativas Agrícolas e capitalismo no Brasil**. GLOBAL, São Paulo, 1983, 152 p.

FOLHA DE SÃO PAULO. O que é PIB (Produto Interno Bruto). In: **DINHEIRO** (conjuntura). 28 de julho, São Paulo, 2001, p.3.

FONSECA, Renato e BIELSCHOWSKY, Ricardo . Opinião Econômica. Investimentos na Indústria Brasileira: 98-02. In: **INVEST**, Folha de São Paulo, 9 de julho, São Paulo, 2001, p.2.

FRANKE, W . **Direito das Sociedades Cooperativas : direito cooperativo**. Ed. SARAIVA, São Paulo, 1973.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Ed. Nacional, 15^a ed., São Paulo, 1977, 248 p.

FURTUOSO, M.C.O. BARROS, G.S. E GUILHOTO, J.J.M. O Produto Interno Bruto do Complexo Agroindustrial Brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, 1995, 33/3, pp.9-23.

GÓMEZ, José Maria. Globalização da Política – Mitos, realidades e dilemas. In: GENTILI, Pablo (org .) et al. **Globalização excludente – Desigualdades, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Ed. VOZES, 2^a ed., 251 p., Buenos Aires. Petrópolis, 2000, pp.128-179.

GONZALES, Carmen Benavides . Deteccion de Los Factores Endógenos de Competitividad Y Declive . In GUTIERREZ, FERMIN RODRIGUES (ED). **Manual de Desarrollo Local**. Ediciones Frea, Fijón, 1999, pp.225-243.

GRAZIANO DA SILVA, José et al. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. HUCITEC, 2^a ed., São Paulo, 1980, 240 p.

_____ **A Modernização Dolorosa**, Ed. Zattar, Rio de Janeiro, 1982, 192 p.

_____ **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Ed. UNICAMP, Campinas, 1996. 217 p.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. Ed. BRASILIENSE, 3^a ed., São Paulo, 1986

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise Agrária**. Paz e Terra, 2^a Ed., Rio de Janeiro , 1982, 362 p.

- _____. **Complexos Agroindustriais e Outros Complexos**. Reforma Agrária - ABRA, nº 3, v. 21, set./dez., Campinas, 1991.
- HESPANHOL, Antonio Nivaldo, **Dinâmica Agroindustrial, Intervenção Estatal e a Questão do Desenvolvimento da Região de Andradina – SP**, Tese de Doutorado, UNESP, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio CLARO. 1996, 273 p.
- _____ e COSTA, Vera Mariza Henrique de Miranda. A Importância das Cooperativas no Processo de Modernização da Agricultura Paranaense. In: **Boletim de Geografia Teórica – Anais, XII ENGA**. Vol. 25 (1), Nº 49-50, Rio Claro, 1995, pp. 373-384.
- HOMEM DE MELO, F.B. Fronteira Agrícola. **Revista de Economia Política** , 5 (1): 86-111, jan./mar.1985.
- IAA – Instituto do Álcool e do Açúcar. **Brasil/Açúcar**. Evolução Canavieira, nº 8, , Rio de Janeiro, 1972, 243 p.
- IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. Ed.BRASILIENSE, São Paulo, 1984, 256 p.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atualidade Estatística do Brasil . 1940/1960**. Rio de Janeiro, 1968.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário do Paraná .VIII Recenseamento Geral – 1970**, Série Regional, v. III, XIX, Rio de Janeiro. 1975, 629 p.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário do Paraná**. IX Recenseamento Geral, v.2, 1ª parte, T.3, Rio de Janeiro, nº 20, 1980.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Econômico, 1980**. Vol.2, 2ª parte, Rio de Janeiro, 1983, 608 p.
- _____. Instituto de Geografia e Estatística – Departamento de Geografia - **Brasil - Uma Visão Geográfica nos Anos 80** . Rio de Janeiro, 1988. 352 p.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Boletim de Serviço** (suplemento), nº 1763, Ano XXXVIII, Rio de Janeiro, 31 de julho de 1989.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística . **Censo Econômico, 1985**. Rio de Janeiro, 1990.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico – 1991** . Rio de Janeiro , 1991, 353 p.

- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dinheiro** . 18 de novembro, São Paulo, 2000, p.3.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Morretes e suas Possibilidades Regionais. Paraná**. Curitiba, 1970.
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Estudo de Integração de Pólos Agroindustriais do Paraná** Primeira Fase: Levantamento e Estudos Iniciais. Curitiba, 1974, 76p.
- _____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Organização Espacial do Estado do Paraná**. Secretaria de Planejamento, Curitiba, 1983, 140 p.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Estratégias Técnico Econômicas à Indústria de Processamento de Oleaginosas no Estado do Paraná**. SENACOOB / NUAGRO / PNUD. Curitiba, 1986.
- _____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cenários da Economia Paranaense – 1987/1991**. Curitiba, 1991.
- _____. Agroindústrias e Cooperativas no Paraná . In: **Suplemento de “O Estado do Paraná”**. Curitiba, 1985.
- KAGEYAMA, Angela (coordenadora) et al. O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. **Apostila**: out.,1987, UNICAMP, Campinas, 121 p .
- _____. O Novo Padrão Agrícola: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. In: **Agricultura e Políticas Públicas**. IPEA, nº127, Brasília, 1990, pp.113-223.
- KAUSTSKY, Karl. **A Questão Agrária**, ed. 3, proposta, 1980, 329 p.
- KOHLHEPP, G, Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no Norte do Paraná (Brasil) . **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro , 53(2), abr./jun. 1991, pp.79-94.
- KONZEN, O.G. O cooperativismo Agroindustrial Perante o Desafio da agricultura Hoje. **Anais da 6ª Reunião Especial da SBPC**, Maringá/UEM, 1998, pp.103-109.
- KOSLOVSKI, João Paulo. Geração de Empregos: Café beneficia 75 mil famílias no PR. In: **Jornal Agrícola de O Estado do Paraná**. 27 ago., Curitiba, 2000, p.5.
- KRUGMAN, P. **Geography and trade**. Cambridge : MIT Press, 1991.
- KURZ, R. **O Colapso da modernização**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

- LATOUCHE, S. Faut-il refuser le développement ? Collection: “**Economie en liberté**”. Paris: PUF, 1995.
- LAUSCHNER, Roque. Agroindústria Cooperativa. In: PINHO, Diva B.(org.), **Tipologia Cooperativa – Manual de Cooperativismo**. CNPq, São Paulo, 1984, pp. 76-94.
- LEÃO, I.Z.C.C. **O Paraná nos anos setenta**. IPARDES- Concitec, Curitiba, 1989.
- LEITE, Sérgio. Estratégias Agroindustriais, Padrão Agrário e Dinâmica Intersetorial – In: **Rascunho**, UNESP, mar/07, Araraquara, 1990, pp.1-55.
- LISBOA, Marcos e TERRA, Mara Cristina. Liberação Comercial e Bem-estar social. In: **OPINIÃO** . Jornal Valor Econômico. 27 de jul., São Paulo, p.12.
- LOURENÇO, Gilmar M. Cenários do Agronegócios no Paraná : Restrições e Oportunidades. **Análise Conjunturais**. 20 (7-8), 1998, pp.3-9.
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra** . Coleção : Brasil Ontem e Hoje , nº 6, Ed. LECH, 2ª ed., São Paulo, 1981-157p.
- MELO, João M. Cardoso de. **O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica, formação e desenvolvimento da economia brasileira**. Doutorado. UNICAMP, Campinas, 1975, 201 p.
- MESQUITA, Zilá. Os “espaços” do Espaço Brasileiro em fins do Século XX. In **Terra Livre – Geografia e Lutas Sociais**. AGB/Marco Zero, nº 4, São Paulo, jul., 1988, pp.9-38.
- MILLIET, Sérgio. **O roteiro do café e outros ensaios: Contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil**. HUCITEC, 4ª ed., São Paulo, 1982.
- MOCHON Morcillo Francisco e TROSTER, ROBERTO LUIS. **Introdução à Economia**. Makron Booka, São Paulo, 1994, 391p.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. HUCITEC – Polis, Geografia: Teoria e Realidade, 1984, 392 p.
- MORO, Dalton Aureo. **Desenvolvimento Econômico e Dinâmico Espacial da População no Paraná Contemporâneo**. DGE/CCH, Universidade Estadual de Maringá. Relatório Projeto de pesquisa Integrado, Paraná Urbano: raízes, processos e problemas. Maringá, 1997, 101 p.
- MOTTA, F.D. **Manual de Localização Industrial**. APEC, 2ªed., Rio de Janeiro, 1968 (apostila)
- MÜLLER, Geraldo. As Relações Micro-Macro e Indústria – Agricultura : O Poder Econômico e a Pesquisa em Ciência Sociais. In **Rascunho**, UNESP, Nº 1, jun., Araraquara, 1989, pp.1-53.

- _____**O Complexo Agroindustrial Brasileiro.** Relatório de Pesquisa nº 13. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1981, 114 p.
- _____**A Economia Política do CAI.** In: Uma Nova Política Agrícola? **ANAIS: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia**, 24, Lavras (MG). Brasília, 1986, pp. 347-367.
- _____**O Agrário no Complexo Agroindustrial.** **ANAIS: X Encontro Nacional de Geografia Agrária.** UFRJ, vol.2, dez.1990, pp. 1-21.
- MULLER, Nice L. Contribuição ao Estudo do Norte o Paraná. In: **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo, AGB, março (22), 1956, pp.55-97.
- NAKAGAWARA, Yoshiya. **As funções Regionais de Londrina e sua área de Influência.** Faculdade de Geografia – Universidade de São Paulo - USP - Doutorado , São Paulo, 1973.
- NICHOLLS, Willian H. - A Fronteira Agrícola da História Recente do Brasil : O Estado do Paraná, 1920/1965. **Revista Brasileira de Economia** . Fundação Getúlio Vargas, 24 (4), out./dez. 1970, pp.19-5.
- OCEPAR - Organização das Cooperativas do Paraná. **Cooperativismo e Agroindustria no Paraná.** 2ª ed., Curitiba, 1990, 98 p.
- _____**Organização das Cooperativas do Paraná. As cooperativas agrícolas.** Curitiba, 1975 (apostila).
- _____**Organização das Cooperativas do Paraná. Cooperativas Autorizadas para Funcionamento no Estado do Paraná.** Curitiba, 1984.
- _____**Organização das Cooperativas do Paraná: Cooperativismo e Agroindustria no Paraná.** 1ª ed., **ANÁLISE**, Curitiba, 1986.
- OCEPAR - Organização das Cooperativas do Paraná. Cooperativismo Paranaense. **Coleção História do Cooperativismo.** Curitiba, 1992.
- _____**Organização das Cooperativas do Paraná. Informativo Sindical – 2001.** Curitiba, 2001.
- O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ. Produtos: Cocamar amplia presença no varejo. In: **Encarte CIDADE.** Maringá, 15 de agosto de 1999, p. 8.
- _____**COCAMAR espanta crise e volta a crescer.** In: **ESPECIAL Encarte** . Maringá, 18 de junho, 2000, p.12.

- O ESTADO DO PARANÁ. Laranja – Paraná Citrus Inicia Moagem da Safra . In : Suplemento **Jornal Agrícola**. Curitiba, 23 de julho, 2000, p.7.
- _____ Mercado Brasileiro – Maior Importador Mundial de trigo. In: Suplemento **Jornal Agrícola**. Curitiba, 17 de dezembro, 2000, p.10.
- _____ Área de plantio deve crescer no Paraná: Algodão. In: Suplemento **Jornal Agrícola** . Curitiba, 3 de outubro, 1999, p.12 .
- _____ SOJA: Os caminhos da produção. In: Suplemento **Jornal Agrícola** . Curitiba, 21 de novembro, 1999, p.10.
- O ESTADO DO PARANÁ – Pecuária Paranaense deve ganhar espaço. In: Suplemento **Jornal Agrícola** . Curitiba, 22 de abril, 2001, p.7.
- _____ Cooperativas: Estratégias para o desenvolvimento. In: Suplemento **Jornal Agrícola** . Curitiba, 1 de outubro, 2000, p.8.
- _____ Agropecuária: Subsídios agrícolas ameaçam globalização. In: Suplemento **Jornal Agrícola** . Curitiba, 11 de julho, 1999, p.8.
- _____ Pequena Propriedade: Stévia adoça vida do produtor. In: Suplemento **Jornal Agrícola**. Curitiba, 17 de dezembro, 2000, p.6.
- _____ RECOOP. In: Suplemento **Jornal Agrícola** . Curitiba, 27 de agosto , 2000, p.11.
- OHMAE, K . The rise of de region-state. Foreign Affairs. London. s.p. spring, 1993.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia e Território : Desenvolvimento e Contradições na agricultura. In **XII Encontro Nacional de Geografia Agrária** . UNESP, FGCE – Rio Claro, Águas de São Pedro (SP), 05 a 08 / dez., 1994, pp. 24-51.
- PADIS, Pedro Calil. Formação de uma **Economia Periférica : o caso do Paraná** . São Paulo, HUCITEC, 1981, 235p.
- PAIVA, Ruy Miller; SCHATTON, S. e FREITAS, C.F.F. **Setor Agrícola do Brasil : Comportamento econômico, problemas e possibilidades**. Ed. Florense-Universitária, 2ª ed, Rio de Janeiro, 1976.
- PANZUTTI, Ralph . Especificidades da Empresa Cooperativa Agrícola: Estratégias de Financiamento. In: **Agricultura em São Paulo**. IEA, v.44, nº 1, São Paulo, 1997, pp. 75-118.
- PENTEADO, Jurema. **Erradicação de Cafeeiros e Mobilidade de Mão de Obra Agrícola no Paraná**. BADEP, Curitiba, 1973.

PEREIRA, Laercio B. A Análise da Estrutura Produtiva e do Desempenho da Agroindústria Paranaense : Período 1970/85. **Revista de Economia e Sociologia Rural.** 34/2, Brasília, 1995, pp.31-49.

_____ O Estado e o Desempenho da agricultura paranaense no período de 1975-85 . **Revista de Economia e Sociologia Rural.** v.30, n 2, abril/junho, 1992, pp. 115-133.

PERROUX, François. Note sur la Nation de “ pôle de croissance”. **Economie Appliquée.** N° 8, 1955, pp. 307-320.

PERROUX, François. O Conceito de Pólo de Crescimento. Trad.: Simão Pedro Casassanta. In: SCHWARTZMAN, Jaques (org.). **Economia Regional.** CEDEPLAR, 1977, pp. 145-156.

PETRONE, Maria T. Schorer. A Lavoura Canavieira em São Paulo - **Expansão e Declínio (1965- 1851)** – Difusão Européia do Livro, Corpo e Alma do Brasil, São Paulo, Jan., 1968, 245 p.

PIERUCCINI, Mariângela Alice. **O Processo de Constituição do Complexo Agroindustrial na Região Oeste do Paraná.** Mestrado. Economia / CCS / UEM. Maringá, 1998, 240 p.

PINAZZA, L. A. e ALIMANDRO, R. Novos Tempos. **Agroanalysis.** Jun. 18/6, 1998, pp. 10-17.

PINHO, Carlos Marques. O Estado Brasileiro e as Cooperativas. In: **A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico.** Fundação Friedrich Nauman. São Paulo, 1973, pp.107-132.

PONTES, Beatriz M.S. A Contribuição do Pensamento Geográfico Brasileiro à Região e à Regionalização Vistas como Processo. In **Boletim de Geografia Teórica,** 16-1 (31-34), 1986/87, AGETEO, Rio Claro, 1987, pp.324-327.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Historia e Desenvolvimento: A Contribuição da Historiografia para a Teoria e Prática do Desenvolvimento Brasileiro.** Ed. Brasiliense, 3ª ed., São Paulo, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica no Brasil.** Ed. Brasiliense, 22ª Ed., São Paulo, 1979, 365 p.

_____ **A Questão Agrária no Brasil.** Ed. Brasiliense, 3ª ed., São Paulo, 1981, 189 p.

RAGGIO, N. Z. Estrutura Agrária Paranaense e a Crise. **Análise Conjuntural - IPARDES.** v.9, nº 3, março, Curitiba, 198, pp. 5-7.

RALLET, A. Développement local et globalização. **Sciences Humaines.** Paris, nº 90 , janeiro, 1999, pp.34-37.

- RANGEL, Ignácio. **A Questão Agrária Brasileira** . Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. Recife, 1962 .
- RIBEIRO, Sylvio Wanick. **Desempenho do Setor Agrícola - Década 1960/1970**. Instituto de Planejamento Econômico e Social . Rio de Janeiro, 1973, 186 p.
- ROESSING A. C. e TOSTO, S.G. Oferta e demanda do mercado interno de soja – Um modelo de desequilíbrio. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. V. 34, nº1-2, jan./jun., Brasília, 1996.
- ROLIM, C.F.C. O Paraná Urbano e O Paraná do Agrobusiness : as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento** . nº 86, set./dez. Curitiba, 1995, pp. 49-99.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo, HUCITEC, 1988, 124 p.
- _____ **A Natureza do Espaço : Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. HUCITEC, 2ª Ed., São Paulo, 1996, 308 p.
- SCHNEIDER, João Elmo. O Cooperativismo Agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita, (org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. CORTEZ, São Paulo, 1981, pp. 4-40.
- SCHUMPETER, Joseph A. A Teoria do Desenvolvimento Econômico. Coleção: **Os Economistas**. Ed. Nova Cultural, São Paulo, 1989.
- SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.
DERAL: Departamento de Economia Rural, **Acompanhamento da Situação Agropecuária no Paraná**. V. 26, abril, nº 4, Curitiba , 2000, 76 p.
- _____ **A Importância das Cooperativas no Paraná – Uma Visão de Conjunto**. **Informativo**, DERAL , Curitiba, 2000.
- SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Aspectos Socioeconômicos da Agropecuária Paranaense. **Informativo**. Curitiba, 2000.
- SEID - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento. **Sistema de Informação da Indústria e do Comércio do Paraná: Crescimento das Empresas no Paraná**. In: jornal O Estado do Paraná, 6 de agosto, Curitiba, 2000, p.5.
- SERRA, Elpídio. **Contribuição ao Estudo do Cooperativismo na Agricultura do Paraná : O Caso da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá** . Mestrado – Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP, Rio Claro, 1986, 251 p.

- SERRA, Elpídio. **Processo de Ocupação e a Luta pela Terra Agrícola no Paraná**. Doutorado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP, Rio Claro, 1991, 361 p.
- SILVA, Cristiane Zani da Silva- A Modernização da Agricultura Brasileira e a Formação dos Caís. In: **Boletim Polêmica & Debate**, ano IV, nº 3, maio, Presidente Prudente, 1997, pp. 16-26.
- SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. Alfa Mega, São Paulo, 1976.
- SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Teorias de Localização e de Desenvolvimento Regional. In: **Geografia**, 1(2) : 1-223, outubro, Rio Claro, 1976.
- SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Território e Desenvolvimento em um Contexto de Dinâmica Global. In: Gonzalez, Romão Rodrigues; Caldas dos Santos; Bisneto, José Mascarenhas (coordenadores). **Desarrollo Local y Regional en Iberoamérica**. Universidade de Compostela, 1999, pp.45-63.
- SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori J. e CORADINI, Odacir Luiz. **Camponeses e Agroindústria** . ZAHAR Editores, 1ª ed,Rio de Janeiro, 1982, 119 p.
- _____. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. ZARAR Editores, Rio de Janeiro:Guanabara, 1986, 151 p.
- SOUZA, Jonas Soares de. O Engenho de Porto Feliz. Edição Comemorativa do Centenário: 1868-1878, USP, **SINE de HISTORIA**, vol. 7, São Paulo, 1978.
- SWAIN, Tania Navarro . A Capitalização da Agricultura na História Recente do Paraná . In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, v. XLII, pp. 147-166.
- SZMIRECSANYI , Tamás . O IAA como órgão de planejamento e Controle, Atuação e Rederecionamento. Simpósio sobre socio-economia canavieira . **Anais da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal**, UNESP/São Paulo, 1978, pp.31-74.
- TAVARES, H. P. M. **Políticas de Desenvolvimento Territorial: Discussão Técnica e Prática Recente no Contexto Europeu e do Brasil**. Texto apostilado. IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1998, p.2.
- TAUNAY, Affonso de. **Pequena História do Café no Brasil**. 15 tomos, 1968, 509 p.
- TEIXEIRA, Wilson Antonio. **As Transformações no Espaço Agrário do Paraná, com a introdução da Agricultura Energética Canavieira** . Mestrado, UNESP, Rio Claro, 1988, 281p.

- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos Canaviais, os (Nós) da Cana. (Uma Contribuição ao Entendimento da Relação Capital x Trabalho e do Movimento Sindical dos Trabalhadores na Agroindústria Canavieira Paulista)**. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, FFLCH/USP. São Paulo, 1996.
- VAINER, Carlos Bernardo. “Interdisciplinaridade e Estudos Regionais”. MELO, Jayro Gonçalves (org.). In: **Região, Cidade e Poder**. GAsPERR, Presidente Prudente, 1996.
- VIEIRA, Fabrício. Brasil pode perder mercado ao reter café. In: Folha de São Paulo. **DINHEIRO: Exportação** . 07 de julho, São Paulo, 2000, p.11.
- WILLIANSO, J. G. Regional Inequality and the Process of National Development: a Description of the Patterns. **Economic Development and Cultural Change**. Chicago, v.13, 1965, pp.3-45.

ANEXOS

1. Jurisprudência e Citação de Artigos da Constituição Federal de 1988 referentes às Cooperativas.

1.1. Constituição Federal - 1988

TÍTULO VII

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

(...)

Capítulo I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

IV – livre concorrência;

(...)

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1.º A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.

(...)

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

(...)

§ 2.º A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

1.2 Jurisprudência :

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 91.404-9 DE BELA VISTA DO PARAÍSO – VARA CÍVEL.

AGRAVANTE: COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE ALVORADA DO SUL LTDA – CAMAS

AGRAVO : BANCO PROGRESSO S/A.

RELATOR : JUIZ SERGIO RODRIGUES

AGRAVO DE INSTRUMENTO – COOPERATIVA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL – DELIBERAÇÃO EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – PUBLICAÇÃO DA RESPECTIVA ATA NO DIÁRIO OFICIAL – SUSPENSÃO DO CURSO DOS PROCESSOS CONTRA SÍ MOVIDOS – POSSIBILIDADE – APLICAÇÃO DO ART. 76 DA LEI 5.764/71 – CONSTITUCIONALIDADE – ISONOMIA DO INTERESSE E TRATAMENTO DE TODOS OS CREDORES – NECESSIDADE.

RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

A nova ordem constitucional, mais precisamente o inc. XVIII do art. 5º da Constituição Federal não revogou o art. 76 da Lei 5.764/71, mas apenas retirou a iniciativa de órgão Executivo federal para decidir pela liquidação de espécie de sociedade cooperativa, permanecendo vigente quanto à suspensão das ações contra ela movidas.

(...)

Trata-se de recurso de agravo de instrumento manejado por COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE ALVORADA DO SUL LTDA – CAMAS, em razão de sua irrisignação contra decisão de primeiro grau, que em ação executiva, fíndou por indeferir pedido de suspensão do processo referido, pelo fato de estar a agravante em procedimento de liquidação extrajudicial.

(...)

Observa-se que o ponto crucial da divergência, ora examinada, encontra-se no fato de estar ou não revogado o art. 76 da Lei 5.764/71, frente a nova ordem constitucional no que tange às sociedades cooperativas

(...)

Em que pese a divergência acerca do tema e a respeitabilidade da decisão recorrida, tenho que o recurso merece ser provido.

2. Estratégias : Empresas Cooperativas

Estratégias das empresas cooperativas do Brasil - 1997

Variáveis	Empresa Cooperativa	Empresa não cooperativa
Formação do patrimônio	Capital social – divisível Fundos de Reserva e de Assistência Técnica. Educacional e Social – indivisíveis	Através de operações mercantis
Relação empresa X mercado	Dois mercados: cooperando propriamente dito Dificuldade no repasse de preços	Um mercado facilidade de repasse de preços
Relação empresa X cliente	Dimensão socio-econômicas atende associando inadimplentes ou deficitários	Dimensão eminentemente econômica fator prioritário lucro inadimplencia = execução judicial
Acumulação	a) capital social aumento de associados aumento de quotas-partes b) sobras – aumentar significa onerar o associado c) fundos	Ações – empresas de capital aberto Lucro reinvestido
Estratégia de crescimento	Privilegia a horizontalização e posterior diversificação ou verticalização	Privilegia a verticalização e ou diversificação etc.

Na verdade, não há pesquisas que evidenciem tal afirmativa, mas esta se querendo destacar que nas cooperativas o processo de estratégia de crescimento e específico

Fonte: PANZUTTI (1997:91).

3. AGRICULTURA: Dados Estatísticos.

PREÇOS MÍNIMOS SAFRA VERÃO 1999/2000 NO BRASIL

PRODUTOS	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	UNIDADE	98/99	99/00	VARIAÇÃO (%)
Algodão em (caroço)	Sul, Sudeste, C. Oeste e Bahia-Sul	15/Kg	7,00	8,00	14,2
Caroço de Algodão	Sul, Sudeste, C. Oeste e Bahia-Sul	15/Kg	1,47	1,68	14,3
Algodão em Pluma	Sul, Sudeste, C. Oeste e Bahia-Sul	15/Kg	24,50	28,60	16,7
Arroz /Longo Fino (em casca)	Brasil	50/Kg	10,53	10,92	3,7
Arroz Longo (em casca)	Sul, Sudeste, Nordeste e	60/kg	9,30	9,30	0
	C. Oeste (exceto MT),		8,97	8,97	0
	MT e TO Norte(TO)		8,46	8,46	0
Feijão Preto	Sul, Sudeste, C. Oeste	Tonelada	26,00	28,00	7,7
Brando e Cores	Bahia-Sul, Rondônia	60Kg	24,00	25,00	4,2
Feijão – Demais Variedades	Sul, Sudestes, C. Oeste e	60Kg	20,80	22,41	7,6
	Bahia-Sul, Rondônia		20,80	21,67	4,2
Mandioca	Sul, Sudeste e C. Oeste	50Kg	7,70	8,50	10,4
Farinha Raiz	Sul, sud. C.O. ,Sul, Sud,	Tonelada	25,00	28,50	14,0
Fécula	C.O.	1Kg	0,23	0,25	10,0
Milho	Sul, Sudeste, TO, Bahia-Sul do MA e do PI	60Kg	6,70	7,10	6,0
	GO, MS E DF, MT, AC e		6,50	6,90	6,1
	RO		6,00	6,00	0
Soja	Sul, Sudeste, C. Oeste e	60Kg	9,50	9,70	2,1
	Rondônia Norte (Rondônia e Nordeste)		9,00	9,20	2,2

FONTE: Ministério da Agricultura e Abastecimento – MA.

SEAB/PR. Acompanhamento da situação agropecuária do Paraná, abril/2000

Área de ação, distribuição, classificação e evolução do quadro social ca cooperativa agropecuária Rolândia Ltda. - COROL
- 1999 -

Área de ação e distribuição do corpo de associados			
Entrepasto	N° Associados	%	
Rolândia	864	25,56	
Arapongas	525	15,53	
Cambé	486	14,38	
Sabáudia	353	10,44	
Jaguapitã	263	7,78	
Primeiro de Maio	260	7,69	
Alvorada do Sul	187	5,53	
Bela Vista do Paraíso	185	5,47	
Sertanópolis	142	4,21	
Pitangueiras	115	3,41	
<i>Total</i>	<i>3.380</i>	<i>100</i>	
Classificação de associados por categoria			
Categoria	N° Associados	%	
Mini/Pequeno Produtor	2.530	74,84	
Demais Produtores	850	25,16	
<i>Total</i>	<i>3,380</i>	<i>100,00</i>	
Evolução do quadro associativo			
Ano	Admissões	Desligamentos	Associados Ativos
1997	716	135	3.301
1998	194	129	3.366
1999	164	150	3.380

Fonte: COROL. Relatório Anual 1999.

BRASIL – EXPORTAÇÕES DO COMPLEXO DE SOJA
PERÍODO 1987 / 2000
VOLUME EM MIL TONELADAS E VALORES EM US\$ MILHÕES

ANO	SOJA EM GRÃO			FARELO DE SOJA			ÓLEO DE SOJA			TOTAL	
	VOLUME	VALOR (A)	% (A)/(D)	VOLUME	VALOR (B)	% (B)/(D)	VOLUME	VALOR (C)	% (C)/(D)	VOLUME	VALOR (D)
2000*	11000	2090	51	9100	1590	39	1100	390	10	21200	4070
1999	8917	1593	43	10431	1503	40	1443	633	17	20791	3729
1998	9288	2178	46	10448	1750	37	1367	829	17	21103	4757
1997	8340	2452	43	10008	2680	47	1124	596	10	19472	5728
1996	3647	1018	23	11262	2731	61	1332	713	16	16241	4462
1995	3493	770	20	11563	1997	52	1764	1053	28	16820	3820
1994	5404	1316	32	10635	1980	48	1534	839	20	17573	4135
1993	4209	946	31	9485	1815	59	747	314	10	14441	3075
1992	3736	809	30	8545	1596	59	719	291	11	13000	2696
1991	2020	448	22	7489	1369	67	512	213	10	10021	2030
1990	4076	910	32	8744	1610	56	795	334	12	13615	2854
1989	4618	1154	32	9871	2136	59	891	357	10	15380	3647
1988	2597	728	24	8127	2023	66	680	294	10	11404	3045
1987	3024	570	25	7802	1450	62	989	304	13	11815	2324

Obs: * Projeção

Fonte: SAFRAS & Mercado/SECEX. Tendência de Mercado, nº 1120, ano XXIV, 23/out/2000.